



ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA Sobreiro / Achada / Caeiros

Inserido no Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)
do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)



DUOMA | DPTGU | UDOT | ÁREA DE REGENERAÇÃO URBANA
23 março de 2018



ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

Lei n.º 32/2012 | Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

"[...] área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva [...] justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana (...)"

ASPETOS A CONSIDERAR

— Condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade;

OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

— Revitalização dos aglomerados urbanos

(qualificação do espaço público, ambiente urbano de qualidade, modernização das infraestruturas);

— Qualificação ambiental e da paisagem urbana

(sustentabilidade e funcionalidade);

— Resiliência das áreas definidas

(diversidade sociocultural, desenvolvimento económico, criação de emprego);

— Valorização da identidade concelhia

(património material e simbólico);

— Promoção do turismo cultura e lazer

(oferta diversificada, competitividade urbana).



ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA


Sobreiro / Achada / Caeiros

Análise Preliminar (núcleo nível II):

- _ Edifícios habitacionais mau estado de conservação;**
(requalificação / reabilitação / sustentabilidade / acesso a benefícios fiscais)
- _ Espaços urbanos exteriores desadequados;**
(requalificação / fomento da utilização / funcionalidade / resiliência)
- _ Circuitos pedonais quase inexistentes;**
(ciclovia / percursos peões / mobilidade condicionada)
- _ Estacionamento automóvel desordenada;**
(requalificação da estrutura viária / modernização das infraestruturas)
- _ Estrutura verde urbana a introduzir**
(qualificação ambiental e da paisagem urbana)



Linha de Área de Reabilitação Urbana - 732 10ha



ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA

Sobreiro / Achada / Caeiros

Incentivos à Reabilitação

IMI	Isenção por um período de 3 anos, a contar da data de conclusão da ação de reabilitação
IMT	Isenção de pagamento nas aquisições de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria permanente
IRS	Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação, até ao limite de €500
Mais-Valias	Tributação à taxa reduzida de 5% quando estas sejam inteiramente decorrentes da alienação de imóveis reabilitados em ARU
Penalização IMI	Acréscimo de 30% no valor do IMI para edifícios degradados. A identificação destes edifícios é da competência da Câmara Municipal

ESTADO DE CONSERVAÇÃO:

5 – Excelente;
4 – Bom;
3 – Médio;
2 – Mau;
1 – Péssimo

23 março de 2018



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

23
A

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA REUNIÃO DE 2018/03/23
PROC.º 16.1.2/2018/1

ASSUNTO: Correções materiais do Plano Diretor Municipal, às plantas de ordenamento e condicionantes -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/4431, elaborada a 19 de março de 2018, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados da mesma data. -----

DELIBERAÇÃO: Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 2 do art.º 122.º do atual regime jurídico de dos instrumentos de gestão territorial, o Dec. Lei n.º 80/2015, de 14 maio, concordar com as correções materiais do Plano Diretor Municipal e que incidem sobre as plantas de ordenamento (carta de classificação e qualificação do solo, carta de distribuição de habitats e espécies, carta de património municipal e carta de unidades operativas de planeamento e gestão) e a planta de condicionantes (Carta de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública). -----

--- Deliberou, ainda, enviar a comunicação de correção do Plano Diretor Municipal, à Assembleia Municipal, à CCDRLVT e ao diário da república, 2.ª série, nos termos dos números 2.º e 2.º do art.º 122.º do RJIGT, conjugado com o art.º 191.º do mesmo regime jurídico. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria. -----

Votos a favor: 25 VOTAÇÕES PRESENTES E 20 VOTOS EM ABSTENÇÃO -----

Votos contra: -----

Abstenções: -----

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS: -----





CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

PARECER

Concedido com a proposta apresentada.

A consideração superior

[Handwritten signature]

19.03.2018

O Diretor de Departamento,

Concordo com a informação

prestada. Informo que se
submetta à Câmara Municipal.

18.03.2018

O Chefe de Divisão

[Handwritten signature]

DESPACHO

[Handwritten signature]

19.03.18

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/4431

ASSUNTO: Correções materiais do Plano Diretor Municipal, às plantas de ordenamento e condicionantes.

1. O Plano Diretor Municipal de Mafra, publicado no Diário da República n.º 114, da 2.ª série, através do Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, entrou em vigor aquando da entrada em vigor da Portaria n.º 292/2015, de 18 de setembro, que aprovou a delimitação da Reserva Ecológica Nacional do Município de Mafra, conforme o estabelecido no artigo 118.º do regulamento do plano.
2. Decorridos cerca de dois anos após a provação do plano e no decurso dos procedimentos de gestão urbanística, verificou-se a necessidade de proceder a correções materiais às peças cartográficas, nos termos do art.º 122.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).
3. No pressuposto anterior, as correções materiais referidas no número anterior incidem sobre:
 - 3.1. **Planta de Ordenamento – Carta de Classificação e Qualificação do Solo**, correção de uma discrepância com as plantas de condicionantes, relativamente aos limites da área de espaço destinado a equipamentos e outras estruturas, na freguesia do Milharado, junto ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

aglomerado rural da Ribeira, e a área de exclusão da REN – conforme alínea a) do art.º 122.º do RJIGT.

- 3.2. **Planta de Ordenamento – Carta de Distribuição de Habitats e Espécies**, correção de uma incongruência entre a representação cartográfica e o regulamento, da espécie da flora *silene longicilia*, nas áreas integradas no SIC Sintra-Cascais – conforme alínea c) do art.º 122.º do RJIGT.
 - 3.3. **Planta de Ordenamento – Carta de Património Municipal**, correção de omissões patentes na representação cartográfica das zonas de proteção dos imóveis de interesse municipal, definidas nos termos da lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, na sua atual redação – conforme alínea b) do art.º 122.º do RJIGT.
 - 3.4. **Planta de Ordenamento – Carta de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão**, correção de erros materiais patentes na representação cartográfica dos limites definidos das SUBUOPG 1, 2, 3, 5, 7, 8 e 12 da UOPG 1 Mafra – conforme alínea b) do art.º 122.º do RJIGT.
 - 3.5. **Planta de Condicionantes – Carta de Restrições Administrativas e Servidões de Utilidade Pública**, correção de erros materiais patentes na representação cartográfica das zonas de proteção dos imóveis de interesse municipal, da servidão militar da Base Aérea de Sintra n.º 1 (zona J e zona F) e do domínio hídrico das águas do mar e margem – conforme alínea b) do art.º 122.º do RJIGT.
4. As correções materiais não constituem qualquer decisão de planeamento, sendo efetuadas através de uma comunicação da Câmara Municipal, a transmitir à Assembleia Municipal e à CCDRLVT e a publicar no diário da república, conforme os n.ºs 2 e 3 do art.º 122.º do RJIGT. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere comunicar nos termos do referido anteriormente.

Mafra, 19 de março de 2018

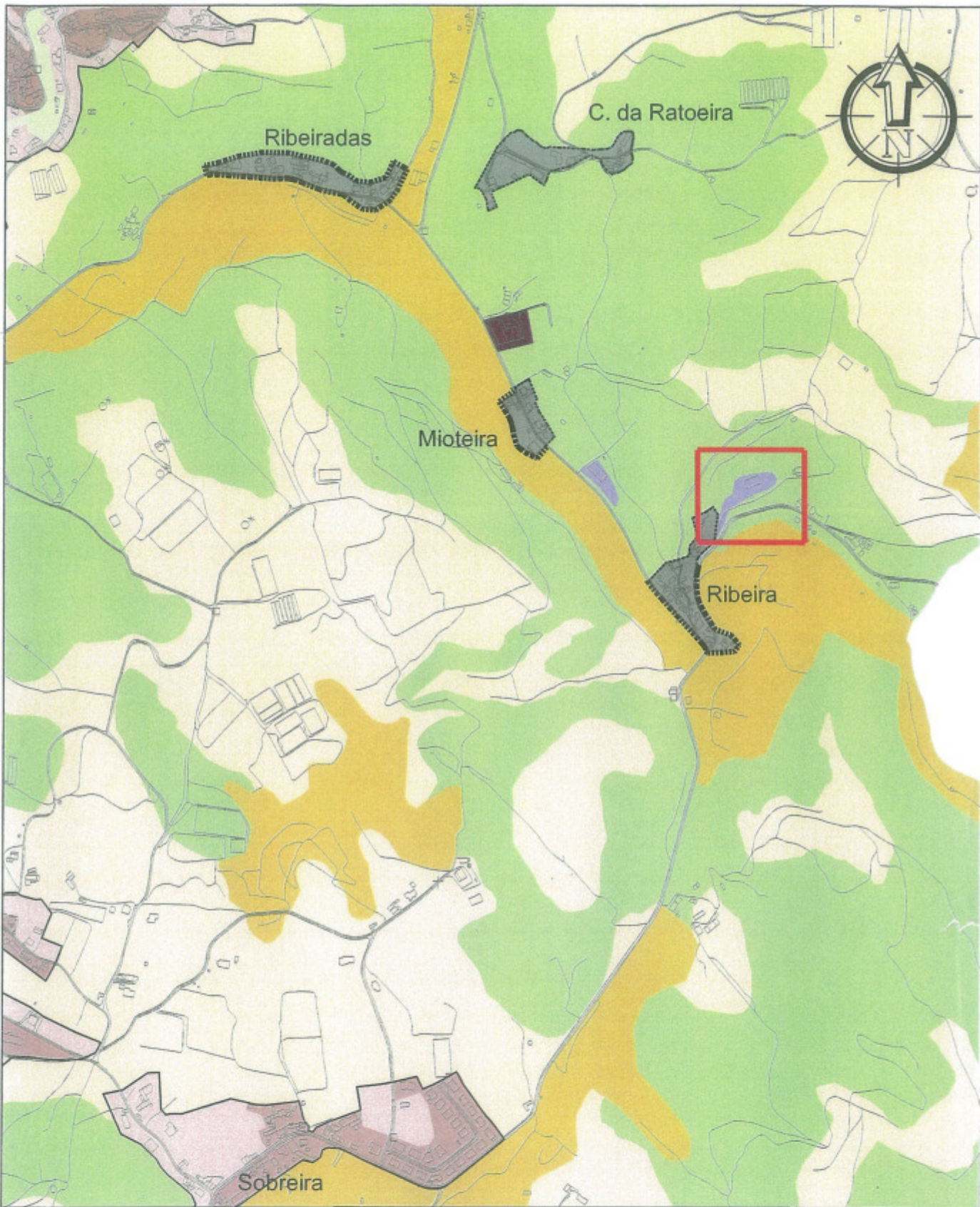
19/03/2018

X *Sofia dos Santos*

Sofia dos Santos

Assinado por: SOFIA MARGARIDA BRANCO DOS SANTOS


A Dirigente de 3.º grau da Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território.




LEGENDA:

ÁREA SUJEITA A CORREÇÃO 

SOLO RURAL

ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS 

ESPAÇOS NATURAIS 

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAFRA

PLANTA DE ORDENAMENTO: CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

CORREÇÕES MATERIAIS, ART.º 122.º

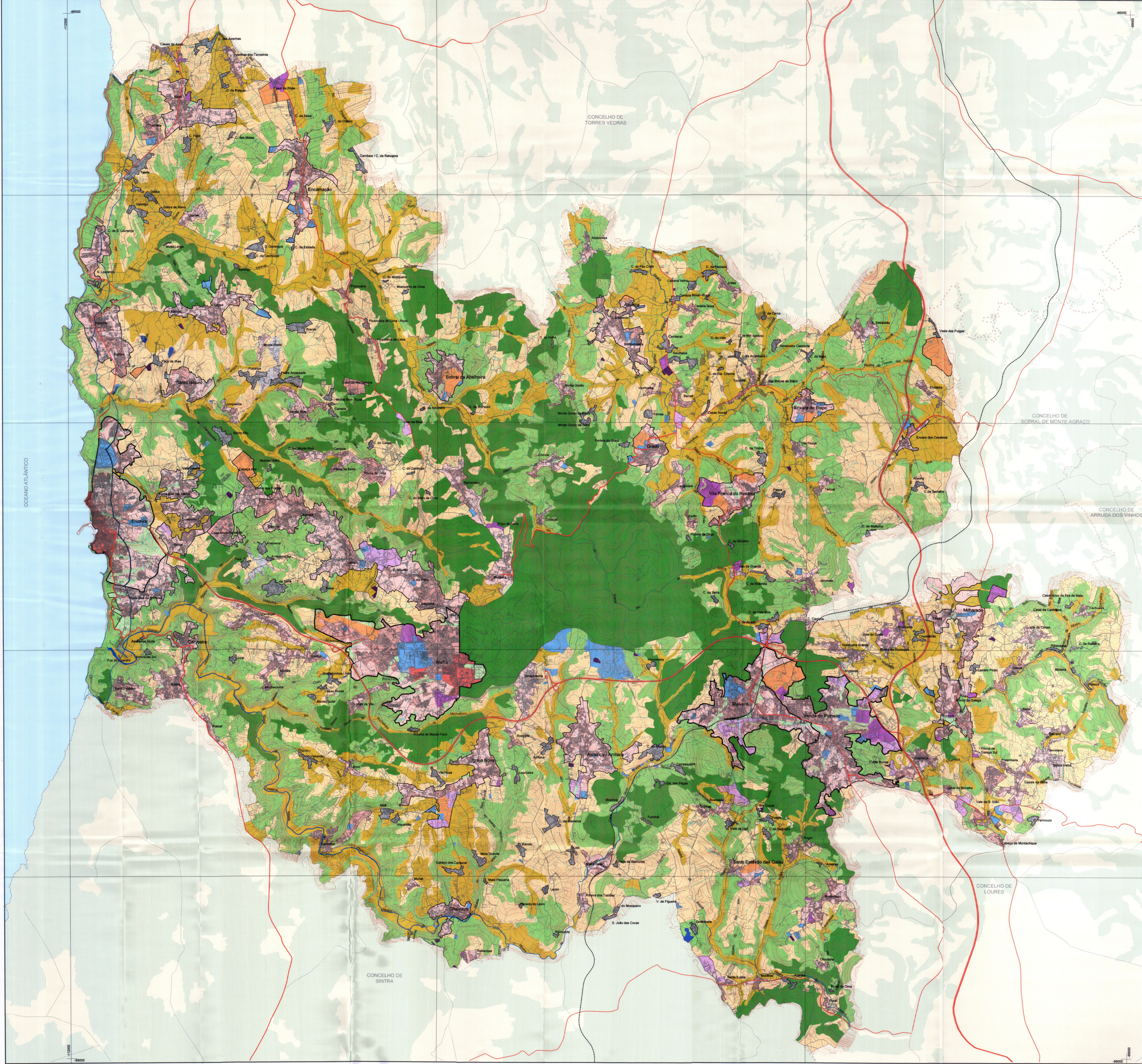


DEPARTAMENTO DE URBANISMO,
OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

PLANTA Nº: **1.A** DATA: **MARÇO 2018**

CARTOGRAFIA DE REFERÊNCIA:
ENTIDADE PROMOTORA: Câmara Municipal de Mafra
ENTIDADE PRODUTORA: TURBEM, SA
ANO DE EDIÇÃO: 2010
SISTEMA DE REFERÊNCIA: Portugal (Internacional)
DATUM: Datum 73 e Datum Alentejo de Cascais
PROJEÇÃO CARTOGRAFICA: Gauss
ESCALA DO PROJEÇÃO: Horizontal: 40 em altura (4ª Equidistante)





SOLO RURAL

ESPAÇOS AGRÍCOLAS	[Yellow]
ESPAÇOS AGROFLORESTAIS	[Light Yellow]
ESPAÇOS FLORESTAIS	[Green]
ESPAÇOS NATURAIS	[Light Green]
ESPAÇOS DE RECURSOS GEOLÓGICOS	[Blue]
ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS	[Dark Blue]
ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS	[Light Blue]
ADORNAMENTOS RURAIS	[Light Blue]
ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA	[Light Blue]

SOLO URBANO

SOLO URBANIZADO	[Orange]
ESPAÇOS RESIDENCIAIS	[Red]
Áreas Consolidadas	[Red]
Áreas Consolidadas de Valor Patrimonial	[Red]
Áreas a Estruturar	[Red]
Áreas Edificadas em Faixa de Faço na Orla Costeira	[Red]
ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	[Purple]
Áreas Consolidadas	[Purple]
Áreas a Estruturar	[Purple]
ESPAÇOS VERDES	[Green]
ESPAÇOS DE USO ESPECIAL	[Light Green]
Áreas de Equipamentos e Outras Estruturas	[Light Green]
Áreas de Infraestruturas	[Light Green]

SISTEMA URBANO

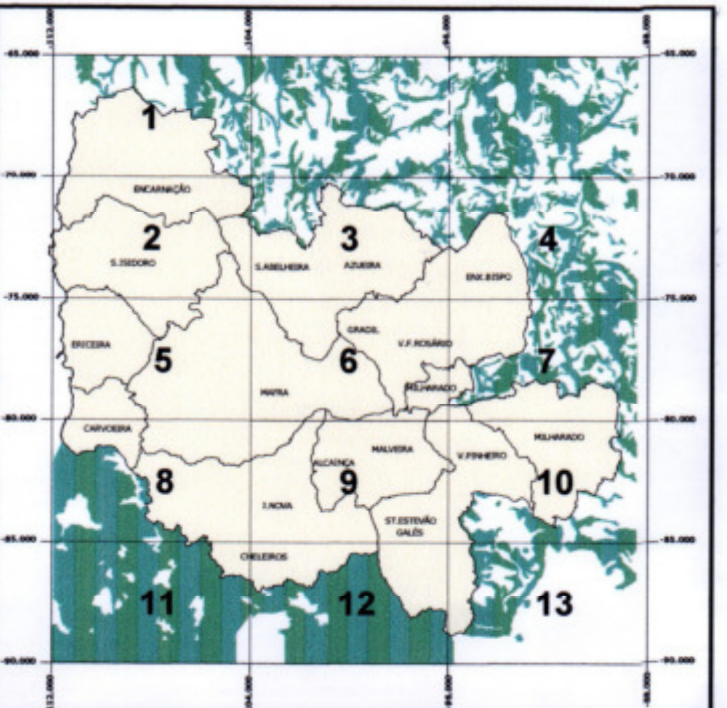
NÚCLEOS URBANOS	[Black]
Nível I	[Black]
Nível II	[Black]
Nível III	[Black]

ORLA COSTEIRA

LIMITE DA ZONA DE PROTEÇÃO E SALVAGUARDA NA ORLA COSTEIRA	[Blue]
---	--------

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS

REDE RODOVIARIA NACIONAL E REGIONAL	[Red]
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS	[Red]
REDE FERROVIÁRIA	[Black]
EDIFÍCIOS	[Black]
LIMITE DO CONCELHO	[Red]
TOPONÍMIA	[Black]
LEITO DAS ÁGUAS DO MAR	[Blue]
CONCELHOS VIZINHOS / ÁREAS DE RESERVA E PROTEÇÃO DE SOLOS E RECURSOS VEGETAIS	[Green]
CURVAS DE NÍVEL	[Blue]



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAFRA

PLANTA DE ORDENAMENTO: CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

CONDIÇÕES MATERIAIS, ART.º 1.22º

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

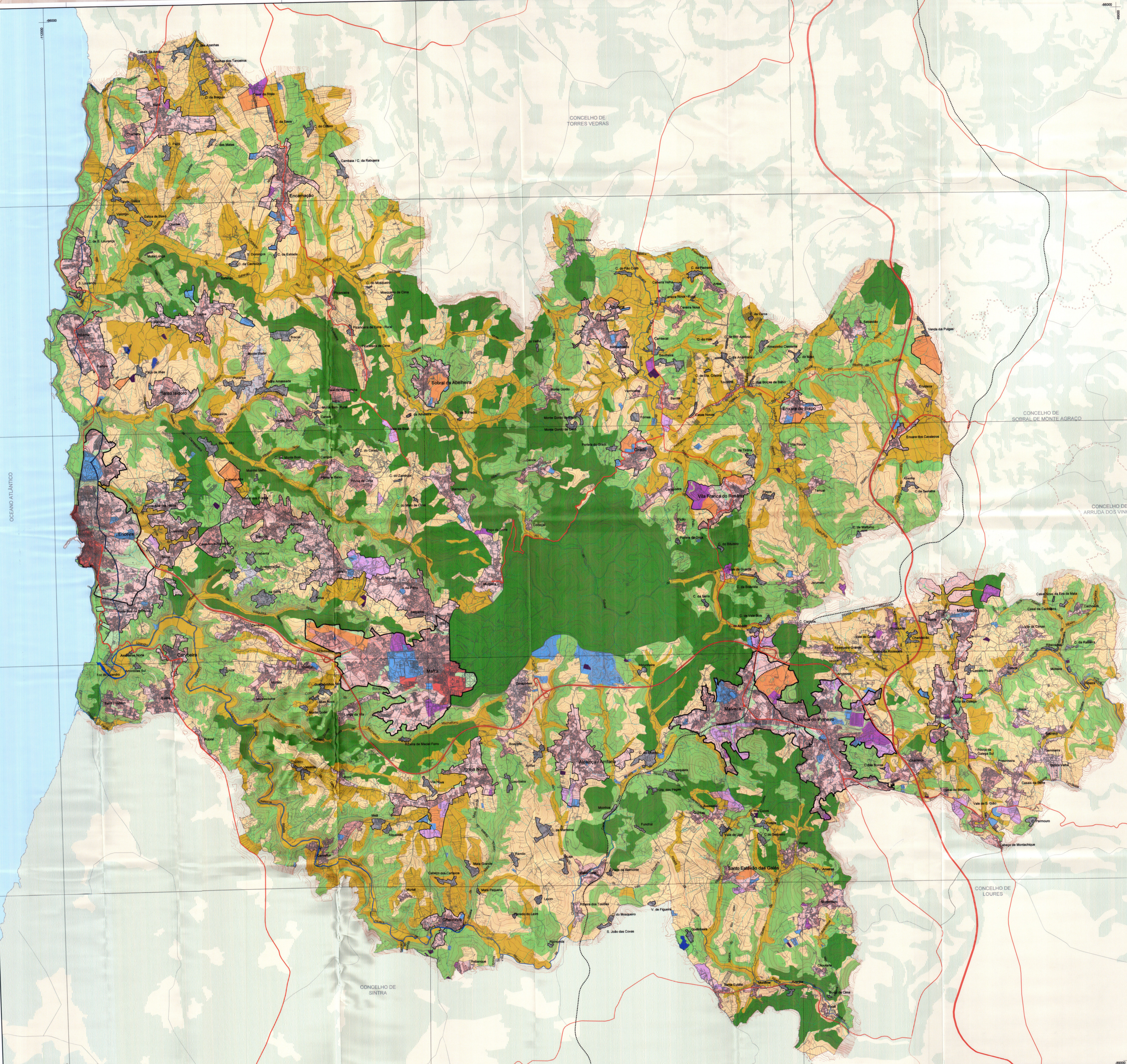
1.A

MARÇO 2018

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

1.A

MARÇO 2018



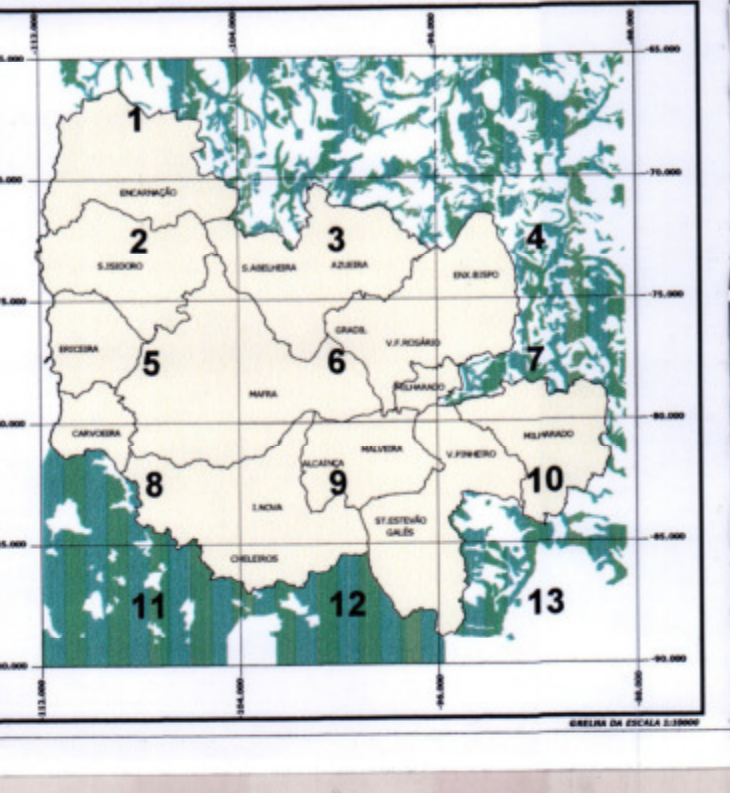
SOLO RURAL	
ESPAÇOS AGRÍCOLAS	[Yellow box]
ESPAÇOS AGROFLORESTAIS	[Light green box]
ESPAÇOS FLORESTAIS	[Dark green box]
ESPAÇOS NATURAIS	[Light blue box]
ESPAÇOS DE RECURSOS GEOLÓGICOS	[Dark blue box]
ESPAÇOS AFETOS A ATIVIDADES INDUSTRIAIS	[Purple box]
ESPAÇOS DESTINADOS A EQUIPAMENTOS E OUTRAS ESTRUTURAS	[Light purple box]
AGLOMERADOS RURAIS	[Light blue box]
ÁREAS DE EDIFICAÇÃO DISPERSA	[Light blue box]

SOLO URBANO	
SOLO URBANIZADO	
ESPAÇOS RESIDENCIAIS	[Red box]
Áreas Consolidadas	[Red box]
Áreas de Valor Patrimonial	[Red box]
Áreas Estruturadas	[Red box]
Áreas Edificadas em Faixa de Risco na Orla Costeira	[Red box]
ESPAÇOS DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS	
Áreas Consolidadas	[Purple box]
Áreas e Estruturas	[Purple box]
ESPAÇOS VERDES	
ESPAÇOS DE USO ESPECIAL	[Light green box]
Áreas de Equipamentos e Outras Estruturas	[Light green box]
Áreas de Infraestruturas	[Light green box]
SOLO URBANIZÁVEL	
	[Orange box]

SISTEMA URBANO	
NÚCLEOS URBANOS	
Nível I	[White box]
Nível II	[White box]
Nível III	[White box]

ORLA COSTEIRA	
LIMITE DA ZONA DE PROTEÇÃO E SALVAGUARDA NA ORLA COSTEIRA	[Dashed line]

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS	
REDE RODoviÁRIA NACIONAL E REGIONAL	[Red line]
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS	[Orange line]
REDE FERROVIÁRIA	[Black line]
ESQUELOS	[Red line]
LIMITE DO CONCELHO	[Red line]
TOPOONIMIA	[Blue line]
LIMITE DAS ÁGUAS DO MAR	[Blue line]
CONCELHOS VIZINHOS / ÁREAS DE RESERVA E PROTEÇÃO DE SOLOS E RECURSOS NATURAIS	[Green line]
CURVAS DE ÁGUA	[Blue line]
CURVAS DE NÍVEL	[Brown line]



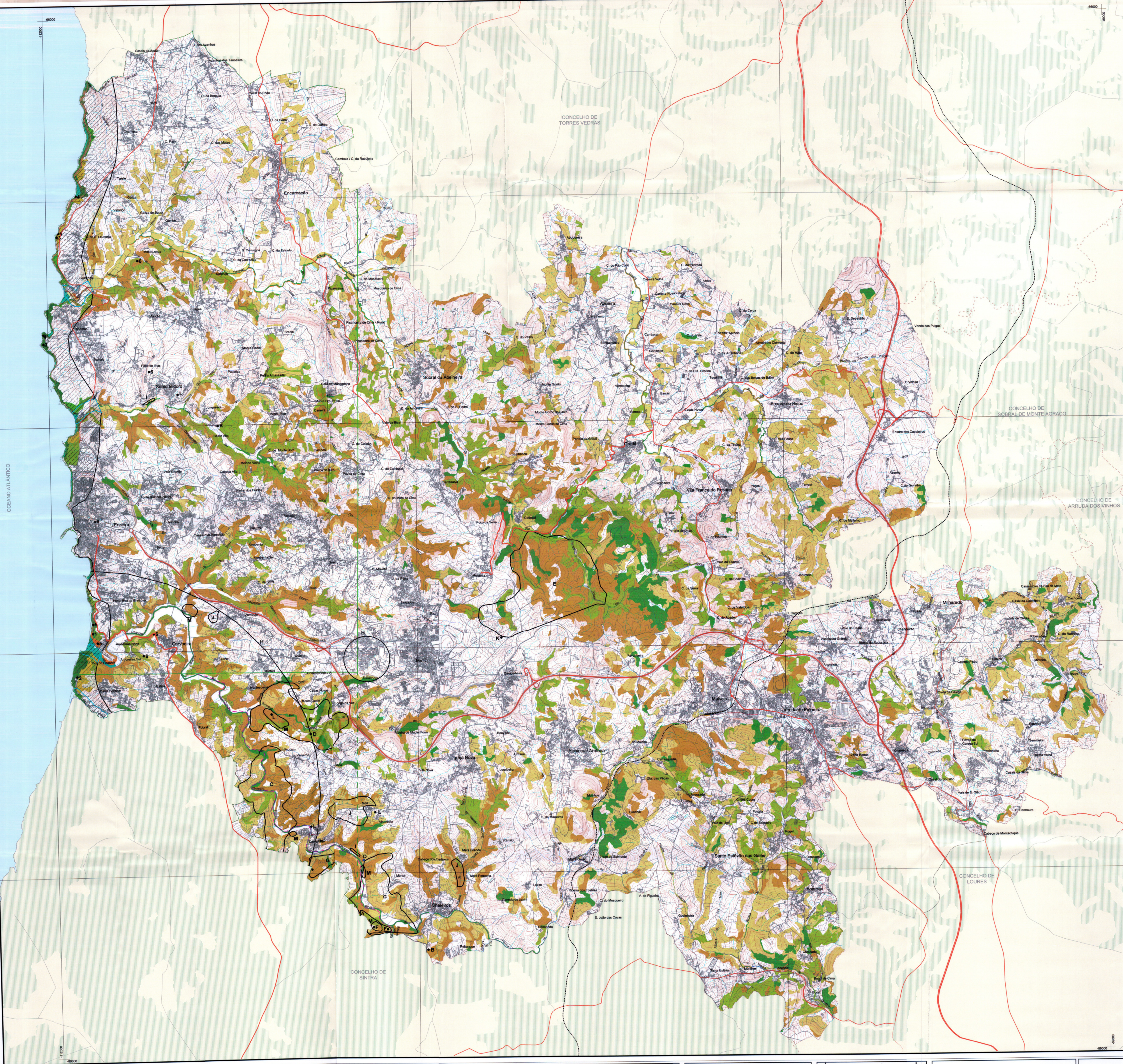
PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAFRA

PLANTA DE ORDENAMENTO: CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

CONCELHO MUNICIPAL, ART.º 1.º

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

1.A MARÇO 2018



HABITATS NATURAIS, SEMINATURAIS E ESPÉCIES DA REDE NATURA

Limite da Rede Natura * - habitat prioritário / Espécie prioritária

HABITATS	ESPÉCIES DA
1150pt1* - Lagunas costeiras de águas pouco salgadas ou Salobras	1 Heroniformes
1210 - Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	2 *Saxifraga
1240 - Arribas com a vegetação das costas mediterrânicas com <i>Limonium</i> spp. endémicas	3 Limonium
2110 - Dunas móveis embionárias	4 Limonium
2120 - Dunas móveis do cordão dunar com <i>Ammophila arenaria</i>	5 Verbascum
2130* - Dunas fixas com vegetação herbácea	6 Silene sp.
2250pt1* - Dunas litorais com <i>Juniperus</i> spp.	7 Chondrostoma
	8 Loricaria
	9 Loricaria
	10 Alouatta
	11 Alouatta
	12 Alouatta

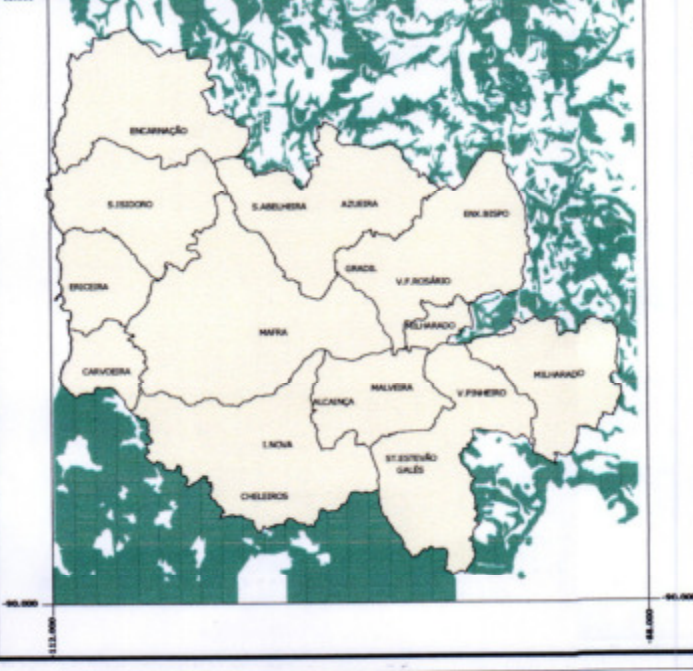
HABITATS E ESPÉCIES NA RESTANTE ÁREA DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

* - habitat prioritário / Espécie prioritária

HABITATS	ESPÉCIES DA FLORA
1210 - Cursos de água mediterrânicos permanentes ou intermitentes	1 Silene longicaulis
1240 - Arribas com a vegetação das costas mediterrânicas com <i>Limonium</i> spp. endémicas	
2110 - Dunas móveis embionárias	
3280 3290 - Cursos de água mediterrânicos permanentes ou intermitentes	
4030pt1 - Charnecas secas europeias	ESPÉCIES DA FAUNA
5230* 5330pt15 5330pt17 - Matagais arborecentes de <i>Laurus nobilis</i> ou matos termomediterrânicos pré-desérticos	1 Alcediniformes occidentalis
6210 6220* - Prados secos semi-naturais e fâcies arbustivas em substrato calcário ou Substeptes de gramíneas e anuais	2 *Acrida risii
9200pt1 - Galerias e matos ribeirinhos meridionais	3 Athysanella
9230 9240 9230 - Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i> ou Carvalhais Ibéricos de <i>Quercus faginea</i> e <i>Quercus ilex</i> ou florestas de <i>Quercus robur</i>	4 Bufo bufo
9540 - Pinhais mediterrânicos	5 Genetta genetta
	6 *Hemionia fasciata
	7 Loricaria
	8 Loricaria
	9 Loricaria
	10 Loricaria
	11 Loricaria
	12 Loricaria

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS

REDE AUTODISTRIBUÍDA NACIONAL E MUNICIPAL	ESTRUTURAS E CAMINHOS MUNICIPAIS
REDE FERROVIÁRIA	REDE FERROVIÁRIA
REDE DE ÁGUAS DO MAR	REDE FERROVIÁRIA
CONCELHO VIZINHO / ÁREA DE RESERVA E PROTEÇÃO DE SOLAS E ESPÉCIES VULNERÁVEIS	REDE FERROVIÁRIA
CURSOS DE ÁGUA	REDE FERROVIÁRIA
CURVAS DE NÍVEL	REDE FERROVIÁRIA



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAFRA

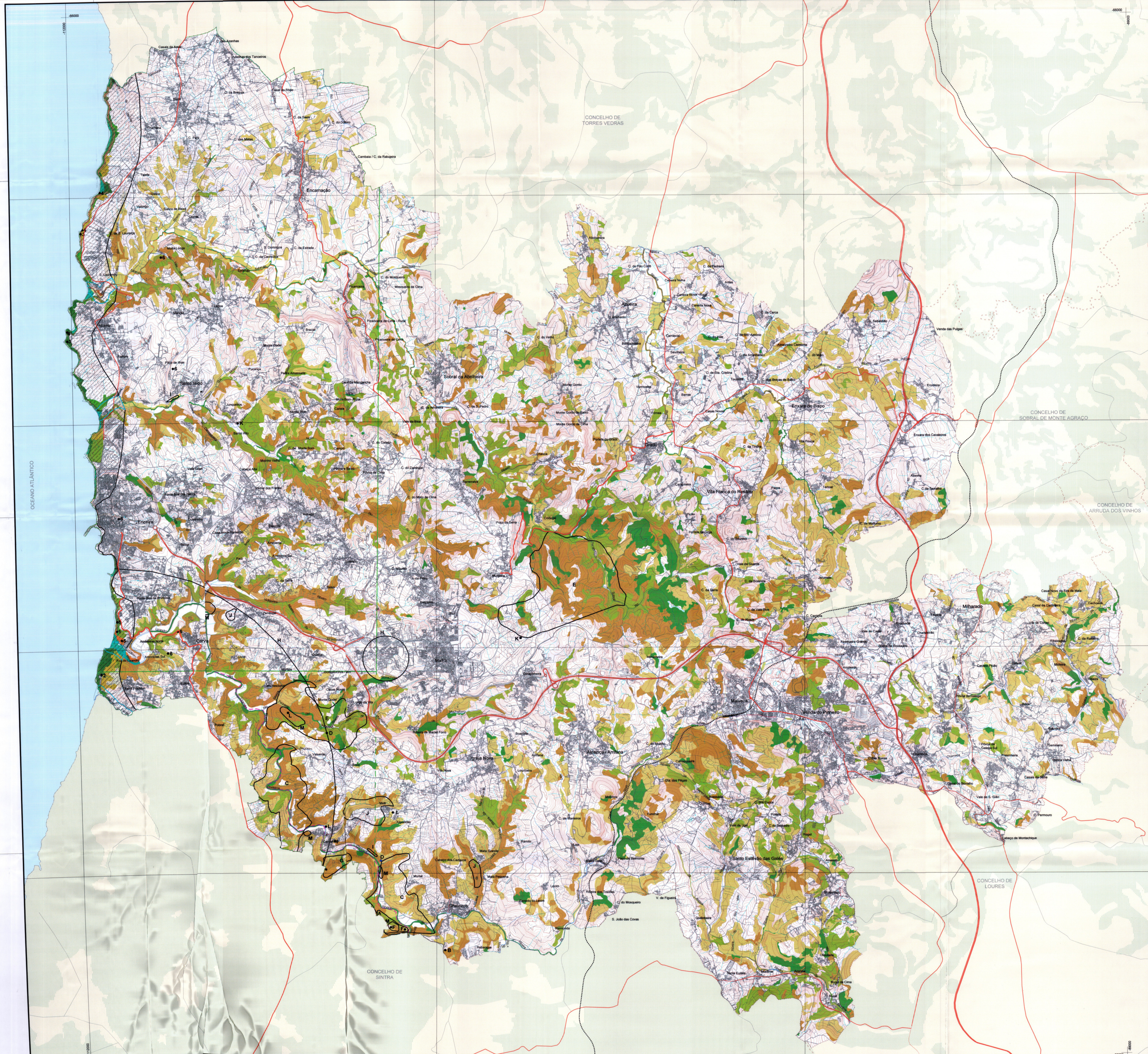
PLANTA DE ORDENAMENTO: DISTRIBUIÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES

CORREÇÕES MATERIAIS, ART.º 122.º

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

EDICIÓN: 1.ª C

MARÇO 2018



HABITATS NATURAIS, SEMINATURAIS E ESPÉCIES DA REDURA

HABITATS	ESPÉCIES DA FAUNA
1150pt1* - Lagunas costeiras de águas pouco salgadas ou salobras	1 Hemirhamphus
1210 - Vegetação anual das zonas de acumulação de detritos pela maré	2 *Anas platyrhynchos
1240 - Arribas com a vegetação das costas mediterrânicas com Limonium spp. endémicas	3 Limosa lapponica
2110 - Dunas móveis embrionárias	4 Limosa lapponica
2120 - Dunas móveis do cordão dunar com Ammophila arenaria	5 Verbosca (Rhyssalus)
2130* - Dunas fixas com vegetação herbácea	6 Silene acaulis
2250pt1* - Dunas litorais com *Juniperus spp.	7 Chondrosteoma tomentosum
	8 Lacerta agilis
	9 Lacerta schreiberi
	10 Mauremys leprosa

HABITATS E ESPÉCIES NA RESTANTE ÁREA DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

HABITATS	ESPÉCIES DA FLORA
1210 - Cursos de água mediterrânicos permanentes ou intermitentes	1 Silene longicallosa
1240 - Arribas com a vegetação das costas mediterrânicas com Limonium spp. endémicas	
2110 - Dunas móveis embrionárias	
3280 3290 - Cursos de água mediterrânicos permanentes ou intermitentes	
4030pt1 - Charcoais secos europeus	
5330* 5330pt15 5330pt7 - Matagais arbustivos de Laurus nobilis ou Matos termomediterrânicos pré-desérticos	
6210 6220* - Prados secos semi-naturais e fâscas Arbustivos em substrato calcário ou Substeppes de gramíneas e anuais	
9200pt1 - Galerias e matos ribeirinhos meridionais	
9230 9240 9230* - Carvalho galego-português de Quercus robur e Quercus pyrenaica ou Carvalhais ibéricos de Quercus ilex e Quercus coccinea ou Florestas de Quercus subvar. coccinea	
9540 - Pinhais mediterrânicos	

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS

REDE RODOVIÁRIA NACIONAL, E REGIONAL	—
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS	—
REDE FERROVIÁRIA	—
ESPÉCIES	—
LIMITE DO CONCELHO	—
TOPONÍMIOS	—
LIMITES DAS ÁGUAS DO MAR	—
CONCELHOS VIZINHOS / ÁREAS DE RESERVA E PROTEÇÃO DE SOLAS E ESPÉCIES ENDÉMICAS	—
CURSOS DE ÁGUA	—
CURVAS DE NÍVEL	—

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAFRA

PLANTA DE ORDENAMENTO: DISTRIBUIÇÃO DE HABITATS E ESPÉCIES

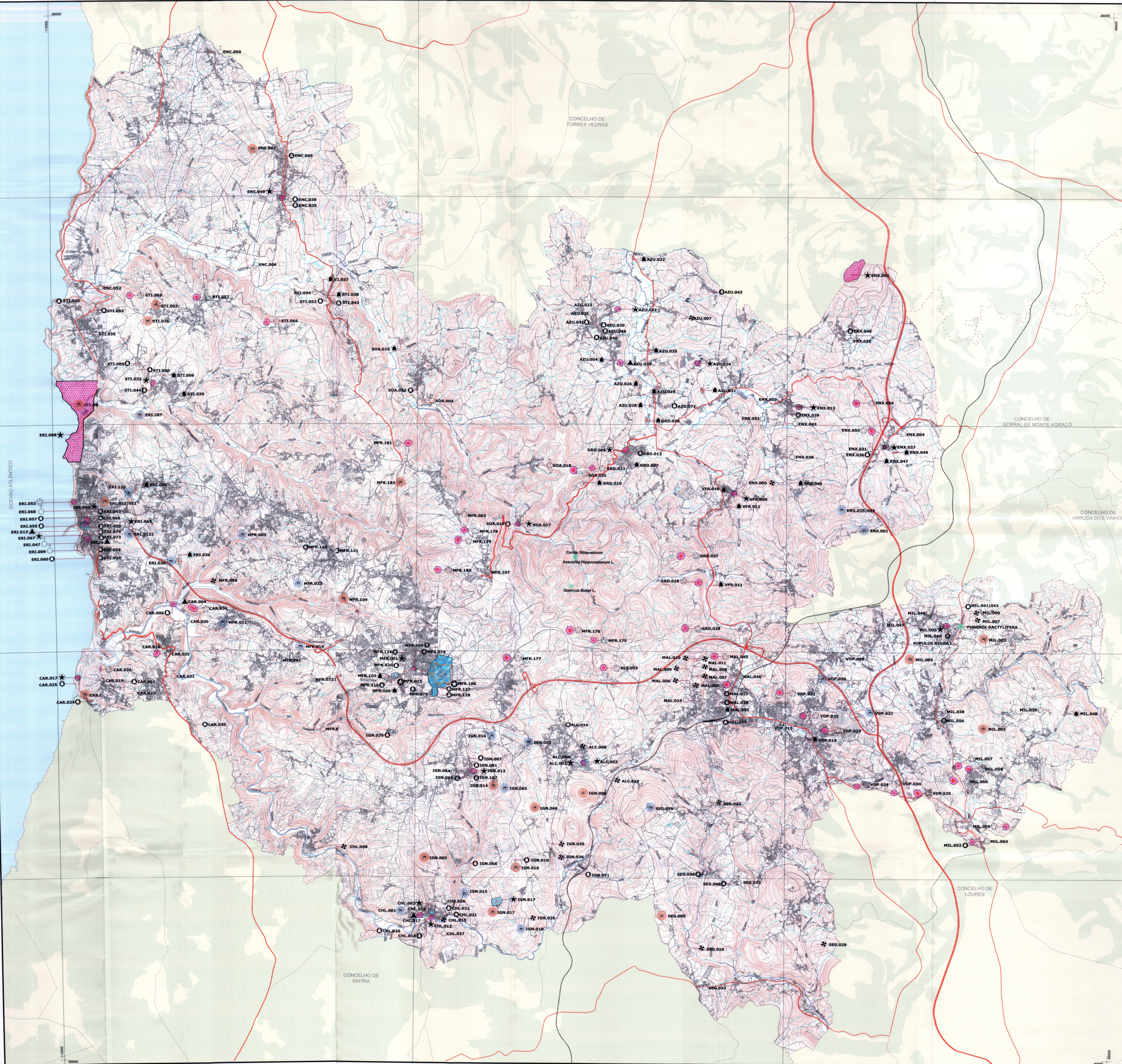
CONCELHO MUNICIPAL, ANO 1 - 2017

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

ESCALA: 1:5000

DATA: MARÇO 2018

1.C



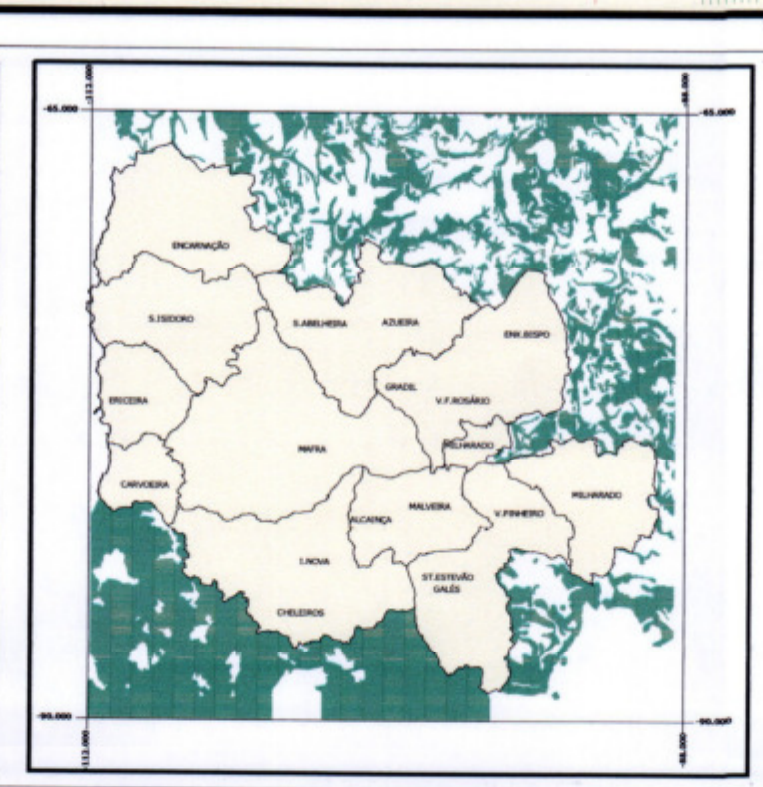
IMÓVEIS CLASSIFICADOS	
MONUMENTOS NACIONAIS - (M.N.)	
IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO - (I.P.)	
IMÓVEIS DE INTERESSE MUNICIPAL - (I.M.)	
ZONA DE PROTEÇÃO - (Z.P.)	
ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO - (Z.E.P.)	
ZONA NON AEDIFICANDI	
IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO	
IMÓVEIS EM VIAS DE CLASSIFICAÇÃO	

ÁRVORES CLASSIFICADAS	
ÁRVORES DE INTERESSE PÚBLICO - (A.I.P.)	

OUTROS IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL	
ARQUITETURA RELIGIOSA	
ARQUITETURA INDUSTRIAL	
ARQUITETURA CIVIL	
QUINTAS	
OUTROS ELEMENTOS	

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	
ÁREAS DE PROTEÇÃO NÍVEL 1	
ÁREAS DE PROTEÇÃO NÍVEL 2	

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS	
REDE RODoviÁRIA NACIONAL E REGIONAL	
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS	
REDE FERROVIÁRIA	
BOZEFREIOS	
LIMITE DO CONCELHO	
TOPONÍMIA	
LEITO DAS ÁREAS DO MAR	
CONCELHOS VIZINHOS / ÁREAS DE RESERVA E PROTEÇÃO DE SOLOS E ESPÉCIES VEGETAIS	
CURVAS DE ÁGUA	
CURVAS DE NÍVEL	



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAFRA

PLANTA DE ORDENAMENTO: PATRIMÓNIO MUNICIPAL

CONHECERES MATERIAIS, ART.º 122.º

COORDENADOR DE REDACÇÃO: [Nome]

COORDENADOR TÉCNICO: [Nome]

PROFESSOR: [Nome]

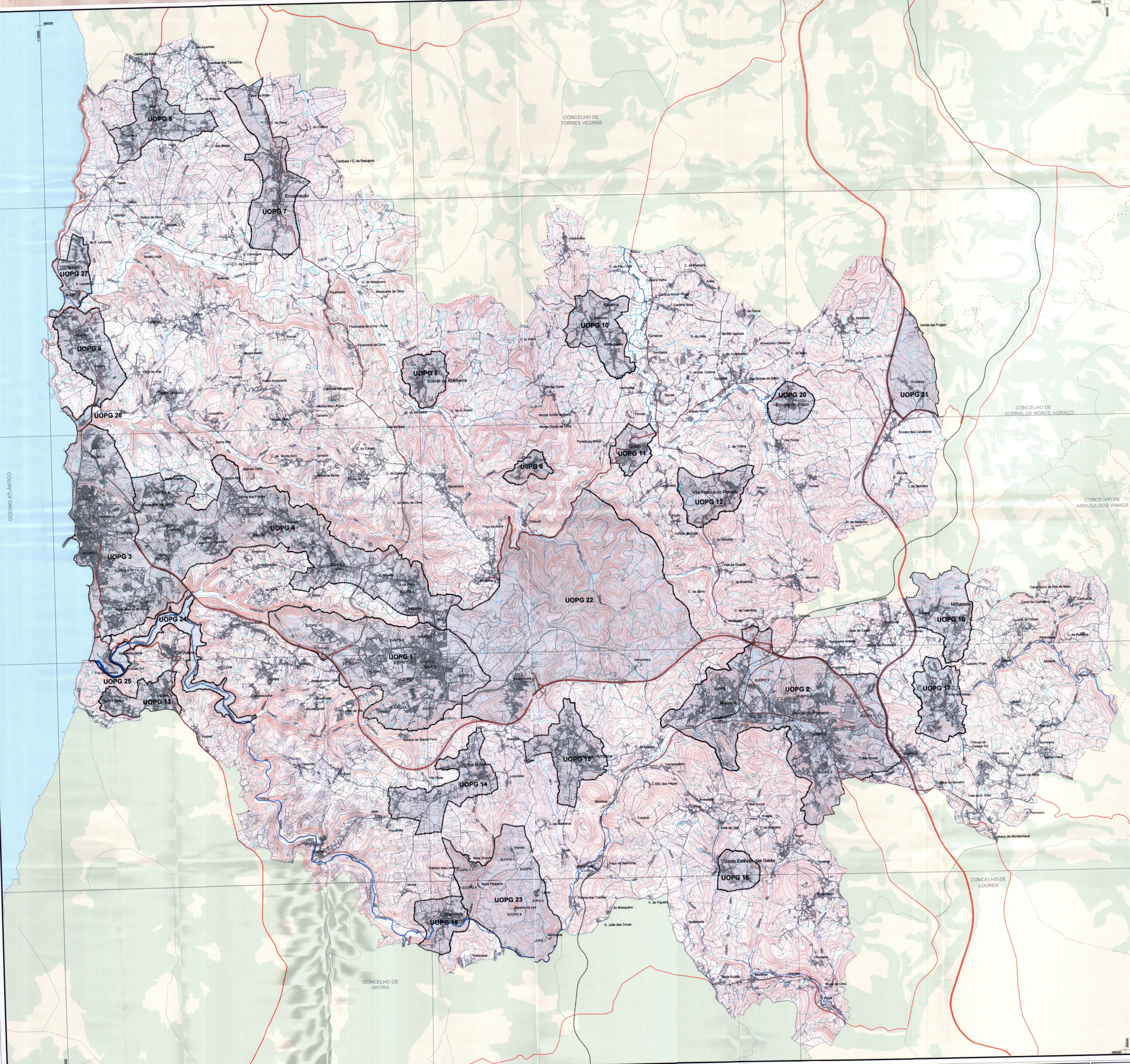
PROFESSOR: [Nome]

ESCALA: 1:50000

FECHA: MARÇO 2018

PROFESSOR: [Nome]

PROFESSOR: [Nome]



LEGENDA:

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)	
Sub-Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (SUOPG) - Limites Provisórios	

GRUPO 1 - CORREDOR CENTRAL

UOPG 1 - Mafra
UOPG 2 - Matveira / Venda do Pinheiro
UOPG 3 - Ericeira
UOPG 4 - Eixo Urbano Ericeira / Mafra

GRUPO 2 - CONSOLIDAÇÃO REDE URBANA MUNICIPAL

UOPG 5 - Barril / Charneca	UOPG 17 - Póvoa de Galego
UOPG 6 - Ribamar / Palkhal	UOPG 18 - Santo Estêvão das Galés
UOPG 7 - Encarnação	UOPG 19 - Chaleiros
UOPG 8 - Sobral da Abelheira	UOPG 20 - Encara do Bispo
UOPG 9 - Charneca	
UOPG 10 - Anzela / Livramento / Bahoeira	
UOPG 11 - Gralil	
UOPG 12 - Vila Franca do Rosário	
UOPG 13 - Batela / Barril / Valvom	
UOPG 14 - Igreja Nova	
UOPG 15 - Alcaínca / Arrifana	
UOPG 16 - Milharado / Titularia	

GRUPO 3 - ÁREAS DE OPORTUNIDADES

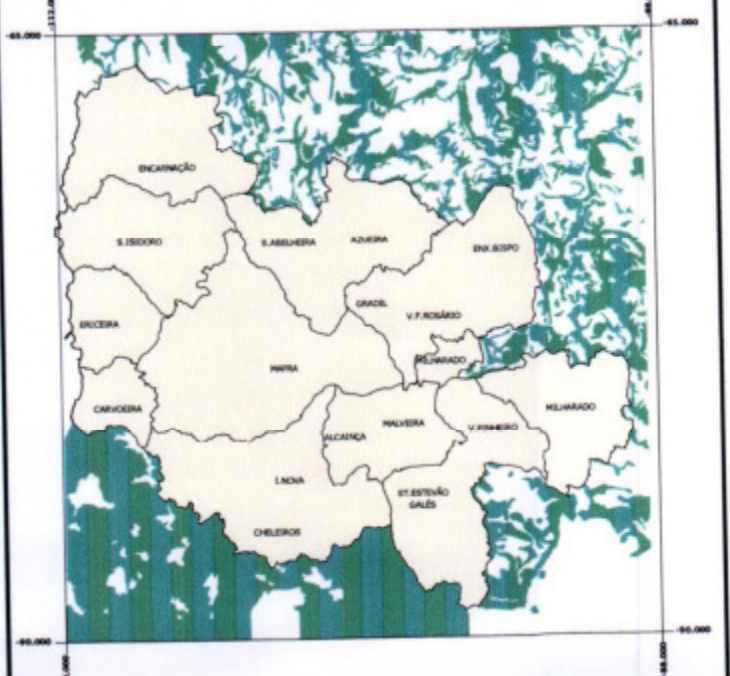
UOPG 21 - Espaço de Desenvolvimento - N.º de Encarados Cavaleiros
UOPG 22 - Tapada Nacional de Mafra
UOPG 23 - Envolvimento do Penedo de Lelim
UOPG 24 - Área de Regadio Tradicional do vale do Rio Lizandré

GRUPO 4 - COMPATIBILIZAÇÃO COM AS UOPG DO POOC

UOPG 25 - Fox do Lizandré
UOPG 26 - Ribeira d'Elhas
UOPG 27 - São Lourenço / Casais de S. Lourenço

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS

REDE RODoviÁRIA NACIONAL E REGIONAL	
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS	
REDE FERROVIÁRIA	
REDES DE ÁGUA	
LIMITES DO CONCELHO	
TOPONÍMIA	
LEITO DAS ÁGUAS DO MAR	
CONCELHOS VEZANOS / ÁREAS DE RESERVA E PROTEÇÃO DE SOLOS E ESPÉCIES VEZANAS	
CURVAS DE ÁGUA	
CURVAS DE NÍVEL	



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAFRA

PLANTA DE ORDENAMENTO: Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

CONCELHO MUNICIPAL, 1471 / 1472

ESCALA: 1:50000

FECHA: MARÇO 2018

DEPARTAMENTO DE URBANISMO OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

1.H

MARÇO 2018



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

22
a

**DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE
DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA REUNIÃO DE 2018/03/23**

PROC.º 16.1.3/2018/1

ASSUNTO: Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal, às plantas de condicionantes.

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente, em anexo, a Informação Interno/2018/4423, elaborada a 19 de março de 2018, na Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância do Chefe da Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística e do Diretor do Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente, ambos datados da mesma data.

DELIBERAÇÃO: Atenta a informação prestada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 3 do art.º 121.º do atual regime jurídico de dos instrumentos de gestão territorial, o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 maio, concordar com a alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal e que incide sobre as plantas de condicionantes (carta de servidões administrativas e restrições de utilidade pública e carta da reserva ecológica nacional, por tipo de áreas).

--- Deliberou, ainda, enviar a declaração da alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal, à Assembleia Municipal, à CCDRLVT e ao diário da república, 2.ª série, nos termos dos números 3.º e 4.º art.º 121.º do RJIGT, conjugado com o art.º 191.º do mesmo regime jurídico.

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / **Maioria:**

Votos a favor: os Vereadores presentes e do Sr. Presidente.

Votos contra: —

Abstencões: —

Declarações de voto: —

ASSINATURAS:

Handwritten signatures on lines, including a large signature in the center and several others on the left and right sides.





0.2

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

PARECER

Concordo com a proposta apresentada.

À consideração superior

19.03.2018

O(A) Diretor(a) de Departamento,

Concordo com a intervenção
prestada. Protocolo que se
submete à Câmara Municipal.
19.03.2018

O(A) Chefe de Divisão

DESPACHO

A reunião

?

19.03.18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/4423

ASSUNTO: Alteração por adaptação do Plano Diretor Municipal de Mafra, às plantas de condicionantes.

1. O Plano Diretor Municipal de Mafra foi publicado no Diário da República n.º 114, da 2.ª série, através do Aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho. Contudo a sua entrada em vigor ficou condicionada à aprovação da Reserva Ecológica Nacional (REN), pela Comissão Nacional da REN, conforme o estabelecido no artigo 118.º do regulamento do plano.

A entrada em vigor da Portaria n.º 292/2015, de 18 de setembro, aprovou a delimitação da REN Final do Município de Mafra e determinou a entrada em vigor do PDM.

2. No pressuposto anterior a delimitação final da REN estabeleceu a redefinição da numeração das áreas de exclusão e dos limites da exclusão E.11, o que vem a determinar a necessidade de adaptação das plantas de condicionantes do PDM, definidas como Carta de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública e Carta da Reserva Ecológica Nacional, por Tipo de Áreas, à Portaria n.º 292/2015, nos termos da alínea a), do número 1 do art.º 121.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente
Divisão de Planeamento Territorial e Gestão Urbanística

3. Importa referir, que este procedimento de alteração por adaptação não constitui qualquer decisão de planeamento, limitando-se a transpor o conteúdo do ato legislativo, consignado na Portaria n.º 292/2015, de 18 de setembro, para o PDM, conforme o disposto no n.º 2 do art.º 121.º do RJIGT.
4. Informa-se, ainda, que a alteração por adaptação do PDM depende de mera declaração da Câmara Municipal, a publicar no diário da república e a transmitir à Assembleia Municipal e à CCDRLVT, conforme os n.ºs 3 e 4 do art.º 121.º do RJIGT. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere declarar nos termos do referido anteriormente.

Mafra, 19 de março de 2018

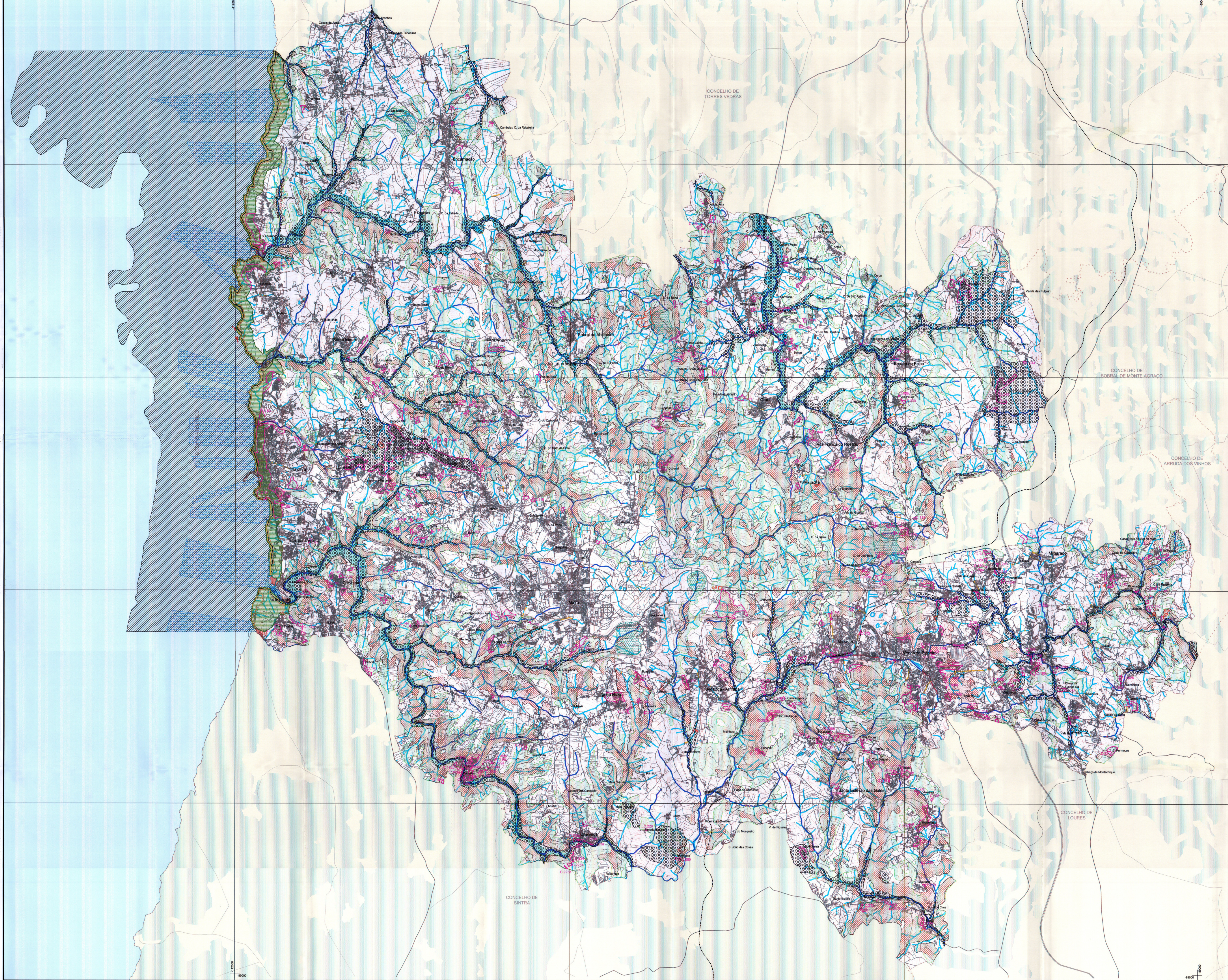
19/03/2018

X Sofia dos Santos

Sofia dos Santos

Assinado por: SOFIA MARGARIDA BRANCO DOS SANTOS

A Dirigente de 3.º grau da Unidade de Planeamento e Ordenamento do Território.



1 - ZONAS COSTEIRAS

Faixa ao longo da costa marítima	
Praias	
Ilhas, ilhéus e rochedos emersos no mar	
Dunas litorais	
Arribas ou falésias, incluindo faixa de protecção	
Faixa de protecção do litoral	
Sopé da arriba	
Crista da arriba	
Rebordo da arriba	

2 - ZONAS RIBEIRINHAS, ÁGUAS INTERIORES E ÁREAS DE APANHAMENTO

Leitos dos cursos de água ren a céu aberto	
Leitos dos cursos de água ren cobertos	
Áreas de máxima infiltração	
Cabeceiras de linhas de água	
Zonas ameaçadas pelas cheias	

3 - ZONAS DECLIVOSAS

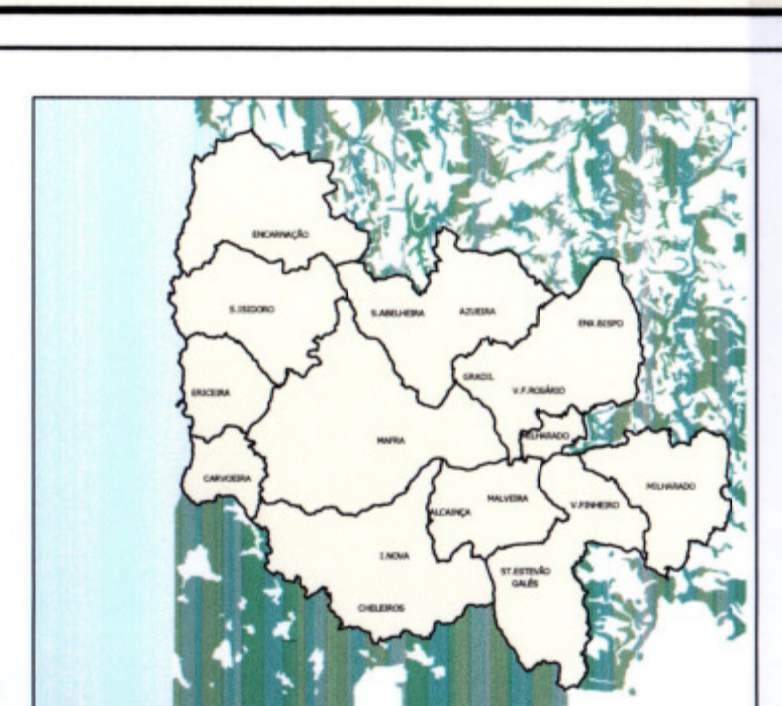
Áreas com riscos de erosão	
Escarpas e outras áreas de elevada susceptibilidade geológica	

4 - EXCLUSÕES

Áreas excluídas da ren (C)	
Áreas excluídas da ren (E)	

ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS

Rede hidrográfica nacional e regional	
Estradas e caminhos municipais	
Rede ferroviária	
Limite do concelho	
Toponímia	
Letto das áreas do mar	
Concelhos vizinhos / áreas de reserva e protecção de solos e superfícies vegetais	
Restantes cursos de água	
Curvas de nível	



PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MAFRA

PLANTA DE CONDICIONANTES: RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL POR TIPOLOGIA DE ÁREA, COM ÁREAS DE EXCLUSÃO
(ALTERAÇÃO NA ADAPTAÇÃO, ART.º 123.º)

DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

2.B MARÇO 2018

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018
Assunto 2.2: Alteração por adaptação do PDM, às plantas de condicionantes



Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018
Assunto 2.2: Alteração por adaptação do PDM, às plantas de condicionantes

1. **PDM** publicado através do aviso n.º 6614/2015, de 15 de junho, e retificado através da declaração n.º 74/2017, de 18 de setembro, para adaptação às normas do POOC Alcobça-Mafra (regulamento e plantas de ordenamento).
2. **Alteração por adaptação**: procedimento da dinâmica dos planos e programas, consignado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
3. **Alteração por adaptação**, presente a reunião de câmara, decorre:
 - Da entrada em vigor de leis ou regulamentos, a) n.º 1 do art.º 121.º
 - Para adaptação à REN do Município de Mafra, aprovada posteriormente à aprovação do PDM e que determinou a sua entrada em vigor
 - Não constitui qualquer decisão de planeamento, limita-se a transpor o conteúdo do ato legislativo, consignado na Portaria da REN para o PDM, conforme o n.º 2 do art.º 121.º.



Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018

Assunto 2.2: Alteração por adaptação do PDM, às plantas de condicionantes

4. Delimitação final da REN de Mafra estabeleceu:

- Redefinição da numeração das áreas de exclusão e dos limites da exclusão E.11
- Necessária **adaptação das plantas de condicionantes do PDM**, Carta de Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública e Carta da Reserva Ecológica Nacional, por Tipo de Áreas.

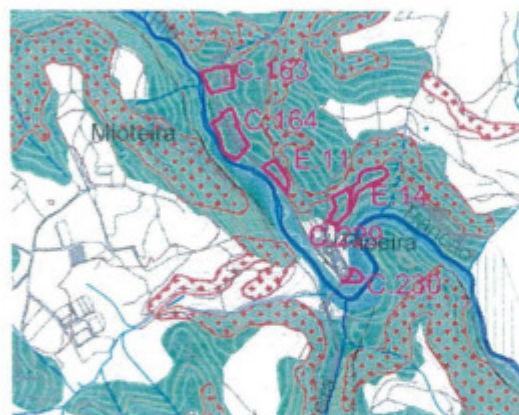
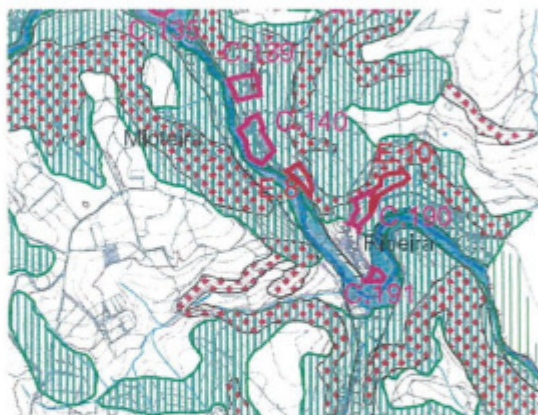
5. Alteração por adaptação do PDM depende de mera declaração da Câmara Municipal, a publicar no diário da república e a enviar à Assembleia Municipal e à CCDRLVT, conforme n.º 3 e 4 do art.º 121.º, conjugado com o art.º 191.º.



Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018

Assunto 2.2: Alteração por adaptação do PDM, às plantas de condicionantes



Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018
Assunto 2.3: Correções materiais do PDM, às plantas de ordenamento e de condicionantes



Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018
Assunto 2.3: Correções materiais do PDM, às plantas de ordenamento e de condicionantes

1. **Correções materiais:** procedimento da dinâmica dos planos e programas, consignado no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.
2. **Correções materiais,** presentes a reunião de câmara, decorrem:
 - Acertos de cartografia, por discrepâncias entre plantas de condicionantes e ordenamento, a) n.º 1 do art.º 122.º
 - Correções de erros materiais patentes da representação cartográfica, b) n.º 1 do art.º 122.º
 - Correções das plantas, por incongruência entre a representação cartográfica e o regulamento, c) n.º 1 do art.º 122.º
 - Não constitui qualquer decisão de planeamento, limita-se a corrigir discrepâncias e incongruências cartográficas ou do regulamento.



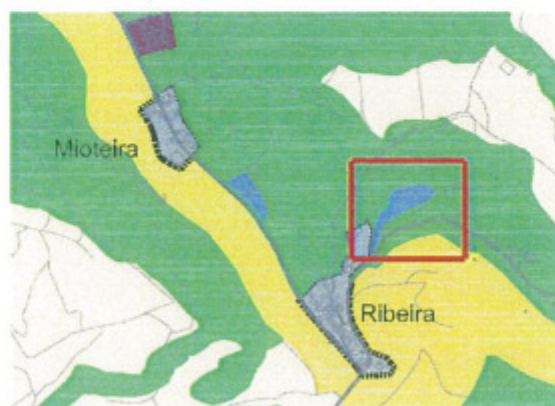
Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018

Assunto 2.3: Correções materiais do PDM, às plantas de ordenamento e de condicionantes

3. Correções materiais do PDM, às plantas de ordenamento:

- **Carta de Classificação e Qualificação do Solo**, correção de uma discrepância com as plantas de condicionantes, e limites da área de espaço destinado a equipamentos e outras estruturas, no Milharado, junto ao aglomerado rural da Ribeira, e a área de exclusão da REN



Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018

Assunto 2.3: Correções materiais do PDM, às plantas de ordenamento e de condicionantes

3. Correções materiais do PDM, às plantas de ordenamento:

- **Carta de Distribuição de Habitats e Espécies**, correção de uma incongruência entre a representação cartográfica e o regulamento, da espécie da flora nas áreas do SIC Sintra-Cascais
- **Carta de Património Municipal**, correção de omissões patentes na representação cartográfica das zonas de proteção dos imóveis de interesse municipal
- **Carta de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão**, correção de erros materiais patentes na representação cartográfica dos limites das SUBUOPG 1, 2, 3, 5, 7, 8 e 12 da UOPG 1 Mafra.



Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente

Reunião ordinária, pública, da Câmara Municipal de Mafra – 23 de março de 2018

Assunto 2.3: Correções materiais do PDM, às plantas de ordenamento e de condicionantes

3. Correções materiais do PDM, à planta de condicionantes:

- **Carta de Restrições Administrativas e Servidões de Utilidade Pública**, correção de erros materiais patentes na representação cartográfica (zonas de proteção dos imóveis de interesse municipal, servidão militar da Base Aérea de Sintra n.º 1 (zona J e zona F) e domínio hídrico das águas do mar e margem)

4. Correções materiais do PDM dependem de mera comunicação da Câmara Municipal, a publicar no diário da república e a enviar à Assembleia Municipal e à CCDRLVT, conforme n.º 2 e 3 do art.º 122.º, conjugado com o art.º 191.º.



Departamento de Urbanismo, Obras Municipais e Ambiente



PREÂMBULO

2017 correspondeu, duplamente, ao **culminar de quatro anos de mandato** e ao arranque de um **novo ciclo político municipal**, orientado para a inovação.

Neste contexto, prestar contas do ano económico de 2017 implica começar por fazer um **exercício de enquadramento**, fazendo o balanço do trabalho desenvolvido ao longo do último quadriénio para avaliar, assim, o cumprimento do programa de governação proposto para o Município de Mafra. Ora, esse balanço resume-se em **três conceitos**: responsabilidade, proximidade e criatividade.

Responsabilidade na gestão municipal: honrando os compromissos assumidos; diminuindo despesas de funcionamento; reduzindo o endividamento através da exigente e difícil renegociação com credores; e assumindo uma política fiscal sustentável, que se revelou uma fonte de receita imprescindível ao equilíbrio orçamental e, sobretudo, à garantia do bem-estar social.

Proximidade na intervenção comunitária: implementando uma política de família global e integrada, que abrange desde a fiscalidade à habitação, apoio social, educação, cultura, desporto, ocupação de tempos livres, infância, juventude e velhice; dinamizando a capacidade empreendedora do movimento associativo e da sociedade civil; humanizando o território através de uma ação quotidiana nos espaços públicos das nossas aldeias e vilas; mas também rentabilizando o património já construído, na ótica da poupança de recursos escassos e da defesa da memória coletiva.

Criatividade na implementação de uma nova agenda local: investindo na requalificação urbana para tornar o território mais atrativo; projetando o Concelho de Mafra para além dos seus limites geográficos; apostando na cultura como duplo fator de qualificação das pessoas e de atratividade territorial; aproveitando as janelas de oportunidade decorrentes do novo quadro comunitário de financiamento; e até criando um ambiente institucional que incentiva o crescimento de ideias empreendedoras e a competitividade do ecossistema empresarial, assim contribuindo para a criação de emprego e a geração de riqueza.

Em suma, com responsabilidade, proximidade e criatividade, foi possível não só concretizar o indispensável **equilíbrio das contas municipais**, como também gerar a capacidade financeira e operacional necessária para **sustentar as bases de projetos futuros**, ao serviço da promoção do desenvolvimento socioeconómico do Concelho de Mafra.



Estas duas premissas estão traduzidas nos **Documentos de Prestação de Contas 2017**, que agora se submetem à apreciação:

1. Atestando o **rigor na gestão municipal**, destaca-se a realização de investimentos no montante de 15 milhões de euros, a diminuição da dívida global a terceiros, em 1,6 milhões de euros face ao ano anterior, e o resultado líquido positivo de cerca de 2,5 milhões de euros, apesar de já ter sido assumido, neste exercício económico, o valor das contingências decorrentes do resgate da concessão do serviço das águas e da reversão do serviço público de saneamento de águas residuais, no total de 9,084 milhões de euros;
2. Comprovando o crescente **dinamismo do tecido económico do Concelho de Mafra**, evidencia-se o significativo acréscimo da receita proveniente do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e dos impostos e taxas aplicados a loteamentos e obras.

Ainda sobre a receita, apraz registar que, não obstante o aumento global em cerca de 10,3% face a 2016, se registou uma diminuição do valor arrecadado quer em sede do **Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**, em função da redução da taxa e da aplicação do denominado IMI Familiar, quer ao nível do **Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)**, devido à redução na participação variável, e quer ainda em termos da **derrama**, atendendo à isenção atribuída às pequenas e médias empresas e a setores económicos estratégicos. A diminuição de receita nestas três rubricas é resultado objetivo de **duas opções estratégicas**, plenamente assumidas pelo Executivo Municipal: **o apoio às famílias e o incentivo ao investimento**.

Do lado da despesa, importa sublinhar, especialmente, o **aumento das despesas de capital**, na ordem dos 22,7% em relação ao ano anterior, as quais foram consignadas, sobretudo, à concretização de projetos estruturantes para a dinamização socioeconómica concelhia.

Através de uma análise à execução das **Grandes Opções do Plano (GOP)**, percecionam-se os principais investimentos realizados pela Câmara Municipal em 2017, com particular incidência nas Funções Sociais e nas Funções Económicas, nas quais foram aplicadas, respetivamente, 23,2 milhões de euros e 8,2 milhões de euros.

No âmbito das **Funções Sociais**, cuja taxa de execução foi de 91,5%, salienta-se o acréscimo de despesa em rubricas como a educação, saúde, proteção do meio ambiente e conservação da natureza e até a cultura, acréscimo este diretamente associado a investimentos estruturantes, muitos deles em áreas que constituem competência da



Administração Central. A título de exemplo, enumeram-se a ampliação e modernização da Escola Básica de Mafra, da Escola Básica Prof. Armando de Lucena (Malveira) e da Escola Básica do Sobral da Abelheira, a construção da Unidade de Saúde Mafra Leste, a limpeza e desobstrução das linhas de águas, mas também a organização de diversificados programas culturais, muito especialmente as comemorações do tricentenário do lançamento da primeira pedra do Real Edifício de Mafra.

Já no âmbito das **Funções Económicas**, com uma taxa de execução de 94,1%, verificou-se o reforço da despesa na renovação da iluminação pública e nos transportes e comunicações, incluindo-se nesta última rubrica tanto a permanente intervenção de conservação da rede viária como até a construção de novos equipamentos que elevam as condições de mobilidade, a exemplo do Parque Intermodal do Alto da Vela.

Em conclusão, os resultados registados em 2017 não só confirmam a **oportunidade das opções tomadas ao longo do ciclo político cessante**, como indiciam que estão garantidas as condições para o **desenvolvimento do projeto de inovação definido para o novo quadriénio**, orientado em três eixos: preservar, qualificar e valorizar.

Face ao exposto, e porque tais resultados só se justificam pelo trabalho coletivo, o Executivo Municipal não pode deixar de endereçar uma **palavra obrigatória de reconhecimento**: à Assembleia Municipal, que viabilizou o programa implementado; aos trabalhadores municipais, que souberam aliar o profissionalismo a uma profunda dedicação à causa pública; e, principalmente, aos munícipes, que não só participaram do esforço que lhes foi solicitado, como também demonstraram o seu espírito empreendedor.


É com este espírito que se faz deste um território cada vez mais atrativo e competitivo, mas sobretudo um **lugar de felicidade!**

Mafra, 6 de abril de 2018

O Presidente da Câmara Municipal

(Helder Sousa Silva)



Apresentação	
	
Execução Orçamental – Receita e Despesa	
Execução das GOP (Grandes Opções do Plano)	
Saldo Global Efetivo da Execução Orçamental	
Equilíbrio Orçamental	
Demonstração dos Resultados	
Balanço	
Endividamento	
Situação financeira – 2014/2017	

Execução Orçamental – Receita e Despesa					
(Unidade: Euro)					
Receitas	Dotação Corrigida	Liquidada	Cobrada Bruta	Desvio	Taxa de execução
Correntes	56 592 800	57 776 649	57 644 565	1 051 765	102%
Capital	3 529 300	5 065 495	5 026 326	1 497 026	142%
Outras	9 480 380	9 489 453	9 489 407	9 027	100%
Total	69 602 480	72 331 597	72 160 297	2 557 817	104%

(Unidade: Euro)					
Despesas	Dotação Corrigida	Compromissos Faturados	Despesa paga	Desvio	Taxa de execução
Correntes	45 302 500	43 985 019	41 738 586	-3 563 914	92%
Capital	24 299 980	19 767 620	19 603 799	-4 696 181	81%
Total	69 602 480	63 752 639	61 342 385	-8 260 095	88%

Município de Mafra

Execução das GOP (Grandes Opções do Plano)			
(Unidade: Euro)			
Designação	2015	2016	2017
1.Funções Gerais	3 178 394	5 028 006	2 160 871
2.Funções Sociais	14 519 592	17 839 006	23 244 914
3.Funções Económicas	6 528 080	7 207 150	8 221 784
4.Outras Funções	5 568 587	3 477 660	4 908 684
Total	29 794 653	33 551 822	38 536 253

Município de Mafra

Saldo Global Efetivo da Execução Orçamental			
(Unidade: Euro)			
Designação	2015	2016	2017
Receitas Correntes	52 167 497	53 771 740	57 644 565
Receitas de Capital	4 478 650	3 982 655	5 026 326
Outras Receitas	1 931 704	7 651 338	9 489 407
Receitas Totais	58 577 851	65 405 733	72 160 297
Despesas Correntes	37 963 907	39 944 219	41 738 586
Despesas de Capital	12 970 355	15 981 140	19 603 799
Despesas Totais	50 934 263	55 925 359	61 342 385
Saldo Corrente	14 203 590	13 827 521	15 905 979
Saldo de Capital	-8 491 705	-11 998 484	-14 577 473
Saldo Global Efetivo	5 711 884	1 829 037	1 328 506

Equilíbrio Orçamental	
(Unidade: Euro)	
Receitas Correntes	57 644 565
Despesas Correntes	41 738 586
Poupança Corrente	15 905 979
Amortizações Médias de Empréstimos de Médio e Longo Prazo	591 936
Saldo	15 314 043

Demonstração dos Resultados - Custos



Designação	(Unidade: Euro)		
	2015	2016	2017
Custo das mercadorias das matérias consumidas	330 382	297 230	283 959
Fornecimentos e serviços externos	18 403 672	21 702 864	23 904 201
Custos com o pessoal	13 826 588	14 368 928	14 789 451
Transferências e Subs. correntes concedidos	2 620 292	2 677 771	2 774 481
Amortizações do exercício	14 032 117	14 182 319	13 547 187
Provisões do exercício	55 963	0	112 587
Outros custos operacionais	97 847	66 409	70 668
Custos e perdas financeiros	339 533	257 488	201 871
Custos e perdas extraordinários	395 550	1 370 507	12 476 572
Total de Custos e Perdas	50 101 943	54 923 516	68 160 977

MAFRA, 26 DE ABRIL DE 2018

Demonstração dos Resultados - Proveitos/Resultados



Designação	(Unidade: Euro)		
	2015	2016	2017
Vendas e prestações de serviços	7 838 100	8 434 203	8 716 675
Impostos e taxas	30 492 150	29 552 042	35 332 867
Proveitos suplementares	172 235	205 950	167 382
Transferências e subsídios obtidos	12 362 674	11 943 434	13 900 814
Outros proveitos e ganhos operacionais	1 980	1 346	1 382
Proveitos e ganhos financeiros	593 285	250 338	509 531
Proveitos extraordinários	2 997 837	3 829 476	12 027 744
Total de Proveitos e Ganhos	54 458 261	54 216 788	70 656 395
Resultados Operacionais	1 500 279	-3 158 547	2 636 587
Resultados Financeiros	253 752	-7 150	307 660
Resultados Correntes	1 754 031	-3 165 697	2 944 246
Resultado Líquido do Exercício	4 356 319	-706 728	2 495 418

MAFRA, 26 DE ABRIL DE 2018

Balanço - Ativo



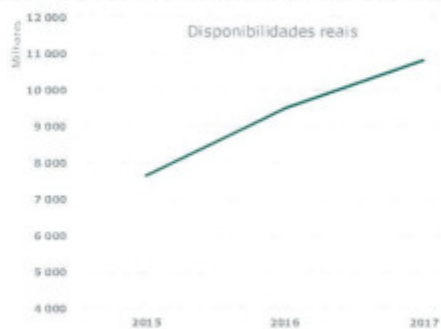
Ativo	(Unidade: Euro)		
	2015	2016	2017
Imobilizado	229 717 343	230 216 774	231 942 917
Existências	53 906	55 313	45 621
Dívidas de terceiros - cp	1 833 685	710 753	938 485
Depósitos em Inst. Financ. e Caixa	8 486 098	10 543 102	12 311 393
Acréscimos e diferimentos	26 055 796	23 700 693	25 827 361
Total do Ativo	266 146 828	265 226 635	271 065 777

2017-2018 - 12 meses

Ativo - Disponibilidades



Designação	(Unidade: Euro)		
	2015	2016	2017
Depósitos em Inst. Financ. e caixa	8 486 098	10 543 102	12 311 393
Operações de tesouraria	842 508	1 062 727	1 493 480
Total	7 643 589	9 480 375	10 817 913



2017-2018 - 12 meses

Balanco – Fundos Próprios e Passivo




Mafra

(Unidade: Euro)

Fundos Próprios e Passivo	2015	2016	2017
Património	183 135 256	186 434 627	186 434 627
Ajustamento de partes de capital	4 310 169	4 265 956	4 170 537
Reservas	1 485 070	1 485 070	1 485 070
Doações	4 114 520	4 237 052	4 268 395
Reservas de transf. de ativos	57 530	57 530	57 530
Outras reservas	-8 372 360	-8 372 360	-8 223 891
Resultados transitados	12 748 933	15 529 516	15 589 884
Resultado líquido do exercício	4 356 319	-706 728	2 495 418
Total dos Fundos Próprios	201 835 436	202 930 662	206 277 571
Provisões	7 585 912	7 736 234	8 785 979
Dívidas a terceiros - mlp	14 097 987	12 194 675	9 504 548
Dívidas a terceiros - cp	4 659 368	4 631 111	5 717 248
Acréscimos e diferimentos	37 968 123	37 733 953	40 780 431
Total do Passivo	64 311 391	62 295 973	64 788 206
Total dos Fundos Próprios e Passivo	266 146 828	265 226 635	271 065 777

Relatório Anual 2017 da Mafra


Componentes do Passivo



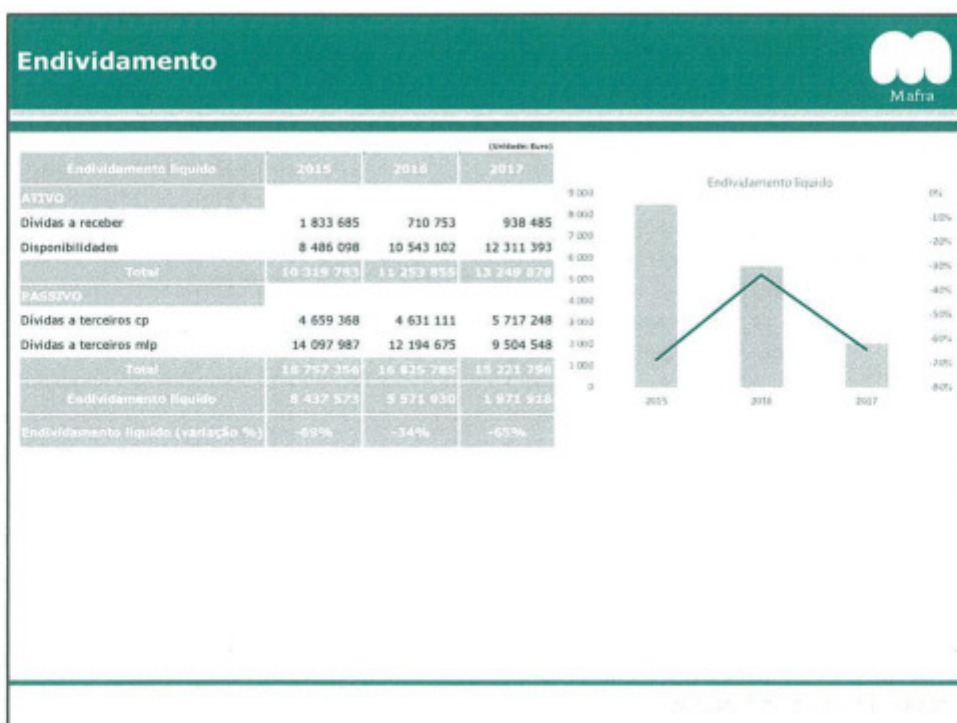
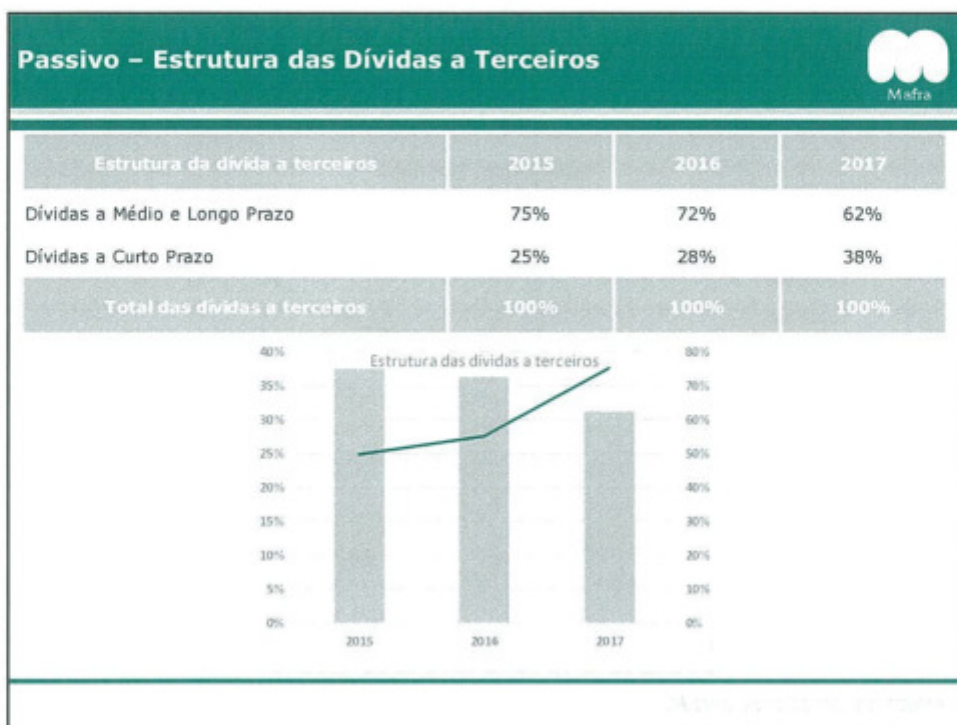
Mafra

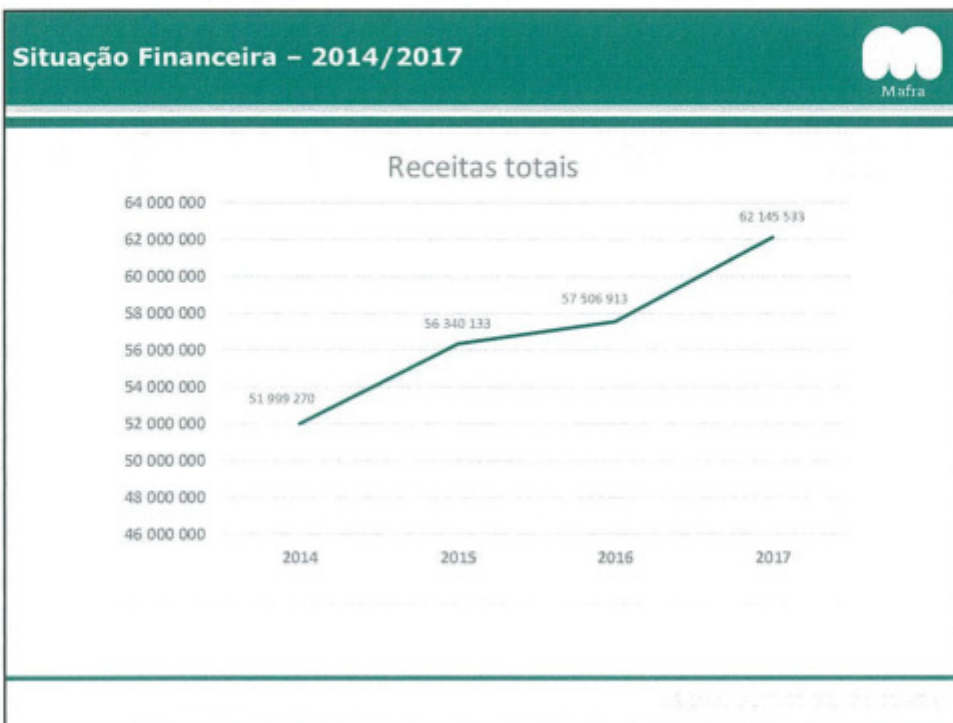
(Unidade: Euro)

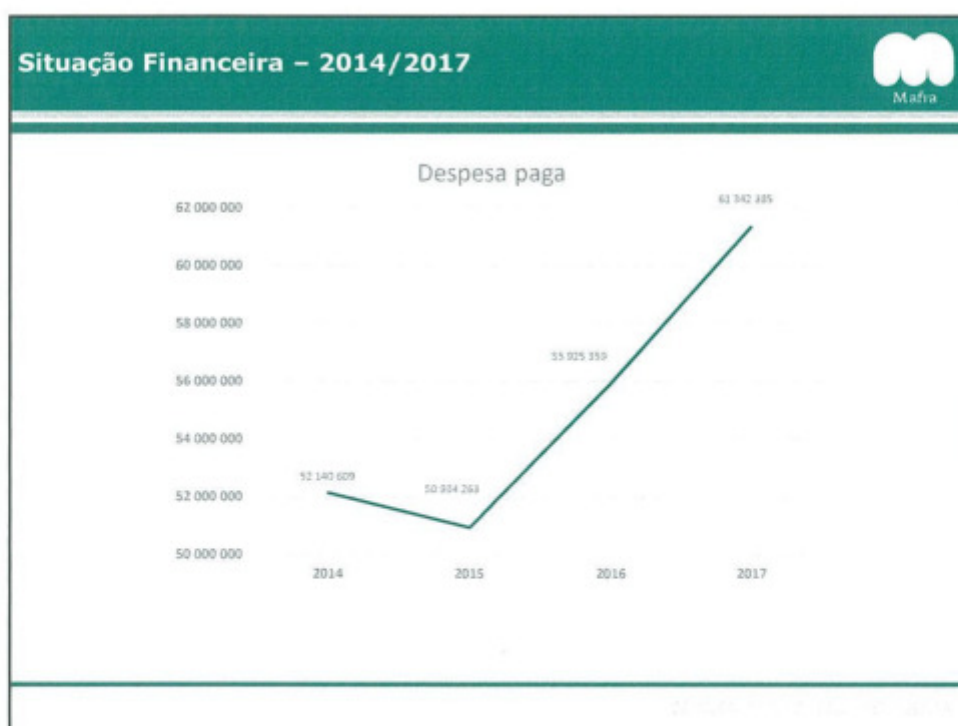
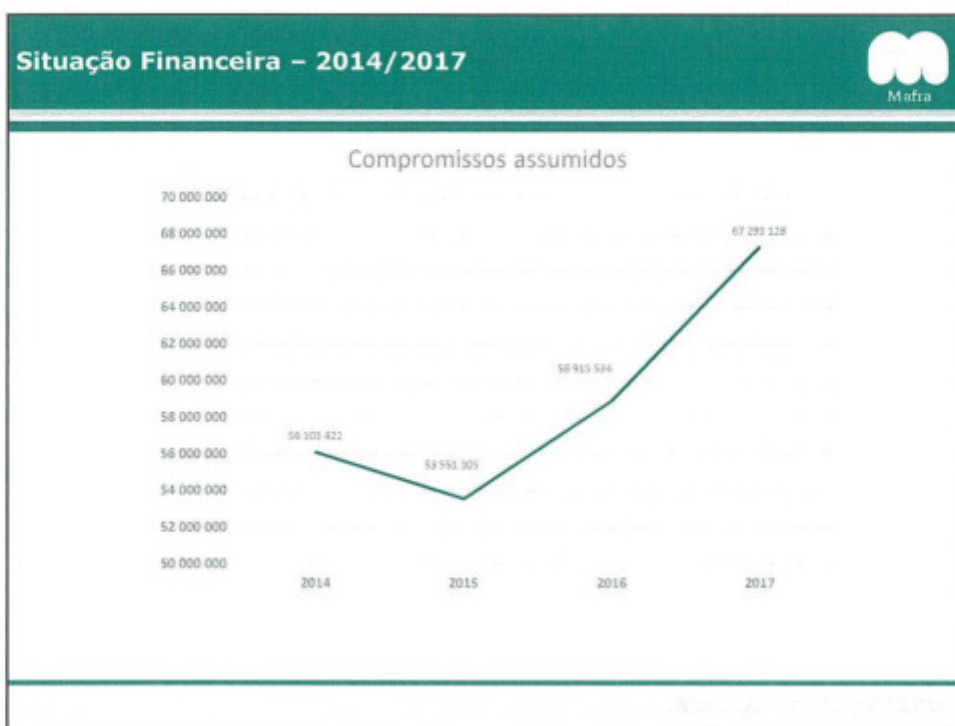
Dívidas a terceiros	2015	2016	2017
Dívidas a médio e longo prazo	14 097 987	12 194 675	9 504 548
Dívidas a curto prazo	4 659 368	4 631 111	5 717 248
Total	18 757 356	16 825 785	15 221 796



Relatório Anual 2017 da Mafra



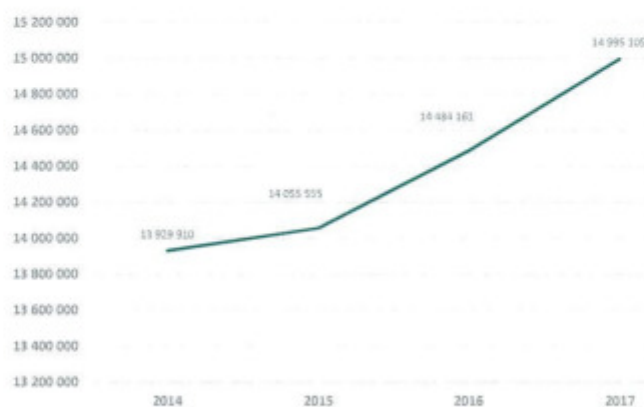




Situação Financeira – 2014/2017



Despesa com pessoal

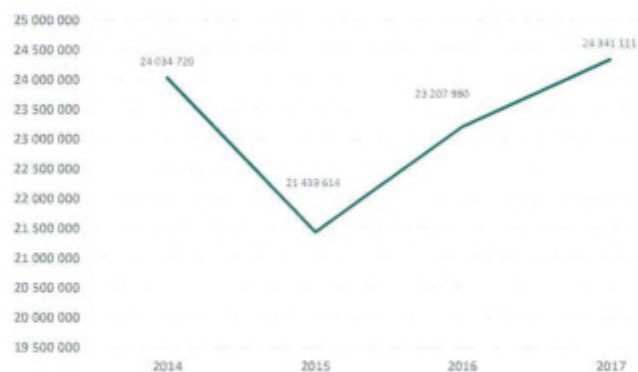


SECRETARIA MUNICIPAL DE MAFRA

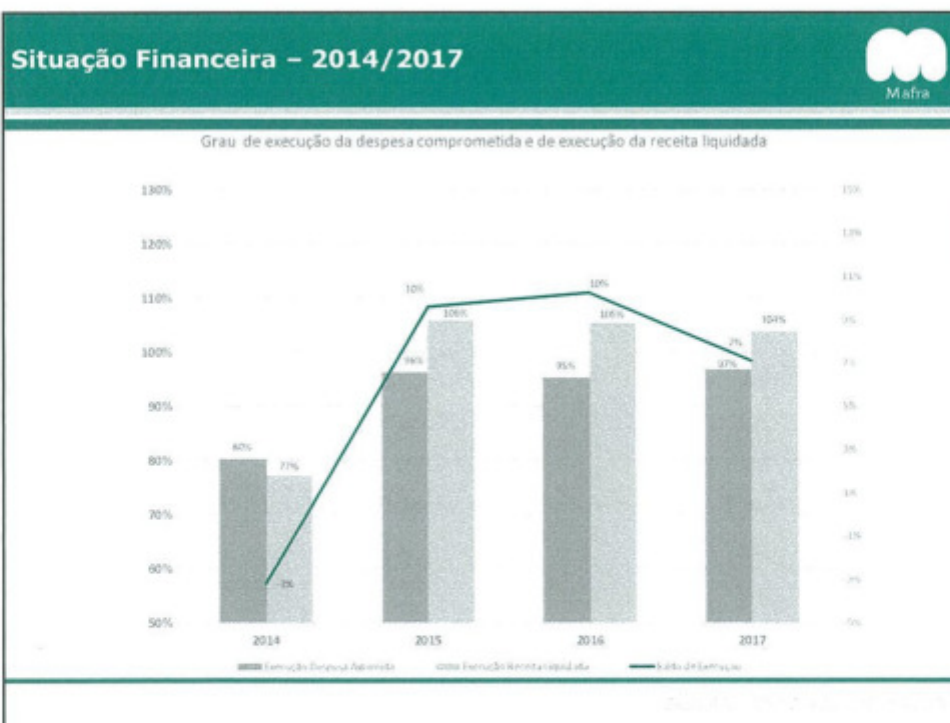
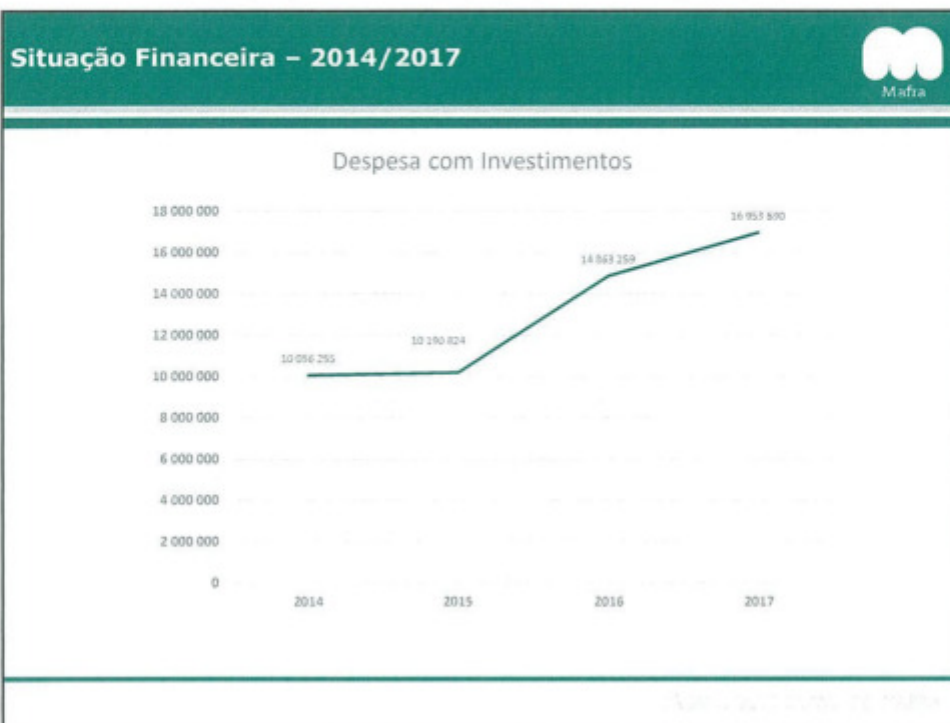
Situação Financeira – 2014/2017

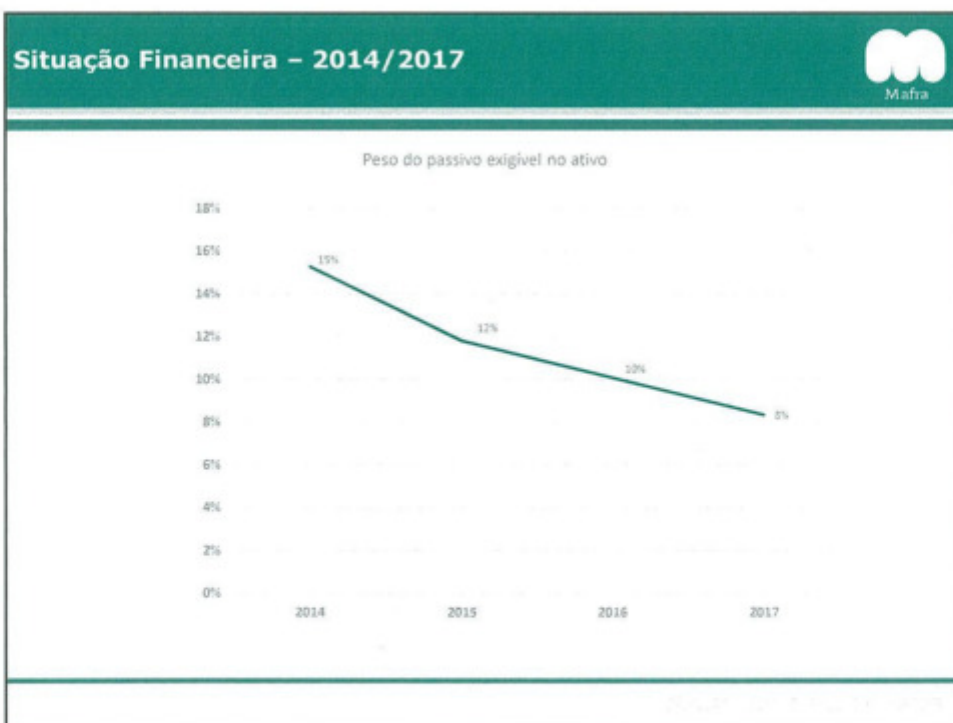
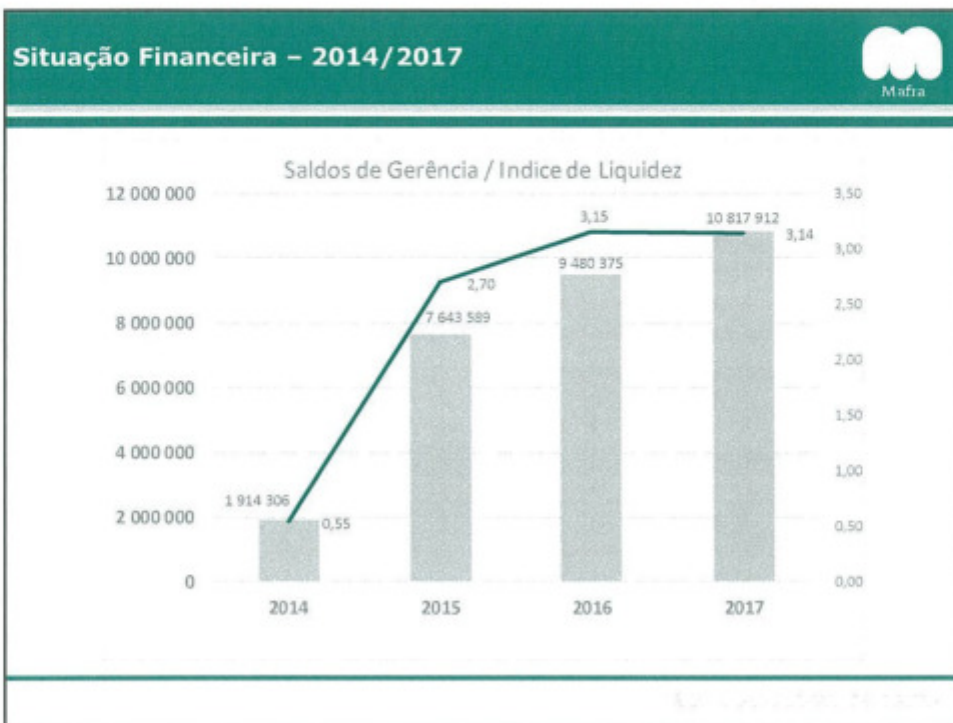


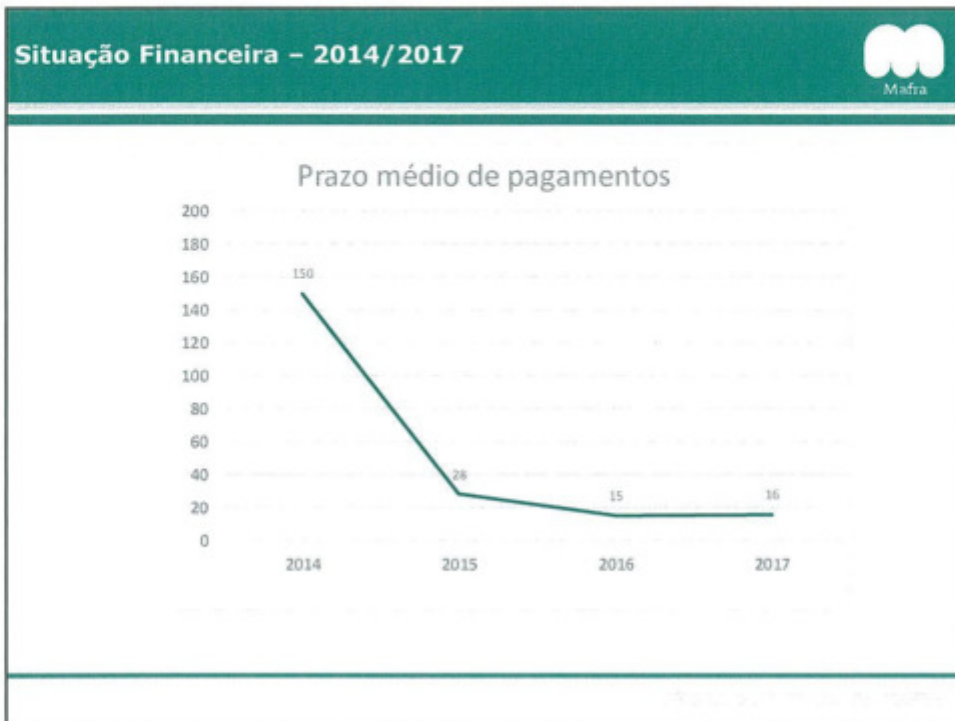
Despesa com aquisição de bens e serviços



SECRETARIA MUNICIPAL DE MAFRA









MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

18
fui

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÔNIO

REUNIÃO DE 2018/04/06

ASSUNTO: 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2018. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente a informação interno/2018/5207, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe da Divisão de Gestão Financeira e Patrimônio e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datados de 03 de abril de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: Analisados os documentos a que se refere a informação supra mencionada, a Câmara Municipal deliberou, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 2.ª Revisão ao Orçamento da Receita, a 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, a 2.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, apresentando o Orçamento da Receita "inscrições" no valor de € 10.817.912,37 (dez milhões oitocentos e dezassete mil novecentos e doze euros e trinta e sete cêntimos); o Orçamento da Despesa apresenta "inscrições/reforços" no valor de € 11.767.687,37 (onze milhões setecentos e sessenta e sete mil seiscentos e oitenta e sete euros e trinta e sete cêntimos) e "diminuições/anulações" no valor de € 949.775,00 (novecentos e quarenta e nove mil setecentos e setenta e cinco euros); o Plano Plurianual de Investimentos apresenta "inscrições/reforços" no valor de € 8.548.937,37 (oito milhões quinhentos e quarenta e oito mil novecentos e trinta e sete euros e trinta e sete cêntimos) e "diminuições/anulações" no valor de € 183.475,00 (cento e oitenta e três mil quatrocentos e setenta e cinco euros); o Plano de Atividades Municipais apresenta "reforços" no valor de € 1.748.085,00 (um milhão setecentos e quarenta oito mil e oitenta e cinco euros) e "diminuições/anulações" no valor de € 57.000,00 (cinquenta e sete mil euros).-----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanidade / Maioria.-----

Votos a favor: ... 20 ... VEREADORES ... PRESENTE ... DO ... PDS ... E ... DO SR. PRESIDENTE.

Votos contra: -----

Abstencões: ... 03 ... VEREADORES ... DO PARTIDO SOCIALISTA.

Declarações de voto: -----

ASSINATURAS:

Aldemir José Fialho

Bianca J. Bontacio



XXV

**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concedido. Proposto que o assunto
seja remetido à reunião
do Org. Executivo.

2018, 04, 03

O Vereador,

Concedido com a presente
informação.

03, 04, 2018

A Diretora de Departamento, *[Assinatura]*

Concedido com a presente
informação
submetido à consideração
superior.

A Chefe de Divisão,

[Assinatura]

DESPACHO

[Assinatura]
A reunião

03, 04, 18

O Presidente da Câmara,

[Assinatura]

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5207**ASSUNTO:** 4.ª Modificação aos Documentos Previsionais - 2.ª Revisão

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são dois instrumentos de gestão previsionais, pelo que, dada a sua natureza, a lei prevê, nos pontos 8.3.1 e 8.3.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a realização das modificações consideradas necessárias para que, durante a sua execução, tais instrumentos se coadunem com a realidade do Município.

Os documentos previsionais continuam a observar o princípio do equilíbrio orçamental que determina que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Considerando que após a aprovação da Prestação de Contas de 2017 transita um saldo de gerência para o ano seguinte de 10.817.912,37€ o orçamento da Despesa foi dotado nesse montante para reforçar despesas de capital e correntes.

Foi criado um novo plano com a orgânica 0102 e económica 070205 para locação financeira de material de transporte.

Considerando a oportunidade para candidatura a realizar ao Fundo Ambiental, no âmbito do Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericeira, foi criado um novo plano com a orgânica 0102 e a económica 07011099 para aquisição de equipamento básico e a económica 070113 para aquisição de Investimentos Incorpóreos.

Face ao referido, apresentamos os documentos do projeto da 2.ª Revisão dos documentos previsionais do corrente ano, conforme documentos em anexo, que se consubstanciam em:

- Orçamento da Receita apresenta "inscrições" no valor de 10.817.912,37€;
- Orçamento da Despesa apresenta "inscrições/reforços" no valor de 11.767.687,37€ e "diminuições/anulações" no valor de 949.775,00€;
- Plano Plurianual de Investimentos apresenta "inscrições/reforços" no valor de 8.548.937,37€ e "diminuições/anulações" no valor de 183.475,00€;
- Plano de Atividades Municipais apresenta "reforços" no valor de 1.748.085,00 e "diminuições/anulações" no valor de 57.000,00€.

À Consideração Superior remeter a presente Revisão Orçamental, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao órgão executivo para submeter à aprovação do órgão deliberativo.

A Técnica Superior

Marta Lemos

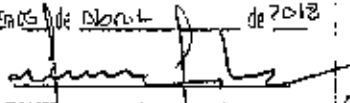
(Marta Lemos)

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE NAZARA

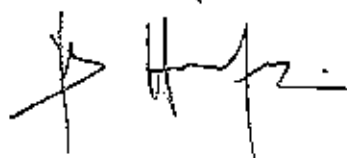
MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA RECEITA
MODIFICAÇÃO NÚMERO : 4
REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018 DATA DE APROVAÇÃO

Página: 1

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DOTAÇÕES DA RECEITA			OBSERVAÇÕES	
		DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUINTES
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIJIRUIÇÕES / ANULAÇÕES		
16 1501	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR Saldo Orçamental		10.817.912,37		10.817.912,37	
	TOTAL ...		10.817.912,37		10.817.912,37	
	TOTAL DE RECEITAS CORRENTES					
	TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL ...					
	TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		10.817.912,37		10.817.912,37	

ORÇAMENTO EXECUTIVO
Em 05 de Abril de 2018

Almir José de Sá

GRUPO DEBATORIO
Em ___ de ___ de ___



Dinia Bonifácio

ENTIDADE

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Página: 1

MUNICÍPIO DE RAFA

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 6

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO 2

DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018

DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA			0 3 5	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUINTE
			DOTAÇÃO ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS		
01		ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA				
0102		CÂMARA MUNICIPAL				
	01	DESPESAS COM O PESSOAL				
	0101	Remunerações Certas e Permanentes				
	010109	Pessoal em Qualquer Outra Situação	84.000,00		64.000,00	
	010113	Subsídio de Refeição	38.905,00		34.905,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS				
	020102	Combustíveis e Lubrificantes				
	02010299	Outros	379.335,00	19.330,00	398.665,00	
	020111	Outros Bens	44.115,00		40.115,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
	020201	Encargos das Instalações				
	02020101	Água	400.000,00	472.000,00	872.000,00	
	02020102	Electricidade				
	0202010201	Instalações Diversas	850.000,00	50.000,00	900.000,00	
	0202010202	Iluminação Pública	1.055.000,00	745.000,00	1.800.000,00	
	02020109	Outros	52.000,00		42.000,00	
	020209	Comunicações	162.050,00		159.550,00	
	020211	Representação dos Serviços	106.800,00		76.800,00	
	020212	Seguros	122.850,00	27.000,00	149.850,00	
	020214	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	45.000,00	5.000,00	50.000,00	
	020217	Publicidade	33.995,00		28.995,00	
	020219	Outros Trabalhos Especializados	723.925,00	92.095,00	816.020,00	
	020225	Outros Serviços	64.060,00	94.000,00	158.060,00	
	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
	0401	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras				
	040102	Privadas	90.000,00		52.000,00	
	0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS				
	040701	Transferências Correntes	1.070.405,00	382.900,00	1.453.305,00	
	0408	FAMÍLIAS				
	040802	Outras	142.205,00		89.205,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				
	0602	DIVERSAS				
	060203	Outras				
	06020301	Outras Festas/celebrações	188.850,00	6.000,00	194.850,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
	0701	INVESTIMENTOS				
	070101	Terrenos	10.005,00	10.000,00	20.005,00	
	070107	Equipamento de Informática	20.490,00	120.000,00	140.490,00	
	070108	Software Informático	184.110,00	50.000,00	234.110,00	
	070109	Equipamento Administrativo	25.500,00		15.500,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO				
	07011099	Outro	22.600,00	15.955,00	38.555,00	
	070113	Investimentos Incorpóreos	109.725,00	147.725,00	257.450,00	
	0702	LOCAÇÃO FINANCEIRA				

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA				D E S	
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEGUNTE
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
	070205	MATERIAL DE TRANSPORTE- LOCAÇÃO FINANCEIRA		33.455,00		33.455,00	
	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
	0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS					
	080701	Instituições Sem Fins Lucrativos	6.010,00	325.000,00		331.010,00	
	09	ATIVOS FINANCEIROS					
	0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO					
	090802	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS- PÚB	293.890,00		73.475,00	220.415,00	
	11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
	1302	DIVERSAS					
	110202	Indenizações	150.000,00	35.952,37		185.952,37	
	110203	Compensações	3.750.010,00			3.750.010,00	
02		DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS					
0201		DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	442.000,00		30.150,00	411.850,00	
	010113	Subsídio de Refeição	45.000,00		5.000,00	40.000,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	77.000,00	250,00		77.150,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	010304	Outras Prestações Familiares	1.010,00	1.003,00		2.010,00	
0202		DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÔNIO					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	396.000,00		8.000,00	388.000,00	
	0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS					
	010202	Horas Extraordinárias	3.500,00	2.000,00		5.500,00	
	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0201	AQUISIÇÃO DE BENS					
	020104	Limpeza e Higiene	90.240,00	30.000,00		120.240,00	
	020108	Material de Escritório	32.000,00		7.500,00	24.500,00	
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020204	Locação de Edifícios	36.130,00	5.400,00		41.530,00	
	020219	Assistência Técnica	57.500,00		30.000,00	27.500,00	
	020224	Encargos de Cobrança de Receitas	549.395,00	100.000,00		649.395,00	
	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602	DIVERSAS					
	060201	Impostos e Taxas	515.985,00	50.000,00		515.985,00	
	060203	Outras					
	06020302	IVA Pago	142.750,00		100.000,00	42.750,00	
0203		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS					
	01	DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					



MUNICÍPIO DE NAIRA

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 4

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO 2

DO ANO CONTÁBILÍSTICO DE 2013

DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS SUBREGRUAS		DESPESA			O S S
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DECRETO ANULAÇÕES	
010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
01010401	Pessoal em Funções	230.000,00	3.100,00		233.100,00
010106	Pessoal Contratado a Termo				
01010601	Pessoal em Funções	10,00	400,00		410,00
010114	Subsídios de Férias e de Natal	40.000,00	1.100,00		41.100,00
0103	SEGURANÇA SOCIAL				
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL				
01030501	Assistência na Doença dos Funcionários Públicos (ADSE)	290.000,00		33.000,00	257.000,00
01030502	Segurança Social do Pessoal em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP)				
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	1.256.000,00	800,00		1.256.800,00
0103050202	Segurança Social-Regime Geral	1.493.245,00		72.000,00	1.421.245,00
010308	Outras Pensões	30.000,00		10.000,00	20.000,00
03	DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNIC. E AMBIENTE				
0301	DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS				
01	DESPESAS COM O PESSOAL				
0101	Remunerações Certas e Permanentes				
010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho				
01010401	Pessoal em Funções	808.000,00	400,00		808.400,00
010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	5.000,00	6.750,00		11.750,00
010114	Subsídios de Férias e de Natal	138.000,00	100,00		138.100,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS				
0201	AQUISIÇÃO DE BENS				
020102	Combustíveis e Lubrificantes				
02010202	Gasóleo	180.000,00		10.000,00	190.000,00
020121	Outros Bens	24.600,00	25.000,00		49.600,00
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS				
020203	Conservação de Bens	350.000,00	291.310,00		641.310,00
020205	Locação de Material de Transporte	78.415,00	26.000,00		104.415,00
020221	Outros Serviços	142.750,00	75.000,00		217.750,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL				
0701	INVESTIMENTOS				
070103	EDIFÍCIOS				
07010301	Instalações de Serviços	88.440,00	285.000,00		373.440,00
07010399	Outras	2.366.630,00	1.580.000,00		3.946.630,00
070104	CONSTRUÇÕES DIVERSAS				
07010499	Outras	1.140.635,00	475.000,00		1.615.635,00
070106	MATERIAL DE TRANSPORTE				
07010699	Outro	22.320,00	27.685,00		49.985,00
070110	EQUIPAMENTO BÁSICO				
07011099	Outro	174.720,00	115.000,00		289.720,00
0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS				
07030301	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	1.615.245,00	2.763.470,00		4.378.715,00

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE MAFRA

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Página: 4

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 4

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA


NÚMERO 1 DO ANO CONTÁBILÍSTICO DE 2018

DATA DE APROVAÇÃO

DESPESA

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO SEQUINTE	O B S
			DOTAÇÃO ANTERIOR	INSCRIÇÕES / RESERVAS	DEJUNTAÇÕES / ANULAÇÕES		
0302	07030304	Tributação Pública	85.000,00	120.000,00		205.000,00	
	07030399	Outros	1.507.720,00	150.000,00		1.657.720,00	
	01	DEPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
0303	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	412.000,00	1.000,00		413.000,00	
	010114	Subsídios de Férias e de Natal	72.000,00	200,00		72.200,00	
	0103	SEGURANÇA SOCIAL					
	030304	Outras Prestações Familiares		1.000,00		1.000,00	
	01	DEPESAS COM O PESSOAL					
	0101	Remunerações Certas e Permanentes					
	010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401	Pessoal em Funções	833.305,00	1.500,00		834.805,00	
	010113	Subsídio de Refeição	79.000,00		7.000,00	72.000,00	
010114	Subsídios de Férias e de Natal	137.000,00	200,00		137.200,00		
030115	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	15.000,00		5.000,00	20.000,00		
04	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203	Conservação de bens	120.695,00	22.000,00		142.695,00	
	020220	Outros Trabalhos Especializados	39.500,00	30.395,00		69.895,00	
	020225	Outros Serviços	10.833.340,00	200.000,00		11.033.340,00	
	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701	INVESTIMENTOS					
	070103	EDIFÍCIOS					
	07010303	Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária	500,00	50.000,00		50.500,00	
	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011001	Equipamento de Recolha de Resíduos	40.750,00	225.000,00		265.750,00	
	07011099	Outro	27.000,00	50.000,00		77.000,00	
	0703	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
070303	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS						
07030302	Sistemas de Drenagem de Águas Residuais	13.230,00	206.500,00		219.730,00		
07030305	Parques e Jardins	77.835,00	219.775,00		297.610,00		
07030307	Captação e Distribuição de Água	1.205,00	96.950,00		98.155,00		
07030312	Cemitérios	100,00	80.000,00		80.100,00		
07030399	Outros	2.520,00	90.000,00		92.520,00		
0401	DEPARTAMENTO SÓCIO-ECONÓMICO						
01	DEPESAS COM O PESSOAL						
0101	Remunerações Certas e Permanentes						
010104	Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho						
01010401	Pessoal em Funções	1.452.000,00		93.650,00	1.358.350,00		



ENTIDADE

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Página: 5

MUNICÍPIO DE NAZARA



MODIFICAÇÃO NÚMERO: 4

REVERSÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO: 2 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018

DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA			O B S		
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
			ANTERIOR	INSCRIÇÕES / REFORÇOS			DIJINUIÇÕES / ANULAÇÕES
010106		Pessoal Contratado a Termo					
01010601		Pessoal em Funções	25.000,00	1.500,00		26.500,00	
010107		Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	324.285,00		35.000,00	279.285,00	
010113		Subsídio de Refeição	161.510,00		15.000,00	146.510,00	
010114		Subsídios de Férias e de Natal	233.580,00	1.260,00		234.840,00	
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
0201		AQUISIÇÃO DE BENS					
020107		Vestuário e Artigos Pessoais	1.000,00	2.235,00		3.235,00	
020115		Prêmios, Condecorações e Ofertas	23.100,00		15.000,00	8.100,00	
020121		Outros Bens	32.000,00	20.000,00		52.000,00	
0202		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
020216		Seminários, Exposições e Similares	12.500,00		10.000,00	2.500,00	
020220		Outros Trabalhos Especializados	113.950,00	31.205,00		145.155,00	
020225		Outros Serviços	382.755,00	245.000,00		627.755,00	
06		OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
0602		DIVERSAS					
060203		Outras					
06020305		Outras					
0602030505		Arqueologia e Museus	14.000,00	10.000,00		24.000,00	
07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
0701		INVESTIMENTOS					
070103		EDIFÍCIOS					
07010302		Instalações Desportivas e Recreativas	14.100,00	75.000,00		89.100,00	
07010399		Outros	67.505,00	50.000,00		137.005,00	
070104		CONSTRUÇÕES DIVERSAS					
07010406		Instalações Desportivas e Recreativas	10.000,00	165.000,00		175.000,00	
07010499		Outros	182.000,00	70.000,00		252.000,00	
070110		EQUIPAMENTO BÁSICO					
07011099		Outro	49.155,00	30.000,00		79.155,00	
0703		BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
070303		OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS					
07030306		Instalações Desportivas e Recreativas	10.000,00	250.000,00		260.000,00	
07030399		Outros	1.124.783,00	10.000,00		1.134.783,00	
0402		DESVIAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL E APOIO INSTITUCIONAL					
02		DESPESAS COM O PESSOAL					
0201		Remunerações Certas e Permanentes					
020104		Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
02010401		Pessoal em Funções	248.000,00		18.500,00	229.500,00	
020103		Subsídio de Refeição	24.905,00		3.000,00	21.905,00	
020104		Subsídios de Férias e de Natal	46.905,00	200,00		47.005,00	
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
0201		AQUISIÇÃO DE BENS					
020121		Outros Bens	33.350,00		10.000,00	23.350,00	
0202		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
020214		Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	10.000,00		8.000,00	2.000,00	

MUNICÍPIO DE HAFFRA

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 4

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO 2

DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018

DATA DE APROVAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS		DESPESA				O B S
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS INSCRIÇÕES / REFORÇOS	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÃO SEGUINTE	
0403	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701 INVESTIMENTOS					
	070102 HABITAÇÕES					
	07010203 Reparação e Beneficiação	25.000,00			25.000,00	
	07010203 DEVERSAO DE EDUCACAO E JUVENTUDE					
	01 DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101 Remunerações Certas e Permanentes					
	010104 Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401 Pessoal em Funções	3.390.000,00	33.000,00		3.423.000,00	
	01010406 Pessoal Contratado a Termo					
	01010601 Pessoal em Funções	325.000,00	18.000,00		343.000,00	
	010113 Subsídio de Refeição	627.550,00		30.000,00	597.550,00	
	010114 Subsídios de Férias e de Natal	625.000,00	16.160,00		641.160,00	
	010115 Remunerações por Licença e Maternidade/Paternidade	35.000,00		8.000,00	27.000,00	
	0103 SEGURANÇA SOCIAL					
	010303 Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	16.000,00		2.000,00	14.000,00	
	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
	0202 AQUISIÇÃO DE BENS					
	020203 Alimentação-Refeições Confeccionadas	781.650,00		21.000,00	760.650,00	
	020210 Materiais de Educação, Cultura e Recreio	10.395,00		8.000,00	2.395,00	
	020211 Outros Bens	126.445,00		40.000,00	86.445,00	
	0202 AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
	020203 Conservação de Bens	50.000,00	1.505,00		51.505,00	
	020204 Locação de Edifícios	3.746.435,00	156.690,00		3.903.125,00	
	020210 Transportes	1.507.700,00		20.000,00	1.487.700,00	
	020219 Assistência Técnica	75.000,00		27.000,00	48.000,00	
	020225 Outros Serviços	866.140,00	9.000,00		875.140,00	
	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
	0602 DIVERSAS					
	060203 Outras					
	06020305 Outras					
	0602030502 Atividades de Tempos Livres	75.135,00		15.000,00	60.135,00	
	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
	0701 INVESTIMENTOS					
	070103 EDIFÍCIOS					
	07010305 Escolas	112.505,00	550.000,00		662.505,00	
	070110 EQUIPAMENTO BÁSICO					
	07011099 Outro	40.500,00	10.000,00		50.500,00	
05	DIVISÃO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO CIVIL					
	01 DESPESAS COM O PESSOAL					
	0101 Remunerações Certas e Permanentes					
	010104 Pessoal dos Quadros-Regime do Contrato Individual de Trabalho					
	01010401 Pessoal em Funções	245.000,00	2.000,00		247.000,00	
	010114 Subsídios de Férias e de Natal	49.000,00	400,00		49.400,00	

A

[Handwritten signatures and initials]

ENTIDADE

MUNICÍPIO DE INFRA

MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA

Página: 7

MODIFICAÇÃO NÚMERO: 4

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA

NÚMERO 2 DO ANO CONTABILÍSTICO DE 2018

DATA DE APROVAÇÃO

DESPESA

IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS

CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÔMICA	DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE	C B S
				INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DESCRIÇÕES / ANULAÇÕES		
02		AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
0201		AQUISIÇÃO DE BENS					
020107		Vestuário e Artigos Pessoais	5.000,00	1.245,00		6.245,00	
0202		AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
020203		Conservação de Bens	20.000,00		10.000,00	10.000,00	
020214		Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria	10.000,00		4.000,00	6.000,00	
07		AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
0701		INVESTIMENTOS					
070106		MATERIAL DE TRANSPORTE					
07010699		Outra	500,00	49.500,00		50.000,00	
070109		Equipamento Administrativo	6.500,00	5.000,00		11.500,00	
070110		EQUIPAMENTO BÁSICO					
07011099		Outra	11.000,00	10.000,00		21.000,00	
TOTAL ...			54.855.340,00	11.767.687,37	949.775,00	65.683.252,37	
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES ...					3.318.750,00	866.300,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...					8.448.937,37	83.475,00	

Sessão EXECUTIVO

Em 15 de Abril de 2018

[Handwritten signature]

Sessão DEBATORIO

Em ___ de ___ de ___

[Blank space for signature]

[Handwritten signature]

Luiz e Bonifácio
Aldemir

MODIFICAÇÕES NAS GANDES OPÇÕES DO PLANO

ENTIDADE		MODIFICAÇÃO N.º 4 DO ANO CONTABILÍSTICO 2018		REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES		MÊS: 1		MÊS: 2		DATA DE APROVAÇÃO							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIACÃO +/-)					DOTAÇÃO SEQUENTE						
					ANO EM CURSO			ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES			ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES				
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEQUENTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021
1.		Funções gerais			1.546.820,00	1.614.800,00	652.000,00	1.456.655,00	1.542.250,00	-82.000,00	831.875,00	31.875,00	10.600,00	2.957.150,00	2.957.150,00	4.262.155,00	778.215,00	575.600,00	
1.1.		Serviços gerais da administração pública			1.520.380,00	519.380,00	582.000,00	3.466.655,00	1.555.950,00	-582.000,00	800.000,00			2.075.150,00	2.075.150,00	3.255.325,00	221.335,00	150.600,00	
1.1.1.		Administração geral			1.520.380,00	519.380,00	582.000,00	1.466.655,00	1.555.950,00	-582.000,00	800.000,00			2.075.150,00	2.075.150,00	3.255.320,00	221.335,00	150.600,00	
1.1.1.1.	01	2014			328.435,00	63.435,00	740.000,00	2.760.000,00	285.000,00	-242.000,00	800.000,00			373.435,00	373.435,00	1.580.000,00			
1.1.1.1.	0100	2014	1	EDUC	07010101	328.435,00	63.435,00	240.000,00	2.760.000,00	285.000,00	-240.000,00	800.000,00			373.435,00	373.435,00	1.580.000,00		
1.1.1.1.	02	2014			361.000,00	264.000,00	157.000,00	461.185,00	370.000,00	-157.000,00				374.500,00	374.500,00	153.600,00	150.600,00		
1.1.1.1.	0205	2014	1	EDUC	07010101	361.000,00	264.000,00	157.000,00	461.185,00	370.000,00	-157.000,00			374.500,00	374.500,00	153.600,00	150.600,00		
1.1.1.1.	0206	2014	1	EDUC	07010103	140.495,00	20.495,00	220.000,00	3.295,00	120.000,00	-220.000,00			120.490,00	140.490,00				
1.1.1.1.	0206	2014	1	EDUC	07010103	721.110,00	184.110,00	37.000,00	457.200,00	50.000,00	-37.000,00			234.310,00	234.110,00	153.600,00	153.600,00	150.600,00	
1.1.1.1.	03	2014	1	EDUC	07010309	177.745,00	167.745,00	10.000,00	255.470,00	1.000.000,00	-10.000,00			1.167.740,00	1.167.740,00	127.735,00	127.735,00		
1.1.1.1.	03	2014	1	EDUC	07020215	175.505,00	500,00	275.000,00	50.000,00	65.000,00	-275.000,00			85.500,00	85.500,00	50.000,00			
1.1.1.1.	04	2015	1	EDUC	07010101	10.605,00	10.605,00	10.000,00		10.000,00				20.605,00	20.605,00				
1.1.1.1.	05	2015	2	EDUC	07010109	25.500,00	25.500,00	10.000,00		10.000,00				15.500,00	15.500,00				
1.1.1.1.	05	2015	3	EDUC	07010109	22.600,00	22.600,00	35.950,00						38.550,00	38.550,00				
1.1.1.		Segurança e ordem públicas			545.500,00	455.500,00	50.000,00	1.210.000,00	386.500,00	-50.000,00	31.875,00	31.875,00	10.600,00	481.800,00	481.800,00	426.875,00	436.875,00	420.600,00	
1.1.1.1.		proteção civil e luta contra incêndios			545.500,00	455.500,00	50.000,00	1.210.000,00	386.500,00	-50.000,00	31.875,00	31.875,00	10.600,00	481.800,00	481.800,00	426.875,00	436.875,00	420.600,00	
1.1.1.1.	01	2014			430.300,00	430.300,00		1.140.000,00	371.300,00					31.875,00	31.875,00	10.600,00			
1.1.1.1.	0102	2014	1	EDUC	060301	430.300,00	430.300,00		1.140.000,00	371.300,00				31.875,00	31.875,00	10.600,00			
1.1.1.1.	02	2014	1	EDUC	070109	20.500,00	5.500,00	25.000,00	25.000,00	5.000,00	-25.000,00			10.500,00	10.500,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00	
1.1.1.1.	03	2014	1	EDUC	07010309	45.000,00	10.000,00	35.000,00	45.000,00	30.000,00	-35.000,00			20.000,00	20.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	
2.		Funções sociais			1924255,00	1443485,00	4.819.000,00	11874130,00	1.773.885,00	-321200,00	355900,00	-28900,00	300.000,00	10206350,00	11131380,00	516.970,00	2054665,00	5389095,00	
2.1.		Educação			7.102.550,00	7.005.090,00	97.500,00	12699855,00	735.890,00	-37.500,00	152000,00	-240000,00		7.799.780,00	7.799.780,00	3156245,00	838230,00	857175,00	
2.1.1.		Ensino não superior			2.945.340,00	3.899.440,00	47.500,00	11718750,00	736.890,00	-47.500,00	152000,00	-240000,00		4.616.130,00	4.616.130,00	8.547.195,00	556780,00	535125,00	
2.1.1.1.	01	2014			60.000,00	60.000,00			250.000,00										
2.1.1.1.	0101	2014	1	EDUC	07010105	60.000,00	60.000,00			250.000,00									
2.1.1.1.	03	2014	1	EDUC	060204	3.746.435,00	3.746.435,00		114167905,00	136.590,00				3.923.125,00	3.923.125,00	5.547.195,00	5467280,00	533125,00	
2.1.1.1.	02	2018	1	EDUC	07011095	40.500,00	40.500,00			10.000,00				50.500,00	50.500,00				
2.1.1.1.	05	2018	1	EDUC	07010105	303.025,00	52.500,00	47.500,00	3.000.000,00	300.000,00	-47.500,00	150000,00	-140000,00	352.500,00	352.500,00	3.000.000,00	700.000,00		
2.1.1.1.	02	2014	1	EDUC	07010105	3.355.650,00	3.305.650,00	50.000,00	9.661.950,00	76.000,00	-50.000,00			3.153.650,00	3.153.650,00	3.220.650,00	320650,00	320650,00	
2.1.1.1.	02	2014	1	EDUC	07010105	1.350.000,00	1.350.000,00		4.000.000,00	35.000,00				1.425.000,00	1.405.000,00	1.350.000,00	335000,00	335000,00	
2.1.1.1.	05	2014	1	EDUC	07010105	1.402.650,00			4.436.950,00					1.473.650,00		1.485.650,00	143550,00	143550,00	
2.1.1.1.	02	2014	1	EDUC	070105		765.150,00			7.000,00					758.150,00				
2.1.1.1.	02	2014	1	EDUC	060225		654.500,00								654.500,00				
2.1.1.1.	07	2018	1	EDUC	040701	365.000,00	335.000,00	50.000,00	1.255.000,00	30.000,00	-50.000,00			355.000,00	355.000,00	385.000,00	365.000,00	365.000,00	
2.1.1.		Saúde			2.158.885,00	2.294.885,00			40.000,00	380.000,00				2.578.885,00	2.578.885,00	40.000,00			
2.1.1.1.	01	2015			2.158.885,00	2.294.885,00			40.000,00	380.000,00				2.578.885,00	2.578.885,00	40.000,00			
2.1.1.1.	01	2015			2.158.885,00	2.294.885,00			40.000,00	380.000,00				2.578.885,00	2.578.885,00	40.000,00			
2.1.1.		Centro saúde Malveira/Venda da Moura Pinheiro			28.885,00	28.885,00			30.000,00					114.885,00	114.885,00				
2.1.1.1.	0101	2015	2	EDUC	07010309	28.885,00	28.885,00			30.000,00				114.885,00	114.885,00				

[Handwritten signatures and initials]

IDENTIFICAÇÕES AO PLANO

ENTIDADE		UNIFICADO Nº 2001		R\$ ANO ORÇAMENTÁRIO 2001		DADOS DE APLICAÇÃO												
MUNICÍPIO DE BARRA						ORÇAMENTO ANTERIOR			UNIFICADO ORGANIZADO (DIFERENÇA)		ALTERAÇÃO EM		VARIÁVEL PARA ANOS SEQUENTES			DETALHAMENTO		
OBJETIVO / PROPOSTA / AÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO / AÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR ALOCADO	ANO EM CURSO	RECURSOS DEPENDENTES	ORÇAMENTO TOTAL	DIRECIONAMENTO / RECURSOS	OPERACIONAL / APLICAÇÕES	ORÇAMENTO	2001	2002	2003	SEGUROS	DEFINIDA	NO ANTERIOR	ORÇAMENTO TOTAL	
			TRANSFER	54.153.593,03	11.752.655,00	4.240.230,00	16.055.595,00	4.750.145,00	217.255,00	-4.211.216,00	1.311.475,50	-362.125,00	210.000,00		38.334.350,00	25.311,00	38.455.700,00	
2.4.6.	0235	2001 1 4	0200	23.341,70	2.550,00		2.550,00	90.000,00							90.550,00		90.550,00	
2.4.6.	01	2001 4 11	0200		401.500,00		401.500,00	50.000,00							451.500,00		451.500,00	
2.4.6.	03	2001 1 16	0200		10.500,00		10.500,00	10.000,00							20.500,00		20.500,00	
2.5.1.	03	2001																
2.5.1.	0223	2001 1 43	0200	189.026,40	10.500,00	30.000,00	60.000,00	21.000,00		-50.000,00	1.100.000,00				10.500,00		11.000,00	
2.5.1.	02	2001																
2.5.1.	0221	2001 1 4	0200	54.523,00	5.000,00		5.000,00	15.000,00			15.000,00		15.000,00		30.000,00		30.000,00	
2.5.1.	02	2001 4 7	0200	15.391,70														
2.5.1.	02	2001 4 7	0200		7.000,00		7.000,00	21.000,00							28.000,00		28.000,00	
2.5.1.	04	2001 4 15	0200		12.500,00		12.500,00	22.000,00							35.000,00		35.000,00	
2.5.2.	03	2001																
2.5.2.	222	2001 1 49	0200	60.351,00	14.300,00	285.200,00	359.850,00	75.500,00		-75.500,00					60.350,00		60.350,00	
2.5.2.	222	2001 1 50	0200	119.216,51	10.000,00	35.000,00	75.000,00	165.000,00		-15.000,00					175.000,00		175.000,00	
2.5.2.	223	2001 1 51	0200	5.211,50	10.000,00	285.200,00	260.200,00	250.000,00							265.000,00	250.000,00	510.000,00	
2.5.2.	01	2001 1 05	0200	285.584,14	900,00	624.200,00	625.100,00	300.000,00							325.584,14	525.000,00	900.584,14	
2.5.2.	1	2001 4 3	0200	100.222,00	75.105,00		75.105,00			15.000,00					90.105,00		90.105,00	
2.5.2.	03	2001 4 12	0200		11.000,00		11.000,00	20.000,00							31.000,00		31.000,00	
2.5.2.	04	2001 1 16	0200		35.000,00		35.000,00	70.000,00							105.000,00		105.000,00	
2.5.2.	05	2001 4 15	0200		314.285,00		314.285,00	314.285,00		35.000,00					349.285,00		349.285,00	
2.5.3.	05	2001																
2.5.3.	021	2001 1 17	0200	415.050,00	500,00		500,00	10.000,00							10.500,00		10.500,00	
3.1.	02	2001 1 11	0200		5.500,00		5.500,00	40.000,00							45.500,00		45.500,00	
3.1.	08	2001 1 15	0200		900,00		900,00	40.500,00							41.400,00		41.400,00	

[Handwritten signatures and initials]

COMUNICAÇÕES AO FISCAL

ENTRADA		MODIFICAÇÃO CLASSIF. 4		DO ANO ANTERIORES 2018		DATA DE AFIRMAÇÃO												
ANEXO DO PAFRA						OPERAÇÃO ANTERIOR		MODIFICAÇÕES CANCELADAS / DESPESAS		VARIAÇÃO DA OPERAÇÃO		VARIAÇÃO PARA ANOS SEQUINTE			CONTIÇÃO SEQUINTE			
SECRETARIA / PROPOSTA / PROJETO / ANEXO	CLASSIFICAÇÃO DE FUND. ANEXO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	ANO EM CURSO / PERÍODO	VALOR TOTAL	INSCRIÇÕES / RECURSOS	DESCRIÇÕES / ANULAÇÕES	ANO DEFEITA	2019	2020	2021	SEQUINTE	DEFEITA	SÃO DEFEITAS	CONTIÇÃO TOTAL	
				TRANSPORTE	55.684.709,80	2018	54.595.891,30	5.485.376,27	22.316.826,25	5.316.645,27	167.680,00	-4.544.130,23	4.426.875,00	-251.125,00	110.600,00	23.445.895,05	516.900,00	23.962.795,05
3.1.	01	2014 1 46		0100 00000				13.455,00							33.455,00		33.455,00	
3.2.																		
3.2.1.																		
3.2.1.	01	2014																
3.2.1.	0101	2014 1 57		0000 00000	421.635,95	2018	421.635,95	175.650,00	246.985,95						205.000,00	55.650,00	260.650,00	
3.2.1.	0102	2014 1 58		0000 00000	418.395,50	2018	418.395,50	75.200,00	343.195,50						130.000,00	75.150,00	205.150,00	
3.2.1.	0103	2014 1 48		0100 00000	6.444.959,35	2018	6.444.959,35	1.655.600,00	4.789.359,35						1.800.000,00		1.800.000,00	
3.3.																		
3.3.1.																		
3.3.1.	01	2014																
3.3.1.	0101	2014 1 59		0000 00000	25.638.731,25	2018	25.638.731,25	4.127.866,00	21.510.865,25						4.027.865,00	2.515.470,00	6.543.335,00	
3.3.1.	0102	2014 1 60		0000 00000	2.557.658,25	2018	2.557.658,25	1.000,00	2.556.658,25						26.000,00		26.000,00	
3.3.1.	0103	2014 1 61		0000 00000	14.125,00	2018	14.125,00	1.150.600,00	296.475,00		20.000,00				1.399.600,00		1.399.600,00	
3.3.1.	02	2014																
3.3.1.	0201	2014 1 62		0000 00000	238.322,75	2018	238.322,75	10.000,00	228.322,75						133.500,00	75.000,00	208.500,00	
3.3.1.	0202	2014 1 63		0000 00000	205.451,30	2018	205.451,30	252.785,00	35.333,70						252.785,00		252.785,00	
3.3.1.	0203	2014 1 63		0000 00000		2018		21.226,00	21.226,00						49.000,00		49.000,00	
3.3.1.	02	2014 1 40		0000 00000		2018		5,00	5,00						255.666,00		255.666,00	
3.3.1.	04	2014 1 42		0000 00000		2018		5,00	5,00						255.666,00	100.000,00	355.666,00	
3.4.																		
3.4.1.																		
3.4.1.	02	2014																
3.4.1.	0101	2014 1 64		0000 00000	21.752,85	2018	21.752,85	55,00	21.697,85						55.000,00	95.000,00	149.997,85	
3.4.2.																		
3.4.2.	01	2014																
3.4.2.	0101	2014 1 65		0000 00000	255.171,27	2018	255.171,27	102.220,00	152.951,27		400.000,00				252.951,27		652.951,27	
3.4.2.	0105	2014 1 70		0000 00000	6.640,00	2018	6.640,00	15.000,00	8.360,00						61.700,00	10.000,00	71.700,00	
3.4.2.	0105	2014 1 71		0000 00000	129,00	2018	129,00	5,00	124,00						11.225,00	20.000,00	31.225,00	
3.4.2.	01	2014 1 21		0000 00000		2018		25.000,00	25.000,00						121.925,00		146.925,00	
3.5.																		
3.5.1.																		
3.5.1.	03	2014 1 43		0000 00000		2018		125.365,00	125.365,00						30.100,00		30.100,00	
3.5.1.	04	2014 1 45																

[Handwritten signatures and initials]

PÁGINA : 5

MODIFICAÇÕES AO PLANO

ESTRUTURA: MUNICÍPIO DE VERA CRUZ - ANO ORÇAMENTÁRIO 2018

COTA DE APROVAÇÃO

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. / AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DESTINA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO DESTINA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUENTES			DOTAÇÃO SEQUENTE				
						ANO EM CURSO	FINANCIAMENTO	DOTAÇÃO TOTAL	DOTAÇÃO DESTINA		2019	2020	2021	SEQUENTES	DESTINA	NÃO DESTINA	DOTAÇÃO TOTAL	
									2018 DESTINA									2018 NÃO DESTINA
				TRANSPORTE	51.385.357,33	19.529.495,00	9.139.000,00	28.389.345,33	10.113.330,00	157.000,00	-4.989.455,00	3.395.815,00	-259.225,00	830.626,00	28.995.805,00	4.150.225,00	33.146.030,00	
3.3.1.	09	2238 1 45		0102 0731239					5,00					5,00		5,00		
3.3.1.	09	2238 2 45		0102 073131					147.715,00					147.715,00		147.715,00		
4.		Outras Funções																
4.1.		Operações de dívida autarqui																
4.1.	01	MIS E E		0102 031212	381.645,00	731.850,00		351.850,00		73.475,00	-146.910,00	-230.431,00	-231.885,00	330.415,00		20.415,00		
4.3.		Diversas não especificadas																
4.3.	01	2037		0102 113312														
4.3.	0101	2037 1 1		0102 113312	1.626.813,50	1.561.200,00		665.200,00	15.862,37					165.952,37		181.852,37		
4.3.	0101	2037 1 2		0102 113313		1.792.314,50	7.630.377,00	11.388.387,00				7.100.000,00		3.750.000,00	7.630.377,00	11.380.387,00		
				TOTAL	63.991.877,71	21.791.355,00	16.779.667,00	23.894.022,00	10.267.132,37	200.475,00	-4.989.455,00	12.629.955,00	-471.535,00	516.725,00	31.279.907,37	11.741.702,00	43.021.609,37	

GRUPO EXECUTIVA
 DE APROVAÇÃO
 DE 2018

[Handwritten signature]

GRUPO DE UBERAÇÃO

em ____ de ____ de ____

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Almirante -
 Rômulo Bonifácio

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 4		REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS		NÚMERO		ES AND CONTABILÍSTICO 2018		DATA DE APROVAÇÃO		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUENTE
MUNICÍPIO DE IMERA														
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA ORÇAMENTAL	CODIGO DA CLASSIFICAC. ECONOMICA	DATA INICIO	DATA FIM	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR		ANOS SEQUENTES		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DEVIACIÕES / ANULAÇÕES	
								TOTAL	DEFINIDO	NAO DEFINIDO				
TRANSFERTE														
1.1.		Funções gerais												
1.1.1.		Serviços gerais da administração pública												
1.1.1.1.		Administração geral												
1.1.1.1.01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação	0301	07010301	2014/01/01	2021/12/31	4.066.797,92	328.435,00	88.435,00	240.000,00	2.700.000,00	285.000,00		373.435,00
1.1.1.1.02	2014	Edifícios Municipais												
1.1.1.1.02	2014	Aquisição e reparação de Bens de Investimento												
1.1.1.1.0205	2014	Equipamento de Informática	0102	070102	2014/01/01	2021/12/31	391.042,84	340.490,00	70.480,00	120.000,00	3.945,00	170.000,00		340.490,00
1.1.1.1.0206	2014	Software Informático	0102	070103	2014/01/01	2021/12/31	575.607,33	221.110,00	384.110,00	37.000,00	457.000,00	50.000,00		234.110,00
1.1.1.1.10	2014	Aquisição de Edifícios	0301	07010399	2014/01/01	2021/12/31	1.737.745,74	177.740,00	167.740,00	10.000,00	255.470,00	1.030.000,00		1.367.740,00
1.1.1.1.04	2014	Terracos	0102	070101	2014/01/01	2021/12/31		80.005,00	10.005,00		10.000,00			20.005,00
1.1.1.1.05	2014	Equipamento Administrativo	0102	070103	2014/01/01	2021/12/31		25.500,00	25.500,00				10.000,00	15.500,00
1.1.1.1.06	2014	Equipamento Básico	0302	0701039	2014/01/01	2021/12/31		22.600,00	22.600,00					38.550,00
1.1.1.1.02		Segurança e Ordens Públicas												
1.1.1.1.02		Proteção Civil e luta contra incêndios												
1.2.1.1.02	2015	Equipamento Administrativo	05	070103	2016/01/01	2021/12/31		20.500,00	5.500,00	25.000,00	25.000,00	5.000,00		10.500,00
1.2.1.1.03	2015	Equipamento Básico	05	0701039	2016/01/01	2021/12/31		45.000,00	10.000,00	35.000,00	45.000,00	10.000,00		20.000,00
2.		Funções sociais												
2.1.		Educação												
2.1.1.		Ensino não superior												
2.1.1.1.		Construção, Reparação e Beneficiação												
2.1.1.1.0201	2014	Edifícios Escolares	0403	07010305	2014/01/01	2021/12/31	4.523.469,66	60.000,00	60.000,00		250.000,00			350.000,00
2.1.1.1.02	2016	Equipamento Básico	0403	07010309	2016/01/01	2021/12/31		40.000,00	40.000,00		10.000,00			50.000,00
2.1.1.1.05	2016	Edifícios de Saúde	0403	07010305	2016/01/01	2021/12/31		100.005,00	52.505,00	47.500,00	1.000.000,00	300.000,00		152.505,00
2.1.1.1.06		Serviços individuais de saúde												
2.1.1.1.06		Construção, Reparação e Beneficiação												
2.1.1.1.0601	2015	Centro Saúde Malveira/Venda do Pinheiro	0502	07010399	2015/01/01	2021/12/31	1.711.044,03	68.295,00	29.065,00		30.000,00			318.235,00
2.1.1.1.0602	2015	Centro Saúde Hafra - Hafra Força	0301	07010399	2015/01/01	2021/12/31	349.461,05	2.110.000,00	2.110.000,00		40.000,00	350.000,00		2.460.000,00
2.4.		Habituação e serviços colectivos												
2.4.1.		Habituação												
2.4.1.1.		Construção, Reparação e Beneficiação												
2.4.1.1.0501	2014	Habituações Sociais	0402	07010303	2014/01/01	2021/12/31	159.968,49	91.970,00	25.000,00	66.970,00	1.000.000,00			75.000,00
2.4.1.1.05	2014	Ordenamento do território												
2.4.1.1.0501	2014	Construção e Requalificação	0301	07030399	2014/01/01	2021/12/31	2.557.960,75	227.465,00	227.465,00		600.000,00		100.500,00	127.465,00
2.4.1.1.0505	2014	Passadiços Pedonais	0301	07030301	2014/01/01	2021/12/31	1.143.262,31	850.005,00	2.775,00	847.230,00	200.000,00	356.000,00		352.775,00
2.4.1.1.05	2016	Construção e Requalificação												
2.4.1.1.0501	2016	Parque Ecológico da Venda do Pinheiro	0301	07030399	2016/01/01	2021/12/31	139.071,74	1.225.000,00	1.225.000,00		150.000,00			1.375.000,00
2.4.1.1.05	2016	Requalificação Urbana do Largo da Feira na Malveira/Casa Cultura Malveira	0301	07030399	2016/01/01	2021/12/31		5,00	5,00		2.250.000,00	200.000,00		200.000,00
2.4.1.1.07	2016	Atividade Urbana Sustentável	0301	07030309	2016/01/01	2021/12/31		100.005,00	5,00	100.000,00	400.000,00	100.000,00		100.005,00
2.4.1.1.08		Planeamento												
2.4.1.1.08		Construção, Reparação e Beneficiação												
2.4.1.1.0801	2014	Rede de Coleções em Diversas Localidades	0301	07040301	2014/01/01	2021/12/31	434.412,71	160.005,00	3.210,00	356.775,00	840.000,00	700.500,00		209.730,00
2.4.1.1.08	2014	Construção e Beneficiação												
2.4.1.1.0801	2014	Redes de Abastecimento de Água	0303	07030307	2014/01/01	2021/12/31	694.876,58	1.105,00	1.105,00		96.920,00			96.835,00
2.4.1.1.08	2014	Resíduos sólidos												
2.4.1.1.0801	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento												
2.4.1.1.0801	2014	Equipamento de recolha de resíduos	0303	07030301	2014/01/01	2021/12/31	422.047,52	750.750,00	40.750,00	710.000,00	1.103.840,00	325.000,00		165.750,00
2.4.1.1.0801	2014	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza												
2.4.1.1.0801	2014	Construção, Reparação e Beneficiação												
2.4.1.1.0801	2014	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	0301	07030305	2014/01/01	2021/12/31	308.247,44	552.630,00	62.855,00	269.775,00		219.775,00		262.630,00
2.4.1.1.0801	2014	Conversões	0303	07030301	2014/01/01	2021/12/31	4.203,35	230,00	120,00		54.270,00	80.000,00		60.320,00
2.4.1.1.0801	2015	Requalificação e Valorização das Linhas de Água	0303	07030399	2015/01/01	2021/12/31	18.343,72	2.520,00	2.520,00		277.550,00	90.000,00		92.570,00
2.4.1.1.0801	2016	Equipamento Básico	0303	07040309	2016/01/01	2021/12/31		19.560,00	19.560,00		10.000,00			29.560,00

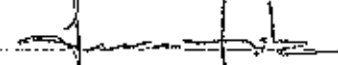
[Handwritten signatures and initials]


MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

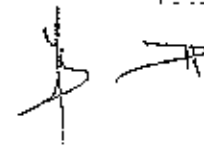

ENFOQUE		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 4		MÓDULO 1		DE ANO CONTÁBILÍSTICO 2018		DATA DE APROVAÇÃO		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS			
SUBJECTO DE MATRIA		REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS											
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRICÇÃO	CODIGO DA CLASSIFICAC. ORÇAMENTAL	CODIGO DA CLASSIFICAC. ECONÓMICA	DATAS INICIO FIM	VALOR REALIZADO	COTAÇÃO ANTERIOR			INSCRIÇÕES / REEMBOS	DIFERENÇAS / ANULAÇÕES	COTAÇÃO SEQUINTE	
							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUINTE				
							TOTAL	DEFERIDO		NÃO DEFINIDO			
TRANSPORTE							7.257.910,00	4.496.666,00	2.653.250,00	14.086.135,00	4.064.235,00	110.000,00	0.450.815,00
2.5.		serviços culturais, recreativos e religiosos											
2.5.1.		Cultura											
2.5.1.0101	2014	Construção, Reparação e Beneficiação	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	166.076,46	60.000,00	10.000,00	50.000,00	20.000,00		30.000,00	
2.5.1.0102	2016	Diversas Instalações Culturais	0402	080302	2016/04/21-2021/12/31	54.300,00	5.000,00	5.000,00		15.000,00		20.000,00	
2.5.1.0103	2014	Transferências	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	60.198,94	210.000,00	34.160,00	261.820,00	75.000,00		69.280,00	
2.5.1.0104	2014	Transferências de Capital	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	319.136,91	25.000,00	30.000,00	15.000,00	305.000,00		175.000,00	
2.5.1.0105	2014	Desporto, recreio e lazer	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	60.198,94	210.000,00	34.160,00	261.820,00	75.000,00		69.280,00	
2.5.1.0106	2014	Construção, Reparação e Beneficiação	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	60.198,94	210.000,00	34.160,00	261.820,00	75.000,00		69.280,00	
2.5.1.0107	2014	Edifícios-Instalações Desportivas	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	60.198,94	210.000,00	34.160,00	261.820,00	75.000,00		69.280,00	
2.5.1.0108	2014	Construções Diversas-Instalações Desportivas	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	319.136,91	25.000,00	30.000,00	15.000,00	305.000,00		175.000,00	
2.5.2.		Diversos Parques de Lazer e Recreio	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	5.038,00	260.000,00	10.000,00	250.000,00	250.000,00		260.000,00	
2.5.2.05	2014	Transferências de Capital	0402	07050399	2014/09/16-2021/12/31/0	290.594,64	600.000,00	500,00	600.000,00	300.000,00		300.500,00	
2.5.2.04	2018	Equipamento Básico	0401	07050399	2018/01/01-2021/12/31/0		35.655,00	35.655,00		30.000,00		65.655,00	
2.5.3.		Outras actividades cívicas e religiosas											
2.5.3.01	2014	Transferências	0102	060501	2014/09/16-2021/12/31/0	415.068,00	500,00	500,00		50.000,00		10.500,00	
2.5.3.01	2014	Transferências de Capital	0102	060501	2014/09/16-2021/12/31/0	415.068,00	500,00	500,00		50.000,00		10.500,00	
3.		Funções económicas											
3.1.		Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca											
3.1.02	2015	Equipamento Básico	0303	07051099	2015/01/01-2021/12/31/0	6.500,00	6.500,00			40.000,00		46.500,00	
3.1.03	2015	Equipamento de Transporte	0305	07050399	2015/01/01-2021/12/31/0	500,00	500,00			40.000,00		50.000,00	
3.1.04	2015	Localização Financeira-Material de Transporte	0102	07050399	2015/04/03-2021/12/31/0					33.455,00		33.455,00	
3.2.		Indústria e energia											
3.2.1.		Iluminação pública											
3.2.1.01	2011	Iluminação em Diversas Localidades	0301	07051099	2011/01/01-2021/12/31/0	423.615,91	175.000,00	85.000,00	90.000,00	170.000,00		205.000,00	
3.2.1.0101	2014	Construção e Infraestruturas	0301	07051099	2014/01/01-2021/12/31/0	423.615,91	175.000,00	85.000,00	90.000,00	170.000,00		205.000,00	
3.2.1.0102	2014	Equipamento	0301	07051099	2014/01/01-2021/12/31/0	449.390,51	125.000,00	50.000,00	75.000,00	60.000,00		130.000,00	
3.3.		Transportes e comunicações											
3.3.1.		Transportes rodoviários											
3.3.1.01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação	0301	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	15.698.711,65	4.127.935,00	1.612.465,00	2.515.470,00	2.415.470,00		4.027.935,00	
3.3.1.0101	2014	Viadutos, Arrematadas e Obras Conexas	0301	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	15.698.711,65	4.127.935,00	1.612.465,00	2.515.470,00	2.415.470,00		4.027.935,00	
3.3.1.0102	2014	Aplicação do Estacionamento na Vila de Matra	0301	07050499	2014/01/01-2021/12/31/0	1.557.658,61	1.000,00	1.000,00		25.000,00		26.000,00	
3.3.1.0103	2014	Construção e Aplicação de Estacionamentos	0301	07050499	2014/01/01-2021/12/31/0	34.110,36	1.139.620,00	1.139.620,00		250.000,00		1.389.620,00	
3.3.1.02	2014	Aquisição e Reparação de Bens de Investimento	0301	07051099	2014/01/01-2021/12/31/0	238.307,71	153.300,00	68.500,00	75.000,00	35.000,00		123.500,00	
3.3.1.0203	2014	Equipamento de Transporte	0301	07050499	2014/01/01-2021/12/31/0	285.468,38	275.000,00	22.220,00	252.780,00	27.000,00		49.000,00	
3.3.1.0204	2018	Parque Intermodal da Ericieira	0301	07050499	2018/01/01-2021/12/31/0		250.000,00	5,00	250.000,00	100.000,00		100.000,00	
3.3.1.0205	2018	Parque Autocaravanas	0301	07050499	2018/01/01-2021/12/31/0		100.000,00	5,00	100.000,00	300.000,00		100.000,00	
3.4.		Comércio e Turismo											
3.4.1.		Mercados e feiras											
3.4.1.0101	2014	Construção, Reparação e Beneficiação	0303	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	11.752,65	95.500,00	500,00	95.000,00	10.000,00		50.500,00	
3.4.1.0102	2014	Mercados	0303	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	11.752,65	95.500,00	500,00	95.000,00	10.000,00		50.500,00	
3.4.1.0103	2014	Turismo	0303	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	11.752,65	95.500,00	500,00	95.000,00	10.000,00		50.500,00	
3.4.2.		Planos de Praia											
3.4.2.0101	2014	Planos de Praia	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	255.311,07	182.000,00	182.000,00		70.000,00		252.000,00	
3.4.2.0102	2014	Planos de Praia	0401	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	6.641,00	60.700,00	39.700,00	10.000,00	10.000,00		69.700,00	
3.4.2.0103	2014	Equipamentos de Praia	0402	07050399	2014/01/01-2021/12/31/0	328,00	20.000,00	5,00	20.000,00	30.000,00		30.000,00	
3.5.		Outras funções económicas											
3.5.1.		Infraestruturas diversas											
3.5.1.04	2018	Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericieira	0102	07051099	2018/04/06-2021/12/31/0					5,00		5,00	
3.5.1.05	2018	Laboratório Vivo para a Descarbonização da Ericieira	0102	0705113	2018/04/06-2021/12/31/0					147.715,00		147.715,00	
4.		Outras funções											
4.2.		Operações de dívida autónoma											

MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

ENTIDADE			MODIFICAÇÃO N.º 4		N.º 1		DO ANO CONTABILÍSTICO 2018		DATA DE APROVAÇÃO		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEQUINTE		
MUNICÍPIO DE TÁFRA			REVISÃO AL PLANO DE INVESTIMENTOS												
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	N.º DO PROJ. ACÇÃO	ANOS	DESCRIÇÃO	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	CÓDIGO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	USUÁRIO		VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			INSCRIÇÕES / REPOSIÇÕES		DEMIÇÕES / ANULAÇÕES	
						INÍCIO	FIM		ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)	ANOS SEQUINTE	TOTAL		DEFINIDO		NAO DEFINIDO
						TRANSPORTE			15.149.920,00	7.830.595,00	7.319.325,00	15.398.315,00	8.522.965,00	110.000,00	16.231.580,00
4.1.	01	2015-6	Fundo de Apoio Municipal (FAM)	0902	090601	2015/01/01	2021/12/31	881.646,00	293.890,00	293.890,00		881.646,00		73.475,00	220.415,00
4.3.			Diversas rão especificadas												
4.3.	01	2017	Diversas rão especificadas												
4.3.	0101	2017-2	Indemnizações	0302	110202	2017/02/14	2021/12/31	1.620.833,02	156.000,00	150.000,00		35.052,37			285.952,37
4.3.	0107	2017-2	de férias - Resgate e Mutildade	0302	110204	2017/05/18	2021/12/31		11.380.987,00	3.750.010,00	7.630.977,00				3.730.010,00
TOTAL								41.816.402,80	26.974.797,00	22.024.495,00	14.050.302,00	16.779.970,00	3.548.917,37	183.475,00	20.189.957,37

CIRCULO EXECUTIVO
 Et de Abril de 2018


CIRCULO DELIBERATIVO
 Et de _____ de _____




 Diana Bonifácio

ENTIDADE		MODIFICAÇÃO Número: 4		ANO DE		DO ANO CONTABILISTICO 2018		DATA DE APROVAÇÃO		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		OTAÇÃO SEQUENTE	
MUNICÍPIO DE MATRA		REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES		2018		2018							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	ANO/NÚMERO DA ANOT. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CLASSIFIC. DA CLASSIFIC.	DATAS		VALOR REALIZADO	TOTAL	DOAÇÃO ANTERIOR		ANOS SEQUENTES	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DITMINAÇÕES / ANULAÇÕES	
				INÍCIO	FIM			ANO EM CURSO	ANO DEFINIDO				
1.1.		Funções gerais											
1.1.1.		Serviços gerais da administração pública											
1.1.1.1.		Administração geral											
1.1.1.1.1.	03	Obras Coercivas	0102	020215	2018/01/02	2018/12/31	175.500,00	500,00	175.000,00	50.000,00	85.000,00	85.500,00	
1.1.1.1.2.		Segurança e Ordem Públicas											
1.1.1.1.2.1.		Protecção civil e luta contra incêndios											
1.1.1.1.2.1.1.	01	Transferências											
1.1.1.1.2.1.1.1.	0102	Correntes-Associações e agrupamentos humanitários	0102	040702	2018/01/02	2018/12/31	460.000,00	480.000,00		1.140.000,00	371.300,00	851.300,00	
2.		Funções sociais											
2.1.		Educação											
2.1.1.		Ensino não superior											
2.1.1.1.	03	Rede Escolar do Concelho - Escola	0403	020204	2014/01/01	2015/12/31	14.357.081,40	3.746.435,00		184.187.903,00	136.630,00	1.903.125,00	
2.1.1.2.		Serviços auxiliares de ensino											
2.1.1.2.1.	02	Transportes escolares	0405	020206	2014/01/01	2015/12/31	4.691.063,39	2.350.000,00	1.130.000,00	4.030.000,00	55.000,00	1.405.000,00	
2.1.1.2.2.	03	Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico	0403	020205	2014/01/01	2015/12/31	5.537.869,49	766.150,00	766.150,00	4.456.950,00	7.000,00	759.150,00	
2.1.1.2.3.	07	Actividades de Enriquecimento Curricular	0102	040703	2018/01/02	2018/12/31	485.000,00	135.000,00	50.000,00	1.155.000,00	30.000,00	365.000,00	
2.4.		Habituação e serviços coletivos											
2.4.5.		Resíduos sólidos											
2.4.5.1.	03	Tratamento de RSU	0303	020215	2014/01/01	2014/12/31	6.368.025,34	7.900.000,00	1.600.000,00	308.000,00	52.350.910,00	100.000,00	2.700.000,00
2.4.5.2.	01	Implementação de Sistemas e Optimização do Serviço de Recolha de Resíduos	0303	020210	2016/01/02	2021/12/31	1.100.000,00		990,00	1.209.000,00	1.058.310,00	990,00	
2.4.6.		Protecção do meio ambiente e conservação da natureza											
2.4.6.1.	04	Manutenção de Jardins e Espaços Verdes	0304	020215	2018/01/02	2021/12/31	401.500,00	401.500,00		634.170,00	50.000,00	451.500,00	
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos											
2.5.1.		Cultura											
2.5.1.1.	02	Casinos do Memorial nas Linhas de Sarago	0401	020117	2016/01/02	2021/12/31	65.183,77	2.800,00	2.800,00	20.000,00		22.800,00	
2.5.1.2.	04	Actividades de Arqueologia, Antropologia, Património Histórico e Artes Plásticas	0401	060203005	2018/01/02	2021/12/31	12.500,00	12.500,00		15.000,00		22.500,00	
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer											
2.5.2.1.	01	Actividades de Ocupação dos Tempos Livres e Criação de	0403	060203002	2016/01/02	2021/12/31	100.331,36	75.105,00	75.105,00		25.000,00	50.105,00	
2.5.2.2.	02	Actividade Física Desportiva	0401	020215	2016/01/02	2018/12/31	71.000,00		21.000,00	111.000,00	25.000,00	43.000,00	
2.5.2.3.	05	Núcleos Desportivos Municipais	0401	010107	2010/01/02	2021/12/31	124.261,60		314.265,00	912.855,00	15.000,00	279.265,00	
3.		Funções económicas											
3.1.		Indústria e energia											
3.1.1.		Iluminação pública											
3.1.1.1.	01	Iluminação em Diversas Localidades											
3.1.1.1.1.	0103	Custos de energia eléctrica	0602	02020202	2014/01/01	2018/12/31	6.434.969,85	1.055.000,00	1.055.000,00	5.405.000,00	745.000,00	1.050.000,00	
3.4.		Comércio e turismo											
3.4.2.		Turismo											
3.4.2.1.	01	Actividades de Promoção Turística	0401	020215	2018/01/02	2021/12/31	152.500,00		37.500,00	75.000,00	75.000,00	112.500,00	
3.5.		Outras funções económicas											
3.5.1.		Infraestruturas diversas											
3.5.1.1.	03	Projeto Curiteira- Mar do Programa MAR 2020	0303	020210	2010/01/02	2021/12/31	120.370,00		5,00	170.155,00	469.490,00	70.000,00	33.300,00
						TOTAL							
						19.755.425,21	13.019.225,00	11.196.860,00	1.820.365,00	286.199.290,00	1.748.095,00	57.000,00	22.889.995,00

ÓRGÃO EXECUTIVO
 08 de Abril de 2018

ÓRGÃO DELEGATIVO
 de _____ de _____

[Handwritten signatures and notes]



ENTIDADE		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 4		DO ANO COMPLETADO : 2013		DATA DE APROVAÇÃO																
MUNICÍPIO DE NAÍRA		REVISÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS		NÚMERO : 1																		
REVISÃO DO PLANO DE ACREDITADOS		NÚMERO : 2																				
OBJETIVO / PROGRAMA / PROJEÇÃO / AÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. / AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEQUINTE								
					ANO EM CURSO		MES SEQUINTE	ANO EM CURSO		MES SEQUINTE				ANO EM CURSO		MES SEQUINTE						
					TOTAL	DEFINIDA		% DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2013	2010	2011	SEQUINTE	TOTAL	DEFINIDA	% DEFINIDA	2013	2010	2011	SEQUINTE	
		TRANSPORTE		0301	07010399	8.838.355,00	4.138.855,00	729.505,00	11152810,00	756.840,00	-729.593,00	235.675,00	-1368,25,00	10.603,00	1.287575,00	1287575,00	35830240,00	9536340,00	9163375,00	97393405,00		
2.2.1.	0150	2015 1 9	Centro Saúde Naíra - Naíra - Naíra	0301A	0301	07010399	1.130.000,00	1.130.000,00		40.300,00	350.000,00						40.300,00					
2.4.			Habituação e serviços coletivos.				8.153.735,00	4.632.985,00	1.550.750,00	6178560,00	-678.705,00	-348735,00	980.000,00	120000,00	800.000,00	6.334.260,00	6.291.150,00	66.370,00	2.466.135,00	6753802,00	3239240,00	47254695,00
2.4.1.	0101	2014 1 21	Habituação				31.500,00	25.010,00	66.975,00	1.630.500,00						91.950,00	25.010,00	66.370,00	1.300.300,00	100000,00		
2.4.1.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação				31.500,00	25.010,00	66.975,00	1.630.500,00						91.950,00	25.010,00	66.370,00	1.300.300,00	100000,00		
2.4.1.	0101	2014 1 21	Habituações Sociais	0301A			31.500,00		66.975,00	1.630.000,00						91.300,00		66.370,00	1.100.500,00	100000,00		
2.4.1.	0101	2014 1 21		0402	07010399			25.000,00											25.000,00			
2.4.1.	0101	2014 1 21		0402	07010399			30,00											30,00			
2.4.2.			Ordenamento do território				2.402.400,00	3.455.235,00	347.230,00	3.450.000,00	720.000,00	-347.230,00	370.000,00		800.000,00	2.155.255,00	2.135.255,00		2.020.000,00	140000,00	100000,00	
2.4.2.	01	2014	Construção e Requalificação				1.077.400,00	230.240,00	847.230,00	800.000,00	250.000,00	-447.230,00	750.000,00			430.240,00	430.240,00		1.150.000,00	300.000,00	100.000,00	
2.4.2.	0101	2014 1 22	Requalificação de Diversas	0301A	0301	07010399	227.465,00	227.465,00		630.000,00					127.465,00	127.465,00		220.000,00	200.000,00	100.000,00		
2.4.2.			Espaços Urbanos																			
2.4.2.	0105	2014 1 26	Passarelas Pedonais	0301A	0301	07010351	830.000,00	2.275,00	847.230,00	230.000,00	350.000,00	-447.230,00	700.000,00			352.775,00	352.775,00		500.000,00			
2.4.2.	01	2016	Construção e Requalificação				1.275.000,00	1.275.000,00		150.000,00						1.375.000,00	1.375.000,00		30.000,00			
2.4.2.	0101	2016 1 1	Parque Ecológico da Vereda de Pichêric	0301A	0301	07010399	1.275.000,00	1.275.000,00		150.000,00						1.375.000,00	1.375.000,00		30.000,00			
2.4.2.	05	2016 1 16	Requalificação Urbana do Largo da Feira na Rua Manoel/ Casa Cultura Balveira	0301A			15,00		1.250.000,00							150.000,00		700.000,00	100000,00	800.000,00		
2.4.2.	05	2016 1 36		0301	07010399			5,00		700.000,00						250.000,00						
2.4.2.	05	2016 1 36		0301	07010399			5,00								5,00						
2.4.2.	07	2018 1 36	Urbanidade Urbana Sustentável	0301A	0301	07010399	100.000,00	5,00	100.000,00	400.000,00	300.000,00	-100.000,00				100.000,00		200.000,00	200.000,00			
2.4.3.			Saneamento				160.000,00	3.220,00	156.775,00	840.000,00	200.000,00	-156.775,00				200.730,00	200.730,00		340.000,00	150.000,00	250.000,00	
2.4.3.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação				150.000,00	3.220,00	156.775,00	840.000,00	200.000,00	-156.775,00				200.730,00	200.730,00		340.000,00	150.000,00	250.000,00	
2.4.3.	0101	2014 1 31	Rede de Coletoras em Diversas localidades	0301A	0301	07010302	160.000,00	3.220,00	156.775,00	840.000,00	200.000,00	-156.775,00				200.730,00	200.730,00		340.000,00	150.000,00	250.000,00	
2.4.4.			Abastecimento de Água				1.105,00	3.105,00		90.930,00						91.035,00	91.035,00					
2.4.4.	01	2014	Construção e Beneficiação				1.105,00	3.105,00		90.930,00						91.035,00	91.035,00					
2.4.4.	0101	2014 1 35	Redes de Abastecimento de Água	0301A	0301	07010307	1.105,00	3.105,00		90.930,00						91.035,00	91.035,00					
2.4.5.			Resíduos Sólidos				4.791.750,00	2.841.340,00	2.116.000,00	5451960,00	125.000,00	-2.10000,00	510.000,00	1100000,00		2.866.740,00	2.866.740,00		3.420.000,00	374700,00	1717000,00	47254695,00
2.4.5.	01	2014	Aquisição e Reparação de Bens e Investimento				750.750,00	60.750,00	710.000,00	1.100.000,00	125.000,00	-710.000,00	510.000,00			165.750,00	165.750,00		1.057.400,00	552.290,00		
2.4.5.	0101	2014 1 37	Equipamento de Recolha de Resíduos	0301A	0301	07011001	750.750,00	60.750,00	710.000,00	1.100.000,00	125.000,00	-710.000,00	510.000,00			165.750,00	165.750,00		1.057.400,00	552.290,00		
2.4.5.	05	2014 1 27	Tratamento de RSU	0301A	0301	07010305	1.950.000,00	2.800.000,00	390.000,00	5335030,00	100.000,00	-320.000,00				2.700.000,00	2.700.000,00		1.613.675,00	1704630,00	1717000,00	47254695,00
2.4.5.	01	2016 1 2	Implementação de sistemas e otimização do Serviço de Recolha de Resíduos	0301A	0301	07010320	1.130.950,00	390,00	1.130.000,00	1.036.310,00				1100000,00		300,00	390,00		667.925,00	1490330,00		
2.4.6.			Proteção do meio ambiente e conservação da natureza				756.420,00	486.645,00	289.775,00	1.126.590,00	449.775,00	-289.775,00				916.420,00	916.420,00		597.250,00	307.710,00	271.590,00	
2.4.6.	01	2014	Construção, Reparação e Beneficiação				315.275,00	65.495,00	289.775,00	361.870,00	249.775,00	-289.775,00				435.270,00	435.270,00		325.720,00	26.120,00		
2.4.6.	0102	2014 1 33	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	0301A	0301	07010305	312.630,00	62.855,00	289.775,00		229.775,00	-289.775,00				282.635,00	282.635,00					
2.4.6.	0101	2014 1 40	Centenários	0301A	0301	07010312	120,00	120,00		84.720,00						80.120,00	80.120,00		44.150,00	36.120,00		

MODIFICAÇÕES DAS GRANDES OBRAS DO PLANO

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE MATRIZ

MODIFICAÇÃO Nº 04 DE 4º QUADRANTE: 2028
REVISÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS PERÍODO: 1
REVISÃO DO PLANO DE ATIVIDADES PERÍODO: 7

DATA DE APROVAÇÃO

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	FUNDFUNC. DO PLAN. ANEXO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)						DOTAÇÃO SEQUENTE							
					TOTAL	ANO EM CURSO		ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES		ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES						
						DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEGUINTE	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEQUENTES
				TRANSPORTE	185.887,50,00	144.017,50,00	1.166.250,00	1.932.990,00	4.445.245,00	-423.200,00	35.1375,00	-2.68125,00	310.600,00	191.0285,00	192.3115,00	56.975,00	277.4735,00	1.159.050,00	321.2025,00	145.2450,00
2.4.6.	0105	2015 1 4	0000A	0303 03030399	2.570,00	2.570,00		377.350,00	90.000,00				92.500,00	32.570,00		277.350,00				
2.4.6.	01	2016 A 11	0000A	0303 030325	401.590,00	401.590,00		614.770,00	50.000,00				451.590,00	451.590,00		271.590,00	271.590,00	271.590,00		
2.4.6.	03	2016 1 20	0000A	0103 07010299	19.550,00	19.550,00			16.000,00				29.550,00	29.550,00						
2.5.					1.777.345,00	583.525,00	1.166.320,00	1.565.353,00	651.000,00	-330.600,00	113.600,00	15.000,00	2.311.525,00	1.461.525,00	350.500,00	1.670.225,00	370.265,00	355.265,00		
2.5.1.	01	2014			165.300,00	115.300,00	50.000,00		65.000,00	-50.000,00	113.600,00	15.000,00	185.300,00	180.300,00		1.115.000,00	15.000,00			
2.5.1.	01	2014			60.000,00	10.000,00	50.000,00		20.000,00	-50.000,00	113.600,00		35.000,00	10.000,00		1.350.000,00				
2.5.1.	003	2016 1 43	0000A	0401 03030399	60.000,00	10.000,00	50.000,00		20.000,00	-50.000,00	113.600,00		30.000,00	10.000,00		1.150.000,00				
2.5.1.	01	2016			5.000,00	5.000,00			15.000,00		15.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		
2.5.1.	003	2016 1 4			5.000,00	5.000,00			15.000,00		15.000,00	15.000,00	20.000,00	20.000,00		15.000,00	15.000,00	15.000,00		
2.5.1.	01	2016 A 7	03		87.300,00								107.300,00							
2.5.1.	01	2016 A 7				2.300,00			20.000,00					22.300,00						
2.5.1.	01	2016 A 7				20.000,00								20.000,00						
2.5.1.	01	2016 A 7				50.000,00								50.000,00						
2.5.1.	04	2018 A 15	003	0101 062010505	12.500,00	12.500,00			10.000,00				22.500,00	22.500,00						
2.5.2.	01	2014			1.611.545,00	462.725,00	1.130.800,00	1.055.355,00	793.000,00	-285.600,00			2.110.725,00	1.176.725,00	692.000,00	335.285,00	335.285,00	335.285,00		
2.5.2.	01	2014			565.000,00	34.180,00	530.800,00		495.000,00	-285.600,00			774.180,00	524.180,00		292.000,00				
2.5.2.	003	2014 1 49	0000A	0103 03030302	205.000,00	14.180,00	190.800,00		75.000,00	-165.800,00			89.180,00	89.180,00						
2.5.2.	003	2014 1 50	0000A	0401 03030401	25.000,00	10.000,00	15.000,00		165.000,00	-15.000,00			175.000,00	175.000,00						
2.5.2.	003	2014 1 52	0000A	0401 03030505	260.000,00	10.000,00	250.000,00		250.000,00				510.000,00	260.000,00	250.000,00					
2.5.2.	06	2014 1 83	001	0102 030301	600.500,00	500,00	600.000,00		305.000,00				900.500,00	300.500,00	600.000,00					
2.5.2.	01	2016 A 3	03	0403 030310502	75.105,00	75.105,00			-15.000,00				60.105,00	60.105,00						
2.5.2.	01	2018 A 15	003	0401 030325	21.000,00	7.000,00		123.000,00	22.000,00				41.000,00	41.000,00		41.000,00	41.000,00	41.000,00		
2.5.2.	04	2018 1 25	003	0401 030310293	33.655,00	33.655,00			30.000,00				65.655,00	65.655,00						
2.5.2.	05	2018 A 10	003	0401 030307	314.185,00	314.285,00		347.355,00	-35.000,00				279.285,00	279.285,00		314.285,00	314.285,00	314.285,00		
2.5.3.					505,00	500,00			10.000,00				10.500,00	10.500,00						
2.5.3.	01	2018			505,00	500,00			10.000,00				10.500,00	10.500,00						
2.5.3.	0101	2018 1 87	001	0102 030301	500,00	500,00			10.000,00				10.500,00	10.500,00						
3.					6.019.235,00	340.610,00	3.674.620,00	2.173.430,00	4.433.925,00	-445.265,00	179.000,00		2203790,00	2.774.535,00	3.233.255,00	4.413.285,00	201.890,00	1837280,00		
3.1.					7.000,00	7.000,00			322.955,00				129.955,00	129.955,00						
3.1.	01	2018 1 28	0000A	0303 03031129	6.500,00	6.500,00			40.000,00				46.500,00	46.500,00						
3.1.	01	2018 1 29	0000A	05 03030593	500,00	500,00			49.500,00				50.000,00	50.000,00						

[Handwritten signatures and notes]

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE MARRA

MODIFICAÇÃO ANEXO : 4 DO ANO CONTABILÍSTICO: 2018
REVISÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS Nº: 1
REVISÃO AO PLANO DE ATIVIDADES Nº: 2

DATA DE APROVAÇÃO

OBJETIVO / FUNÇÃO / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFIC. DO PROJ. / AÇÃO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	DOTAÇÃO ANTERIOR		MODIFICAÇÕES CUMENTAIS (VARIAÇÃO +/-)					DOTAÇÃO SEQUENTE									
					ANO EM CURSO		ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES			ANO EM CURSO		ANOS SEQUENTES							
					TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEQUENTES	TOTAL	DEFINIDA	NÃO DEFINIDA	2019	2020	2021	SEQUENTES	
		TRANSPORTE			2813835,00	35763375,00	139.636,00	20197505,00	3.946.335,00	-408965,00	5596675,00	-253125,00	816.600,00		34213170,00	23115310,50	4.150.225,00	29230140,00	16611435,00	14384160,00	145246100,00
3.5.1.	04	2016 1 45		5002 070113					147.715,00						147.715,00						
4.1.		Outras funções			21824377,00	4.193.308,00	17.630.977,00	851.655,00	-17.522,83		7333665,00	-229116,00	-223885,00		11767234,37	4.156.377,37	1.620.977,00	1.373.345,00	73.475,00		
4.1.		Operações da dívida autônoma			291.350,00	291.350,00		851.655,00	-73.475,00		-44592,00	-229410,00	-233485,00		220.415,00	220.415,00		146.945,00	73.475,00		
4.1.	01	2015 1 6		5002 050350	291.350,00	291.350,00		851.655,00	-73.475,00		-44592,00	-229410,00	-233485,00		220.415,00	220.415,00		146.945,00	73.475,00		
4.3.		diversas não especificadas			11530387,00	3.502.010,00	17.630.977,00		35.952,37		71.000,00				11566593,37	3.915.962,37	1.620.977,00	1.369.000,00			
4.3.	01	2017			11530387,00	3.502.010,00	17.630.977,00		35.952,37		71.000,00				11566593,37	3.915.962,37	1.620.977,00	1.369.000,00			
4.3.	0101	2017 1 1	CH	5002 115255	155.000,00	155.000,00			35.952,37						155.952,37	155.952,37					
4.3.	0102	2017 1 2	Ute água - Resgate e Iluidade	5002 115255	11380387,00	3.356.610,00	17.630.977,00				71.000,00				11380387,00	3.750.010,00	1.620.977,00	1.369.000,00			
		TOTAL ...			45733542,00	33962075,00	16770667,00	202479169,00	10256547,37	-438965,00	2623995,00	-473525,00	516.715,00		45820564,37	36219422,37	11281201,00	96117025,00	13704920,00	14584160,00	145246100,00

SEÇÃO EXECUTIVA
em 06 de Abril de 2018
[Assinatura]

SEÇÃO LEGISLATIVA
Em _____ de _____ de _____

[Assinatura]
Aldemir de Jesus
Diretor de Sanificação

INDICADORES DO PLANO

PÁGINA: 1

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE PARESI

MODIFICAÇÃO Nº 023 - 1 10 ANO ORÇAMENTAL 2014

DATA DE APROVAÇÃO

FUNÇÃO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO DE PROJ. ANOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR		MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEFINITIVA		VARIACÃO CL. DOTAÇÃO ANTERIOR	VARIACÃO PARA ANOS SEQUENTES					DOTAÇÃO SEQUENTE			
						ANO EM CURSO DEFINITIVO	PARCELA ANTERIOR NÃO DEFINITIVO	DOTAÇÃO TOTAL	INSCRIÇÕES / RESERVAS		ANULAÇÕES / ANULAÇÕES	TOTAL	2014	2015	SEQUENCIAIS		DEFINITIVA	ANO RESUMIDA	DOTAÇÃO TOTAL
1.1.1.1.1.1.01	2234	Funções gerais Serviços gerais da administração pública Administração geral																	
1.1.1.1.1.1.01	2234	Construção, reparação e Beneficiário																	
1.1.1.1.1.1.01	2234 1.1	Edifícios Municipais	0004	2101	6701001	4.166.797,00	88.435,00	241.000,00	329.435,00	285.520,00	-240.000,00	100.000,00					373.435,00		
1.1.1.1.1.1.01	2234	Aquisição e reparação de Bens de Investimento																	
1.1.1.1.1.1.01	2234 1.7	Equipamento de Informática	01	2102	670107	291.000,00	20.490,00	122.000,00	140.490,00	122.000,00	-140.000,00						140.490,00		
1.1.1.1.1.1.01	2234 1.8	Software Informático	04	2102	670108	173.000,00	184.110,00	37.000,00	221.110,00	91.000,00	-37.000,00						221.110,00		
1.1.1.1.1.1.01	2234 1.82	Aquisição de Edifícios	04	2101	670109	1.717.797,00	167.740,00	15.000,00	172.740,00	1.024.220,00	-10.000,00						1.167.740,00		
1.1.1.1.1.1.01	2234 4.5	Áreas Governas	01	2102	670125	300,00	300,00	175.000,00	175.300,00	15.200,00	-174.000,00						175.300,00		
1.1.1.1.1.1.01	2234 1.1	Terreno	04	2102	670101	10.000,00	10.000,00	15.000,00	25.000,00	25.000,00							25.000,00		
1.1.1.1.1.1.01	2234 1.7	Equipamento Administrativo	04	2102	670109	15.300,00	15.300,00	15.300,00	30.600,00	10.000,00							30.600,00		
1.1.1.1.1.1.01	2234 1.5	Equipamento Básico	04	2102	670109	22.000,00	22.000,00	22.000,00	44.000,00	15.350,00							44.000,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234	Segurança e Ordem Públicas Proteção civil e luta contra Incêndios																	
1.1.2.1.1.1.01	2234	Transferências																	
1.1.2.1.1.1.01	2234 4.5	Correntes-Associações e Agremiamentos Representativos	04	2102	670101	450.000,00	450.000,00	450.000,00	900.000,00	371.150,00		31.875,00	31.875,00	10.000,00			413.025,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.5	Equipamento Administrativo	0502	125	670109	5.300,00	5.300,00	35.000,00	40.300,00	5.000,00	-15.000,00						40.300,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.6	Equipamento Básico	0502	125	670109	10.000,00	10.000,00	35.000,00	45.000,00	30.000,00	-35.000,00						45.000,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234	Funções sociais																	
1.1.2.1.1.1.01	2234	Educação																	
1.1.2.1.1.1.01	2234	Ensino não superior																	
1.1.2.1.1.1.01	2234	Construção, reparação e Beneficiário																	
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.14	Edifícios escolares	0004	2403	670103	4.623.420,00	60.000,00	0,00	4.683.420,00	250.000,00							4.933.420,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.7	Fund. Escolar do Concelho - FENCA	0007	2403	670104	14.337.031,40	3.745.435,00	3.745.435,00	8.092.466,40	156.000,00							8.248.466,40		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.12	Equipamento Básico	0005	2402	670109	40.000,00	40.000,00	40.000,00	80.000,00	10.000,00							80.000,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.14	EE 2/3 de Ericoira	0004	2403	670103	52.300,00	52.300,00	47.000,00	10.300,00	30.000,00	-47.000,00	1.500.000,00	-1.400.000,00				10.300,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.1	Serviços auxiliares de ensino																	
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.1	Transportes escolares	0002	2403	670103	4.401.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	2.901.000,00	55.000,00							2.956.000,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.12	Alimentação Ensino Pré-Escolar e Básico	0002	2403	670103	5.537.980,40	1.500.000,00	1.500.000,00	7.037.980,40	55.000,00							7.092.980,40		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.12	atividades de Enriquecimento Curricular	0005	2402	670103	725.120,00	725.120,00	700.000,00	1.425.120,00	2.000,00							1.427.120,00		
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.1	Saúde																	
1.1.2.1.1.1.01	2234	Serviços individuais de saúde																	
1.1.2.1.1.1.01	2234	Construção, reparação e Beneficiário																	
1.1.2.1.1.1.01	2234 1.1	Centro Saúde Asheira/Venda do Pinheiro	0004	2401	670103	1.711.000,00	48.335,00	48.335,00	1.759.335,00	30.000,00							1.789.335,00		

[Handwritten signatures and notes]

ENTIDADE
MUNICÍPIO DE MOURÃO

RECONSTRUÇÃO IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE CONTABILIDADE - SEM

SALA DE APROVAÇÃO

OBJETIVO / PROGRAMA / PROJETO / AÇÃO	IDENTIFICAÇÃO DO PROJ. ANEXO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL	VALOR PREVISÃO	DOTAÇÃO ANTERIOR		DOTAÇÃO TOTAL	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS DOTAÇÃO DEBÍTA		VARIACÃO DA DOTAÇÃO NÃO EFETIVADA	VARIACÃO PARA ANOS SEQUENTES				DOTAÇÃO SEQUENTE			
						ANEXO	EXERCÍCIO		ANEXO	EXERCÍCIO		RECURSOS	OPORTUNIDADES / ANULACÕES	2023	2024	2025	SEQUENTES	RECURSOS	NÃO EFETIVADA
				TRANSPORTE	30.431.405,35	2.494.355,50	739.300,00	2.183.135,00	2.763.040,00	17.922,50	-329.300,00	2.111.835,50	-1.368.335,00	20.227,20	10.211.295,00	12.221.355,50			
2.2.1.	0102	2015 e 9	Genaro Saúde Infra - Infra obra	3102	37013099	395.461,35	2.310.000,00	2.110.000,00	350.000,00						2.460.000,00	2.460.000,00			
2.4.			Habituação e serviços coletivos																
2.4.1.	01	2014	Habituação, Construção, Reparação e Beneficiação																
2.4.1.	0101	2014 e 21	Habituações Sociais	0101	37013016	719.569,45	66.970,00	66.970,00				120.622,20			56.347,00	66.970,00			
2.4.1.	0101	2014 e 21	Habituações Sociais	3102	37013016		25.100,00	25.100,00							25.100,00	25.100,00			
2.4.2.	01	2024	Ordenamento do território (construção e requalificação)																
2.4.2.	0101	2014 e 22	Equipamentos de Esportes Espaços Urbanos	0101	37013059	2.597.306,25	227.466,00	277.455,00		100.000,00					227.466,00	277.455,00			
2.4.2.	0103	2014 e 26	Passagens Pedestres	0103	37013050	1.128.127,32	2.375,00	287.230,00	290.005,00		-847.210,00				352.775,00	352.775,00			
2.4.2.	0101	2015 e 3	Parques Ecológicos com Venda de Produtos	0101	37013089	226.271,74	2.225.000,00	1.225.000,00	130.000,00						1.375.000,00	1.375.000,00			
2.4.2.	05	2015 e 36	Requalificação Urbana de Largo da Feira na Malhada/CASA Cultural Malhada	0505	37013059								-350.000,00		300.000,00				
2.4.2.	05	2016 e 36		0102	37013099		5,00	5,00	260.000,00						260.005,00	260.005,00			
2.4.2.	07	2016 e 39	Parque Urbano Sustentável Saneamento	0103	37013059		5,00	100.000,00	101.005,00						100.005,00	101.005,00			
2.4.3.	01	2024	Habituação, Construção, Reparação e Beneficiação																
2.4.3.	0101	2014 e 31	Feira de Artesanato em Diversas Localidades	0101	37013016	424.412,71	3.230,00	136.775,00	160.000,00						200.790,00	200.775,00			
2.4.4.	01	2014	Abastecimento de Água																
2.4.4.	0101	2014 e 35	Parque de Abastecimento de Água	0101	37013017	314.376,56	1.265,00	1.265,00	56.000,00						56.000,00	56.000,00			
2.4.5.	01	2014	Parques Públicos																
2.4.5.	0101	2014 e 37	Adquirição e Equipamento de Investimento	0101	37013017	422.247,52	46.250,00	310.000,00	356.250,00						356.250,00	356.250,00			
2.4.5.	0101	2014 e 37	Equipamento de Parques de Resíduos	0101	37013017														
2.4.5.	06	2014 A 27	Tratamento de Resíduos	0103	37013074	2.508.305,34	2.625.221,00	300.000,00	2.500.000,00	138.220,00					2.700.000,00	2.700.000,00			
2.4.5.	01	2016 A 2	Implementação de Sistemas e Organização de Serviços de Reciclagem de Resíduos	0101	37013074		350,00	1.100.000,00	1.100.000,00						550,00	950,00			
2.4.6.	25	2014	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza																
2.4.6.	2502	2014 e 39	Construção, Reparação e Beneficiação	0004	37013015	518.247,04	23.855,00	265.775,00	311.000,00						265.775,00	265.650,00			
2.4.6.	2503	2014 e 40	Arranjos Paisagísticos - Zonas Verdes	0004	37013015	4.256,35	120,00	120,00	50.000,00						50.000,00	50.000,00			

[Handwritten signatures and initials]



MINUTA

(n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual)

1.º
2.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMÓNIO REUNIÃO DE 2018/04/06

ASSUNTO: Relatório e Contas do ano de 2017 - Empresas e Associações. -----

INFORMAÇÕES/PARECERES: Presente a Informação Interno 2018/5225, elaborada na Área de Estudos e Planeamento, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património e da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, bem como despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luis, todos datados de 03 de abril de 2018.-

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento dos Relatórios e Contas do Ano de 2017 das entidades ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses e CCAMM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL., os quais serão remetidos à Assembleia Municipal, face ao disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. -----

Esta deliberação foi aprovada por: Unanimidade / Maioria. -----

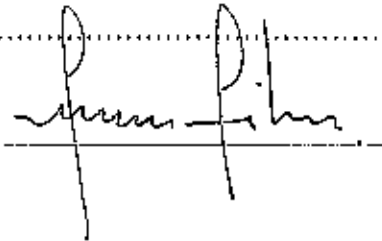
Votos a favor:

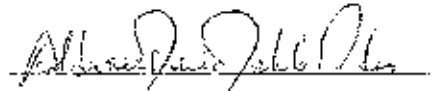
Votos contra:

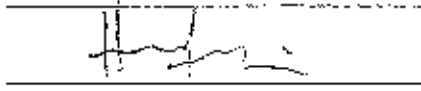
Abstenções:

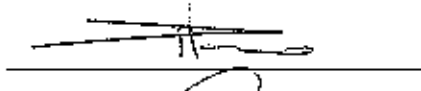
Declarações de voto:

ASSINATURAS:

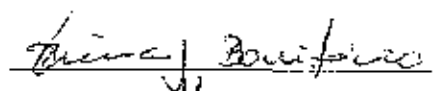


















193

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

*De acordo com a proposta, para
formanda de compromisso do
Executivo e Deliberativo.*

2018, 04, 03

O Vereador,

*concordo com a presente
informação.*

3, 04, 2018

A Diretora de Departamento,

.....

A Chefe de Divisão

DESPACHO

03, 04, 18

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2018/5225

ASSUNTO: Relatórios e Contas do ano de 2017 - Empresas e Associações

No âmbito das suas atividades, as seguintes entidades detidas pelo Município de Mafra apresentaram os seus Relatórios e Contas do ano de 2017:

- ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- CCAMM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL.

Face ao exposto e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que se submetam os referidos relatórios, para conhecimento do Órgão Executivo e Deliberativo.

À Consideração Superior

A Técnica Superior

(Cândida Jacinto)



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

Exmo. Senhor

Presidente

V/Ref.

N/Ref.: CIR_31_2018/PBR

DATA 28/03/2018

ASSUNTO: Relatório e Contas 2017

Para os devidos efeitos somos a informar que se encontra disponível para consulta na área reservada aos associados, o relatório e contas do exercício de 2017, aprovado por unanimidade, em reunião do Conselho Geral realizada no dia 27/03/2018.

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Geral

Rui Solheiro

RELATÓRIO
E CONTAS

2 0 1 7

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DA ANMP RESPEITANTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.



1. CARACTERIZAÇÃO DA ANMP E DA SUA ACTIVIDADE

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) é uma entidade de direito privado e de utilidade pública, tendo sido constituída através de escritura pública em 22 de Fevereiro de 1985.

A ANMP rege-se pelos seus Estatutos e subsidiariamente pelas competentes disposições do Código Civil. Pela sua natureza jurídica esta associação encontrava, até ao final do ano de 2009, o seu enquadramento contabilístico no Plano Oficial de Contabilidade – POC, atualmente revogado pelo Sistema de Normalização Contabilístico, com efeitos no exercício em análise.

A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local e, em especial:

- A representação e defesa dos Municípios e das Freguesias perante os órgãos de soberania;
- A realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local;
- A criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros;
- O desenvolvimento de ações de informação dos Eleitos Locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local;
- A troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros;
- A representação dos seus membros perante as organizações nacionais ou internacionais.



Os membros da ANMP

São membros da ANMP os Municípios Portugueses e Associações de Municípios que declarem aderir à Associação mediante deliberação do órgão executivo e aprovação pelo órgão deliberativo.

Nas realizações da ANMP poderão participar, sem direito a voto, representantes de autarquias ou coletividades territoriais afins de países de língua oficial portuguesa.

Os Órgãos da ANMP

Os órgãos da Associação Nacional de Municípios Portugueses são:

- Congresso Nacional, órgão máximo composto por 3 delegados de cada Município;
- Conselho Geral, órgão deliberativo entre Congressos;
- Conselho Diretivo, órgão executivo;
- Conselho Fiscal, que tem por incumbência o controlo e fiscalização no domínio financeiro e patrimonial;
- Conselho Consultivo.

Organização Interna

A atividade diária da ANMP é desenvolvida a partir da sua sede nacional, localizada em Coimbra, onde funcionam os seguintes serviços:

- Secretário-Geral (SG) é o responsável pela direção dos serviços da ANMP, pela gestão corrente dos seus assuntos administrativos e financeiros e pela direção dos seus recursos técnicos e humanos;
- Gabinete de Apoio Secretário-Geral (GASG);
- Secretário-Geral Adjunto (SGA);
- Gabinete de Apoio ao Secretário (GASGA);
- Gabinete de Eventos, Secções e Grupos de Trabalho (GESG);
- Gabinete de Finanças, Fundos, Desenvolvimento e Cooperação (GFFDC);
- Gabinete Informático e de Tecnologias da Informação (GITI);
- Gabinete Jurídico (GJ);
- Gabinete de Relações Internacionais (GRI);
- Assessoria de Comunicação (AC).

A ANMP mantém em funcionamento uma delegação em Lisboa, para apoio aos seus associados.

2. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

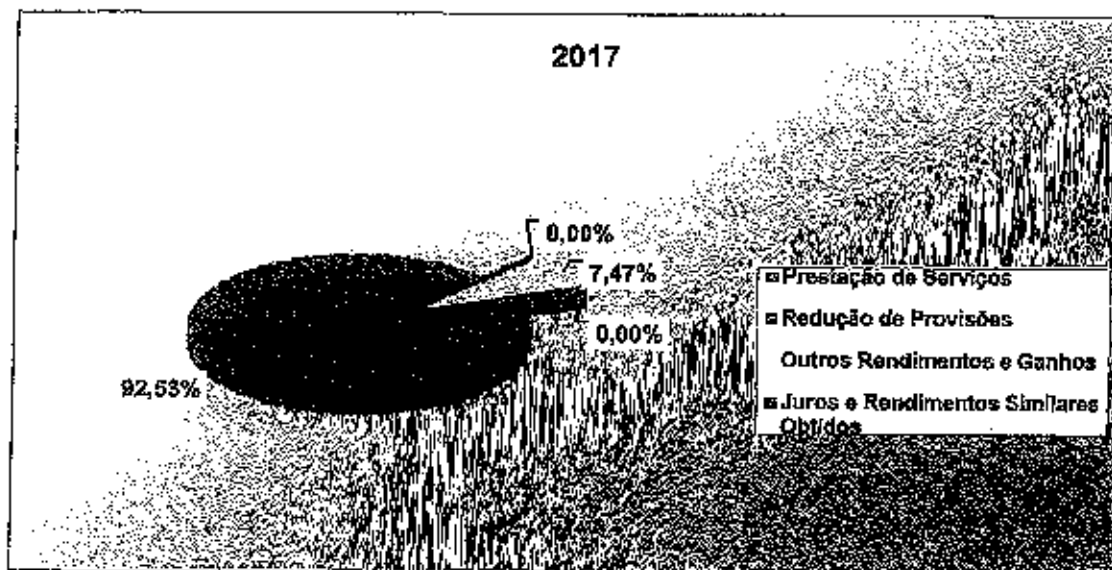
RENDIMENTOS

Rubricas	Euros	
	2017 (b)	2016 (a)
Prestações de Serviços	1.634.181,74	1.492.936,29
Subsídios à Exploração	-----	-----
Reversões de Provisões	-----	31.439,21
Outros Rendimentos e Ganhos	132.000,02	79.822,13
Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares	-----	671,01
Total	1.766.181,76	1.604.867,64

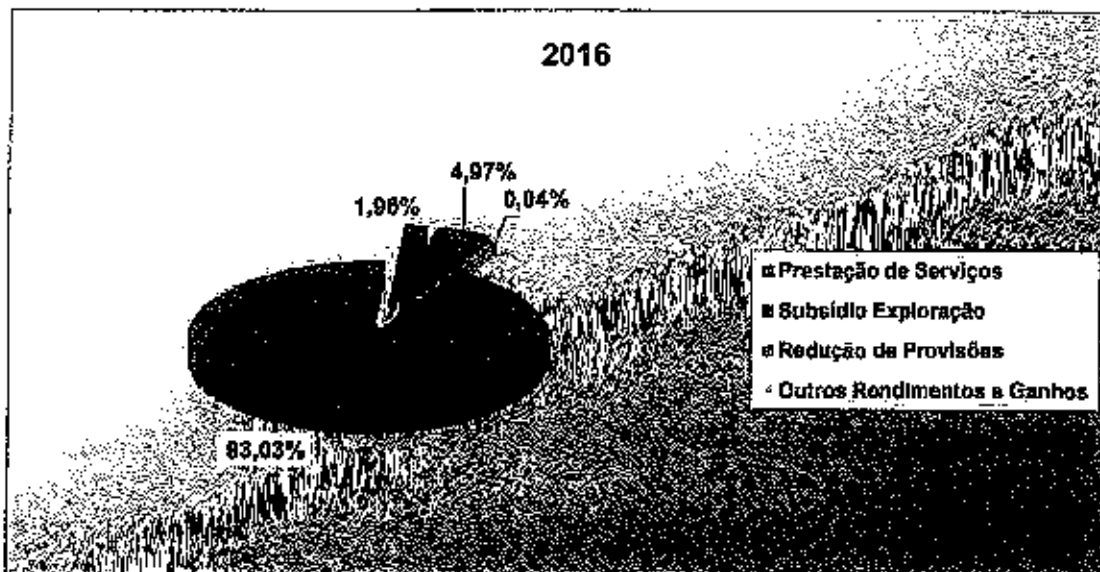
Os rendimentos da ANMP incluem:

- Rendimentos de quotizações de associadas, inscrições em congressos, seminários e outras organizações da ANMP;
- Rendimentos provenientes de outros proveitos suplementares tais como apoios recebidos para a realização de eventos e outras iniciativas da ANMP;
- Rendimentos provenientes de juros de depósitos à ordem e a prazo;
- Rendimentos relacionados com exercícios findos.

COMPOSIÇÃO DOS RÉDITOS

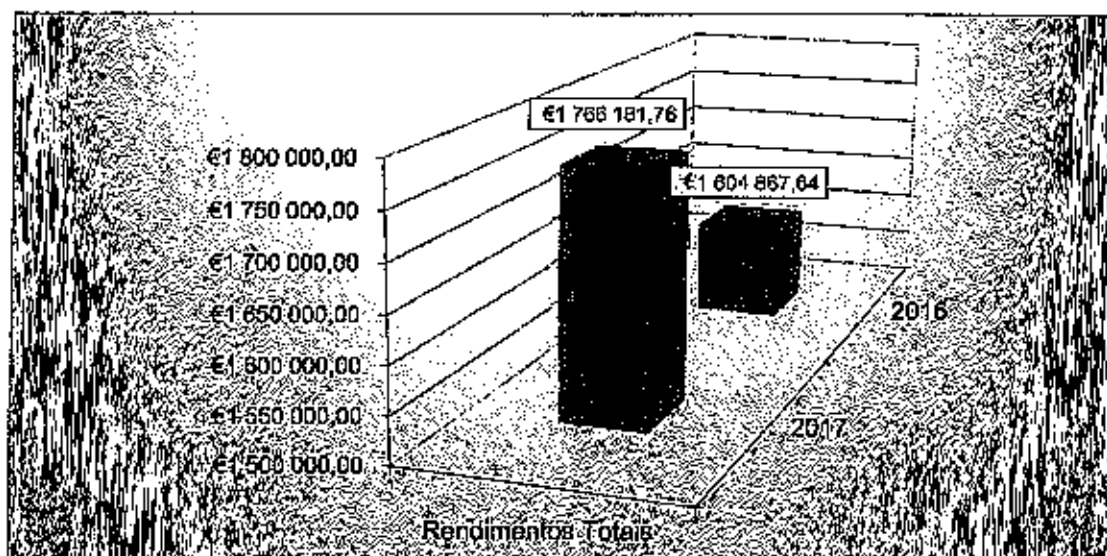


[Handwritten signature]



As quotizações dos associados representam quase a totalidade dos recursos que a ANMP dispõe para financiar a sua atividade. Os outros rendimentos e ganhos obtidos em 2017 referem-se essencialmente às inscrições e as apoios auferidos no âmbito da realização do XIII Congresso da ANMP.

Evolução dos rendimentos e ganhos face a 2016





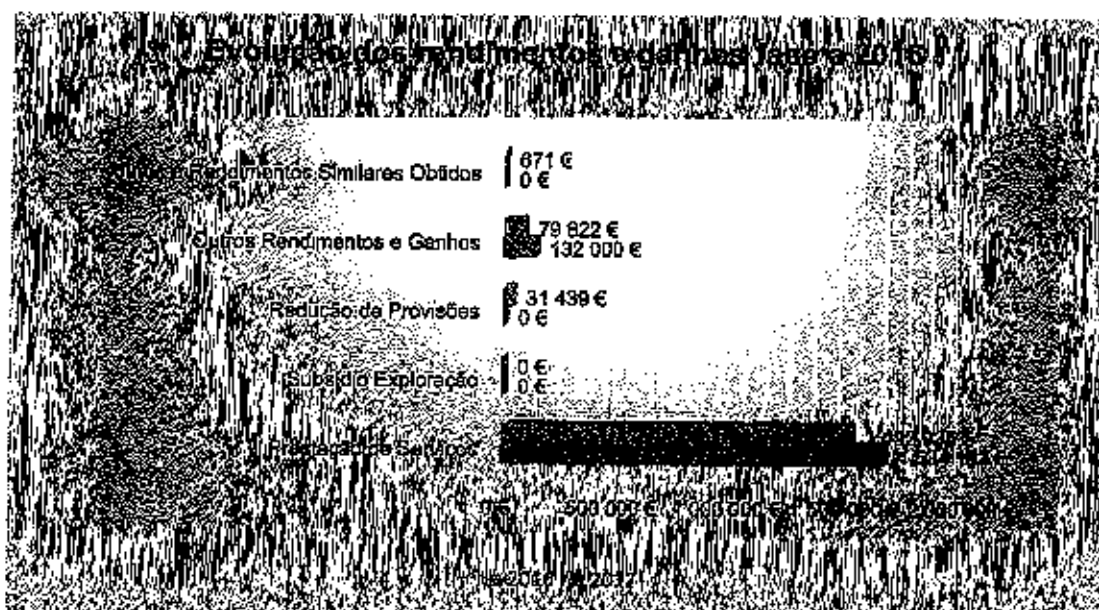
Os rendimentos e ganhos totais da ANMP sofreram um acréscimo de cerca de 10,05% relativamente ao ano de 2016. Este acréscimo está sobretudo refletido nas seguintes contas:

7212 – Inscrições Congresso

78162 – Patrocínios.

De assinalar o decréscimo em 100% nas rubricas "Redução de Provisões" e "Juros e Rendimentos Similares Obtidos".

Esta dinâmica pode ser observada através da figura que abaixo se apresenta:



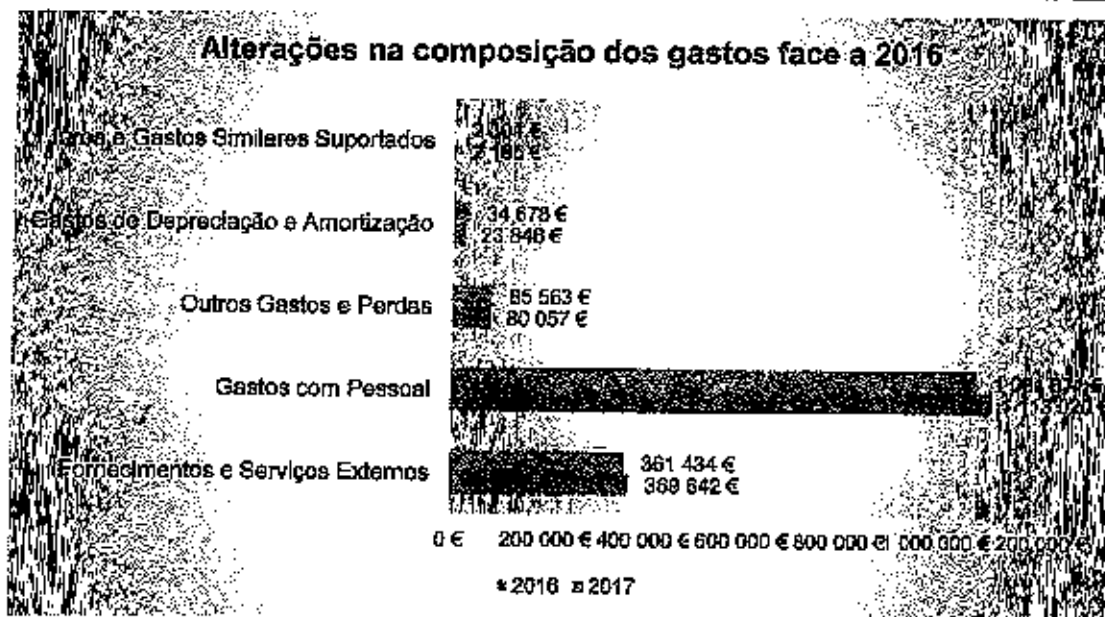
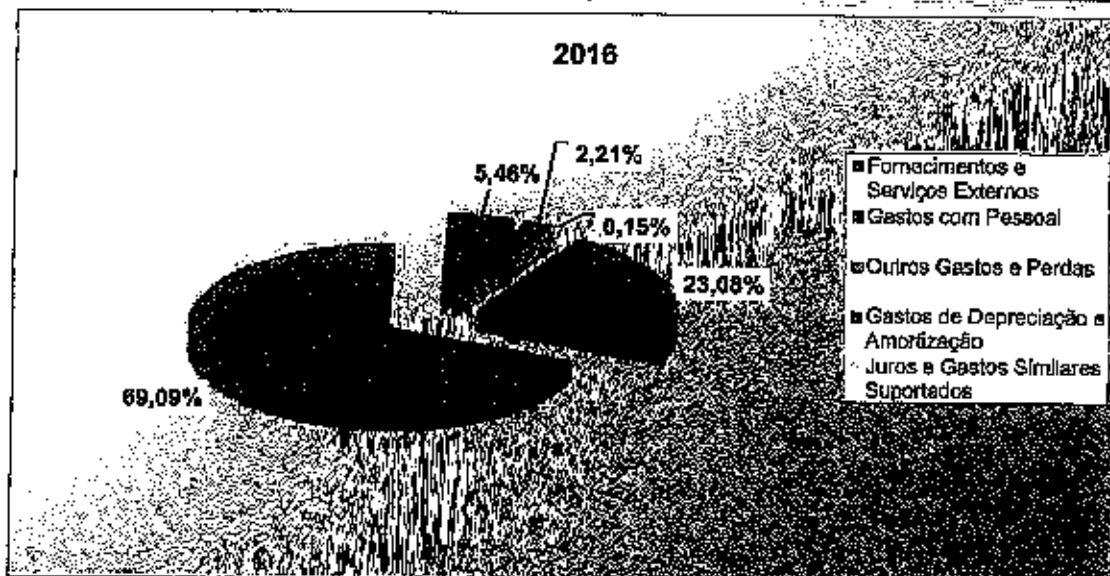
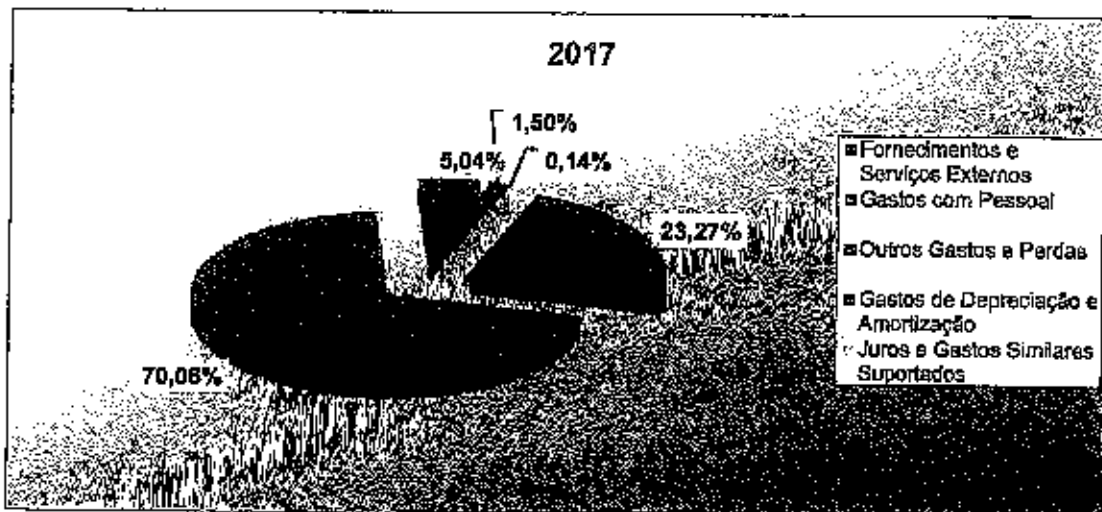
GASTOS

Em 2017 os gastos totais da ANMP cifraram-se em 1 588 750,59 euros.

Rubricas	2017 (b)	2016 (a)	Varição (b/a)
Fornecimentos e Serviços Externos	369 642,45 €	361 433,98 €	2,27%
Gastos com o Pessoal	1 113 020,24 €	1 081 871,03 €	2,88%
Outros Gastos e Perdas	80 058,81 €	85 562,67 €	-6,43%
Gastos de Depreciação e Amortização	23 848,39 €	34 678,28 €	-31,24%
Juros e Gastos Similares Suportados	2 184,70 €	2 300,91 €	-5,05%
Total	1 588 750,59 €	1 565 846,87 €	1,46%



COMPOSIÇÃO DOS GASTOS





Recursos humanos

Para este montante contribuíram com grande expressão os Gastos com Pessoal que no final do ano de 2017 somavam 1.113.020,24 euros.

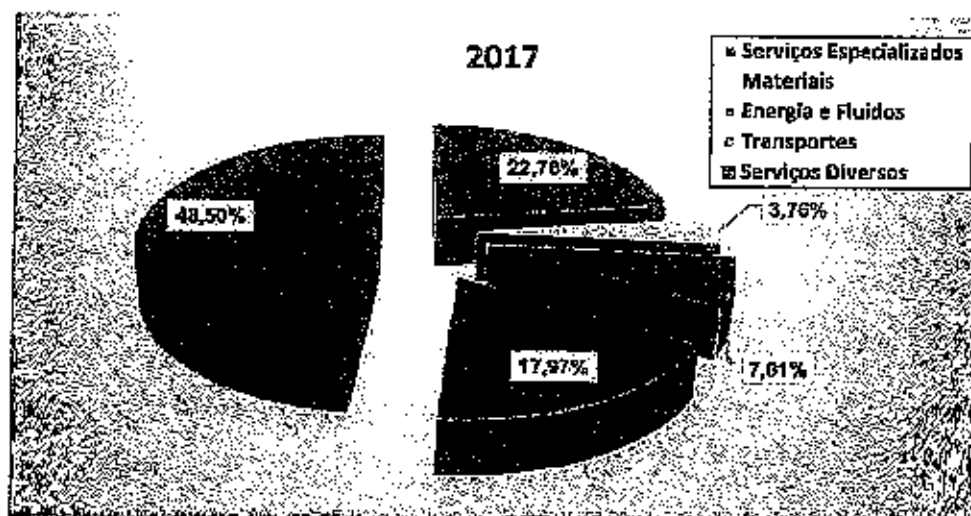
No âmbito dos serviços de higiene, segurança e saúde no trabalho, foram realizados exames e consultas médicas aos funcionários da ANMP.

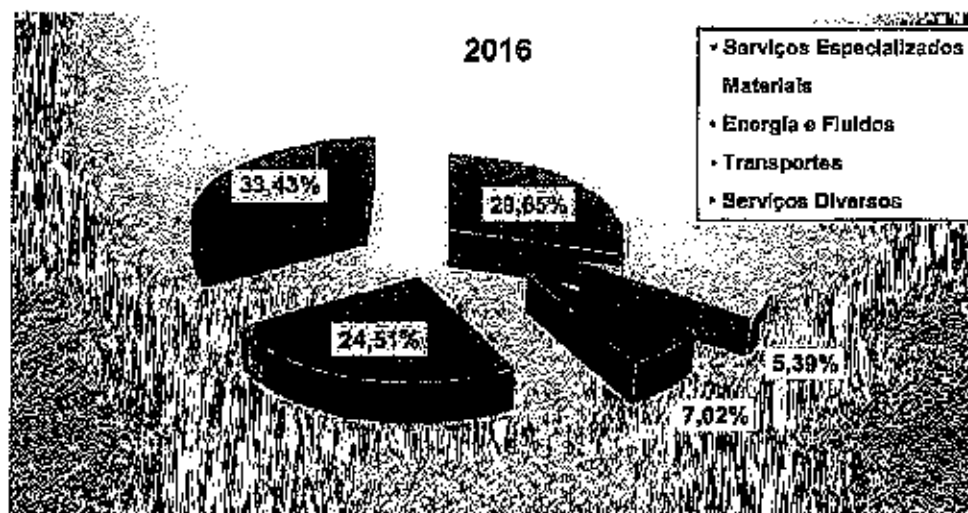
Número de pessoas ao serviço em 2017

CATEGORIA PROFISSIONAL	NÚMERO
Dirigentes Superiores de 1.º Grau	1
Dirigentes Superiores de 2.º Grau	1
Técnicos Superiores	15
Assistentes Técnicos	7
Assistentes Operacionais	2
TOTAL	26

Fornecimentos e Serviços Externos

Composição da Rubrica Fornecimento e Serviços Externos





Os Fornecimentos e Serviços Externos, atingiram, em 2017, o valor de 369 642,45 Euros. No cômputo geral esta rubrica sofreu um acréscimo de 2,27 % relativamente ao ano de 2016. Este acréscimo resulta sobretudo dos custos relacionados com a realização do XXII Congresso da ANMP.

Os restantes custos de FSE referem-se:

- o Gastos efetuados com reuniões com entidades oficiais nacionais e internacionais e que, de acordo com a nova classificação SNC, estão incluídos na rubrica Transportes;
- o Honorários pagos a terceiros;
- o Conservação e reparação;
- o À aquisição de materiais; energia e fluidos (combustíveis) necessários para cobrir necessidades de funcionamento;
- o Serviços especializados
- o Outros Serviços contratados na prossecução das atividades desta Associação.

Assim compostos, os Fornecimentos e Serviços Externos representam 23% do total dos compromissos assumidos pela ANMP em 2017.

Aprovisionamento

As compras efetuadas pela ANMP seguem as regras estabelecidas pelo Código da Contratação Pública e obedecem aos normativos consagrados pela Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), classificando-se, neste âmbito, como uma entidade sem pagamentos em atraso.

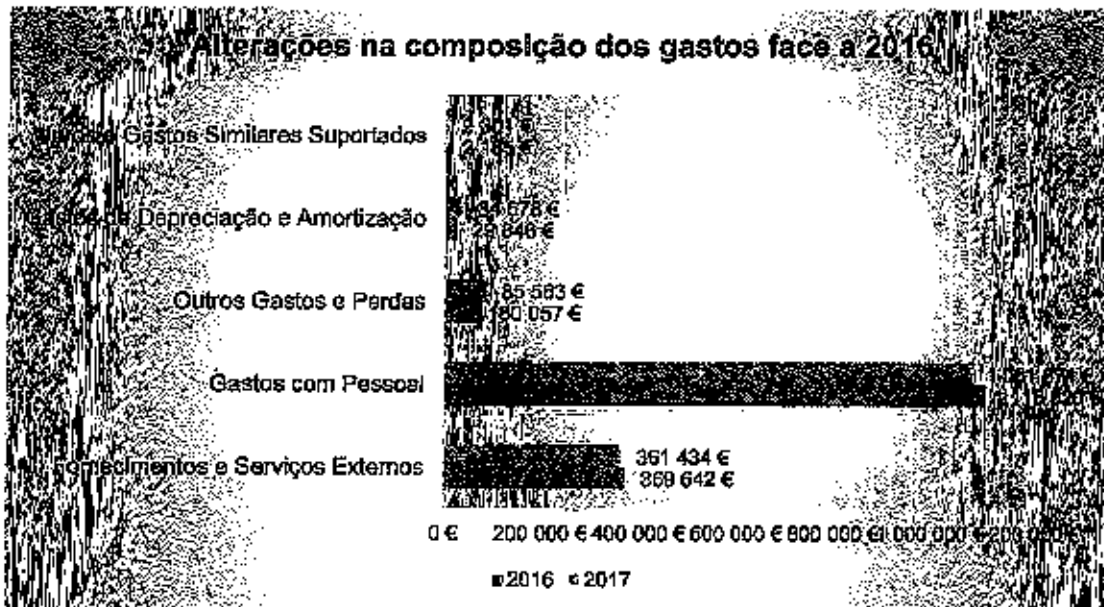


Juros e Gastos Similares suportados

A ANMP não recorreu a qualquer empréstimo bancário, pelo que os gastos financeiros, no valor de 2.184,70 euros, e assumidos por esta associação, referem-se, nomeadamente, a comissões e juros relacionados com encargos de locação cobrados ao longo do ano.

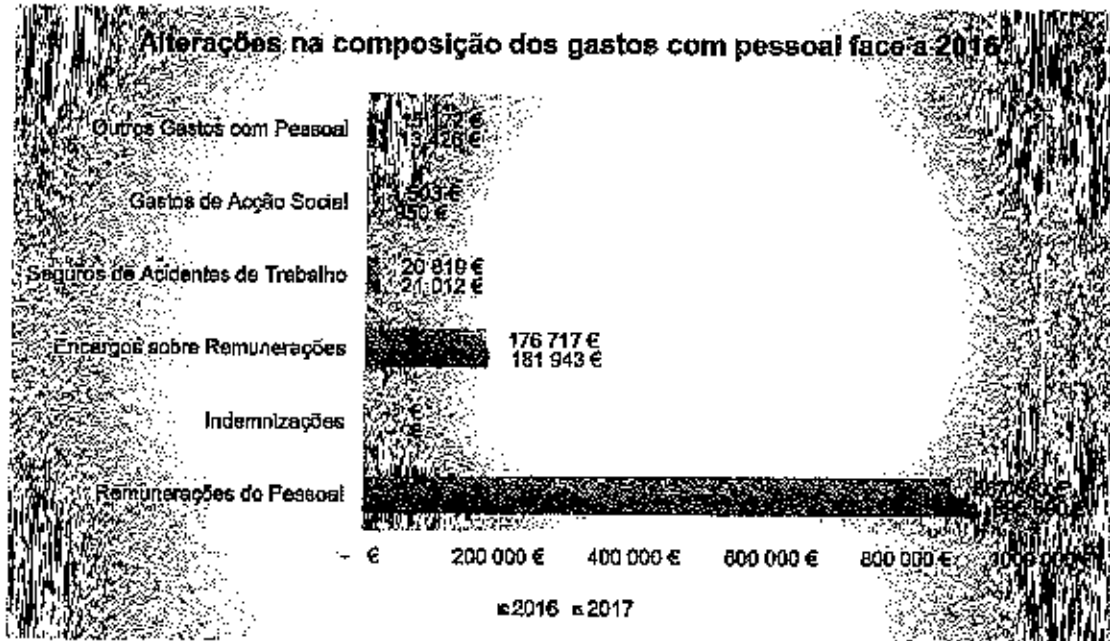
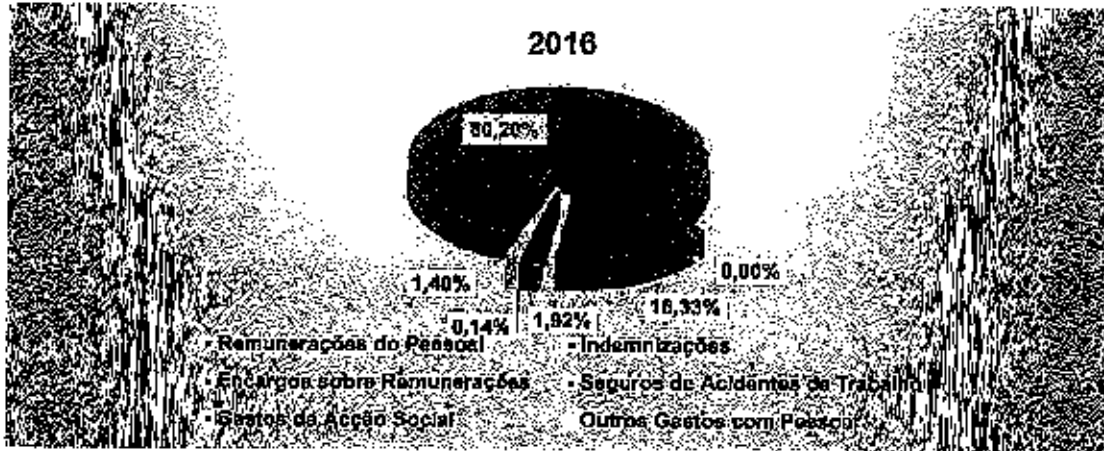
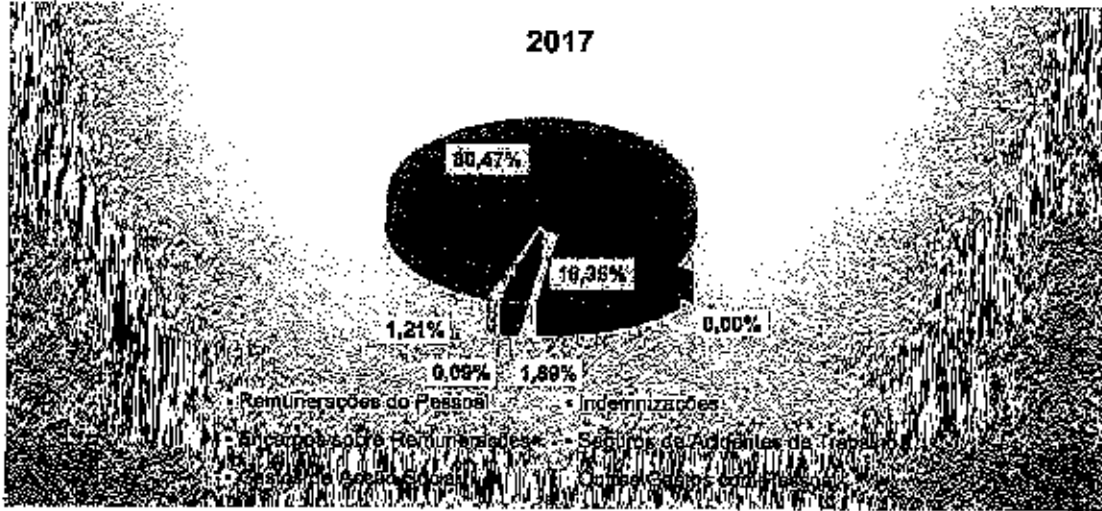
Outros Gastos e Perdas

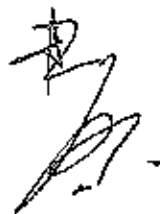
Cumpra ainda salientar que na rubrica Outros Gastos e Perdas continua a ter muita relevância o pagamento de quotizações ao Comité das Regiões Europeu (CCRE) e CGLU.



[Handwritten signature]

Composição dos Gastos com Pessoal





Resultado

Do confronto de rendimentos e gastos acima analisados, obtém-se um resultado positivo de 177 431,17 euros, conforme mapa abaixo.

euros

Rubricas	2016	2016
Rendimentos	1 766 181,76 €	1 604 867,64 €
Gastos	1 588 750,59 €	1 565 846,87 €
Resultado antes do imposto	117 431,17 €	39 020,77 €

Da leitura dos gráficos que ilustram as variações ocorridas nos custos da ANMP, e também observadas no mapa de Demonstrações de Resultados, verifica-se que houve um acréscimo global do nível de gastos de cerca de 1,46 % para um nível de receita superior em cerca 10,05% face ao ano anterior, conforme os seguintes mapas:

COMPOSIÇÃO DE GASTOS						
2017		%	2016		Variação	
Fornecimentos e Serviços Externos	369 642,45 €	23,27%	Fornecimentos e Serviços Externos	361 483,96 €	23,08%	2,27%
Gastos com Pessoal	1 113 020,24 €	70,06%	Gastos com Pessoal	1 081 871,03 €	69,09%	2,86%
Outros Gastos e Perdas	80 056,81 €	5,04%	Outros Gastos e Perdas	65 562,67 €	5,46%	-6,43%
Gastos de Depreciação e Amortização	23 846,38 €	1,50%	Gastos de Depreciação e Amortização	34 678,28 €	2,21%	-31,24%
Juros e Gastos Similares Suportados	2 184,70 €	0,14%	Juros e Gastos Similares Suportados	2 300,91 €	0,15%	-5,05%
Total	1 588 750,59 €	100%	Total	1 565 846,87 €	100%	1,46%

COMPOSIÇÃO DE RÉDITOS						
2017		%	2016		Variação	
Prestação de Serviços	1 634 181,74 €	92,53%	Prestação de Serviços	1 492 835,29 €	93,03%	9,46%
Subsídio Exploração	0,00 €	0,00%	Subsídio Exploração	0,00 €	0,00%	0,00%
Redução de Provisões	0,00 €	0,00%	Redução de Provisões	31 438,21 €	1,96%	-100,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	132 000,02 €	7,47%	Outros Rendimentos e Ganhos	79 822,13 €	4,97%	65,37%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00 €	0,00%	Juros e Rendimentos Similares Obtidos	671,01 €	0,04%	-100,00%
Total	1 766 181,76 €	100%	Total	1 604 867,64 €	100%	10,05%

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade

Associação Nacional de Municípios Portugueses

1.2. Sede

Avenida Marnoco e Sousa, n.º 52, em Coimbra

1.3. NIPC

501 627 413

1.4. Natureza da Actividade

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) é uma entidade de direito privado e de utilidade pública, tendo sido constituída em 22 de Fevereiro de 1985. A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidades de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1.1. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho de 2010, face ao previsto no n.º 2 do art.º 3.º desse diploma, no disposto das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro (NCFR) da ANMP.

1.2. Indicação e Justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

1.3. Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2017.

3 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da ANMP, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (*data de transição para NCRF*), encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas Outros rendimentos e ganhos ou Outros gastos e perdas.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

IMPARIDADE DE ACTIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulta, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

RÉDITO (NCRF 20)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;



- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do crédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O crédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O crédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O crédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Associados e outras dívidas de terceiros

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Benefícios de empregados

Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação

4 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

DESCRIÇÃO	CONTA	MONTANTE
TOTAL CAIXA	11	23 614,01 €
DEPÓSITOS À ORDEM	12	608 340,56 €
DEPÓSITOS A PRAZO	13	1 160 000,00 €
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS		1 791 954,57 €

5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidades acumuladas;
- b) As amortizações são calculadas pelo método de quotas constantes, numa base anual, de acordo com as taxas aplicáveis por Lei
- c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas são as aplicáveis por Lei;
- d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, de acordo com o seguinte quadro:

Euros

Descrição	31/12/2016	Adições	Abatos	31/12/2017
Edifícios e outras construções	617.149,93			617.149,93
Equipamento de transporte	99.152,91			99.152,91
Equipamento Administrativo	301.864,63	902,09		302.766,72
Outros ativos tangíveis	301.405,80	8.172,35		309.578,15
Ativo Bruto Tangível	1.319.574,27	9.074,44		1.328.648,71
Depreciações Acumuladas	1.126.856,50	23.846,39		1.150.702,89
Ativo Líquido Tangível	192.717,77			177.945,82



6 - RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	Rúbrica	2017	2018
72	Prestação de Serviços	1 634 181,74 €	1 492 935,29 €
721	Associadas	1 634 181,74 €	1 492 935,29 €
7211	Quotizações	1 503 181,74 €	1 492 435,29 €
7212	Inscrições Congresso	131 000,00 €	500,00 €
75	S. Exploração	- €	- €
752	Subsídios de outras entidades	- €	- €
76	Reversões	- €	31 439,21 €
763	Provisões	- €	31 439,21 €
7638	O. Provisões	- €	31 439,21 €
78	Outros rendimentos e ganhos	132 000,02 €	79 822,13 €
781	Rendimentos suplementares	132 000,00 €	73 750,00 €
7816	O. Rendimentos suplementares	132 000,00 €	73 750,00 €
78162	Patrocínios	132 000,00 €	73 750,00 €
781621	Patrocínio Congresso	127 500,00 €	- €
781622	Patrocínio Prémio de Jornalismo	4 500,00 €	3 250,00 €
781624	Rendimentos e Ganhos	- €	70 500,00 €
78465	Outros Serviços	- €	6 071,63 €
782	Descontos p/p obtidos	- €	- €
786	Rendimentos e Ganhos nos restantes activos	- €	- €
7881	Diferenças de câmbio favoráveis	- €	- €
788	Outros	0,02 €	0,50 €
7881	Correcções períodos anteriores	- €	- €
78811	Exercícios anteriores	- €	- €
7888	Outros não especificados	0,02 €	0,50 €
79	Juros, dividendos e outros	- €	671,01 €
791	Juros obtidos	- €	671,01 €
79111	D. Orden	- €	- €
79112	D. Prazo	- €	671,01 €
TOTAL		1 766 181,76 €	1 604 867,64 €



7 – Instrumentos Financeiros

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

7.1. – Fornecedores/Associados/Outras contas a receber e a pagar/pessoal

- Clientes/Associados – da qual fazem parte todas quotizações e demais operações relacionadas com as Câmaras Municipais que estão associadas à ANMP
- Outras Contas a Receber – Operações com juntas de freguesia e câmaras municipais relativas a seguros de eleitos locais e de bombeiros, bem como, operações com pessoal e com congéneres africanos no âmbito da cooperação com os mesmos.

Os saldos credores destas contas, originados por correções de tesouraria e respetiva emissão de notas de crédito, encontram-se refletidos no passivo mantendo assim o princípio contabilístico da não compensação de saldos.

- Fornecedores
- Outras contas a pagar

O mesmo princípio é aplicado às contas do Passivo Corrente supra.

8 – Outras Informações

8.1. – Estado e outros entes públicos

	Euros	
Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativos		
Segurança Social	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento	0,00	1.390,96
Total	0,00	1.390,96
Passivos		
Retenção de impostos sobre rendimentos	16.359,99	18.300,66
Imposto sobre Valor Acrescentado	29.325,00	8.625,00
Contribuições para a Segurança Social	19.092,98	19.996,73
Outras Tributações FCT e FGT	56,25	54,19
Total	64.834,22	46.976,58

BALANÇO A 31.12.2017

Rubricas	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		177 845,82	192 717,77
Activos Intangíveis		191,04	191,04
Outros activos financeiros		1 312,26	695,41
Subtotal		179 449,11	193 604,22
Activo corrente			
Clientes		313 756,90	298 985,52
Estado e outros entes públicos		0,00	1 390,96
Outras contas a receber		48 321,30	55 014,63
Diferimentos		27 206,30	41 948,04
Caixa e depósitos bancários		1 791 954,57	1 564 704,79
Subtotal		2 181 239,07	1 962 043,94
Total do activo		2 360 688,18	2 155 648,16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Resultados transitados		1 989 914,94	1 950 894,17
Outras variações de capital próprio		14 250,00	14 250,00
Subtotal		2 004 164,94	1 965 144,17
Resultado líquido do exercício		177 431,17	39 020,77
Total do capital próprio		2 181 596,11	2 004 164,94
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		788,69	788,69
Subtotal		788,69	788,69
Passivo corrente			
Fornecedores		78 828,39	49 803,82
Adiantamentos de clientes		3 309,22	2 794,10
Estado e outros entes públicos		64 834,22	46 976,58
Outras contas a pagar		31 231,55	51 120,03
Subtotal		178 303,38	150 694,53
Total do Passivo		179 092,07	151 483,22
Total do capital próprio e do passivo		2 360 688,18	2 155 648,16
			Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico Oficial de Contas

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS A 31.12.2017

Conta Pos	Conta Neg	Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
71/72		Vendas e serviços prestados		1 634 181,74	1 492 935,29
75		Subsídios à exploração		0,00	0,00
785+	685	Ganhos/Perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
782					
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos		-369 642,45	-361 433,98
	63	Gastos com pessoal		-1 113 020,24	-1 081 871,08
7622	652	Imparidades de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	31 438,21
7623;	653;6	Imparidade de Investimentos não depreciables / amortizáveis		0,00	0,00
7627/	57/9	(perdas/reversões)			
6					
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78...+		Outros rendimentos e ganhos		132 000,02	79 822,13
791					
	69- 685+6 9...	Outros gastos e perdas		-80 056,81	-85 562,67
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		203 462,26	75 328,95
781	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização		-23 646,39	-34 678,28
7824/	654/6	Imparidade de activos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
6					
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		179 615,87	40 650,67
7915		Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	671,01
	6911/	Juros e gastos similares suportados		-2 194,70	-2 300,91
	21/81				
		Resultado antes de impostos		177 431,17	39 020,77
	812	Impostos sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		177 431,17	39 020,77

Contabilidade - (c)
Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico Oficial de Contas

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo) a 31.12.2017

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa de actividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes		2 243 476,24	2 086 027,56
Pagamentos a Fornecedores		-974 123,21	-909 267,69
Pagamentos ao Pessoal		-553 293,96	-538 149,84
Caixa geradas pelas operações		716 059,07	648 620,03
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		-485 805,48	-496 856,54
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional		-917,07	-1 869,10
Fluxos das actividades operacionais (1)		229 336,54	148 894,39
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-334,28	-501,66
Outros Activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	968,81
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)		-334,28	467,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros Instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		-1 762,48	-2 300,90
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e outros Instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de actividades de financiamento (3)		-1 762,48	-2 300,90
Variação da caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		227 249,78	148 058,64
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 564 704,79	1 416 646,15
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 791 954,57	1 564 704,79

Contabilidade -
(c) Primavera BSS

A Administração/Gerência

O Técnico Oficial de Contas

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZações

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

(1)	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais					Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período	
		Início de utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilização esperada		Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Depreciações e amortizações			Perdas por imparidade aceites no período (art. 36.º CIRC)			Taxas perdas acumuladas
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa corrigida %	Limite fiscal do período				
(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)×(9)] ou [(6)-(9)]×(11)	(13)	(14)	(15)=[(8)-(12)+(13)]	(16)		
	Transporte														
Elementos que entraram em funcionamento a partir 1. de Janeiro de 1989															
2440	TABELA 2 DIVISÃO 1, GRUPO 5														
	Programas de computadores														
	LICENÇA ANTIVIRUS PANDA		2008	1 080,00	1 080,00		0,00	1 080,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	GOODSYNC -SOFTWARE PARA CÓPIA		2009	231,20	231,20		0,00	231,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	LICENÇA PANDA ANTIVIRUS 3 ANOS		2009	1 189,97	1 189,97		0,00	1 189,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PROGRAMA ARCVIEW9.XSU		2010	3 732,00	3 732,00		0,00	3 732,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				6 233,17	6 233,17		0,00	6 233,17			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2475	TABELA 2 DIVISÃO 2														
	Elementos de propriedade industrial, tais como patentes, marcas, alvarás, processos de fabrico,...		2014	573,18	573,18		0,00	573,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	plataforma lei dos compromissos			573,18	573,18		0,00	573,18			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR.....				6 806,35	6 806,35		0,00	6 806,35			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

(1)	Descrição dos elementos do activo	Data		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais				Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período	
		Início de utilização						Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Depreciações e amortizações		Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRG)				
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa amortizável %					Limite fiscal do período
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)×(6)] ou [(6)×(9)]÷(11)	(13)	(14)	(15)=[(8)-{(12)+(13)}]	(16)	
	Transporte														
Elementos que entraram em funcionamento até 31 de Dezembro de 1988															
2015	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 1 Edifícios Comerciais e administrativos EDIFÍCIO SEDE		1987	322 314,00	322 314,00		6 446,28	196 124,85	2,00	0,00	6 446,28	0,00	0,00	0,00	0,00
				322 314,00	322 314,00		6 446,28	196 124,85			6 446,28	0,00		0,00	0,00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR...				322 314,00	322 314,00		6 446,28	196 124,85			6 446,28	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

Código do activo com a tabela anexa ao DA 25/2009	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais					Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período		
		Início de utilização		Valor contabilístico registoado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada		Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Depreciações e amortizações			Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)		Taxas perdidas acumuladas	
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa corrigida de	Limite fiscal do período (12)-[(10)×(6)] ou (6)-(9)×(11)				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)=[(8)-[(12)+ (13)]]	(16)
	Transporte			322 314,00	322 314,00		6 446,28	196 124,83			6 446,28				
Elementos que entraram em funcionamento a partir 1 de Janeiro de 1989															
1565	TABELA 1 DIVISÃO 7 GRUPO 1 Mobiliário CADEIRA RODADA CAOP-R10		2011	129,15	129,15		16,14	80,70	12,50	0,00	16,14	0,00	0,00	0,00	0,00
				129,15	129,15		16,14	80,70			16,14	0,00		0,00	0,00
1615	TABELA 1 DIVISÃO 7 GRUPO 2 ALÍNEA A Aparelhas e mobiliário de uso específico Aspirador Hoover TCR4205		2013	122,00	122,00		15,25	61,00	12,50	0,00	15,25	0,00	0,00	0,00	0,00
				122,00	122,00		15,25	61,00			15,25	0,00		0,00	0,00
2130	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 2 Centrais telefónicas privadas TELEMOVEL NOKIA 8810		1998	897,34	897,34		0,00	897,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEMOVEL NOKIA 7110		2000	398,54	398,54		0,00	398,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO		2006	2 278,43	2 278,43		0,00	2 278,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEFONE YEALINK		2014	130,24	130,24		13,02	39,06	10,00	0,00	13,02	0,00	0,00	0,00	0,00
2170	Radiofónicas, radiotelegráficas e de televisão (instalações privadas) FAX MULTIFUNÇÕES SAMSUNG		2007	304,99	304,99		0,00	304,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2175	Refeitórios e cozinhas privadas Frigorífico LG GRB-3925-T INOX		2019	589,00	589,00		58,90	412,30	10,00	0,00	58,90	0,00	0,00	0,00	0,00
2195	Não especificadas INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO AN SISTEMA DE SEGURANÇA		2008	1 628,11	1 628,11		162,82	1 465,29	10,00	0,00	162,82	0,00	0,00	0,00	0,00
			2008	854,26	854,26		85,39	768,87	10,00	0,00	85,39	0,00	0,00	0,00	0,00
				7 080,91	7 080,91		320,13	6 564,82			320,13	0,00		0,00	0,00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR...				329 646,06	329 646,06		6 797,80	202 831,37			6 797,80	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

(1)	(2)	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período (8)	Gastos Fiscais					Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos (15)=[8]-[(12)+(13)]	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período (16)	
		Início de utilização		Valor contabilístico registado (5)	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais (6)	Nº de anos de utilidade esperada (7)		Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores (9)	Depreciações e amortizações			Perdas por imparidade aceites no período (art. 36.º CIRCS) (13)			Taxas perdas acumuladas (14)
		Mês (3)	Ano (4)						Taxa % (10)	Taxa contida no (11)	Limite fiscal do período (12)=[(10)×(6)] ou [(6)-(9)]×(11)				
	Transporte			329 646,06	329 646,06		6 797,80	202 831,37				6 797,80			
2200	Aparelhagem e máquinas electrónicas														
	ACESSÓRIOS MAQ FOT DIGITAL CAN		2006	568,93	568,93		0,09	568,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL- I		2006	1 131,35	1 131,35		0,09	1 131,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MATERIAL DE FOTOGRAFIA- FLASH		2006	445,28	445,28		0,00	445,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DECK DE CASSETTES		2006	157,30	157,30		0,00	157,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEFONE DIGITAL-CENTRAL TELFÓ		2010	214,06	214,06		0,00	214,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CONJUNTO PROJETO VÍDEO,TELA		2014	601,80	601,80		120,36	361,08	20,00	0,00	120,36	0,00	0,00	0,00	0,00
2205	Aparelhagem de reprodução de sons														
	EQUIPAMENTO DE GRAVAÇÃO E RE		2007	398,99	398,99		0,00	398,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SISTEMA DE SOM		2007	4 595,58	4 595,58		0,00	4 595,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MICROFONE		2007	330,33	330,33		0,00	330,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RACK COM RODAS- EQUIPAMENTO		2006	423,50	423,50		0,00	423,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	UNIDADES DE DELEGADO - SISTEMA		2006	1 197,90	1 197,90		0,00	1 197,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE CONTROLE/ALIMENTAÇÃO		2005	1 281,45	1 281,45		0,00	1 281,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EQUALIZADOR GRÁFICO - SISTEMA		2006	223,85	223,85		0,00	223,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	AMPLIFICADOR STEREO		2006	665,50	665,50		0,00	665,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE MISTURA YAMAHA		2006	592,90	592,90		0,00	592,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COLUNAS DE SOM MUSICSON		2006	363,00	363,00		0,00	363,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EQUIPAMENTO DE PROJEÇÃO GAB		2008	1 668,34	1 668,34		0,00	1 668,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	GRAVADOR LG EXTERNO		2008	94,00	94,00		0,00	94,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2210	Aparelhos de ar condicionado														
	SISTEMA DE AR CONDICIONADO		2007	1 499,00	1 499,00		0,00	1 499,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SISTEMA DE AR CONDICIONADO		2007	1 161,60	1 161,60		0,00	1 161,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APARELHOS DE AR CONDICIONADO		2014	2 498,50	2 498,50		312,31	936,93	12,50	0,00	312,31	0,00	0,00	0,00	0,00
	SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO MITSUB		2016	1 656,81	1 656,81		207,10	207,10	12,50	0,00	207,10	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR...					351 416,03	351 416,03		7 437,57	221 349,34			7 437,57	0,00	0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

(1)	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Gastos Fiscais					Depreciações / amortizações e perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
		Início da utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilização esperada		Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Depreciações e amortizações			Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)				
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa corrigida %	Limite fiscal do período					
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)x(6)] ou [(6)-(9)x(11)]	(13)	(14)	(15)=[(8)-((12)+(13))]	(16)		
	Transporte			351 416,03	351 416,03		7 437,57	221 349,34			7 437,57					
2215	Bomba de Calor AC		2010	18 264,95	18 264,95		2 283,11	15 981,84	12,50	0,00	2 283,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Aparelhos de aquecimento (Irradiadores e outros)															
	RADIADORES DELEGAÇÃO LX		2011	85,80	85,80		10,72	64,34	12,49	0,00	10,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IRRADIADORES A ÓLEO - DELEGAÇÃO		2011	85,80	85,80		10,72	64,34	12,49	0,00	10,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2240	Computadores															
	FOTOCOPIADORA E FAX- KONICA M		2005	847,00	847,00		0,00	847,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IMPRESSORA ELTRON P3301 USB		2005	1 789,88	1 789,88		0,00	1 789,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADOR PESSOAL		2005	685,44	685,44		0,00	685,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADOR PESSOAL		2005	1 586,03	1 586,03		0,00	1 586,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FAX SAMSUNG SCX 4216		2005	331,12	331,12		0,00	331,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Kit controlador de rede workcenter		2004	1 676,45	1 676,45		0,00	1 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADOR DELEGAÇÃO DE TIMO		2008	417,32	417,32		0,00	417,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MONITOR VIEWSONIC 20 WIDE VAZ		2008	578,27	578,27		0,00	578,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADORES PORTÁTEIS OFFICE		2008	900,00	900,00		0,00	900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SERVIDOR HP ML110G5 3065 250GB		2008	1 350,00	1 350,00		0,00	1 350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADORES HP dc5800 SFF+O		2008	9 660,00	9 660,00		0,00	9 660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADOR HP DC5800 SFF+ OFI		2008	1 008,00	1 008,00		0,00	1 008,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADORES PORTÁTEIS HP 67		2008	1 814,40	1 814,40		0,00	1 814,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COMPUTADORES HP DC 5800 SFF+O		2008	9 660,00	9 660,00		0,00	9 660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP DC 5800 SFFF+OFFICE PRO		2008	2 016,00	2 016,00		0,00	2 016,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP 6730S C2D T5870/2GB/250GB		2008	1 814,40	1 814,40		0,00	1 814,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	EQUIPAMENTO DE INTERLIGAÇÃO S		2009	490,00	490,00		0,00	490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	computador Touchsmart HP		2009	1 249,00	1 249,00		0,00	1 249,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	disco externo western digital 2TB		2013	237,88	237,88		0,00	237,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APPLE MB Pro 13		2014	1 399,00	1 399,00		0,00	1 399,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR...				409 362,77	409 362,77		9 742,12	276 969,92			9 742,12	0,00		0,00		0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

(1)	Descrição dos elementos do activo	Data		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais			Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
		Início de utilização							Taxa %	Taxa corrigida de	Limite fiscal do período				
		Mês	Ano												
	Transporte			409 362,77	409 362,77		9 742,12	276 969,92			9 742,12				
	APPLE IPAD 64GB		2014	789,00	789,00		0,00	788,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PC SERVIDOR CONTABILIDADE		2014	918,07	918,07		0,00	917,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MONITORES PC		2014	472,20	472,20		0,00	472,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP PROBOOK 650G174702		2014	21 827,58	21 827,58		0,00	21 825,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP PROBOOK 650G154200M		2014	9 165,96	9 165,96		0,00	9 165,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOSHIBA Z3012V 17-4		2014	1 299,00	1 299,00		0,00	1 298,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOSHIBA Z30-12V 17 - 4		2014	1 299,00	1 299,00		0,00	1 298,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APPLE IPAD 15 GB		2014	509,00	509,00		0,00	508,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APPLE IPAD 16GB		2014	1 018,00	1 018,00		0,00	1 017,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	APPLE IPAD II 16 MC773		2014	469,00	469,00		0,00	468,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TABLET SAMSUNG 3.8		2014	269,90	269,90		0,00	269,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	HP ML 310 E de e3-1229V3 8 GB 2x4		2015	2 538,72	2 538,72		634,68	1 269,36	25,00	0,00	634,68	0,00	0,00	0,00	0,00
	SERVIDOR HP PROLIANT ML 10 GEN		2017	642,06	642,06		214,00	0,00	33,33	0,00	214,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SAMSUNG SERIE 850 EVO SSD 500 GB		2017	4 247,19	4 247,19		1 415,59	0,00	33,33	0,00	1 415,59	0,00	0,00	0,00	0,00
	PORTATIL APPLE MACBOOK PRO 13"		2017	2 375,13	2 375,13		791,63	0,00	33,33	0,00	791,63	0,00	0,00	0,00	0,00
2251	Aparelhos telemóveis														
	Telefone Digital M760		2010	214,06	214,06		0,00	214,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	IPHONE 5 - GABINETE COMUNICAÇÃO		2014	560,41	560,41		112,08	335,24	20,00	0,00	112,08	0,00	0,00	0,00	0,00
	IPHONE 6 - 16GB SPACE GREY		2015	699,00	699,00		139,80	279,60	20,00	0,00	139,80	0,00	0,00	0,00	0,00
	IPHONE 7 - 128 GB		2017	907,97	907,97		181,59	0,00	20,00	0,00	181,59	0,00	0,00	0,00	0,00
2265	Ferramentas e utensílios														
	COMPUTADOR INTEL CELERON 30G		2006	886,93	886,93		0,00	886,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PROGRAMA DE CONTABILIDADE E C		2007	5 939,89	5 939,89		0,00	5 939,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	UPS PHASAK GATE		2015	793,47	793,47		198,37	386,74	25,00	0,00	198,37	0,00	0,00	0,00	0,00
2275	Máquinas de escrever, calcular, de contabilidade e de fotocópiar; Máq. Ferramentas; Ligeiras														
	TOTAL GERAL, OU A TRANSPORTAR...			467 204,31	467 204,31		13 429,86	324 326,57			13 429,86	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

(1)	(2)	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período (8)	Gastos Fiscais					Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos (14)	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período (16)	
		Início de utilização		Valor contabilístico registado (5)	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais (6)	Nº de anos de utilidade esperada (7)		Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores (9)		Depreciações e amortizações (10-12)					Perdas por imparidade aceites no período (art. 36.º CIRC) (13)
		Mês (3)	Ano (4)					Taxa % (10)	Taxa corrigida % (11)	Limite fiscal do período (12) = [(10) x (6)] ou [(6) - (9)] x (11)					
	Transporte			467 204,31	467 204,31		13 429,86	324 326,57				13 429,86			
	IMPRESSORA EPSON LQ-300		2011	258,05	258,05		0,00	258,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Impressora Zebra ZPX Série 3		2015	891,75	891,75		178,35	356,70	20,00	0,00	178,35	0,00	0,00	0,00	
	IMPRESSORA ZEBRA		2009	1 978,80	1 978,80		0,00	1 978,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	IMPRESSORA HP MULTIFUNÇÕES		2009	50,00	50,00		0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Impressora HP Multifunções - Delega		2009	50,00	50,00		0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Máquina café Delta Q		2013	49,00	49,00		9,80	39,20	20,00	0,00	9,80	0,00	0,00	0,00	
	COPIADOR DIGITAL RICOH MP C500		2014	1 230,00	1 230,00		246,00	738,00	20,00	0,00	246,00	0,00	0,00	0,00	
	COPIADORA MULTIFUNCIONAL RICOH		2014	1 230,00	1 230,00		246,00	738,00	20,00	0,00	246,00	0,00	0,00	0,00	
	IMPRESSORA ZEBRA ZXP3		2017	902,08	902,08		180,42	0,00	20,00	0,00	180,42	0,00	0,00	0,00	
	FOTOCOPIADORAS LEMARK X654DE		2011	2 767,50	2 767,50		0,00	2 767,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2280	Máquinas-ferramentas: Ligeiras														
	MAQUINA DESTRUIDORA REXEL Res		2014	274,54	274,54		54,91	164,73	20,00	0,00	54,91	0,00	0,00	0,00	
2285	Máquinas-ferramentas: Pesadas														
	FAX OKI 5850		2004	654,50	654,50		0,00	654,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	MÁQUINA DE ENCADERNAR		2007	275,03	275,03		0,00	275,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
2295	Máquinas não especificadas														
	BENS TOTALMENTE AMORTIZADOS		2008	776 698,66	776 698,66	1	0,00	776 698,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	AUTOMATISMO PARA O PORTÃO		2004	1 076,95	1 076,95		0,00	1 076,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	MAQUINA DE GELO		2004	1 060,00	1 060,00		0,00	1 060,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	ASPIRADOR HOOVER SPRINT TW10		2008	43,44	43,44		0,00	43,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TELEFONES FIXOS		2007	169,40	169,40		0,00	169,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	AspiradorTaski Vento		2009	191,81	191,81		0,00	191,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Frigorífico LG GRB-3925-T INOX		2010	599,00	599,00		74,86	524,14	12,50	0,00	74,86	0,00	0,00	0,00	
2300	Material de Incêndio (extintores e outros)														
	MATERIAL DE INCENDIO		2009	2 212,41	2 212,41		0,00	2 212,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR.....				1 259 867,23	1 259 867,23		14 420,20	1 114 373,89			14 420,20	0,00	0,00	0,00	

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

(1)	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais			Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período	
		Início de utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada			Depreciações e amortizações		Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC)					
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa contábil de						Limite fiscal do período
	Transporte			1 259 867,23	1 259 867,23		14 420,20	1 114 373,89			(12)=[(10)×(6)] ou [(6-9)×(11)]	14 420,20				
2315	Equipamento de Segurança contra Incêndio		2009	2 212,41	2 212,41		0,00	2 212,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELA DE PROJEÇÃO TRIPE 200*20		2009	139,20	139,20		0,00	139,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Televisor Gabinete Comunicação Soc		2009	349,00	349,00		0,00	349,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Televisor LCD LG e Consola Multimédia		2010	726,24	726,24		0,00	726,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TELEVISOR SAMSUNG - SALA SG		2014	299,00	299,00		42,70	128,10	14,28	0,00	42,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				933 947,02	933 947,02		7 665,10	915 087,20			7 665,10	0,00		0,00	0,00	0,00
2375	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 4															
	Veículos automóveis: Ligeiros e mistos															
	Viatura Pick Up		2010	17 277,93	17 277,93		0,00	17 277,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOYOTA AVENTIS SW 2.0 D 60-QIN-		2015	30 000,00	30 000,00		7 500,00	15 000,00	25,00	0,00	7 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				47 277,93	47 277,93		7 500,00	32 277,93			7 500,00	0,00		0,00	0,00	0,00
2400	TABELA 2 DIVISÃO 1 GRUPO 5															
	Artigos de conforto e decoração:															
	Alcôffas															
2405	PASSAGEIRA DE COCO PANAMÁ		2005	545,00	545,00		0,00	545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Artigos de conforto e decoração:															
	Cubos															
	CORTINADOS SEDE		2005	251,96	251,96		0,00	251,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	REMODELAÇÃO DO GABINETE JURÍ		2009	7 741,91	7 741,91		0,00	7 741,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	AQUECEDORES A OLEO		2008	120,00	120,00		0,00	120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CORTINADO SALA SG		2014	286,00	286,00		35,75	107,25	12,50	0,00	35,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CORTINADOS SECRETARIA		2014	524,00	524,00		65,50	196,50	12,50	0,00	65,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTORE RUNNY CAIRO PREMIUM BL		2014	210,00	210,00		26,25	78,75	12,50	0,00	26,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2420	Filmes, discos e cassetes															
	TELA		2004	1 000,00	1 000,00		0,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR...			1 321 549,88	1 321 549,88		22 090,40	1 160 247,87			22 090,40	0,00		0,00	0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODOS UTILIZADOS:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- CUTROS



IRC

MODELO **32**

(1)	Descrição dos elementos do activo	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Gastos Fiscais			Perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º EIRC)	Taxas perdas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período
		Início de utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Nº de anos de utilidade esperada			Depreciações e amortizações						
		Mês	Ano						Taxa %	Taxa contida de	Limite fiscal do período				
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)=[(10)×(6)] ou [(6)-(9)]×(11)	(13)	(14)	(15)=(8)-[(12)+(13)]	(16)	
	Transporte			1 321 549,88	1 321 549,88		22 090,40	1 169 247,87			22 090,40				
2430	Mobiliário														
	CADEIRA RODADA C/ BR. CA CT - T		2006	249,26	249,26		0,00	249,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS RODADAS (4 UNIDADES)		2002	485,52	485,52		0,00	485,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	1 MESA DE REUNIÃO E DUAS CADEIRAS		2002	559,81	559,81		0,00	559,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTES (GARAGEM/ARQUIVO)		2008	869,75	869,75		0,00	869,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA GABINETE FINANÇAS LOCAL		2008	54,90	54,90		0,00	54,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTRUTURA MESA DE REUNIÃO GARAGEM		2008	132,00	132,00		0,00	132,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTE EXPEDIT 185X105		2009	157,68	157,68		0,00	157,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA DE ESCRITÓRIO MODELO		2009	99,90	99,90		0,00	99,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE ESCRITÓRIO GALANT		2009	203,29	203,29		0,00	203,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	BLOCO DE GAVETAS RODADO GALANT		2009	127,93	127,93		0,00	127,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTE PINHO MEL PORT		2006	159,90	159,90		0,00	159,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA EXECUTIVO MIURA PRETA		2009	119,90	119,90		0,00	119,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS MIURA PRETAS		2009	476,70	476,70		0,00	476,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTE MELAM. CEREJEIRA		2006	308,00	308,00		0,00	308,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE REUNIÕES 1.90X90		2014	735,54	735,54		91,94	275,82	12,50	0,00	91,94	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS TRENÓ		2014	1 217,70	1 217,70		152,21	456,63	12,50	0,00	152,21	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA RODADA		2014	301,35	301,35		37,67	113,01	12,50	0,00	37,67	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS- SALA DE REUNIÕES SED		2014	4 741,65	4 741,65		592,71	1 778,13	12,50	0,00	592,71	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS - SALA DE REUNIÕES SEC		2014	3 161,10	3 161,10		395,14	1 185,42	12,50	0,00	395,14	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE REUNIÃO REV 1100 ML		2014	201,72	201,72		25,21	75,63	12,50	0,00	25,21	0,00	0,00	0,00	0,00
	SECRETÁRIA 1600X800 ml cj-8989		2014	185,73	185,73		23,22	69,66	12,50	0,00	23,22	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRA RODADA		2014	602,70	602,70		75,34	226,02	12,50	0,00	75,34	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS TRENÓ COM BRAÇO		2014	409,59	409,59		51,20	153,60	12,50	0,00	51,20	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS MARKUS - IKEA		2014	1 272,00	1 272,00		159,00	477,00	12,50	0,00	159,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR...				1 338 383,50	1 338 383,50		23 694,04	1 169 063,31			23 694,04	0,00		0,00	0,00

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

501627413

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2017

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS:

- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS
- ACTIVOS INTANGÍVEIS
- ACTIVOS BIOLÓGICOS NÃO CONSUMÍVEIS
- PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

MÉTODO UTILIZADO:

- QUOTAS CONSTANTES
- QUOTAS DECRESCENTES
- OUTROS



IRC

MODELO 32

(1)	(2)	Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período (8)	Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores (9)	Gastos Fiscais			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade aceites no período (art. 38.º CIRC) (13)	Taxas perdidas acumuladas (14)	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade não aceites como gastos (15) = (8) - [(12) + (13)]	Depreciações / amortizações e perdas de imparidade recuperadas no período (16)	
		Início de utilização		Valor contabilístico registado (5)	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais (6)	Nº de anos de utilidade esperada (7)			Depreciações e amortizações							Perdas por imparidade no período (art. 38.º CIRC) (13)
		Mês (3)	Ano (4)						Taxa % (10)	Taxa corrigida % (11)	Limite fiscal do período [(10) × (6)] ou [(6) - (7)] × (11) (12)					
	Transporte			1 338 383,80	1 338 383,80		23 694,04	1 169 063,31			23 694,04					
	MESA DE REUNIÕES ESTRUTURA EM		2014	142,10	142,10		17,76	53,28	12,50	0,00	17,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CADEIRAS MARKUS - DELEG LX		2014	310,00	310,00		39,75	119,25	12,50	0,00	39,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA GALLANT - GAS. FD		2014	189,00	189,00		23,63	70,89	12,50	0,00	23,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ESTANTE GALLANT - GAR FD DELEG		2014	89,98	89,98		11,25	33,75	12,50	0,00	11,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliário sala Del. LX		2010	479,89	479,89		59,96	419,93	12,49	0,00	59,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	MESA DE REUNIÃO RED. 1000 IMIT		2006	211,75	211,75		0,00	211,75	0,00	0,00	0,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				28 943,22	28 943,22		1 083,49	19 765,66			1 883,49	0,00			0,00	0,00
	TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR....			1 339 814,23	1 339 814,23		23 846,39	1 169 972,16			23 846,39	0,00			0,00	0,00

Balancete Razão (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab.: 31-12-2017

Conta	Descrição	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Acumulado		Saldo
					Mov. Débito	Mov. Crédito	
11	CAXA	1 396,06	0,00	1 396,06 D	1 396,06	0,00	1 396,06 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	403 308,73	0,00	403 308,73 D	403 308,73	0,00	403 308,73 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D
22	FORNECEDORES	422,33	49 381,82	49 381,49 C	422,33	49 381,82	49 381,49 C
23	PESSOAL	3 664,32	0,00	3 664,32 D	3 664,32	0,00	3 664,32 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	1 390,96	46 976,58	45 585,62 C	1 390,96	46 976,58	45 585,62 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	50 927,98	52 913,93	1 985,95 C	50 927,98	52 913,93	1 985,95 C
28	DIFERIMENTOS	41 948,04	0,00	41 948,04 D	41 948,04	0,00	41 948,04 D
29	PROVISÕES	0,00	788,69	788,69 C	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1 319 574,27	1 126 856,50	192 717,77 D	1 319 574,27	1 126 856,50	192 717,77 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	29 700,58	29 509,54	191,04 D	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CX	0,00	14 250,00	14 250,00 C	0,00	14 250,00	14 250,00 C
81	Resultado Líquido do Período	0,00	39 020,77	39 020,77 C	0,00	39 020,77	39 020,77 C
	Soma Líquida	3 669 283,02	3 669 283,02	0,00	3 669 283,02	3 669 283,02	0,00

Balancete Razão (Período [Janeiro - Janeiro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Janeiro - Janeiro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	32 322,48	27 994,06	4 328,42 D	33 718,54	27 994,06	5 724,48 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	54 813,29	150 557,08	95 743,79 C	458 122,02	150 557,08	307 564,94 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	1 504 181,74	43 693,05	1 460 488,69 D	1 808 167,26	44 693,25	1 758 474,01 D
22	FORNECEDORES	54 567,90	16 843,82	37 724,08 D	54 990,23	66 547,64	11 657,41 C
23	PESSOAL	40 416,68	40 755,71	339,03 C	44 081,00	40 755,71	3 325,29 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	38 296,86	38 161,92	134,94 D	39 687,82	85 138,50	45 450,68 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	15 479,81	76 922,50	61 442,69 C	66 407,79	129 836,43	63 428,64 C
28	DIFERIMENTOS	3 244,25	3 153,00	91,25 D	45 192,29	3 153,00	42 039,29 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	50,13	0,00	50,13 D	745,54	0,00	745,54 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 755,29	1 755,29 C	1 319 574,27	1 128 611,79	190 962,48 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADO	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C
59	OUTRAS VARIACÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
61	FORNECIMENTOS E SRVEX	19 252,26	0,00	19 252,26 D	19 252,26	0,00	19 252,26 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	80 040,63	0,00	80 040,63 D	80 040,63	0,00	80 040,63 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 755,29	0,00	1 755,29 D	1 755,29	0,00	1 755,29 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	58 024,97	0,00	58 024,97 D	58 024,97	0,00	58 024,97 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	571,90	0,00	571,90 D	571,90	0,00	571,90 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	1 503 181,74	1 503 181,74 C	0,00	1 503 181,74	1 503 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,02	0,02 C	0,00	0,02	0,02 C
81	Resultado Líquido do Perí	0,00	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77 C
	Soma Líquida	1 903 018,19	2 903 018,19	0,00	5 572 301,21	5 572 301,21	0,00

Balancete Razão (Período [Fevereiro - Fevereiro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Fevereiro - Fevereiro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	101 319,31	58 780,85	44 538,46 D	135 097,85	84 774,91	50 262,94 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	463 739,56	116 282,58	347 456,98 D	921 855,58	266 839,66	655 015,92 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	67 370,20	570 711,29	503 341,09 C	1 870 537,46	615 404,54	1 255 132,92 D
22	FORNecedores	17 075,68	24 284,34	7 208,66 C	72 065,91	90 931,98	18 866,07 C
23	PESSOAL	41 091,74	41 777,55	685,81 C	85 172,74	82 539,26	2 639,48 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES 1	45 450,15	37 040,73	8 409,42 D	85 137,97	122 179,23	37 041,26 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	9 331,24	1 705,28	7 625,96 D	75 739,03	131 541,71	55 802,68 C
28	DIFERIMENTOS	2 499,78	3 661,01	1 161,23 C	47 692,07	6 814,01	40 878,06 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	50,13	0,00	50,13 D	795,67	0,00	795,67 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 755,27	1 755,27 C	1 319 574,27	1 130 367,06	189 207,21 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNecIMENTOS E SRVLEX	22 042,27	40,00	22 002,27 D	41 294,53	40,00	41 254,53 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	81 939,47	0,00	81 939,47 D	161 980,10	0,00	161 980,10 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 755,27	0,00	1 755,27 D	3 510,56	0,00	3 510,56 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	240,20	0,00	240,20 D	58 265,17	0,00	58 265,17 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	139,90	0,00	139,90 D	711,80	0,00	711,80 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	67 370,20	67 370,20	0,00	67 370,20	1 570 551,94	1 503 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02 C
81	Resultado Líquido do Períod	0,00	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77 C
	Soma Líquida	921 409,10	921 409,10	0,00	6 493 710,31	6 493 710,31	0,00

Balancete Razão (Período [Março - Março] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Março - Março			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CASH	112 362,53	138 227,18	25 864,65 C	247 400,38	223 002,09	24 398,29 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	521 762,68	115 101,25	406 661,43 D	1 443 618,26	381 940,91	1 061 677,35 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	449 894,89	934 292,57	484 397,68 C	2 320 432,35	1 549 697,11	770 735,24 D
22	FORNECEDORES	30 752,93	60 690,92	29 937,99 C	102 818,84	151 622,90	48 804,06 C
23	PESSOAL	40 589,02	40 947,48	358,46 C	125 761,76	129 480,74	2 281,02 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	37 040,68	36 794,59	246,15 D	122 178,65	158 979,76	36 795,11 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	44 022,08	17 251,91	26 770,17 D	119 761,11	148 793,62	29 032,51 C
28	DIFERIMENTOS	3 107,65	3 264,74	157,09 C	50 799,72	10 078,75	40 720,97 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	50,13	0,00	50,13 D	845,80	0,00	845,80 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 755,27	1 755,27 C	1 319 574,27	1 132 122,33	187 451,94 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO C/	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	24 694,14	59,01	24 635,13 D	65 988,67	99,01	65 889,66 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	82 209,58	0,00	82 209,58 D	244 189,68	0,00	244 189,68 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 755,27	0,00	1 755,27 D	5 265,83	0,00	5 265,83 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,08	0,00	0,08 D	58 265,25	0,00	58 265,25 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	143,20	0,00	143,20 D	855,00	0,00	855,00 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	455 825,90	455 825,90	0,00	523 196,10	2 026 377,84	1 503 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02 C
81	Resultado Líquido do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77 C
	Soma Líquida	1 804 210,76	1 804 210,76	0,00	8 297 921,07	8 297 921,07	0,00

Balancete Razão (Período [Abril - Abril] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Abril - Abril			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	26 661,82	22 910,05	3 751,77 D	274 062,20	245 912,14	28 150,06 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	146 929,74	301 583,05	45 346,69 D	1 590 548,00	483 523,96	1 107 024,04 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	16 709,60	151 367,50	134 657,90 C	2 397 141,95	1 701 064,61	636 077,34 D
22	FORNECEDORES	16 261,59	21 548,86	5 287,32 C	119 080,37	173 171,75	54 091,38 C
23	PESSOAL	39 856,91	40 196,38	339,42 C	166 618,67	163 677,07	1 941,60 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	36 758,48	36 652,61	105,87 D	158 937,13	136 626,37	26 689,24 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	12 672,53	19 977,17	7 304,64 C	332 493,64	168 770,79	96 337,15 C
28	DIFERIMENTOS	2 417,82	6 942,38	4 524,56 C	53 217,54	17 021,13	96 196,41 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	50,13	0,00	50,13 D	895,93	0,00	895,93 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 755,24	1 755,24 C	1 319 574,27	1 133 877,57	185 696,70 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADO:	0,00	39 020,77	39 020,77 C	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO C/	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRVEX	19 650,84	958,25	18 692,59 D	85 639,51	1 057,26	84 582,25 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	79 053,10	0,00	79 053,10 D	323 242,78	0,00	323 242,78 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 755,24	0,00	1 755,24 D	7 021,07	0,00	7 021,07 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 977,09	0,00	4 977,09 D	63 242,34	0,00	63 242,34 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	136,60	0,00	136,60 D	991,60	0,00	991,60 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	16 677,80	16 677,80	0,00	539 873,90	2 043 055,64	1 503 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02 C
81	Resultado Líquido do Período	39 020,77	0,00	39 020,77 D	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	459 590,00	459 590,00	0,00	8 757 511,07	8 757 511,07	0,00

Balancete Razão (Período [Maio - Maio] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Orçamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Maio - Maio			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CASH	33 632,47	55 680,74	22 048,27 C	307 694,67	301 592,88	6 101,79 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	136 193,28	106 204,49	29 988,79 D	1 726 741,28	589 728,45	1 137 012,83 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	4 256,16	100 523,02	96 266,86 C	2 341 400,11	1 801 587,63	539 812,48 D
22	FORNECEDORES	15 160,10	301 623,45	286 463,35 C	134 240,47	474 795,20	340 554,73 C
23	PESSOAL	43 873,45	43 900,73	27,28 C	209 492,12	207 577,80	1 914,32 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES F	36 688,58	41 040,68	4 352,10 C	195 625,71	236 667,05	41 041,34 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	289 792,22	19 629,32	270 162,90 D	422 225,86	188 400,11	233 825,75 D
28	DIFERIMENTOS	2 916,41	2 916,41	0,00	56 133,95	19 937,54	36 196,41 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	947,97	0,00	947,97 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	907,97	1 830,93	922,96 C	1 320 482,24	1 135 708,50	184 773,74 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADO	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C
59	OUTRAS VARIACÕES NO CF	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRVEX	19 497,01	63,00	19 434,01 D	105 136,52	1 120,26	194 016,26 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	87 617,95	0,00	87 617,95 D	410 860,73	0,00	410 860,73 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 830,93	0,00	1 830,93 D	8 852,00	0,00	8 852,00 D
68	OUTROS GASTOS E PERDA	842,27	0,00	842,27 D	64 084,61	0,00	64 084,61 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	149,93	0,00	149,93 D	1 141,53	0,00	1 141,53 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	4 258,16	4 258,16	0,00	544 132,05	2 047 313,80	1 503 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02 C
81	Resultado Líquido do Perí	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	677 670,93	677 670,93	0,00	9 435 182,00	9 435 182,00	0,00

Balancete Razão (Período [Junho - Junho] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab.: 31-12-2017

Conta	Descrição	Junho - Junho			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	63 506,32	67 638,54	4 132,22 C	371 200,99	369 231,62	1 969,57 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	414 056,47	152 699,20	261 367,27 D	2 140 807,75	742 427,65	1 398 380,10 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	0,00	123 521,38	123 521,38 C	2 341 400,11	1 925 109,01	416 291,10 D
22	FORNECEDORES	27 889,80	164 562,87	136 672,97 C	162 130,37	639 358,07	477 227,70 C
23	PESSOAL	72 710,31	73 060,31	350,00 C	282 202,43	280 638,11	1 564,32 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	42 742,93	70 459,25	27 716,32 C	298 368,64	307 126,30	68 757,66 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	149 859,63	294 116,58	144 256,95 C	572 085,49	482 516,69	89 568,80 D
28	DIFERIMENTOS	2 807,13	2 807,13	0,00	58 941,08	22 744,67	36 196,41 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	1 000,01	0,00	1 000,01 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,40	1 770,40 C	1 320 482,24	1 137 478,90	183 003,34 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 508,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SERVEX	29 553,27	0,00	29 553,27 D	134 689,79	1 120,26	133 569,53 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	143 105,91	0,00	143 105,91 D	553 966,64	0,00	553 966,64 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,40	0,00	1 770,40 D	10 822,40	0,00	10 822,40 D
68	OUTROS GASTOS E PERDA	6 923,07	0,00	6 923,07 D	71 007,68	0,00	71 007,68 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	148,28	0,00	148,28 D	1 289,81	0,00	1 289,81 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	4 500,00	4 500,00 C	0,00	4 500,02	4 500,02 C
81	Resultado Líquido do Perío	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	955 133,66	955 133,66	0,00	10 390 317,66	10 390 317,66	0,00

Balancete Razão (Período [Julho - Julho] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Julho - Julho			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	21 578,06	21 359,31	218,75 D	392 779,05	390 590,73	2 188,32 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	712 652,65	1 170 757,80	458 105,15 C	2 853 480,40	1 913 185,45	940 274,95 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	0,00	28 757,72	28 757,72 C	2 341 400,11	1 953 866,73	387 533,38 D
22	FORNECEDORES	473 124,60	37 745,85	435 378,75 D	635 254,97	677 183,82	41 848,95 C
23	PESSOAL	41 084,10	41 434,10	350,00 C	323 285,53	322 072,21	1 213,32 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	88 809,05	40 304,19	48 504,86 D	327 177,69	347 430,49	20 252,80 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	23 563,18	136 658,98	113 095,80 C	585 648,67	619 175,67	23 527,00 C
28	DIFERIMENTOS	2 834,45	7 359,01	4 524,56 C	61 775,53	30 103,68	31 671,85 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	1 052,05	0,00	1 052,05 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,43	1 770,43 C	1 320 482,24	1 139 249,33	181 232,91 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 347 153,76	1 989 884,94 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SERV. EX	25 145,60	6 111,78	19 033,82 D	159 835,39	7 292,04	152 603,35 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	96 964,04	0,00	96 964,04 D	650 980,68	0,00	650 980,68 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,43	0,00	1 770,43 D	12 392,83	0,00	12 392,83 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 524,57	0,00	4 524,57 D	75 532,25	0,00	75 532,25 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	156,40	0,00	156,40 D	1 446,21	0,00	1 446,21 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	4 500,02	4 500,02 C
81	Resultado Líquido do Período	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Suma Líquida	1 492 259,17	1 492 259,17	0,00	11 882 576,83	11 882 576,83	0,00

Balancete Razão (Período [Agosto - Agosto] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Agosto - Agosto			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	2 144,20	860,19	1 284,01 D	394 923,25	391 450,92	3 472,33 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	14 428,03	70 794,74	56 366,71 C	2 867 888,43	1 983 980,19	883 908,24 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	0,00	16 541,99	16 541,99 C	2 341 400,11	1 570 408,72	370 991,39 D
22	FORNECEDORES	10 096,99	16 050,31	5 953,32 C	645 351,96	693 154,23	47 802,27 C
23	PESSOAL	40 659,37	41 009,37	350,00 C	369 945,90	363 081,58	6 864,32 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	20 252,19	38 168,28	17 916,09 C	347 429,88	385 598,77	38 168,89 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	200,00	1 391,12	1 191,12 C	595 848,67	620 566,79	24 718,12 C
28	DIFERIMENTOS	3 005,20	3 005,20	0,00	64 780,73	33 108,88	31 671,85 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	1 104,09	0,00	1 104,09 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,40	1 770,40 C	1 320 482,24	1 141 019,73	179 462,51 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADO	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 367 183,76	1 989 914,94 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	12 890,77	0,00	12 890,77 D	172 726,16	7 282,04	165 444,12 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	83 951,70	0,00	83 951,70 D	734 882,38	0,00	734 882,38 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,40	0,00	1 770,40 D	14 163,23	0,00	14 163,23 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	0,00	75 532,25	0,00	75 532,25 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	140,71	0,00	140,71 D	1 586,92	0,00	1 586,92 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	544 182,06	2 047 313,80	1 503 131,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	4 500,02	4 500,02 C
81	Resultado Líquido do Perí	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Some Líquida	189 591,60	189 591,60	0,00	12 072 168,43	12 072 168,43	0,00

Balancete Razão (Período [Setembro - Setembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Setembro - Setembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	3 497,96	4 546,59	1 048,68 C	398 421,21	395 997,51	2 423,70 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	2 129,08	107 716,50	105 587,42 C	2 870 017,51	2 091 696,69	778 320,82 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	0,00	0,00	0,00	2 341 400,11	1 970 406,72	370 993,39 D
22	FORNECEDORES	13 980,83	15 200,69	1 219,86 C	659 332,79	708 354,92	49 022,13 C
23	PESSOAL	41 402,28	41 752,28	350,00 C	405 348,18	404 833,86	514,32 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	38 168,29	37 457,48	710,81 D	385 598,17	423 056,25	37 458,08 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	10 727,50	1 376,00	9 351,50 D	606 576,17	621 942,79	15 366,62 C
28	DIFERIMENTOS	2 834,45	2 834,45	0,00	67 615,18	35 943,33	31 671,85 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	1 156,13	0,00	1 156,13 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,41	1 770,41 C	1 320 482,24	1 142 790,14	177 692,10 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADO:	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO C/	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	16 307,32	0,00	16 307,32 D	189 033,48	7 232,04	181 801,44 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	81 636,17	0,00	81 636,17 D	816 518,55	0,00	816 518,55 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,41	0,00	1 770,41 D	15 933,64	0,00	15 933,64 D
68	OUTROS GASTOS E PERDA:	0,00	0,00	0,00	75 532,25	0,00	75 532,25 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	148,07	0,00	148,07 D	1 734,99	0,00	1 734,99 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	0,00	0,00	0,00	4 500,02	4 500,02 C
81	Resultado Líquido do Período	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	212 654,40	212 654,40	0,00	12 284 822,83	12 284 822,83	0,00

Balancete Razão (Período [Outubro - Outubro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Outubro - Outubro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	2 576,30	1 861,34	714,96 D	400 997,51	397 858,85	3 138,66 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	16 558,16	134 171,81	117 613,65 C	2 886 575,57	2 225 868,50	660 707,17 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	500,00	4 258,16	3 758,16 C	2 941 900,11	1 974 666,88	367 233,23 D
22	FORNECEDORES	47 798,86	19 060,29	28 738,57 D	707 131,55	727 415,21	20 283,56 C
23	PESSOAL	41 037,15	40 814,60	222,56 D	446 385,34	445 648,46	736,88 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES I	37 401,24	44 594,53	7 193,29 C	422 999,41	467 650,78	44 651,37 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	49 281,92	13 676,00	35 605,92 D	655 858,09	635 618,79	20 239,30 D
28	DIFERIMENTOS	2 841,28	2 841,28	0,00	70 456,46	38 784,61	31 671,85 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	1 208,17	0,00	1 208,17 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	0,00	1 770,39	1 770,39 C	1 320 482,24	1 144 560,53	175 921,71 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 508,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADO:	0,00	0,00	0,00	357 266,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C
59	OUTRAS VARIACÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	18 556,91	0,00	18 556,91 D	207 630,39	7 232,04	200 398,35 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	79 986,14	0,00	79 986,14 D	896 504,69	0,00	896 504,69 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	1 770,39	0,00	1 770,39 D	17 704,03	0,00	17 704,03 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	0,00	75 532,25	0,00	75 532,25 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	148,00	0,00	148,00 D	1 882,99	0,00	1 882,99 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	0,00	500,00	500,00 C	544 132,06	2 047 813,80	1 503 681,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	35 000,00	35 000,00 C	0,00	39 500,02	39 500,02 C
81	Resultado Líquido do Períod	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	298 548,40	298 548,40	0,00	12 583 371,23	12 583 371,23	0,00

Balancete Razão (Período [Novembro - Novembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Novembro - Novembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	23 682,07	8 862,64	14 819,43 D	424 679,58	406 721,49	17 958,09 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	92 817,59	136 142,38	43 324,39 C	2 979 393,66	2 362 010,88	617 382,78 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	85 500,00	69 095,21	16 404,79 D	2 427 400,11	2 043 762,09	383 638,02 D
22	FORNECEDORES	25 967,56	20 529,81	4 837,75 D	732 499,21	747 945,02	15 445,81 C
23	PESSOAL	70 262,62	71 244,96	982,34 C	516 647,96	516 893,42	245,46 C
24	ESTADO E OUTROS ENTES F	36 488,30	82 086,10	45 597,80 C	450 487,71	549 736,88	90 249,17 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	97 343,06	42 615,73	54 727,33 D	753 201,15	678 234,52	74 966,63 D
28	DIFERIMENTOS	0,00	0,00	0,00	70 456,46	38 724,61	31 671,85 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	1 260,21	0,00	1 260,21 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4 889,25	3 264,19	1 625,06 D	1 325 371,49	1 147 824,72	177 546,77 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C
59	OUTRAS VARIACÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	19 949,44	406,00	19 543,44 D	227 579,83	7 638,04	219 941,79 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	136 986,00	0,00	136 986,00 D	1 033 490,69	0,00	1 033 490,69 D
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO	3 264,19	0,00	3 264,19 D	20 968,22	0,00	20 968,22 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	0,00	0,00	0,00	75 532,25	0,00	75 532,25 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	144,50	0,00	144,50 D	2 027,49	0,00	2 027,49 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	500,00	85 500,00	85 000,00 C	544 692,06	2 133 313,80	1 588 681,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	77 500,00	77 500,00 C	0,00	117 000,02	117 000,02 C
81	Resultado Líquido do Período	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	597 247,02	597 247,02	0,00	13 180 618,25	13 180 618,25	0,00

Balancete Razão (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Lançamento: <TODOS>

Data Contab. : 31-12-2017

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	43 965,59	98 309,67	5 655,92 D	468 645,17	445 031,16	23 614,01 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	209 186,97	212 229,19	9 042,22 C	3 182 580,63	2 574 240,07	608 340,56 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANC	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
21	ASSOCIADOS	48 500,00	118 881,32	70 381,32 C	2 475 900,11	2 162 643,41	313 256,70 D
22	FORNECEDORES	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	812 560,25	891 488,63	78 928,38 C
23	PESSOAL	44 553,35	44 143,57	409,78 D	561 201,31	561 036,99	164,32 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES F	123 023,59	97 608,64	25 414,95 D	582 513,30	647 345,52	64 834,22 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBE	34 873,94	95 724,17	60 850,23 C	788 075,09	773 958,69	14 116,40 D
28	DIFERIMENTOS	2 251,44	6 716,99	4 465,55 C	72 707,90	45 501,60	27 206,30 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEI	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	3 277,22	2 878,17	399,05 D	1 928 648,71	1 150 702,89	777 945,82 D
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
56	RESULTADOS TRANSITADO	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 947 183,76	1 989 914,94 C
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CA	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRV.EX	151 616,66	1 916,00	149 700,66 D	379 196,49	9 554,04	369 642,45 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	79 529,55	0,00	79 529,55 D	1 113 020,24	0,00	1 113 020,24 D
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO	2 878,17	0,00	2 878,17 D	23 846,39	0,00	23 846,39 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 524,56	0,00	4 524,56 D	80 056,81	0,00	80 056,81 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINA	157,21	0,00	157,21 D	2 184,70	0,00	2 184,70 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3 000,00	48 500,00	45 500,00 C	547 632,06	2 181 813,80	1 634 181,74 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,02	132 000,02 C
81	Resultado Líquido do Perí	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	825 451,33	825 451,33	0,00	14 006 069,58	14 006 069,58	0,00

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Abertura -			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	1 396,06	0,00	1 396,06 D	1 396,06	0,00	1 396,06 D
111	Caixa Da Sede	616,86	0,00	616,86 D	616,86	0,00	616,86 D
112	Caixa Da Delegação	779,20	0,00	779,20 D	779,20	0,00	779,20 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	403 308,73	0,00	403 308,73 D	403 308,73	0,00	403 308,73 D
1201	BANCO BPI - CONTA PROPRIA	292 216,95	0,00	292 216,95 D	292 216,95	0,00	292 216,95 D
1204	BANCO BPI - SEGURO BOMBI	26 573,39	0,00	26 573,39 D	26 573,39	0,00	26 573,39 D
1208	BANCO CGD - 025514165248	26 648,87	0,00	26 648,87 D	26 648,87	0,00	26 648,87 D
1211	BANCO BPI - SEGURO ELEIÇÃO	14 097,92	0,00	14 097,92 D	14 097,92	0,00	14 097,92 D
1212	BANCO CGD - 202105536593	16 918,95	0,00	16 918,95 D	16 918,95	0,00	16 918,95 D
1213	BANCO BPI - MAREMOTO NA	20 345,37	0,00	20 345,37 D	20 345,37	0,00	20 345,37 D
1214	BANCO-CGD - 202105773532	6 507,28	0,00	6 507,28 D	6 507,28	0,00	6 507,28 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁF	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
13149	CGD conta 0255141652520-1	60 000,00	0,00	60 000,00 D	60 000,00	0,00	60 000,00 D
13195	CGD CONTA 111	200 000,00	0,00	200 000,00 D	200 000,00	0,00	200 000,00 D
13196	CGD CONTA 112	900 000,00	0,00	900 000,00 D	900 000,00	0,00	900 000,00 D
21	ASSOCIADOS	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D
211	Associados c/c	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D
2111	Câmaras Municipais	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D	298 985,52	1 000,20	297 985,32 D
21110003	C.M. DE ANADIA	500,00	0,00	500,00 D	500,00	0,00	500,00 D
21110020	C.M. DE ALJUSTREL	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110032	C.M. DE VIDIGUEIRA	945,95	0,00	945,95 D	945,95	0,00	945,95 D
21110052	C.M. DE MIRANDELA	19 049,35	0,00	19 049,35 D	19 049,35	0,00	19 049,35 D
21110055	C.M. DE VILA FLOR	4 218,00	0,00	4 218,00 D	4 218,00	0,00	4 218,00 D
21110066	C.M. DE SERTÃO	4 781,35	0,00	4 781,35 D	4 781,35	0,00	4 781,35 D
21110071	C.M. DE COIMBRA	757,00	0,00	757,00 D	757,00	0,00	757,00 D
21110084	MUNICIPIO DE TÁBUA	10 037,35	0,00	10 037,35 D	10 037,35	0,00	10 037,35 D
21110085	C.M. DE VILA NOVA DE POIA	114,72	0,00	114,72 D	114,72	0,00	114,72 D
21110090	MUNICIPIO DE EVÓRA	5 888,61	0,00	5 888,61 D	5 888,61	0,00	5 888,61 D
21110098	C.M. DE MOURÃO	0,00	1 000,00	1 000,00 C	0,00	1 000,00	1 000,00 C
21110096	MUNICIPIO DE REGUENGOS	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110100	MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	175,00	0,00	175,00 D	175,00	0,00	175,00 D
21110115	C.M. DE VILA REAL DE SAN	19 049,35	0,00	19 049,35 D	19 049,35	0,00	19 049,35 D
21110118	MUNICIPIO DE CELORICO DA	28 156,97	0,00	28 156,97 D	28 156,97	0,00	28 156,97 D
21110121	C.M. DE GOUVEIA	1 969,14	0,00	1 969,14 D	1 969,14	0,00	1 969,14 D
21110131	MUNICIPIO DE ANSIÃO	250,00	0,00	250,00 D	250,00	0,00	250,00 D
21110133	MUNICIPIO DE BOMBARRAL	199,51	0,00	199,51 D	199,51	0,00	199,51 D
21110136	MUNICIPIO DE FIGUEIRÓ DO	50,00	0,00	50,00 D	50,00	0,00	50,00 D
21110137	C.M. DE LEIRIA	0,50	0,00	0,50 D	0,50	0,00	0,50 D
21110139	C.M. DE NAZARE	4 781,35	0,00	4 781,35 D	4 781,35	0,00	4 781,35 D
21110140	MUNICIPIO DE ÓBIDOS	100,00	0,00	100,00 D	100,00	0,00	100,00 D
21110151	C.M. DE LISBOA	39,19	0,00	39,19 D	39,19	0,00	39,19 D
21110182	C.M. DE MATOSINHOS	0,00	0,20	0,20 C	0,00	0,20	0,20 C
21110183	MUNICIPIO DE PAÇOS DE FEF	29 009,39	0,00	29 009,39 D	29 009,39	0,00	29 009,39 D
21110191	MUNICIPIO DE VILA NOVA DE	69,66	0,00	69,66 D	69,66	0,00	69,66 D
21110195	C.M. DE ALPIARCA	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110196	C.M. DE BENAVENTE	49,88	0,00	49,88 D	49,88	0,00	49,88 D
21110197	C.M. DE CARTAXO	14 793,35	0,00	14 793,35 D	14 793,35	0,00	14 793,35 D
21110198	C.M. DE CHAMUSCA	2,97	0,00	2,97 D	2,97	0,00	2,97 D
21110199	C.M. DE CONSTANCIA	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110201	MUNICIPIO DO ENTRONCAM	274,34	0,00	274,34 D	274,34	0,00	274,34 D
21110204	C.M. DE MAÇÃO	200,00	0,00	200,00 D	200,00	0,00	200,00 D
21110210	MUNICIPIO DE TORRES NOVA	193,11	0,00	193,11 D	193,11	0,00	193,11 D
21110222	MUNICIPIO DO SEXAL	1 389,45	0,00	1 389,45 D	1 389,45	0,00	1 389,45 D
21110224	C.M. DE SETUBAL	239,82	0,00	239,82 D	239,82	0,00	239,82 D
21110225	C.M. DE SINES	10 037,35	0,00	10 037,35 D	10 037,35	0,00	10 037,35 D
21110227	MUNICIPIO DE CAMINHA	4 781,35	0,00	4 781,35 D	4 781,35	0,00	4 781,35 D
21110233	C.M. DE VIANA DO CASTELO	5 888,61	0,00	5 888,61 D	5 888,61	0,00	5 888,61 D
21110238	MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110242	MUNICIPIO DE PESO DA REG	14 293,35	0,00	14 293,35 D	14 293,35	0,00	14 293,35 D
21110249	MUNICIPIO DE ARMAMAR	4 218,00	0,00	4 218,00 D	4 218,00	0,00	4 218,00 D
21110265	C.M. DE TABUACO	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110266	MUNICIPIO DE TAROUCA	21 430,72	0,00	21 430,72 D	21 430,72	0,00	21 430,72 D
21110280	C.M. DE POVOAÇÃO	32 725,19	0,00	32 725,19 D	32 725,19	0,00	32 725,19 D

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Abertura -			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110282	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ I	4 227,72	0,00	4 227,72 D	4 227,72	0,00	4 227,72 D
21110291	C. M. DE MACHICO	4 756,00	0,00	4 756,00 D	4 756,00	0,00	4 756,00 D
21110294	MUNICIPIO DE PORTO SANTO	3 895,83	0,00	3 895,83 D	3 895,83	0,00	3 895,83 D
21110308	MUNICIPIO DE LAGES DAS FL	4 218,00	0,00	4 218,00 D	4 218,00	0,00	4 218,00 D
21110316	AS. MUNICIPIOS NORTE ALEN	15 861,77	0,00	15 861,77 D	15 861,77	0,00	15 861,77 D
22	FORNECEDORES	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
221	Fornecedores c/c	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
2211	Fornecedores gerais	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
22111	Fornecedores nacionais	422,33	49 803,82	49 381,49 C	422,33	49 803,82	49 381,49 C
221112	Fornecedores internacionais	422,33	32 012,75	31 590,42 C	422,33	32 012,75	31 590,42 C
221112014	CIT - CORREIOS DE PORTUGA	0,00	1 499,33	1 499,33 C	0,00	1 499,33	1 499,33 C
221112049	HOTEL ALTI	0,00	576,00	576,00 C	0,00	576,00	576,00 C
221112065	CISION	0,00	983,76	983,76 C	0,00	983,76	983,76 C
221112068	OMNITUR AGEN. VIAGENS TI	0,00	260,00	260,00 C	0,00	260,00	260,00 C
221112165	JORGE MENDES, LDA	0,00	160,00	160,00 C	0,00	160,00	160,00 C
221112167	COMPANHIA DE SEGUROS LL	0,00	1 161,26	1 161,26 C	0,00	1 161,26	1 161,26 C
221112216	HOTEL QUINTA DAS LÁGRIMAS	0,00	837,50	837,50 C	0,00	837,50	837,50 C
221112375	RÁDIO TELEVISÃO PORTUGUE	0,00	8 753,77	8 753,77 C	0,00	8 753,77	8 753,77 C
221112385	NOS COMUNICAÇÕES	0,00	819,90	819,90 C	0,00	819,90	819,90 C
221112391	LTE - ELETRICIDADE DE LIS	0,00	265,12	265,12 C	0,00	265,12	265,12 C
221112395	EPAL	0,00	47,87	47,87 C	0,00	47,87	47,87 C
221112476	MEO - SERVIÇOS DE COMUN	0,00	15,89	15,89 C	0,00	15,89	15,89 C
221112568	TSF - RADIO NOTÍCIAS	0,00	6 396,00	6 396,00 C	0,00	6 396,00	6 396,00 C
221112586	COMPANHIA DE SEGUROS AÇ	0,00	69,33	69,33 C	0,00	69,33	69,33 C
221112600	AGUAS DE COIMBRA	3,40	0,00	3,40 D	3,40	0,00	3,40 D
221112604	JOAQUIM MANUEL SANTOS I	0,00	3 702,30	3 702,30 C	0,00	3 702,30	3 702,30 C
221112695	TRYP COIMBRA	0,00	580,00	580,00 C	0,00	580,00	580,00 C
221112697	EL CORTE INGLES	0,00	1 235,78	1 235,78 C	0,00	1 235,78	1 235,78 C
221112781	EDP COMERCIAL	0,00	1 351,93	1 351,93 C	0,00	1 351,93	1 351,93 C
221112851	Argomed - Medicina, Higie	0,00	259,51	259,51 C	0,00	259,51	259,51 C
221112857	Canon Portugal	0,00	126,41	126,41 C	0,00	126,41	126,41 C
221112862	BWD INFORMÁTICA	0,00	121,38	121,38 C	0,00	121,38	121,38 C
221112868	NOVA GAMA GOURMET SA	0,00	1 441,40	1 441,40 C	0,00	1 441,40	1 441,40 C
221112889	SERRALARIA SEMIDENSE, Lda	0,00	307,50	307,50 C	0,00	307,50	307,50 C
221112954	GISPERT EQUIPAMENTOS E S	0,00	875,81	875,81 C	0,00	875,81	875,81 C
221112973	S GALD AUTOMOTIVE	418,92	0,00	418,92 D	418,92	0,00	418,92 D
221112987	JOAQUIM DA SILVA	0,00	165,00	165,00 C	0,00	165,00	165,00 C
221112993	TICKETS RESTAURANT PORTL	0,01	0,00	0,01 D	0,01	0,00	0,01 D
221113068	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIA	0,00	184,50	184,50 C	0,00	184,50	184,50 C
221113073	ASCENDUM II VEICULOS, UNI	0,00	150,10	150,10 C	0,00	150,10	150,10 C
221113076	DIMEXA	0,00	442,80	442,80 C	0,00	442,80	442,80 C
221113080	NUNO JOÃO LOPES LUÍS	0,00	716,72	716,72 C	0,00	716,72	716,72 C
221113094	Ladelinha & Ventura Ida	0,00	341,70	341,70 C	0,00	341,70	341,70 C
221113103	ISCAC - I. Sup. de Contab	0,00	600,00	600,00 C	0,00	600,00	600,00 C
221113109	Paradigma de Mérito, Unip	0,00	3 075,00	3 075,00 C	0,00	3 075,00	3 075,00 C
221113111	CHURRASQUEIRA DA VARZEZA	0,00	588,70	588,70 C	0,00	588,70	588,70 C
221113119	Acro Clube da Maia	0,00	1 000,00	1 000,00 C	0,00	1 000,00	1 000,00 C
221113120	BKN - Breaking News, Lda	0,00	1 045,50	1 045,50 C	0,00	1 045,50	1 045,50 C
221113121	FIG - Indústrias Gráficas	0,00	471,09	471,09 C	0,00	471,09	471,09 C
221113122	GO OUTDOOR, LDA	0,00	114,60	114,60 C	0,00	114,60	114,60 C
221113123	BRANDP - GESTÃO DE MARKI	0,00	334,56	334,56 C	0,00	334,56	334,56 C
221113124	Manufatura Silver River O	0,00	5 044,23	5 044,23 C	0,00	5 044,23	5 044,23 C
221113127	VIMARSIL - Victor Manuel	0,00	3 516,57	3 516,57 C	0,00	3 516,57	3 516,57 C
221213128	Arte e Flor	0,00	165,00	165,00 C	0,00	165,00	165,00 C
23	PESSOAL	3 664,32	0,00	3 664,32 D	3 664,32	0,00	3 664,32 D
232	Adiantamentos	3 663,92	0,00	3 663,92 D	3 663,92	0,00	3 663,92 D
2322	Ao pessoal	3 663,92	0,00	3 663,92 D	3 663,92	0,00	3 663,92 D
23220046	CATARINA SEGORBE	163,92	0,00	163,92 D	163,92	0,00	163,92 D
23220048	FILUPE CARVALHO	3 500,00	0,00	3 500,00 D	3 500,00	0,00	3 500,00 D
2382	Outras operações com pess	0,40	0,00	0,40 D	0,40	0,00	0,40 D
23820018	Maria Joao Lopes	0,40	0,00	0,40 D	0,40	0,00	0,40 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBL	1 390,96	45 976,58	45 585,62 C	1 390,96	46 976,58	45 585,62 C
241	Imposto sobre o rendimento	1 390,96	0,00	1 390,96 D	1 390,96	0,00	1 390,96 D

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Abertura -			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
2415	Irc - apuramento	1 390,96	0,00	1 390,96 D	1 390,96	0,00	1 390,96 D
242	Retenção de impostos sobr	0,00	18 300,66	18 300,66 C	0,00	18 300,66	18 300,66 C
2421	Rir-trabalho dependente	0,00	16 506,66	16 506,66 C	0,00	16 506,66	16 506,66 C
2422	Rir-rendimentos profissio	0,00	1 250,00	1 250,00 C	0,00	1 250,00	1 250,00 C
2423	IRS SOBRETAXA	0,00	544,00	544,00 C	0,00	544,00	544,00 C
243	Imposto sobre o valor acr	0,00	8 625,00	8 625,00 C	0,00	8 625,00	8 625,00 C
2436	IVA - A pagar	0,00	8 625,00	8 625,00 C	0,00	8 625,00	8 625,00 C
245	Contribuições para a Segur	0,00	19 996,73	19 996,73 C	0,00	19 996,73	19 996,73 C
2451	Segurança social	0,00	19 996,73	19 996,73 C	0,00	19 996,73	19 996,73 C
248	Outras Tributações	0,00	54,19	54,19 C	0,00	54,19	54,19 C
2487	Outras Tributações FCT e	0,00	54,19	54,19 C	0,00	54,19	54,19 C
24871	Outras Tributações FCT	0,00	50,13	50,13 C	0,00	50,13	50,13 C
24872	Outras Tributações FGCT	0,00	4,06	4,06 C	0,00	4,06	4,06 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	50 927,98	52 913,93	1 985,95 C	50 927,98	52 913,93	1 985,95 C
272	Devedores e Credores por	0,00	4 414,76	4 414,76 C	0,00	4 414,76	4 414,76 C
2722	Credores por acréscimos d	0,00	4 414,76	4 414,76 C	0,00	4 414,76	4 414,76 C
27229	Outros acréscimos de cust	0,00	4 414,76	4 414,76 C	0,00	4 414,76	4 414,76 C
276	Adiantamentos por conta d	0,00	2 794,10	2 794,10 C	0,00	2 794,10	2 794,10 C
2760104	CM Faro	0,00	1 500,00	1 500,00 C	0,00	1 500,00	1 500,00 C
2761	Adiant. de Associados	0,00	1 294,10	1 294,10 C	0,00	1 294,10	1 294,10 C
27610197	CM Cartaxo	0,00	1 250,00	1 250,00 C	0,00	1 250,00	1 250,00 C
27611144	J.F. DE SOUSELO	0,00	28,63	28,63 C	0,00	28,63	28,63 C
27611378	J.F. DE VILA CA	0,00	15,02	15,02 C	0,00	15,02	15,02 C
27611521	J.E. JARMELO DE SAO MIGUE	0,00	0,45	0,45 C	0,00	0,45	0,45 C
278	Outros Devedores e Credor	50 927,98	45 705,07	5 222,91 D	50 927,98	45 705,07	5 222,91 D
2781	Devedores e Credores divs	49 090,38	40 720,97	8 369,41 D	49 090,38	40 720,97	8 369,41 D
27811	Devedores Diversos	49 090,38	0,00	49 090,38 D	49 090,38	0,00	49 090,38 D
278114046	SONDEX	49,88	0,00	49,88 D	49,88	0,00	49,88 D
278114059	EDP- DISTRIBUIÇÃO ENERGIA	15 375,00	0,00	15 375,00 D	15 375,00	0,00	15 375,00 D
278114096	JOSÉ MANUEL MACEDO	117,15	0,00	117,15 D	117,15	0,00	117,15 D
278114106	CENTRO DE SAÚDE DE FORNI	25,00	0,00	25,00 D	25,00	0,00	25,00 D
278114108	DULCE MARIA APARICIO SILVA	25,00	0,00	25,00 D	25,00	0,00	25,00 D
278114204	MOVENSIS	3 123,36	0,00	3 123,36 D	3 123,36	0,00	3 123,36 D
278114207	MEDIDATA	12 300,00	0,00	12 300,00 D	12 300,00	0,00	12 300,00 D
278114209	ANO - SISTEMAS DE INFORM	18 000,00	0,00	18 000,00 D	18 000,00	0,00	18 000,00 D
278114217	PETRUS, LDA	74,99	0,00	74,99 D	74,99	0,00	74,99 D
27812	Credores diversos	0,00	40 720,97	40 720,97 C	0,00	40 720,97	40 720,97 C
278123087	CCRE / O&U	0,00	40 720,97	40 720,97 C	0,00	40 720,97	40 720,97 C
2782	Consultores, assessores e	426,75	3 734,10	3 307,35 C	426,75	3 734,10	3 307,35 C
27824639	ANTUR JOSÉ PONTVIANNE H	0,00	980,00	980,00 C	0,00	980,00	980,00 C
27824640	FERNANDO HENRIQUE ROSA	426,75	0,00	426,75 D	426,75	0,00	426,75 D
27824645	FERNANDO SOUSA CAEIRO	0,00	1 176,00	1 176,00 C	0,00	1 176,00	1 176,00 C
27824662	Daniela Alexandra Pereira	0,00	578,10	578,10 C	0,00	578,10	578,10 C
27824663	Ivan Ricardo Cardoso	0,00	500,00	500,00 C	0,00	500,00	500,00 C
27824664	Ana Marta Moreira da Cruz	0,00	250,00	250,00 C	0,00	250,00	250,00 C
27824665	Jalme da Glória Dias	0,00	250,00	250,00 C	0,00	250,00	250,00 C
2783	Apólice Seguros	1 410,85	0,00	1 410,85 D	1 410,85	0,00	1 410,85 D
27831	Seguros - Câmaras Municip	16,61	0,00	16,61 D	16,61	0,00	16,61 D
278310004	C.M. DE ARDUÇA	0,10	0,00	0,10 D	0,10	0,00	0,10 D
278310091	MUNICIPIO DE MONTEMOR	13,90	0,00	13,90 D	13,90	0,00	13,90 D
278310131	MUNICIPIO DE ANSIÃO	2,31	0,00	2,31 D	2,31	0,00	2,31 D
278310190	MUNICIPIO DE VILA DO CONI	0,29	0,00	0,29 D	0,29	0,00	0,29 D
278310194	MUNICIPIO DE ALMEIRIM	0,01	0,00	0,01 D	0,01	0,00	0,01 D
27832	Seguros - Juntas de Fregu	1 394,24	0,00	1 394,24 D	1 394,24	0,00	1 394,24 D
278321002	J.F. DE ALFEZERÃO	66,75	0,00	66,75 D	66,75	0,00	66,75 D
278321008	J.F. DE ÉVORA DE ALCOBACA	43,32	0,00	43,32 D	43,32	0,00	43,32 D
278321100	J.F. DE VILA DE SANTA CAT	0,30	0,00	0,30 D	0,30	0,00	0,30 D
278321122	J.F. DE VILE	36,16	0,00	36,16 D	36,16	0,00	36,16 D
278321125	J.F. DE PAPIZIOS	0,28	0,00	0,28 D	0,28	0,00	0,28 D
278321133	J.F. DE ALHOES	76,52	0,00	76,52 D	76,52	0,00	76,52 D
278321142	J.F. DE RAMIRES	80,31	0,00	80,31 D	80,31	0,00	80,31 D
278321143	J.F. DE SANTIAGO DE PIAES	76,52	0,00	76,52 D	76,52	0,00	76,52 D
278321144	J.F. DE SOUSELO	28,77	0,00	28,77 D	28,77	0,00	28,77 D

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Abertura -			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278321151	J.F. DE VILA RUIVA	15,05	0,00	15,05 D	15,05	0,00	15,05 D
278321232	J.F. DE RIBEIRA DOS CARIN	0,29	0,00	0,29 D	0,29	0,00	0,29 D
278321253	J.F. DE BARAO S. JOÃO	92,05	0,00	92,05 D	92,05	0,00	92,05 D
278321254	J.F. DE BENSAPRIM	92,05	0,00	92,05 D	92,05	0,00	92,05 D
278321260	J.F. DE PENHA DE FRANCA	0,50	0,00	0,50 D	0,50	0,00	0,50 D
278321262	J.F. DE SANTO ESTEVAO	62,57	0,00	62,57 D	62,57	0,00	62,57 D
278321296	J.F. DE GATÕES	30,30	0,00	30,30 D	30,30	0,00	30,30 D
278321298	J.F. DE CANDEDO	61,68	0,00	61,68 D	61,68	0,00	61,68 D
278321300	J.F. DE FIOUHOZO	0,08	0,00	0,08 D	0,08	0,00	0,08 D
278321303	J.F. DE NOURA	61,68	0,00	61,68 D	61,68	0,00	61,68 D
278321378	J.F. DE VILA CHÁ	15,12	0,00	15,12 D	15,12	0,00	15,12 D
278321380	J.F. DE CAMPO	3,02	0,00	3,02 D	3,02	0,00	3,02 D
278321386	J.F. DE SERRA AGUA	185,93	0,00	185,93 D	185,93	0,00	185,93 D
278321414	J.F. DE SEVER DO VOUGA	137,18	0,00	137,18 D	137,18	0,00	137,18 D
278321428	J.F. DE CINFAES	37,29	0,00	37,29 D	37,29	0,00	37,29 D
278321435	J.F. DE PORTIMÃO	146,01	0,00	146,01 D	146,01	0,00	146,01 D
278321493	J.F. DE PINHAL NOVO	44,71	0,00	44,71 D	44,71	0,00	44,71 D
2786	Apoio a Timor-Leste	0,00	1 250,00	1 250,00 C	0,00	1 250,00	1 250,00 C
28	DIFERIMENTOS	41 948,04	0,00	41 948,04 D	41 948,04	0,00	41 948,04 D
281	Gastos a reconhecer	41 948,04	0,00	41 948,04 D	41 948,04	0,00	41 948,04 D
2811	Tickets de refeição	6,83	0,00	6,83 D	6,83	0,00	6,83 D
2819	Outros gastos diferidos	41 941,21	0,00	41 941,21 D	41 941,21	0,00	41 941,21 D
29	PROVISÕES	0,00	788,69	788,69 C	0,00	788,69	788,69 C
298	Outras provisões	0,00	788,69	788,69 C	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEIRC	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
415	Outros Investimentos Fina	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
4157	Outros Investimentos Fina	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
41571	FCT	695,41	0,00	695,41 D	695,41	0,00	695,41 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	1 319 574,27	1 126 856,50	192 717,77 D	1 319 574,27	1 126 856,50	192 717,77 D
432	Edifícios e outras constr	617 149,93	0,00	617 149,93 D	617 149,93	0,00	617 149,93 D
4321	Edifícios e outras constr	322 314,26	0,00	322 314,26 D	322 314,26	0,00	322 314,26 D
4322	Ampliações e Conservação	294 835,67	0,00	294 835,67 D	294 835,67	0,00	294 835,67 D
434	Equipamento de transporte	99 152,91	0,00	99 152,91 D	99 152,91	0,00	99 152,91 D
4341	Viatura da Sede	81 874,98	0,00	81 874,98 D	81 874,98	0,00	81 874,98 D
4343	Viatura Pickup Timor	17 277,93	0,00	17 277,93 D	17 277,93	0,00	17 277,93 D
435	Equipamento administrativo	301 864,63	0,00	301 864,63 D	301 864,63	0,00	301 864,63 D
4351	Equip. admín. - Sede	264 651,67	0,00	264 651,67 D	264 651,67	0,00	264 651,67 D
4352	Equip. admín. - Delegação	34 943,04	0,00	34 943,04 D	34 943,04	0,00	34 943,04 D
4353	Equipamento Administrativo	2 269,92	0,00	2 269,92 D	2 269,92	0,00	2 269,92 D
437	Outros activos fixos tang	301 406,80	0,00	301 406,80 D	301 406,80	0,00	301 406,80 D
4371	biblioteca	1 369,42	0,00	1 369,42 D	1 369,42	0,00	1 369,42 D
4372	rouparia e outros	4 172,31	0,00	4 172,31 D	4 172,31	0,00	4 172,31 D
4373	equipamento informático	214 097,15	0,00	214 097,15 D	214 097,15	0,00	214 097,15 D
4374	Equipamento de Projectão	41 386,13	0,00	41 386,13 D	41 386,13	0,00	41 386,13 D
4375	Ferr. e Utens. - Mercado	1 560,18	0,00	1 560,18 D	1 560,18	0,00	1 560,18 D
4376	Outros activos fixos tang	35,38	0,00	35,38 D	35,38	0,00	35,38 D
4379	Outras Imobilizações	38 786,23	0,00	38 786,23 D	38 786,23	0,00	38 786,23 D
438	Depreciações acumuladas	0,00	1 126 856,50	1 126 856,50 C	0,00	1 126 856,50	1 126 856,50 C
4382	Edifícios e outras constr	0,00	490 960,65	490 960,65 C	0,00	490 960,65	490 960,65 C
43821	Edifícios e outras constr	0,00	196 124,98	196 124,98 C	0,00	196 124,98	196 124,98 C
43822	Ampliações e Conservação	0,00	294 835,67	294 835,67 C	0,00	294 835,67	294 835,67 C
4384	Equipamento de transporte	0,00	84 152,91	84 152,91 C	0,00	84 152,91	84 152,91 C
43841	Viatura da Sede	0,00	66 874,98	66 874,98 C	0,00	66 874,98	66 874,98 C
43844	Viatura Pick Up Timor	0,00	17 277,93	17 277,93 C	0,00	17 277,93	17 277,93 C
4385	Equipamento administrativo	0,00	267 269,43	267 269,43 C	0,00	267 269,43	267 269,43 C
43851	Equip. admín. - Sede	0,00	232 362,23	232 362,23 C	0,00	232 362,23	232 362,23 C
43852	Equip. admín. - Delegação	0,00	32 667,28	32 667,28 C	0,00	32 667,28	32 667,28 C
43853	Equipamento Administrativo	0,00	2 239,92	2 239,92 C	0,00	2 239,92	2 239,92 C
4387	Outros Activos Tangíveis	0,00	284 473,51	284 473,51 C	0,00	284 473,51	284 473,51 C
43871	Ferramentas e utensílios	0,00	1 552,57	1 552,57 C	0,00	1 552,57	1 552,57 C
43872	Taras e vasilhame	0,00	35,38	35,38 C	0,00	35,38	35,38 C
43879	Outras Imobilizações Corp	0,00	282 885,56	282 885,56 C	0,00	282 885,56	282 885,56 C
438791	biblioteca	0,00	1 369,42	1 369,42 C	0,00	1 369,42	1 369,42 C

Balancete Geral (Período [Abertura - Abertura] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamentos: <TODOS>

Conta	Descrição	Abertura -			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
438792	rouparia e outros	0,00	2 754,81	2 754,81 C	0,00	2 754,81	2 754,81 C
438793	equipamento informático	0,00	210 404,24	210 404,24 C	0,00	210 404,24	210 404,24 C
438794	Equipamento de Projectão	0,00	28 349,29	28 349,29 C	0,00	28 349,29	28 349,29 C
438795	Outras Imobilizações	0,00	40 007,80	40 007,80 C	0,00	40 007,80	40 007,80 C
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	29 700,58	29 509,54	191,04 D	29 700,58	29 509,54	191,04 D
449	Programas de Computador	29 700,58	0,00	29 700,58 D	29 700,58	0,00	29 700,58 D
4433	Amortizações Acumuladas -	29 700,58	0,00	29 700,58 D	29 700,58	0,00	29 700,58 D
448	Amortizações acumuladas	0,00	29 509,54	29 509,54 C	0,00	29 509,54	29 509,54 C
4483	Programas de Computador	0,00	29 509,54	29 509,54 C	0,00	29 509,54	29 509,54 C
56	RESULTADOS TRANSITADOS	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C	357 268,82	2 308 162,99	1 950 894,17 C
561	Resultados transitados do	0,00	1 841 624,94	1 841 624,94 C	0,00	1 841 624,94	1 841 624,94 C
562	Provetos de exercicios a	0,00	466 538,05	466 538,05 C	0,00	466 538,05	466 538,05 C
563	Custos de exercicios ante	330 962,32	0,00	330 962,32 D	330 962,32	0,00	330 962,32 D
564	Outras regularizações	26 306,50	0,00	26 306,50 D	26 306,50	0,00	26 306,50 D
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAP	0,00	14 250,00	14 250,00 C	0,00	14 250,00	14 250,00 C
594	Doações	0,00	14 250,00	14 250,00 C	0,00	14 250,00	14 250,00 C
81	Resultado Líquido do Perí	0,00	39 020,77	39 020,77 C	0,00	39 020,77	39 020,77 C
818	Resultado Líquido	0,00	39 020,77	39 020,77 C	0,00	39 020,77	39 020,77 C
	Soma Líquida	3 669 283,02	3 669 283,02	0,00	3 669 283,02	3 669 283,02	0,00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
11	CAIXA	43 965,59	38 309,67	5 655,92 D	638 645,17	445 031,16	23 614,01 D
111	Caixa Da Sede	7 272,01	6 641,21	630,80 D	37 349,55	36 019,16	1 230,39 D
112	Caixa Da Delegação	146,45	566,38	419,93 C	3 958,23	2 524,61	433,62 D
119	CAIXA RECEBIMENTO	36 547,13	31 102,08	5 445,05 D	428 037,39	406 067,39	21 950,00 D
12	DEPÓSITOS À ORDEM	203 186,97	212 229,19	9 042,22 C	3 182 580,63	2 574 240,07	608 340,56 D
1201	BANCO BPI - CONTA PROPRIA	191 686,97	212 229,19	20 542,22 C	2 448 293,23	1 982 537,65	465 755,58 D
1204	BANCO BPI - SEGURO BOMBI	8 000,00	0,00	8 000,00 D	467 101,69	429 025,26	38 076,43 D
1208	BANCO CGD - 025514165242	0,00	0,00	0,00	36 838,04	172,20	36 665,84 D
1211	BANCO BPI - SEGURO ELEITO	3 500,00	0,00	3 500,00 D	181 760,29	162 504,96	19 255,33 D
1212	BANCO CGD - 202105536593	0,00	0,00	0,00	21 734,73	0,00	21 734,73 D
1213	BANCO BPI - MAREMOTO NA	0,00	0,00	0,00	20 345,37	0,00	20 345,37 D
1214	BANCO CGD - 202105773531	0,00	0,00	0,00	6 507,28	0,00	6 507,28 D
13	OUTROS DEPÓSITOS BANCÁF	0,00	0,00	0,00	1 160 000,00	0,00	1 160 000,00 D
13149	CGD conta 0255141652620-1	0,00	0,00	0,00	60 000,00	0,00	60 000,00 D
13195	CGD CONTA 11.1	0,00	0,00	0,00	200 000,00	0,00	200 000,00 D
13196	CGD CONTA 11.2	0,00	0,00	0,00	900 000,00	0,00	900 000,00 D
21	ASSOCIADOS	48 500,00	118 881,32	70 381,32 C	2 475 900,11	2 162 643,41	313 256,70 D
211	Associados c/c	48 500,00	118 881,32	69 881,32 C	2 475 868,31	2 162 111,61	313 756,70 D
2111	Câmaras Municipais	48 500,00	118 881,32	69 881,32 C	2 475 868,31	2 162 111,61	313 756,70 D
21110001	C.M. DE AGUEDA	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 991,01	500,00 D
21110002	MUNICIPIO DE ALBERGARIA	0,00	500,00	500,00 C	10 131,56	10 131,56	0,00
21110003	C.M. DE ANADIA	0,00	500,00	500,00 C	5 815,78	5 315,78	500,00 D
21110004	C.M. DE AROUCA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110005	MUNICIPIO DE AVEIRO	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 991,01	500,00 D
21110006	C.M. DE CASTELO DE PAIVA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110007	MUNICIPIO DE ESPINHO	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110008	C.M. DE ESTARREIA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110009	C.M. DE FEIRA	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 991,01	500,00 D
21110010	MUNICIPIO DE ILHAVO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110011	C.M. DE MEALHADA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110012	MUNICIPIO DA MURTOSA	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110013	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DE	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110014	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110015	C.M. DE OVAR	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 991,01	500,00 D
21110016	MUNICIPIO DE S. JOÃO MAD	500,00	0,00	500,00 D	10 131,56	9 631,56	500,00 D
21110017	C.M. DE SEVER DO VOLGA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110018	MUNICIPIO DE VAGOS	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110019	MUNICIPIO DE VALE CAMBR	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110020	C.M. DE ALJUSTREL	0,00	500,00	500,00 C	8 985,88	8 985,88	0,00
21110021	C.M. DE ALMODOVAR	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110022	MUNICIPIO DE ALVITO	0,00	500,00	500,00 C	434 832,32	434 832,32	0,00
21110023	C.M. DE BEJA	0,00	0,00	0,00	10 131,56	10 131,56	0,00
21110024	C.M. DE CASTRO VERDE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110025	C.M. DE CUBA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110026	C.M. DE FERREIRA ALENTEJO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110027	C.M. DE MERTOLA	500,00	500,00	0,00	9 016,32	9 016,32	0,00
21110028	C.M. DE MOURA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110029	MUNICIPIO DE ODEMIRA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110030	C.M. DE OURIQUE	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110031	C.M. DE SERPA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110032	C.M. DE VIDIGUEIRA	0,00	500,00	500,00 C	5 704,11	4 758,16	945,95 D
21110033	C.M. DE AMARES	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110034	C.M. DE BARCELOS	0,00	0,00	0,00	5 991,01	5 991,01	0,00
21110035	MUNICIPIO DE BRAGA	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110036	C.M. DE CABECEIRAS DE BAS	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110037	MUNICIPIO DE CELDRICO DE	500,00	5 315,78	4 815,78 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110038	MUNICIPIO DE ESPOSENDE	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110039	MUNICIPIO DE FAPE	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110040	MUNICIPIO DE GUIMARÃES	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110041	MUNICIPIO DE POVOA DO LA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110042	C.M. DE TERRAS DO BOURO	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110043	MUNICIPIO DE VIEIRA DO MI	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110044	MUNICIPIO DE VILA NOVA DI	0,00	0,00	0,00	5 991,01	5 991,01	0,00

Balancete Geral { Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado} - 2017

Valores em EUR

Data Contab.: 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110045	C.M. DE VILA VERDE	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110046	MUNICIPIO DE ALFANDEGA I	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110047	C.M. DE BRAGANCA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110048	C.M. DE CARRAZEDA DE ANS	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110049	C.M. DE FREIXO ESPADA-À-C	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110050	C.M. DE MACEDO CAVALEIRC	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110051	C.M. DE MIRANDA DO DOUR	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110052	C.M. DE MIRANDELA	0,00	0,00	0,00	24 365,13	0,00	24 365,13 D
21110053	C.M. DE MONCORVO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110054	C.M. DE MOGADOURO	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110055	C.M. DE VILA FLOR	0,00	0,00	0,00	8 476,16	4 258,16	4 218,00 D
21110056	C.M. DE VIMIOSO	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110057	C.M. DE VINHAIS	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110058	C.M. DE BELMONTE	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110059	C.M. DE CASTELO BRANCO	0,00	0,00	0,00	12 362,02	12 362,02	0,00
21110060	C.M. DE COVILHA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110061	C.M. DE FUNDAÇÃO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110062	MUNICIPIO DE IDANHA-A-NIC	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110063	C.M. DE OLEIROS	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110064	MUNICIPIO DE PENAMACOR	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110065	C.M. DE PROENÇA-A-NOVA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110066	C.M. DE SERTÁ	0,00	10 097,13	10 097,13 C	10 097,13	10 097,13	0,00
21110068	C.M. DE VILA VELHA DE RÓD	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110069	C.M. DE ARGANIL	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110070	MUNICIPIO DE CANTANHEDE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110071	C.M. DE COIMBRA	500,00	500,00	0,00	7 188,01	6 431,01	757,00 D
21110072	C.M. DE CONDESA-A-NOVA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110073	C.M. DE FIGUEIRA DA FOZ	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110074	C.M. DE GÓIS	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110075	C.M. DE LOUSA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110076	MUNICIPIO DE MIRA	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110077	MUNICIPIO DE MIRANDA DO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110078	C.M. DE MONTEMOR-O-VELH	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110079	MUNICIPIO DE OLIVEIRA DO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110080	MUNICIPIO DE PAMPILHOSA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110081	MUNICIPIO DE PENACOVA	500,00	0,00	500,00 D	10 131,56	9 631,56	500,00 D
21110082	MUNICIPIO DE PENELA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110083	MUNICIPIO DE SOURE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	500,00	4 815,78 D
21110084	MUNICIPIO DE TÁBUA	500,00	0,00	500,00 D	15 353,13	0,00	15 353,13 D
21110085	C.M. DE VILA NOVA DE POIA	0,00	500,00	500,00 C	4 872,88	4 758,16	114,72 D
21110086	MUNICIPIO DE ALANDROAL	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110087	C.M. DE ARRAIOLOS	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110088	MUNICIPIO DE BORBA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110089	MUNICIPIO DE ESTREMOZ	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110090	MUNICIPIO DE EVORA	0,00	0,00	0,00	12 319,62	12 319,62	0,00
21110091	MUNICIPIO DE MONTEMOR	500,00	0,00	500,00 D	10 131,56	9 631,56	500,00 D
21110092	MUNICIPIO DE MORA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110093	C.M. DE MOURÃO	0,00	0,00	0,00	5 758,16	5 758,16	0,00
21110094	C.M. DE PORTEL	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110095	C.M. DE REDONDO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110096	MUNICIPIO DE REGUENGOS	0,00	0,00	0,00	8 985,88	0,00	8 985,88 D
21110097	MUNICIPIO DE VENDAS NOV.	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110098	C.M. DE VIANA DO ALENTEJC	0,00	0,00	0,00	9 016,32	9 016,32	0,00
21110099	C.M. DE VILA VICOSA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110100	MUNICIPIO DE ALBUFEIRA	0,00	0,00	0,00	5 490,78	0,00	5 490,78 D
21110101	C.M. DE ALCOUTIM	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110102	MUNICIPIO DE ALIEZUR	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110103	MUNICIPIO DE CASTRO MAR	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110104	MUNICIPIO DE FARO	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110105	MUNICIPIO DE LAGOA (ALGA	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110106	MUNICIPIO DE LAGOS	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110107	C.M. DE LOULÉ	0,00	0,00	0,00	12 362,02	12 362,02	0,00
21110108	C.M. DE MONCHIQUE	0,00	0,00	0,00	9 016,32	9 016,32	0,00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TOBOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110109	C.M. DE OLHÃO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110110	MUNICIPIO DE PORTIMÃO	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110111	MUNICIPIO DE S. BRÁS DE A	1 000,00	1 000,00	0,00	5 258,16	5 258,16	0,00
21110112	MUNICIPIO DE SILVES	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110113	MUNICIPIO DE TAVIRA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110114	C.M. DE VILA DO BISPO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110115	C.M. DE VILA REAL DE S.AN	0,00	0,00	0,00	24 365,13	14 268,00	10 097,13 D
21110116	MUNICIPIO DE AGUIAR DA B	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110117	MUNICIPIO DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110118	MUNICIPIO DE CELORICO DA	500,00	0,00	500,00 D	22 915,13	4 258,16	28 656,97 D
21110119	C.M. DE FIG.DE CASTELO RO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110120	C.M. DE FORNOS DE ALGODF	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110121	C.M. DE GOUVEIA	0,00	0,00	0,00	7 284,92	5 315,78	1 969,14 D
21110122	C.M. DE GUARDA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110123	MUNICIPIO DE MANTEIGAS	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110124	C.M. DE MEDA	0,00	0,00	0,00	9 016,32	9 016,32	0,00
21110125	MUNICIPIO DE SABUGAL	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110126	MUNICIPIO DE SEIA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110127	MUNICIPIO DE TRANCOSO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110128	C.M. DE VILA NOVA DE POZ	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110129	C.M. DE ALCOBACA	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110130	C.M. DE ALVAIAZERE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110131	MUNICIPIO DE ANSIÃO	500,00	500,00	0,00	5 565,78	5 315,78	250,00 D
21110132	C.M. DE BATALHA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110133	MUNICIPIO DE BOMBARRAL	500,00	500,00	0,00	5 515,29	5 315,78	199,51 D
21110134	C.M. DE CALDAS DA RAINHA	0,00	0,00	0,00	10 131,56	9 631,56	500,00 D
21110135	MUNICIPIO DE CASTANHEIRA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110136	MUNICIPIO DE FIGUEIRÓ DO	0,00	0,00	0,00	4 808,16	4 758,16	50,00 D
21110137	C.M. DE LEIRIA	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110138	MUNICIPIO DE MARINHA GR	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110139	C.M. DE NAZARE	500,00	0,00	500,00 D	10 097,13	5 381,35	4 715,78 D
21110140	MUNICIPIO DE ÓBIDOS	500,00	4 815,78	4 315,78 C	5 415,78	4 815,78	600,00 D
21110141	C.M. DE PEDROGÃO GRANDE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110142	C.M. DE PENICHE	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110143	MUNICIPIO DE POMBAL	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110144	MUNICIPIO DE PORTO DE M	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110145	C.M. DE ALENQUER	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110146	C.M. DE AMADORA	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110147	MUNICIPIO DE ARRUDA DOS	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110148	C.M. DE AZAMBUJA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110149	MUNICIPIO DO CADAVAL	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110150	MUNICIPIO DE CASCAIS	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110151	C.M. DE LISBOA	0,00	500,00	500,00 C	6 977,12	6 937,93	39,19 D
21110152	C.M. DE LOURES	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110153	MUNICIPIO DA LOURINHÃ	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110154	MUNICIPIO DE MAFRA	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110155	C.M. DE OEIRAS	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110156	C.M. DE SINTRA	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110157	MUNICIPIO DE SOBRAL DE M	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110158	C.M. DE TORRES VEDRAS	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110159	MUNICIPIO DE VILA FRANCA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110160	C.M. DE ALTER DO CHAO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110161	C.M. DE ARRONCHES	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110162	MUNICIPIO DE AVIS	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110163	MUNICIPIO DE CAMPO MAI	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110164	C.M. DE CASTELO DE VIDE	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110165	C.M. DE CRATO	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110166	MUNICIPIO DE ELVAS	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	0,00	5 315,78 D
21110167	C.M. DE FRONTEIRA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110168	MUNICIPIO DE GAVIÃO	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110169	MUNICIPIO DE MARVÃO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110170	C.M. DE MONFORTE	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110171	C.M. DE NISA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamentos: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110172	MUNICIPIO DE PONTE DE SO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110173	C.M. DE PORTALEGRE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110174	MUNICIPIO DE SOUSEL	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110175	C.M. DE AMARANTE	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110176	C.M. DE BAIÃO	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110177	MUNICIPIO DE FELGUEIRAS	500,00	0,00	500,00 D	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110178	C.M. DE GONDOMAR	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110179	C.M. DE LOUSADA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110180	C.M. DE MAIA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110181	MUNICIPIO DE MARCO DE C.	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110182	C.M. DE MATOSINHOS	0,00	500,00	500,00 C	12 862,02	12 862,22	0,20 C
21110183	MUNICIPIO DE PAÇOS DE FER.	0,00	0,00	0,00	34 940,40	5 931,01	29 009,39 D
21110184	MUNICIPIO DE PAREDES	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110185	C.M. DE PENAFEL	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110186	C.M. DE PORTO	500,00	500,00	0,00	6 937,93	6 937,93	0,00
21110187	MUNICIPIO DE POVOA DO V.	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110188	C.M. DE SANTO TIRO	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110189	C.M. DE VALONGO	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110190	MUNICIPIO DE VILA DO CONI	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110191	MUNICIPIO DE VILA NOVA DI	500,00	0,00	500,00 D	6 500,67	5 931,01	569,66 D
21110192	MUNICIPIO DE ABRANTES	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110193	MUNICIPIO DE ALCANENA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110194	MUNICIPIO DE ALMEIRIM	0,00	500,00	500,00 C	10 131,56	10 131,56	0,00
21110195	C.M. DE ALPIARCA	500,00	4 227,72	3 727,72 C	8 985,88	4 227,72	4 758,16 D
21110196	C.M. DE BENAVENTE	0,00	0,00	0,00	5 365,66	5 315,78	49,88 D
21110197	C.M. DE CARTAXO	500,00	20 109,13	19 609,13 C	20 109,13	20 109,13	0,00
21110198	C.M. DE CHAMUSCA	500,00	500,00	0,00	4 761,13	4 758,16	2,97 D
21110199	C.M. DE CONSTANÇIA	500,00	500,00	0,00	8 985,88	8 985,88	0,00
21110200	MUNICIPIO DE CORUCHE	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110201	MUNICIPIO DO ENTRONCAM	0,00	500,00	500,00 C	5 580,12	5 315,78	274,34 D
21110202	MUNICIPIO DE FERREIRA DO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110203	MUNICIPIO DA GÓLEGA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	500,00	4 258,16 D
21110204	C.M. DE MAÇÃO	0,00	0,00	0,00	4 958,16	4 258,16	700,00 D
21110205	MUNICIPIO DE RIO MAIOR	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110206	C.M. DE SALVATERRA DE MAI	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110207	C.M. DE SANTARÉM	500,00	500,00	0,00	12 862,02	12 862,02	0,00
21110208	C.M. DE SARDOAL	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110209	MUNICIPIO DE TOMAR	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110210	MUNICIPIO DE TORRES NOVA	0,00	500,00	500,00 C	5 508,89	5 315,78	193,11 D
21110211	MUNICIPIO DE VILA NOVA DA	0,00	0,00	0,00	8 516,32	8 516,32	0,00
21110212	C.M. DE OUREM	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110213	C.M. DE ALCACER DO SAL	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110214	MUNICIPIO DE ALCOCHETE	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110215	C.M. DE ALMADA	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110216	C.M. DE BARREIRO	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110217	MUNICIPIO DE GRANDOLA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110218	MUNICIPIO DA MOTA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110219	C.M. DE MONTUO	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110220	MUNICIPIO DE PALMELA	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110221	C.M. DE SANTIAGO DO CACÉ	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110222	MUNICIPIO DO SEIXAL	500,00	500,00	0,00	7 820,46	6 431,01	1 389,45 D
21110223	C.M. DE SESIMBRA	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110224	C.M. DE SETUBAL	0,00	0,00	0,00	6 670,83	6 431,01	239,82 D
21110225	C.M. DE SINES	0,00	0,00	0,00	15 353,13	15 353,13	0,00
21110226	C.M. DE ARÇOS DE VALDEVEZ	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110227	MUNICIPIO DE CAMINHA	0,00	500,00	500,00 C	10 097,13	500,00	9 597,13 D
21110228	C.M. DE MELGACO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110229	MUNICIPIO DE MONÇÃO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110230	C.M. DE PAREDES DE COURA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110231	MUNICIPIO DE PONTE DA BA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	0,00	4 815,78 D
21110232	MUNICIPIO DE PONTE DE LIA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110233	C.M. DE VIANA DO CASTELO	0,00	0,00	0,00	12 319,62	12 319,62	0,00
21110234	C.M. DE VILA NOVA DE CERV	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110235	MUNICIPIO DE ALIJO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110236	MUNICIPIO DE BÓTTICAS	0,00	500,00	500,00 C	9 016,32	9 016,32	0,00
21110237	MUNICIPIO DE CHAVES	0,00	0,00	0,00	5 931,01	5 931,01	0,00
21110238	MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	0,00	0,00	0,00	8 985,88	8 485,88	500,00 D
21110239	C.M. DE MONDIM DE BASTO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110240	C.M. DE MONTALEGRE	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110241	C.M. DE MURÇA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110242	MUNICIPIO DE PESO DA REG	0,00	0,00	0,00	19 109,13	0,00	19 109,13 D
21110243	MUNICIPIO DE RIBEIRA DE P	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110244	C.M. DE SABROSA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110245	MUNICIPIO DE SANTA MARTA	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110246	MUNICIPIO DE VALPAÇOS	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110247	MUNICIPIO DE VILA POUCA C	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110248	MUNICIPIO DE VILA REAL	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110249	MUNICIPIO DE ARMAMAR	500,00	0,00	500,00 D	8 976,16	4 258,16	4 718,00 D
21110250	MUNICIPIO DE CARREGAL DO	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110251	MUNICIPIO DE CASTRO DAIR	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110252	MUNICIPIO DE CINFAES	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110253	MUNICIPIO DE LAMEGO	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110254	C.M. DE MANGUALDE	0,00	0,00	0,00	9 631,56	9 631,56	0,00
21110255	C.M. DE MOIMENTA DA BEIR	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110256	MUNICIPIO DE MORTÁGUA	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110257	MUNICIPIO DE NELAS	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110258	C.M. DE OLIVEIRA DE FRADE	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110259	C.M. DE PENALVA DO CASTEL	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110260	C.M. DE RESENDE	0,00	0,00	0,00	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110261	MUNICIPIO DE SANTA COMB	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110262	MUNICIPIO DE JOÃO DA PESS	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110263	C.M. DE S. PEDRO DO SUL	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110264	C.M. DE SATÃO	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110265	C.M. DE TABUACO	1 000,00	500,00	500,00 D	9 485,88	8 985,88	500,00 D
21110266	MUNICIPIO DE TAROUCA	500,00	0,00	500,00 D	26 188,88	0,00	26 188,88 D
21110267	MUNICIPIO DE TONDELA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110268	MUNICIPIO DE VILA NOVA DI	500,00	0,00	500,00 D	4 758,16	4 258,16	500,00 D
21110269	C.M. DE VISEU	0,00	0,00	0,00	6 431,01	5 931,01	500,00 D
21110270	MUNICIPIO DE VOUZELA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110271	C.M. DE ANGRA DO HEROISIA	0,00	500,00	500,00 C	5 315,78	5 315,78	0,00
21110273	C.M. DO CORVO	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110274	C.M. DE HORTA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110275	C.M. DE LAGOA (AÇORES)	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110276	C.M. DE LAGES DO PICO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110277	C.M. DE MADALENA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110278	C.M. DE NORDESTE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110279	C.M. DE PONTA DELGADA	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110280	C.M. DE POVOAÇÃO	0,00	0,00	0,00	36 983,35	0,00	36 983,35 D
21110281	C.M. DE RIBEIRA GRANDE	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110282	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ I	0,00	0,00	0,00	12 744,04	8 516,32	4 227,72 D
21110283	C.M. DE SANTA CRUZ DA GRÁ	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110285	C.M. DE VILA FRANCA DO CA	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110286	C.M. DE VILA DO PORTO	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110287	MUNICIPIO DE PRAIA DA VIT	0,00	0,00	0,00	9 631,56	9 631,56	0,00
21110288	MUNICIPIO DE CALHETA (MA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110289	MUNICIPIO DE CAMARA DE I	0,00	0,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110290	C.M. DE FUNCHAL	0,00	500,00	500,00 C	6 431,01	6 431,01	0,00
21110291	C.M. DE MACHICO	0,00	4 815,78	4 815,78 C	10 071,78	5 315,78	4 756,00 D
21110292	MUNICIPIO DE PONTA DO SC	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110293	MUNICIPIO DE PORTO MONI	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110294	MUNICIPIO DE PORTO SANTO	0,00	0,00	0,00	8 153,99	4 258,16	3 895,83 D
21110295	C.M. DE RIBEIRA BRAVA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110296	MUNICIPIO DE SANTA CRUZ	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110297	C.M. DE SANTANA	0,00	0,00	0,00	4 258,16	4 258,16	0,00
21110298	MUNICIPIO DE SÃO VICENTE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110299	MUNICIPIO DE BARRANÇOS	0,00	0,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamentos: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
21110301	A.M. DE OESTE	0,00	0,00	0,00	12 875,86	12 875,86	0,00
21110302	C.M. DE PENEDONO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110303	C.M. DE SERNANCELHE	500,00	500,00	0,00	4 758,16	4 758,16	0,00
21110304	C.M. DE S. ROQUE DO PICO	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110305	C.M. DE VILA DE REI	0,00	500,00	500,00 C	4 758,16	4 758,16	0,00
21110306	C.M. DE PINHEL	500,00	0,00	500,00 D	5 315,78	4 815,78	500,00 D
21110307	C.M. DE VALENÇA	0,00	500,00	500,00 C	10 131,56	10 131,56	0,00
21110308	MUNICIPIO DE LAGES DAS FL	0,00	0,00	0,00	8 476,16	4 258,16	4 218,00 D
21110309	ASSOC INFORMÁTICA REGIÃO	0,00	0,00	0,00	6 437,93	6 437,93	0,00
21110310	A.M. DE LITORAL ALENTEJAN	0,00	0,00	0,00	6 437,93	6 437,93	0,00
21110316	AS MUNICIPIOS NORTE ALEN	0,00	0,00	0,00	15 861,77	0,00	15 861,77 D
21110317	MUNICIPIO DE ODVELAS	500,00	500,00	0,00	6 431,01	6 431,01	0,00
21110319	C.M. DA TROFA	0,00	0,00	0,00	4 815,78	4 815,78	0,00
21110320	C.M. DE VIZELA	500,00	500,00	0,00	5 315,78	5 315,78	0,00
21110321	A.M. DISTRITO SETUBAL	0,00	0,00	0,00	6 437,93	6 437,93	0,00
218	Adiantamentos de Câmaras	0,00	500,00	500,00 C	31,80	531,80	500,00 C
2180150	CÂMARA MUNICIPAL DE CAS	0,00	500,00	500,00 C	0,00	500,00	500,00 C
2181593	União de Freguesias de Pa	0,00	0,00	0,00	31,80	31,80	0,00
22	FORNECEDORES	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	812 560,25	891 488,63	78 928,38 C
221	Fornecedores c/c	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	811 330,25	890 258,63	78 928,38 C
2211	Fornecedores gerais	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	811 330,25	890 258,63	78 928,38 C
22111	Fornecedores nacionais	80 061,04	143 543,61	63 482,57 C	811 330,25	890 258,63	78 928,38 C
221111002	RESTAURANTE O SARGENTO	0,00	0,00	0,00	1 207,87	1 207,87	0,00
221111004	COMPANHIA DE SEGUROS VI	0,00	0,00	0,00	40,00	40,00	0,00
221111006	VIA LUSITANIA	2 556,30	1 385,30	1 170,80 D	9 956,90	9 956,90	0,00
221111013	IGAP	0,00	0,00	0,00	450,00	450,00	0,00
221112	Fornecedores internaciona	58 081,70	62 574,05	4 542,35 C	688 311,85	705 505,74	17 193,89 C
221112014	CTT - CORREIOS DE PORTUG	869,13	162,38	706,75 D	5 167,17	5 935,70	768,53 C
221112031	DIÁRIO DE COIMBRA	0,00	0,00	0,00	120,00	120,00	0,00
221112046	GRUPEME - SER. SIST. SEG.	0,00	0,00	0,00	617,71	617,71	0,00
221112048	HOTEL ALTIS	689,00	96,00	593,00 D	3 342,00	3 438,00	96,00 C
221112065	CISION	491,88	491,88	0,00	6 894,44	6 886,32	491,88 C
221112068	OMNITUR AGEN. VIAGENS TI	583,00	260,00	323,00 D	7 139,60	7 389,60	260,00 C
221112080	S.P4 PROJ. SERV. ELECT.	0,00	0,00	0,00	627,30	627,30	0,00
221112165	JORGE MENDES, LDA	0,00	0,00	0,00	160,00	160,00	0,00
221112167	COMPANHIA DE SEGUROS LL	0,00	0,00	0,00	441 260,93	441 260,96	0,03 C
221112212	CENTROQUIMICA, LDA	0,00	0,00	0,00	1 197,41	1 197,41	0,00
221112216	HOTEL QUINTA DAS LÁGRIM	0,00	0,00	0,00	1 932,50	1 932,50	0,00
221112217	NESTLÉ PORTUGAL, SA	275,83	393,91	118,08 C	3 824,10	3 942,18	118,08 C
221112248	COMERGESTE	0,00	0,00	0,00	467,65	467,65	0,00
221112251	IMPRESA NACIONAL CASA I	0,00	0,00	0,00	958,25	958,25	0,00
221112270	CASA DAS BANDEIRAS	0,00	0,00	0,00	1 063,95	1 063,95	0,00
221112359	HOTEL ALGARVE CASINO	0,00	0,00	0,00	205,20	205,20	0,00
221112375	RÁDIOTELEVISÃO PORTUGUE	0,00	0,00	0,00	8 753,77	8 753,77	0,00
221112385	NOS COMUNICAÇÕES	816,74	828,00	11,26 C	10 639,49	11 465,97	826,48 C
221112391	LTE - ELETRICIDADE DE LIS	0,00	0,00	0,00	0,00	265,12	265,12 C
221112395	EPAL	0,00	52,94	52,94 C	303,41	356,35	52,94 C
221112405	HOTEL NACIONAL	0,00	0,00	0,00	51,00	51,00	0,00
221112430	DOM GONÇALO	0,00	0,00	0,00	124,00	124,00	0,00
221112476	MEO - SERVIÇOS DE COMUN	441,52	441,52	0,00	4 570,58	4 586,47	15,89 C
221112503	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	1 437,00	0,00	1 437,00 D	1 437,00	1 437,00	0,00
221112547	TRIFIDA, COMERCIO DE MAT	0,00	0,00	0,00	202,95	202,95	0,00
221112564	RUIDOS LEITÕES ACTIVIDAD	0,00	1 710,00	1 710,00 C	0,00	2 391,35	2 391,35 C
221112568	TSF - RADIO NOTICIAS	0,00	0,00	0,00	6 396,00	6 396,00	0,00
221112586	COMPANHIA DE SEGUROS AÇ	131,75	3,04	128,71 D	42 693,13	42 693,13	0,00
221112600	AGUAS DE COIMBRA	300,60	300,60	0,00	2 777,18	2 777,18	0,00
221112604	JOAQUIM MANUEL SANTOS I	0,00	0,00	0,00	8 924,88	8 924,88	0,00
221112605	P.M.G. - BRINDES PUBLICIT	0,00	4 645,71	4 645,71 C	0,00	4 645,71	4 645,71 C
221112622	MAR DE AR MURALHAS	0,00	0,00	0,00	274,25	274,25	0,00
221112667	CLIMABITUS - MANUTENÇAC	0,00	1 045,50	1 045,50 C	396,18	2 041,68	1 045,50 C
221112695	TRYP COIMBRA	504,00	252,00	252,00 D	2 049,00	2 112,00	63,00 C
221112697	EL CORTE INGLÉS	0,00	0,00	0,00	1 235,78	1 235,78	0,00
221112781	EDP COMERCIAL	1 101,22	1 482,28	381,06 C	15 671,09	17 153,37	1 482,28 C

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
221112785	KONICA MINOLTA	684,06	621,11	62,95 D	684,06	1 305,17	621,11 C
221112849	ESPECTRO - SISTEMAS DE IN	0,00	1 285,84	1 285,84 C	0,00	1 285,84	1 285,84 C
221112851	Argomed - Medicina, Higiã	0,00	0,00	0,00	259,51	259,51	0,00
221112857	Canon Portugal	84,12	84,12	0,00	1 090,17	1 174,29	84,12 C
221112862	3WD INFORMÁTICA	0,00	0,00	0,00	121,38	121,38	0,00
221112868	NOVA GAMA GOURMET SA	0,00	0,00	0,00	1 785,42	1 785,42	0,00
221112889	SERRALARIA SEMIDENSE, LDV	0,00	0,00	0,00	307,50	307,50	0,00
221112903	SOJORMÉDIA BEIRAS, S.A.	0,00	0,00	0,00	110,00	110,00	0,00
221112907	VISTA ALEGRE	0,00	0,00	0,00	918,00	918,00	0,00
221112912	P5C FIRST FIVE CONSULTING	44 998,74	42 248,54	2 750,20 D	44 998,74	44 998,74	0,00
221112954	GISPERT EQUIPAMENTOS E S	0,00	1 385,57	1 385,57 C	3 189,62	4 575,19	1 385,57 C
221112964	Veiga e Moura & Associado	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00
221112971	AMERICANA - PAPELARIAS, L	0,00	0,00	0,00	235,34	235,34	0,00
221112973	S GALD AUTOMOTIVE	2 258,94	2 258,94	0,00	16 158,64	17 288,11	1 129,47 C
221112976	FALGI EQUIPAMENTOS E PRO	0,00	0,00	0,00	603,93	603,93	0,00
221112983	VILA GALÉ COIMBRA	0,00	0,00	0,00	1 075,00	1 075,00	0,00
221112987	JOAQUIM DA SILVA	165,00	330,00	165,00 C	1 980,00	2 145,00	165,00 C
221112990	PAPELARIA UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	96,83	96,83	0,00
221112991	PRIFT-Business Software S	0,00	0,00	0,00	1 093,54	1 093,54	0,00
221112993	TICKETS RESTAURANT PORTL	2 199,17	2 199,17	0,00	30 795,27	30 795,26	0,01 D
221113012	UNIVERSIDADE DE AVEIRO	0,00	0,00	0,00	1 040,00	1 040,00	0,00
221113022	MAPFRE - SEGUROS GERAIS,	129,04	129,04	0,00	1 416,84	1 416,84	0,00
221113029	PRAXIS CERVEJAS DE COIMBR	0,00	0,00	0,00	360,60	360,60	0,00
221113036	Associação de Estudos de	0,00	0,00	0,00	60,00	120,00	60,00 C
221113037	HOTEL OSLO	350,00	50,00	300,00 D	740,00	790,00	50,00 C
221113043	INCENTEA TECNOLOGIA DE E	0,00	0,00	0,00	1 640,57	1 640,57	0,00
221113068	LUSA - AGÊNCIA DE NOTÍCIA	184,50	184,50	0,00	2 214,00	2 398,50	184,50 C
221113073	ASCENDUM II VEÍCULOS, UNI	0,00	0,00	0,00	150,10	150,10	0,00
221113076	DIMEXA	0,00	0,00	0,00	442,80	442,80	0,00
221113077	CESAE - CENTRO DE SERVIÇO	0,00	0,00	0,00	148,50	148,50	0,00
221113080	NUNO JOÃO LOPES LUIS	430,50	430,50	0,00	3 768,23	3 768,23	0,00
221113089	REIS E CARMO LDA	0,00	0,00	0,00	406,00	406,00	0,00
221113092	CÂMARA MUNICIPAL DE LISB	0,00	0,00	0,00	2 500,00	2 500,00	0,00
221113094	Ladelirinha & Ventura lda	0,00	0,00	0,00	341,70	341,70	0,00
221113096	COIMLIMPE	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00
221113103	ISCAC - J. Sup. de Contab	105,00	0,00	105,00 D	1 050,00	1 680,00	630,00 C
221113104	LICHNO SERAFIM DA CRUZ	59,01	59,01	0,00	767,13	767,13	0,00
221113109	Paradigma de Mérito, Unip	0,00	0,00	0,00	33 825,00	33 825,00	0,00
221113111	CHURRASQUEIRA DA VARZE	0,00	0,00	0,00	588,70	588,70	0,00
221113119	Acra Clube da Maia	0,00	0,00	0,00	1 000,00	1 000,00	0,00
221113120	BKN - Breaking News, Lda	1 845,00	1 845,00	0,00	3 505,50	3 505,50	0,00
221113121	FIG - Industrias Graficas	0,00	1 798,26	1 798,26 C	4 049,63	5 847,89	1 798,26 C
221113122	GO OUTDOOR, LDA	0,00	0,00	0,00	114,60	114,60	0,00
221113123	BRANDP - GESTÃO DE MARKI	2 583,00	2 583,00	0,00	2 917,56	2 917,56	0,00
221113124	Manufatura Silver Riber O	0,00	0,00	0,00	5 044,23	5 044,23	0,00
221113127	VIMARSIL - Victor Manuel	12 923,22	12 923,22	0,00	16 439,79	16 439,79	0,00
221113128	Arte e Flor	0,00	0,00	0,00	165,00	165,00	0,00
221113129	Caravela - Companhia Segu	0,00	0,00	0,00	1 251,06	1 251,06	0,00
221113130	Grupo Pestana - Pestana H	0,00	0,00	0,00	1 585,00	1 585,00	0,00
221113131	AZURA - Comércio de Máqui	0,00	0,00	0,00	811,43	811,43	0,00
221113132	Caminhos Sem Atalho - Pro	0,00	0,00	0,00	3 586,50	3 586,50	0,00
221113133	ANTÓNIO R. LAGOA	0,00	0,00	0,00	369,00	369,00	0,00
221113134	CAETANO AUTO, SA	0,00	373,86	373,86 C	343,90	717,76	373,86 C
221113135	Pneus do Mosteiro, Estaçã	0,00	0,00	0,00	340,02	340,02	0,00
221113136	Hotel Figueiredo's	0,00	0,00	0,00	300,00	300,00	0,00
221113137	Hotel Nolva do Mar	0,00	0,00	0,00	845,50	845,50	0,00
221113138	Ambiglobal, Lda	0,00	0,00	0,00	702,80	702,80	0,00
221113139	VF Exploração Turística	0,00	0,00	0,00	1 840,00	1 840,00	0,00
221113140	CÉDIPRE - C. de Estudos d	0,00	0,00	0,00	140,00	140,00	0,00
221113141	11 TIME, LDA	0,00	0,00	0,00	754,00	754,00	0,00
221113142	MELIA RIA HOTEL & SPA	0,00	0,00	0,00	1 660,00	1 660,00	0,00
221113143	Filipa Maria Marques de A	0,00	0,00	0,00	5 796,78	5 796,78	0,00
221113144	SWITCH TECHNOLOGY	0,00	2 375,13	2 375,13 C	4 247,19	6 622,32	2 375,13 C

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
221113146	ALBISCOLA-Com. de Mat. Es	293,97	0,00	293,97 D	293,97	293,97	0,00
221113147	Aiclona - Comércio Alimen	0,00	19 762,49	19 762,49 C	0,00	19 762,49	19 762,49 C
221113148	Multitêndas - Comércio e	0,00	36 500,25	36 500,25 C	0,00	36 500,25	36 500,25 C
221113150	AMARILIS Indústria Hotele	570,00	570,00	0,00	570,00	570,00	0,00
228	Adiantamentos a fornecedor	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00
2282964	Veiga e Moura & Associado	0,00	0,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00
23	PÉSSOAL	44 553,95	44 143,57	409,78 D	561 201,31	561 046,99	164,32 D
231	Remunerações a pagar *	43 786,81	43 786,81	0,00	552 259,43	552 259,43	0,00
2312	Ao pessoal	43 786,81	43 786,81	0,00	552 259,43	552 259,43	0,00
23121	VENCIMENTOS LIQUIDOS	43 786,81	43 786,81	0,00	552 259,43	552 259,43	0,00
232	Adiantamentos	766,54	356,76	409,78 D	8 941,48	8 777,56	163,92 D
2322	Ao pessoal	766,54	356,76	409,78 D	8 941,48	8 777,56	163,92 D
23220007	FERNANDA MEDINA	0,00	0,00	0,00	521,22	521,22	0,00
23220016	LANDRI PINTO	0,00	0,00	0,00	572,56	572,56	0,00
23220046	CATARINA SÉGORBE	0,00	0,00	0,00	163,92	0,00	163,92 D
23220048	FILIPE CARVALHO	766,54	356,76	409,78 D	7 683,78	7 683,78	0,00
2382	Outras operações com pass	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	0,40 D
23820018	Maria Joao Lopes	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	0,40 D
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚ	123 023,59	97 608,64	25 414,95 D	582 511,30	647 345,52	64 834,22 C
241	Imposto sobre o rendiment	0,00	0,00	0,00	1 390,96	1 390,96	0,00
2415	irc- apuramento	0,00	0,00	0,00	1 390,96	1 390,96	0,00
242	Retenção de impostos sobr	29 430,78	16 359,99	13 070,79 D	235 824,26	252 184,25	16 359,99 C
2421	Rir-trabalho dependente	28 382,28	15 907,56	12 474,92 D	223 841,10	239 748,46	15 907,36 C
2422	Rir-rendimentos profissio	357,50	452,63	95,13 C	5 480,16	5 932,79	452,63 C
2423	IRS SOBRETAXA	691,00	0,00	691,00 D	6 503,00	6 503,00	0,00
243	Imposto sobre o valor acr	58 650,00	62 100,00	3 450,00 C	70 380,00	99 705,00	29 325,00 C
2433	IVA - Liquidado	29 325,00	3 450,00	25 875,00 D	30 360,00	30 360,00	0,00
24331	Operacoes gerais	29 325,00	3 450,00	25 875,00 D	30 360,00	30 360,00	0,00
243312	Iva liq. - ps - taxa norm	29 325,00	3 450,00	25 875,00 D	30 360,00	30 360,00	0,00
2435	IVA - Apuramento	29 325,00	29 325,00	0,00	30 360,00	30 360,00	0,00
2436	IVA - A pagar	0,00	29 325,00	29 325,00 C	9 660,00	38 985,00	29 325,00 C
244	Restantes impostos	0,00	0,00	0,00	2 790,85	2 790,85	0,00
2441	Imposto do Selo	0,00	0,00	0,00	2 790,85	2 790,85	0,00
245	Contribuições para a Segu	34 774,06	19 092,40	15 681,66 D	271 460,53	290 553,51	19 092,98 C
2451	Segurança social	34 774,06	19 092,40	15 681,66 D	271 460,53	290 553,51	19 092,98 C
248	Outras Tributações	168,75	56,25	112,50 D	664,70	720,95	56,25 C
2487	Outras Tributações FCT e	168,75	56,25	112,50 D	664,70	720,95	56,25 C
24871	Outras Tributações FCT	156,09	52,04	104,05 D	614,87	666,97	52,10 C
24872	Outras Tributações FGCT	12,66	4,21	8,45 D	49,83	53,98	4,15 C
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER	34 873,94	95 724,17	60 850,23 C	788 075,09	773 958,69	14 116,40 D
271	Fornec. de Invest.	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
2711	Fornec. de Invest- c/g	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
27111	Fornec. de invest- c/c-	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
271111	Fornec. de Invest- c/c-	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
2711113084	3WD	0,00	0,00	0,00	642,06	642,06	0,00
272	Devedores e Credores por	285,83	1 525,91	1 240,08 C	4 700,59	5 940,67	1 240,08 C
2721	Devedores por acréscimos	285,83	0,00	285,83 D	285,83	0,00	285,83 D
27219	Outros acréscimos de prov	285,83	0,00	285,83 D	285,83	0,00	285,83 D
2722	Credores por acréscimos d	0,00	1 525,91	1 525,91 C	4 414,76	5 940,67	1 525,91 C
27229	Outros acréscimos de cust	0,00	1 525,91	1 525,91 C	4 414,76	5 940,67	1 525,91 C
276	Adiantamentos por conta d	0,00	0,00	0,00	0,00	2 809,22	2 809,22 C
2760104	CM Faro	0,00	0,00	0,00	0,00	1 500,00	1 500,00 C
2761	Adiant. de Associados	0,00	0,00	0,00	0,00	1 309,22	1 309,22 C
27610197	CM Cartaxo	0,00	0,00	0,00	0,00	1 250,00	1 250,00 C
27611344	J.F. DE SOUSELO	0,00	0,00	0,00	0,00	28,63	28,63 C
27611378	J.F DE VILA CA	0,00	0,00	0,00	0,00	15,02	15,02 C
27611521	J.F. JARMELO DE SAO MIGUE	0,00	0,00	0,00	0,00	15,57	15,57 C
278	Outros Devedores e Credor	34 588,11	94 198,26	59 610,15 C	782 732,44	764 566,74	18 165,70 D
2781	Devedores e Credores dive	92 326,06	92 250,00	59 923,94 C	288 056,13	269 188,04	18 868,09 D
27811	Devedores Diversos	18 450,00	92 250,00	73 800,00 C	211 450,38	165 435,00	46 015,38 D
278114046	SONDEX	0,00	0,00	0,00	49,88	0,00	49,88 D
278114056	AIRC	18 450,00	18 450,00	0,00	18 450,00	18 450,00	0,00
278114059	EDP- DISTRIBUIÇÃO ENERGIA	0,00	0,00	0,00	46 125,00	46 125,00	0,00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab.: 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado			
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	
278114096	JOSÉ MANUEL MACEDO	0,00	0,00	0,00	117,35	0,00	117,35	D
278114106	CENTRO DE SAÚDE DE FORM	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00	25,00	D
278114108	DULCE MARIA APARICIO SILV	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00	25,00	D
278114137	MEO -SERVIÇOS DE COMUNI	0,00	0,00	0,00	24 600,00	0,00	24 600,00	D
278114148	MUNICIPIA, S.A. EMPRESA D	0,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00	0,00	
278114187	BANCO BPI	0,00	0,00	0,00	6 150,00	6 150,00	0,00	
278114191	TOYOTA CAETANO PORTUGA:	0,00	15 375,00	15 375,00	15 375,00	15 375,00	0,00	
278114204	MOVENSIS	0,00	0,00	0,00	3 123,36	0,00	3 123,36	D
278114206	ACIN	0,00	24 600,00	24 600,00	24 600,00	24 600,00	0,00	
278114207	MEDIDATA	0,00	0,00	0,00	12 300,00	12 300,00	0,00	
278114209	ANO - SISTEMAS DE INFORM	0,00	0,00	0,00	18 000,00	0,00	18 000,00	D
278114217	PETRUS, LDA	0,00	0,00	0,00	74,99	0,00	74,99	D
278114220	CTT - CORREIOS DE PORTUGU	0,00	3 075,00	3 075,00	3 075,00	3 075,00	0,00	
278114459	COMPANHIA DE SEGUROS LI	0,00	12 300,00	12 300,00	17 835,00	17 835,00	0,00	
278114467	Éolica da Arada - Empreen	0,00	0,00	0,00	3 075,00	3 075,00	0,00	
278114471	Seguradoras Unidas, SA	0,00	6 150,00	6 150,00	6 150,00	6 150,00	0,00	
27812	Credores diversos	13 876,06	0,00	13 876,06	76 605,75	103 753,04	27 147,29	C
278123087	CCRE / OGLU	13 876,06	0,00	13 876,06	69 682,68	96 829,97	27 147,29	C
278123724	Miriam Alves	0,00	0,00	0,00	2 307,69	2 307,69	0,00	
278123725	Miguel Mendes	0,00	0,00	0,00	2 307,69	2 307,69	0,00	
278123726	Alexandra Figueira	0,00	0,00	0,00	2 307,69	2 307,69	0,00	
2782	Consultores, assessores e	2 259,01	1 816,51	442,50	25 489,27	26 238,52	749,25	C
27824693	RUTE MARIA BERNARDO	200,00	200,00	0,00	2 400,00	2 400,00	0,00	
27824699	ARTUR JOSÉ PONTVIANNE H	0,00	0,00	0,00	1 960,00	1 960,00	0,00	
27824640	FERNANDO HENRIQUE ROSA	0,00	0,00	0,00	426,75	0,00	426,75	D
27824645	FERNANDO SOUSA CAEIROS	1 616,51	1 616,51	0,00	15 392,57	16 568,57	1 176,00	C
27824647	ISMÉNIA SANTOS	0,00	0,00	0,00	3 082,50	3 082,50	0,00	
27824662	Daniela Alexandra Pereira	0,00	0,00	0,00	578,10	578,10	0,00	
27824663	Ivan Ricardo Cardoso	0,00	0,00	0,00	500,00	500,00	0,00	
27824664	Ana Marta Moreira da Cruz	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	0,00	
27824665	Jaime da Gloria Dias	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00	0,00	
27824667	María de Fátima Ferreira	0,00	0,00	0,00	206,85	206,85	0,00	
27824668	João Ferrand Lopes	442,50	0,00	442,50	442,50	442,50	0,00	
2783	Apólice Seguros	3,04	131,75	128,71	469 187,04	467 890,18	1 296,86	D
27831	Seguros - Câmaras Municp	3,04	131,75	128,71	464 393,28	464 505,78	112,50	C
278310002	MUNICIPIO DE ALBERGARIA-	0,00	0,00	0,00	5 279,38	5 279,38	0,00	
278310004	C.M. DE AROUCA	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,10	D
278310012	MUNICIPIO DA MURTOSA	0,00	0,00	0,00	403,23	403,23	0,00	
278310021	C.M. DE ALMODOVAR	0,00	0,00	0,00	3 338,49	3 338,49	0,00	
278310022	MUNICIPIO DE ALVITO	0,00	0,00	0,00	3 069,00	3 069,00	0,00	
278310029	C.M. DE BEJA	0,00	0,00	0,00	514,73	514,73	0,00	
278310025	C.M. DE CUBA	0,00	0,00	0,00	349,12	349,12	0,00	
278310027	C.M. DE MERTOLA	0,00	0,00	0,00	3 759,27	3 759,27	0,00	
278310028	C.M. DE MOURA	0,00	0,00	0,00	6 348,01	6 348,01	0,00	
278310031	C.M. DE SERPA	0,00	0,00	0,00	3 425,31	3 425,31	0,00	
278310037	MUNICIPIO DE CELORICO DE	0,00	0,00	0,00	7 195,40	7 195,40	0,00	
278310042	C.M. DE TERRAS DO BOURO	0,00	0,00	0,00	6 468,49	6 468,49	0,00	
278310046	MUNICIPIO DE ALFANDEGA C	0,00	0,00	0,00	4 726,81	4 726,81	0,00	
278310047	C.M. DE BRAGANCA	3,04	0,00	3,04	893,26	890,22	3,04	D
278310048	C.M. DE CARRAZEDA DE ANS	0,00	0,00	0,00	399,21	399,21	0,00	
278310050	C.M. DE MACEDO CAVALEIRC	0,00	0,00	0,00	6 429,35	6 429,35	0,00	
278310051	C.M. DE MIRANDA DO BOUR	0,00	0,00	0,00	8 716,16	8 716,16	0,00	
278310053	C.M. DE MONDORVO	0,00	0,00	0,00	401,22	401,22	0,00	
278310054	C.M. DE MOGADOURO	0,00	0,00	0,00	1 229,58	1 229,58	0,00	
278310055	C.M. DE VILA FLOR	0,00	0,00	0,00	4 274,76	4 274,76	0,00	
278310056	C.M. DE VIMIOSO	0,00	0,00	0,00	3 955,51	3 955,51	0,00	
278310059	C.M. DE CASTELO BRANCO	0,00	0,00	0,00	544,54	544,54	0,00	
278310061	C.M. DE FUNDÃO	0,00	0,00	0,00	552,52	552,52	0,00	
278310062	MUNICIPIO DE IDANHA-A-NC	0,00	0,00	0,00	397,69	397,69	0,00	
278310068	MUNICIPIO DE VILA VELHA	0,00	0,00	0,00	286,18	286,18	0,00	
278310076	MUNICIPIO DE MIRA	0,00	131,75	131,75	5 078,23	5 209,98	131,75	C
278310078	C.M. DE MONTE-MOR-O-VELH	0,00	0,00	0,00	6 755,46	6 755,46	0,00	
278310081	MUNICIPIO DE PENACOVA	0,00	0,00	0,00	8 803,00	8 803,00	0,00	

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278310082	MUNICIPIO DE PENELA	0,00	0,00	0,00	5 124,32	5 124,32	0,00
278310084	MUNICIPIO DE TÁBUA	0,00	0,00	0,00	10 619,19	10 619,19	0,00
278310085	C.M. DE VILA NOVA DE POIA	0,00	0,00	0,00	4 998,72	4 998,72	0,00
278310091	MUNICIPIO DE MONTEMOR	0,00	0,00	0,00	214,74	200,84	13,90 D
278310092	MUNICIPIO DE MORA	0,00	0,00	0,00	4 575,30	4 575,30	0,00
278310097	MUNICIPIO DE VENDAS NOV.	0,00	0,00	0,00	5 459,28	5 459,28	0,00
278310098	MUNICIPIO DE VIANA DO ALI	0,00	0,00	0,00	1 972,62	1 972,62	0,00
278310099	C.M. DE VILA VICOSA	0,00	0,00	0,00	3 722,84	3 722,84	0,00
278310102	MUNICIPIO DE ALIEZUR	0,00	0,00	0,00	5 999,00	5 999,00	0,00
278310105	MUNICIPIO DE LAGOA (ALGA	0,00	0,00	0,00	5 225,42	5 225,42	0,00
278310106	MUNICIPIO DE LAGOS	0,00	0,00	0,00	6 210,00	6 210,00	0,00
278310107	C.M. DE LOULÉ	0,00	0,00	0,00	5 931,01	5 931,01	0,00
278310114	C.M. DE VILA DO BISPO	0,00	0,00	0,00	3 847,42	3 847,42	0,00
278310116	MUNICIPIO DE AGUIAR DA B	0,00	0,00	0,00	3 588,20	3 588,20	0,00
278310117	MUNICIPIO DE ALMEIDA	0,00	0,00	0,00	4 990,32	4 990,32	0,00
278310118	MUNICIPIO DE CELORICO DA	0,00	0,00	0,00	4 965,17	4 965,17	0,00
278310119	C.M. DE FIGUE CASTELO RO	0,00	0,00	0,00	4 343,01	4 343,01	0,00
278310121	C.M. DE GOLIVEIA	0,00	0,00	0,00	19 687,37	19 687,37	0,00
278310124	C.M. DE MEDA	0,00	0,00	0,00	4 054,59	4 054,59	0,00
278310128	C.M. DE VILA NOVA DE FOZ	0,00	0,00	0,00	4 338,38	4 338,38	0,00
278310130	C.M. DE ALVAIAZERE	0,00	0,00	0,00	7 086,06	7 086,06	0,00
278310131	MUNICIPIO DE ANSIÃO	0,00	0,00	0,00	6 676,70	6 674,39	2,31 D
278310134	C.M. DE CALDAS DA RAINHA	0,00	0,00	0,00	378,93	378,93	0,00
278310135	MUNICIPIO DE CASTANHEIRA	0,00	0,00	0,00	3 566,98	3 566,98	0,00
278310136	MUNICIPIO DE FIGUEIRÓ DO	0,00	0,00	0,00	6 960,64	6 960,64	0,00
278310142	C.M. DE PENICHE	0,00	0,00	0,00	7 863,09	7 863,09	0,00
278310144	MUNICIPIO DE PORTO DE MI	0,00	0,00	0,00	705,90	705,90	0,00
278310151	C.M. DE LISBOA	0,00	0,00	0,00	1 313,88	1 313,88	0,00
278310157	MUNICIPIO DE SOBRAL DE M	0,00	0,00	0,00	4 502,54	4 502,54	0,00
278310162	MUNICIPIO DE AVIS	0,00	0,00	0,00	3 163,28	3 163,28	0,00
278310168	MUNICIPIO DE GAVIÃO	0,00	0,00	0,00	291,23	291,23	0,00
278310169	MUNICIPIO DE MARVÃO	0,00	0,00	0,00	483,42	483,42	0,00
278310176	C.M. DE BAIÃO	0,00	0,00	0,00	1 141,33	1 141,33	0,00
278310179	C.M. DE LOUSADA	0,00	0,00	0,00	8 880,76	8 880,76	0,00
278310181	MUNICIPIO DE MARCO DE C	0,00	0,00	0,00	9 124,96	9 124,96	0,00
278310182	C.M. DE MATOSINHOS	0,00	0,00	0,00	23 937,85	23 937,85	0,00
278310183	MUNICIPIO DE PAÇOS DE FER	0,00	0,00	0,00	397,16	397,16	0,00
278310187	MUNICIPIO DE POVOA DO VA	0,00	0,00	0,00	6 852,24	6 852,24	0,00
278310190	MUNICIPIO DE VILA DO CONI	0,00	0,00	0,00	9 269,07	9 268,78	0,29 D
278310194	MUNICIPIO DE ALMERIM	0,00	0,00	0,00	4 545,55	4 545,54	0,01 D
278310193	C.M. DE CHAMUSCA	0,00	0,00	0,00	4 729,20	4 729,20	0,00
278310201	MUNICIPIO DO ENTRONCAM	0,00	0,00	0,00	678,86	678,86	0,00
278310202	MUNICIPIO DE FERREIRA DO	0,00	0,00	0,00	4 103,60	4 103,60	0,00
278310205	MUNICIPIO DE RIO MAIOR	0,00	0,00	0,00	4 570,21	4 570,21	0,00
278310208	C.M. DE SARDOAL	0,00	0,00	0,00	2 252,67	2 252,67	0,00
278310218	MUNICIPIO DA MOITA	0,00	0,00	0,00	875,26	875,26	0,00
278310219	C.M. DE MONTIJO	0,00	0,00	0,00	9 452,96	9 452,96	0,00
278310220	MUNICIPIO DE PALMELA	0,00	0,00	0,00	1 009,53	1 009,95	0,40 C
278310235	MUNICIPIO DE ALIÓ	0,00	0,00	0,00	13 522,00	13 522,00	0,00
278310236	MUNICIPIO DE Boticas	0,00	0,00	0,00	377,97	377,97	0,00
278310237	MUNICIPIO DE CHAVES	0,00	0,00	0,00	11 710,41	11 710,41	0,00
278310238	MUNICIPIO DE MESÃO FRIO	0,00	0,00	0,00	5 440,54	5 440,54	0,00
278310241	C.M. DE MURÇA	0,00	0,00	0,00	3 751,63	3 751,63	0,00
278310242	MUNICIPIO DE PESO DA REG	0,00	0,00	0,00	1 274,91	1 274,91	0,00
278310246	MUNICIPIO DE VALPAÇOS	0,00	0,00	0,00	5 205,24	5 205,24	0,00
278310247	MUNICIPIO DE VILA POUCA I	0,00	0,00	0,00	7 771,94	7 771,94	0,00
278310248	MUNICIPIO DE VILA REAL	0,00	0,00	0,00	16 521,63	16 521,63	0,00
278310252	MUNICIPIO DE CINFAES	0,00	0,00	0,00	614,11	614,11	0,00
278310253	MUNICIPIO DE LAMEGÓ	0,00	0,00	0,00	4 555,77	4 555,77	0,00
278310256	MUNICIPIO DE MORTÁGUA	0,00	0,00	0,00	4 533,51	4 533,51	0,00
278310262	MUNICIPIO DE JOÃO DA PES	0,00	0,00	0,00	394,66	394,66	0,00
278310264	C.M. DE SATÃO	0,00	0,00	0,00	5 600,99	5 600,99	0,00
278310265	C.M. DE TABUADO	0,00	0,00	0,00	6 435,43	6 435,43	0,00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab.: 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278310290	MUNICIPIO DO FUNCHAL	0,00	0,00	0,00	581,19	581,19	0,00
278310292	MUNICIPIO DE PONTE DO SC	0,00	0,00	0,00	139,33	139,33	0,00
278310295	C.M. DE RIBEIRA BRAVA	0,00	0,00	0,00	501,08	501,08	0,00
278310299	MUNICIPIO DE BARRANCOS	0,00	0,00	0,00	2 468,01	2 468,01	0,00
278310303	C.M. DE SERNANCELHE	0,00	0,00	0,00	2 854,40	2 854,40	0,00
278310305	C.M. DE VILA DE REI	0,00	0,00	0,00	3 912,25	3 912,25	0,00
278310306	C.M. DE PINHEL	0,00	0,00	0,00	6 867,80	6 867,80	0,00
278310307	C.M. DE VALENÇA	0,00	0,00	0,00	3 574,94	3 574,94	0,00
278310317	MUNICIPIO DE ODIVELAS	0,00	0,00	0,00	16 515,75	16 515,75	0,00
27832	Seguros - Juntas de Fregu	0,00	0,00	0,00	4 793,76	3 384,40	1 409,36 D
278321002	J.F. DE ALFEIZERÃO	0,00	0,00	0,00	66,75	0,00	66,75 D
278321004	J.F. DE BARRIO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321006	J.F. DE CELA	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321008	J.F. DE ÉVORA DE ALCOBACA	0,00	0,00	0,00	43,32	0,00	43,32 D
278321013	J.F. DE S. MARTINHO DO PO	0,00	0,00	0,00	30,24	30,24	0,00
278321016	FREGUESIA DE S. FRANCISCO	0,00	0,00	0,00	30,29	30,29	0,00
278321093	J.F. DE ALVORNINHA	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321094	J.F. DE A DOS FRANCOIS	0,00	0,00	0,00	20,17	20,17	0,00
278321096	J.F. DE CARVALHAL BENFEIT	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321098	J.F. DE LANDAL	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321100	J.F. DE VILA DE SANTA CAT	0,00	0,00	0,00	16,98	16,63	0,35 D
278321102	J.F. DE CAMARA DE LOBOS	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321122	J.F. DE VILE	0,00	0,00	0,00	36,16	0,00	36,16 D
278321123	J.F. DE BELIÓS	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321124	J.F. DE OLIVEIRA DO CONDE	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321125	J.F. DE PAPIZIOS	0,00	0,00	0,00	0,28	0,00	0,28 D
278321126	J.F. DE PARADA (CARREGAL	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321127	J.F. DE CARREGUEIRA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321131	J.F. DE ULME	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321132	FREGUESIA DE VALE DE CAVA	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321133	J.F. DE ALHOES	0,00	0,00	0,00	76,52	0,00	76,52 D
278321137	J.F. DE FORNELOS	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321140	J.F. DE NESPEREIRA (CINFA	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321141	J.F. DE OLIVEIRA DO DOURO	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321142	J.F. DE RAMIRES	0,00	0,00	0,00	80,31	0,00	80,31 D
278321143	J.F. DE SANTIAGO DE PIAES	0,00	0,00	0,00	76,52	0,00	76,52 D
278321144	J.F. DE SOUSELO	0,00	0,00	0,00	57,54	28,77	28,77 D
278321145	J.F. DE S. CRISTOVÃO NOGU	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321148	J.F. DE TRAVANCA (CINFÊES	0,00	0,00	0,00	5,04	5,04	0,00
278321149	J.F. DE CUBA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321150	J.F. DE FARO ALENTEJO	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321151	J.F. DE VILA RUIVA	0,00	0,00	0,00	37,75	22,70	15,05 D
278321152	J.F. DE VILA ALVA	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321153	J.F. DE S. MIGUEL MACHEDE	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321154	J.F. DE BUARCOS	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321158	J.F. DE TAVAREDE	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321159	J.F. DE MONTE	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321160	J.F. DE SANTA LUZIA	0,00	0,00	0,00	43,41	43,41	0,00
278321161	J.F. DE SANTA MARIA MAIOR	0,00	0,00	0,00	47,96	47,96	0,00
278321162	J.F. DE SANTO ANTONIO	0,00	0,00	0,00	64,12	64,12	0,00
278321163	J.F. DE S. GONÇALO	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321164	J.F. DE S. MARTINHO	0,00	0,00	0,00	65,64	65,64	0,00
278321165	J.F. DE S. ROQUE	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321232	J.F. DE RIBEIRA DOS CARIM	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,29 D
278321253	J.F. DE BARAO S. JOÃO	0,00	0,00	0,00	92,05	0,00	92,05 D
278321254	J.F. DE BENSAFRIM	0,00	0,00	0,00	92,05	0,00	92,05 D
278321280	J.F. DE PENHA DE FRANCA	0,00	0,00	0,00	83,80	83,30	0,50 D
278321262	J.F. DE SANTO ESTEVAO	0,00	0,00	0,00	62,57	0,00	62,57 D
278321293	J.F. DE PRAIA DE MIRA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321295	J.F. DE MOITA	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321296	J.F. DE GATÕES	0,00	0,00	0,00	30,10	0,00	30,10 D
278321297	J.F. DE SEIXO DE GATOS	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321298	J.F. DE CANDEDO	0,00	0,00	0,00	76,80	15,12	61,68 D

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278321300	J.F. DE RIOLHOSO	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00 D
278321301	J.F. DE JOU	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321302	J.F. DE MURCA	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321303	J.F. DE NOURA	0,00	0,00	0,00	61,66	0,00	61,68 D
278321305	J.F. DE VALONGO MILHAIS	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321365	J.F. DE ALMAGREIRA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321366	J.F. DE CARNIDE	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321367	J.F. DE CARIÇO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321369	J.F. DE LÓURICAL	0,00	0,00	0,00	27,25	27,25	0,00
278321372	J.F. DE PELARIGA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321373	J.F. DE POMBAL (POMBAL)	0,00	0,00	0,00	43,90	43,90	0,00
278321374	J.F. DE REDINHA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321377	J.F. DE VERMOIL	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321378	J.F. DE VILA CHÃ	0,00	0,00	0,00	30,24	15,12	15,12 D
278321380	J.F. DE CAMPO	0,00	0,00	0,00	3,02	0,00	3,02 D
278321381	J.F. DE MONSARAZ	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321382	J.F. DE REGUENGOS DE MON	0,00	0,00	0,00	46,44	46,44	0,00
278321383	J.F. DE CORVAL	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321386	J.F. DE SERRA AGUA	0,00	0,00	0,00	185,93	0,00	185,93 D
278321406	J.F. DE CORROIOS	0,00	0,00	0,00	73,71	73,71	0,00
278321410	J.F. DE COUTO ESTEVES	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321412	J.F. DE PESSEGUEIRO DO VO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321413	J.F. DE ROCAS DO VOUGA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321414	J.F. DE SEVER DO VOUGA	0,00	0,00	0,00	137,18	0,00	137,18 D
278321416	J.F. DE TALHADAS	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321422	J.F. DE FRATEL	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321423	J.F. DE PERAIS	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321428	J.F. DE CINFAES	0,00	0,00	0,00	52,41	15,12	37,29 D
278321435	J.F. DE PORTIMÃO	0,00	0,00	0,00	146,01	0,00	146,01 D
278321438	J.F. DE VENDAS NOVAS	0,00	0,00	0,00	47,96	47,96	0,00
278321453	J.F. DE CASTELO BRANCO	0,00	0,00	0,00	5,04	5,04	0,00
278321479	J.F. DE FOZ DO ARELHO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321481	J.F. DE VALES	0,00	0,00	0,00	25,73	25,73	0,00
278321484	J.F. IMACULADO CORAÇÃO M	0,00	0,00	0,00	43,41	43,41	0,00
278321488	J.F. DE SANTO QUINTINO	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321489	J.F. DE SOBRAL MONTE AGR	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321491	J.F. DE SAPATARIA	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321493	J.F. DE PINHAL NOVO	0,00	0,00	0,00	44,71	0,00	44,71 D
278321500	J.F. DE BUDENS	0,00	0,00	0,00	33,32	33,32	0,00
278321508	J.F. GÂNDARAS	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321512	Freguesia de Aljubarrota	0,00	0,00	0,00	25,21	25,21	0,00
278321513	FREGUESIA DE CHAMUSCA E	0,00	0,00	0,00	126,63	126,63	0,00
278321515	FREGUESIA DE GÓIS	0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321516	FREGUESIA DE GUARDA	0,00	0,00	0,00	35,30	35,30	0,00
278321517	FREGUESIA DE LEIRIA, POU	0,00	0,00	0,00	64,12	64,12	0,00
278321518	FREGUESIA DE LOUSÃ E VILA	0,00	0,00	0,00	30,25	30,25	0,00
278321519	FREGUESIA DE NSA SRA DA C	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321521	JUNTA DE FREGUESIA DE SAR	0,00	0,00	0,00	30,24	15,12	15,12 D
278321522	UNIÃO DAS FREGUESIAS ADC	0,00	0,00	0,00	30,29	30,29	0,00
278321523	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE J	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321524	UNIÃO FREGUESIAS N. SRA P	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321525	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (0,00	0,00	0,00	28,77	28,77	0,00
278321526	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321527	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (0,00	0,00	0,00	30,29	30,29	0,00
278321528	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321529	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE (0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321590	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	240,65	240,65	0,00
278321591	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321592	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321593	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	31,80	31,80	0,00
278321594	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	25,21	25,21	0,00
278321595	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE I	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321596	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S	0,00	0,00	0,00	46,44	46,44	0,00

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
278321537	U. R. SANTIAGO, S. SIMÃO	0,00	0,00	0,00	43,41	43,41	0,00
278321538	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE 7	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321539	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE 1	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321541	FREGUESIA DE MELRES E ME	0,00	0,00	0,00	44,93	44,93	0,00
278321542	UNIÃO FREG. S.VICENTE DE	0,00	0,00	0,00	15,12	15,12	0,00
278321543	FREGUESIA DE CARREGAL DC	0,00	0,00	0,00	27,25	27,25	0,00
2786	Apoio a Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00	1 250,00	1 250,00 C
28	DIFERIMENTOS	2 251,44	6 716,99	4 465,55 C	72 707,90	45 501,60	27 206,30 D
281	Gastos a reconhecer	2 251,44	6 716,99	4 465,55 C	72 707,90	45 501,60	27 206,30 D
2811	Tickets de refeição	2 192,43	2 192,43	0,00	30 707,68	30 707,68	0,00
2819	Outros gastos diferidos	59,01	4 524,56	4 465,55 C	42 000,22	14 793,92	27 206,30 D
29	PROVISÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
298	Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	788,69	788,69 C
41	INVESTIMENTOS FINANCEIRO	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
415	Outros Investimentos Fina	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
4157	Outros Investimentos Fina	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
41571	FCT	52,04	0,00	52,04 D	1 312,25	0,00	1 312,25 D
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	3 277,22	2 878,17	399,05 D	1 328 648,71	1 150 702,89	177 945,82 D
432	Edifícios e outras constr	0,00	0,00	0,00	617 149,93	0,00	617 149,93 D
4321	Edifícios e outras constr	0,00	0,00	0,00	322 314,26	0,00	322 314,26 D
4322	Ampliações e Conservação	0,00	0,00	0,00	294 835,67	0,00	294 835,67 D
434	Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	99 152,91	0,00	99 152,91 D
4341	Viatura da Sede	0,00	0,00	0,00	81 874,98	0,00	81 874,98 D
4343	Viatura Pickup Timor	0,00	0,00	0,00	17 277,93	0,00	17 277,93 D
435	Equipamento administrativo	902,09	0,00	902,09 D	302 766,72	0,00	302 766,72 D
4351	Equip. admin. - Sede	902,09	0,00	902,09 D	265 553,76	0,00	265 553,76 D
4352	Equip. admin. - Delegação	0,00	0,00	0,00	34 943,04	0,00	34 943,04 D
4353	Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	2 269,92	0,00	2 269,92 D
437	Outros activos fixos tang	2 375,13	0,00	2 375,13 D	309 579,15	0,00	309 579,15 D
4371	biblioteca	0,00	0,00	0,00	1 369,42	0,00	1 369,42 D
4372	rouparia e outros	0,00	0,00	0,00	4 172,31	0,00	4 172,31 D
4373	equipamento informático	2 375,13	0,00	2 375,13 D	221 361,53	0,00	221 361,53 D
4374	Equipamento de Projectão	0,00	0,00	0,00	42 294,10	0,00	42 294,10 D
4375	Ferr. e Utens. - Mercado	0,00	0,00	0,00	1 560,18	0,00	1 560,18 D
4376	Outros activos fixos tang	0,00	0,00	0,00	35,38	0,00	35,38 D
4379	Outras Imobilizações	0,00	0,00	0,00	38 786,23	0,00	38 786,23 D
438	Depreciações acumuladas	0,00	2 878,17	2 878,17 C	0,00	1 150 702,89	1 150 702,89 C
4382	Edifícios e outras constr	0,00	537,19	537,19 C	0,00	497 406,93	497 406,93 C
43821	Edifícios e outras constr	0,00	537,19	537,19 C	0,00	202 571,26	202 571,26 C
43822	Ampliações e Conservação	0,00	0,00	0,00	0,00	294 835,67	294 835,67 C
4384	Equipamento de transporte	0,00	625,00	625,00 C	0,00	91 652,91	91 652,91 C
43841	Viatura da Sede	0,00	625,00	625,00 C	0,00	74 374,98	74 374,98 C
43844	Viatura Pick Up Timor	0,00	0,00	0,00	17 277,93	0,00	17 277,93 C
4385	Equipamento administrativo	0,00	183,21	183,21 C	0,00	269 468,29	269 468,29 C
43851	Equip. admin. - Sede	0,00	140,65	140,65 C	0,00	234 049,94	234 049,94 C
43852	Equip. admin. - Delegação	0,00	42,56	42,56 C	0,00	33 178,43	33 178,43 C
43853	Equipamento Administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	2 239,92	2 239,92 C
4387	Outros Activos Tangíveis	0,00	1 532,77	1 532,77 C	0,00	292 174,76	292 174,76 C
43871	Ferramentas e utensilios	0,00	0,00	0,00	0,00	1 552,57	1 552,57 C
43872	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	35,38	35,38 C
43879	Outras Imobilizações Corp	0,00	1 532,77	1 532,77 C	0,00	290 586,81	290 586,81 C
438791	biblioteca	0,00	0,00	0,00	0,00	1 369,42	1 369,42 C
438792	rouparia e outros	0,00	10,63	10,63 C	0,00	2 882,31	2 882,31 C
438793	equipamento informático	0,00	1 192,13	1 192,13 C	0,00	214 017,28	214 017,28 C
438794	Equipamento de Projectão	0,00	90,71	90,71 C	0,00	29 437,82	29 437,82 C
438795	Outras Imobilizações	0,00	239,30	239,30 C	0,00	42 879,98	42 879,98 C
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	29 700,58	29 509,54	191,04 D
443	Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	29 700,58	0,00	29 700,58 D
4433	Amortizações Acumuladas -	0,00	0,00	0,00	29 700,58	0,00	29 700,58 D
448	Amortizações acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	29 509,54	29 509,54 C
4483	Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	29 509,54	29 509,54 C
56	RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00	0,00	357 268,82	2 347 183,76	1 989 914,94 C
561	Resultados transitados da	0,00	0,00	0,00	0,00	1 880 645,71	1 880 645,71 C

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab.: 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulada		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
562	Proveitos de exercícios a	0,00	0,00	0,00	0,00	466 538,05	466 538,05 C
563	Custos de exercícios ante	0,00	0,00	0,00	330 962,32	0,00	330 962,32 D
564	Outras regularizações	0,00	0,00	0,00	26 306,50	0,00	26 306,50 D
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAP	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
594	Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	14 250,00	14 250,00 C
62	FORNECIMENTOS E SRVEXTE	151 616,66	1 916,00	149 700,66 D	379 196,49	9 554,04	369 642,45 D
622	Serviços Especializados	4 967,16	0,00	4 967,16 D	84 128,99	0,00	84 128,99 D
6221	Trabalhos Especializados	725,58	0,00	725,58 D	14 054,45	0,00	14 054,45 D
62213	Serviços de Informática	0,00	0,00	0,00	2 962,89	0,00	2 962,89 D
62214	Consultoria e Trabalhos d	0,00	0,00	0,00	615,00	0,00	615,00 D
62215	Clipping Diversos	676,38	0,00	676,38 D	8 116,56	0,00	8 116,56 D
62216	Boletim da ANMP	0,00	0,00	0,00	2 310,80	0,00	2 310,80 D
622162	CUSTOS Próprios - IVA não	0,00	0,00	0,00	2 310,80	0,00	2 310,80 D
62217	Outros trabalhos especial	49,20	0,00	49,20 D	49,20	0,00	49,20 D
6223	Vigilância e Segurança	0,00	0,00	0,00	814,51	0,00	814,51 D
6224	Honorários	2 028,89	0,00	2 028,89 D	57 519,01	0,00	57 519,01 D
62243	Outros Trabalhos	0,00	0,00	0,00	6 219,76	0,00	6 219,76 D
62245	Consultadoria	2 028,89	0,00	2 028,89 D	51 299,25	0,00	51 299,25 D
6226	Conservação e Reparação	2 212,69	0,00	2 212,69 D	11 741,02	0,00	11 741,02 D
623	Materiais	4 854,94	0,00	4 854,94 D	13 901,29	0,00	13 901,29 D
6231	Ferramentas e Utensílios	546,59	0,00	546,59 D	2 734,54	0,00	2 734,54 D
6232	Livros e Documentação Téc	0,00	0,00	0,00	209,94	0,00	209,94 D
6233	Material de Escritório	2 018,58	0,00	2 018,58 D	7 501,54	0,00	7 501,54 D
62331	Artigos diversos de Exped	11,90	0,00	11,90 D	1 755,74	0,00	1 755,74 D
62332	Ofícios envelopes e outro	0,00	0,00	0,00	43,07	0,00	43,07 D
62333	Outros Trabalhos de Tipog	0,00	0,00	0,00	1 068,48	0,00	1 068,48 D
62334	Encargos com Fotocopiador	2 006,68	0,00	2 006,68 D	4 320,49	0,00	4 320,49 D
62336	Material informático	0,00	0,00	0,00	267,74	0,00	267,74 D
62336	Outros Aquisições	0,00	0,00	0,00	46,02	0,00	46,02 D
6234	Artigos para Oferta	2 289,77	0,00	2 289,77 D	3 455,27	0,00	3 455,27 D
624	Energia e Fluidos	2 831,53	285,83	2 545,70 D	26 199,41	285,83	25 913,58 D
6241	Electricidade	1 572,66	0,00	1 572,66 D	13 309,98	0,00	13 309,98 D
6242	Combustíveis	958,27	0,00	958,27 D	10 173,94	0,00	10 173,94 D
62421	Combustíveis	958,27	0,00	958,27 D	10 173,94	0,00	10 173,94 D
6243	Água	300,60	285,83	14,77 D	2 715,49	285,83	2 429,66 D
625	Transportes	10 010,34	1 518,16	8 492,18 D	68 436,65	2 027,16	66 409,49 D
6251	Deslocações e estadas	10 010,34	1 518,16	8 492,18 D	66 068,01	1 987,16	64 080,85 D
62511	Deslocações e Estadas de	6 257,04	1 518,16	4 738,88 D	32 029,24	1 924,16	30 105,08 D
625111	Táxis	392,00	0,00	392,00 D	763,37	0,00	763,37 D
625112	Transportes Colectivos	59,50	0,00	59,50 D	1 748,40	0,00	1 748,40 D
625113	Viatura Própria	2 290,68	0,00	2 290,68 D	4 920,60	0,00	4 920,60 D
625114	Alojamento e Alimentação	0,00	0,00	0,00	3 565,70	0,00	3 565,70 D
625115	Portagens e Recolha de Vi	1 479,95	500,70	979,25 D	8 529,31	906,70	7 622,61 D
625116	Outros Custos de Deslocaç	0,00	0,00	0,00	292,35	0,00	292,35 D
625117	Viatura de Serviço	2 034,91	1 017,46	1 017,45 D	12 209,51	1 017,46	11 192,05 D
62512	Deslocações e Estadas dos	3 753,30	0,00	3 753,30 D	34 038,77	63,00	33 975,77 D
625121	Reuniões com entidades of	0,00	0,00	0,00	6 176,03	0,00	6 176,03 D
625122	Reuniões Conselho Directi	3 753,30	0,00	3 753,30 D	27 862,74	63,00	27 799,74 D
6254	Relações Externas	0,00	0,00	0,00	2 368,64	40,00	2 328,64 D
62541	Transportes	0,00	0,00	0,00	1 407,00	40,00	1 367,00 D
62542	Alimentação, Alojamento e	0,00	0,00	0,00	896,34	0,00	896,34 D
62544	Seguros de Viagem	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	40,00 D
62545	Outros Encargos	0,00	0,00	0,00	25,30	0,00	25,30 D
626	Serviços Diversos	128 952,69	112,01	128 840,68 D	186 530,15	7 241,05	179 289,10 D
6261	Rendas e alugueres	0,00	0,00	0,00	804,65	59,01	745,64 D
6262	Comunicação	2 637,88	0,00	2 637,88 D	18 890,08	315,00	18 575,08 D
62621	Aviões e Franquias	162,38	0,00	162,38 D	4 451,77	315,00	4 136,77 D
62622	Comunicação-telefones e o	2 475,50	0,00	2 475,50 D	14 438,31	0,00	14 438,31 D
6263	Seguros	224,03	112,01	112,02 D	5 608,66	112,01	5 496,65 D
62631	Multi-riiscos	0,00	0,00	0,00	1 319,36	0,00	1 319,36 D
62632	Ramo Viaturas	224,03	112,01	112,02 D	1 800,37	112,01	1 688,36 D
62633	Acidentes Pessoais e Outr	0,00	0,00	0,00	2 488,93	0,00	2 488,93 D
6265	Contencioso e notariado	2,00	0,00	2,00 D	6 052,78	5 796,78	256,00 D

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
6267	Limpeza, higiene e confort	49,20	0,00	49,20 D	9 518,20	0,00	9 518,20 D
6268	Ditros Fornecimentos e Se	126 039,58	0,00	126 039,58 D	151 655,78	958,25	150 697,53 D
62681	Outros Encargos da Sede	734,15	0,00	734,15 D	9 684,01	958,25	8 725,76 D
626811	Jornais, Revistas e Outro	109,90	0,00	109,90 D	1 923,81	0,00	1 923,81 D
626812	Publicações Oficiais	0,00	0,00	0,00	0,00	958,25	958,25 C
626813	Decorações/Ornamentações	0,00	0,00	0,00	1 093,95	0,00	1 093,95 D
626815	Aquisições para o Bar	624,25	0,00	624,25 D	5 023,63	0,00	5 023,63 D
626816	Outras aquisições de bens	0,00	0,00	0,00	499,42	0,00	499,42 D
626817	Preitos/Homenagens	0,00	0,00	0,00	325,00	0,00	325,00 D
626818	Serviços de TV Cabo	0,00	0,00	0,00	818,20	0,00	818,20 D
62682	Recepção a Entidades Dive	0,00	0,00	0,00	1 703,82	0,00	1 703,82 D
62684	Congressos, Seminários e	124 704,60	0,00	124 704,60 D	131 986,95	0,00	131 986,95 D
626841	XXI Congresso	31 590,21	0,00	31 590,21 D	31 618,81	0,00	31 618,81 D
6268412	XXI Congresso-Alimentação	21 103,62	0,00	21 103,62 D	21 132,22	0,00	21 132,22 D
6268414	XXI Congresso-Outros	10 486,59	0,00	10 486,59 D	10 486,59	0,00	10 486,59 D
626842	XXIII CONGRESSO	93 114,39	0,00	93 114,39 D	96 074,79	0,00	96 074,79 D
62684201	Alojamento	570,00	0,00	570,00 D	775,20	0,00	775,20 D
62684202	Conceito Gráfico XXIII	0,00	0,00	0,00	2 755,20	0,00	2 755,20 D
62684203	Audiovisuais e Produções	43 412,04	0,00	43 412,04 D	43 412,04	0,00	43 412,04 D
62684204	HOSPEDEIRAS/ ASSISTENTES	2 583,00	0,00	2 583,00 D	2 583,00	0,00	2 583,00 D
62684205	SERVIÇOS GRÁFICOS	6 826,50	0,00	6 826,50 D	6 826,50	0,00	6 826,50 D
62684206	ESFEROGRÁFICAS E FITAS	2 730,60	0,00	2 730,60 D	2 730,60	0,00	2 730,60 D
62684207	Aluguer de tendas	36 500,25	0,00	36 500,25 D	36 500,25	0,00	36 500,25 D
62684208	Transporte	492,00	0,00	492,00 D	492,00	0,00	492,00 D
626845	SEMINÁRIO PORTUGAL 2020	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00 D
62684507	Honorários	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00 D
626847	CELEBRAÇÃO DOS 40 ANOS I	0,00	0,00	0,00	3 793,35	0,00	3 793,35 D
62684704	Hino 40 Anos do Poder dem	0,00	0,00	0,00	3 586,50	0,00	3 586,50 D
62684706	Materiai Gráfico Design	0,00	0,00	0,00	206,85	0,00	206,85 D
62688	Encargos da Delegação de	600,83	0,00	600,83 D	8 281,00	0,00	8 281,00 D
6268801	Materiai de Escritório -	0,00	0,00	0,00	180,33	0,00	180,33 D
6268802	Comunicação - Lx	0,00	0,00	0,00	19,47	0,00	19,47 D
6268803	Transportes - Lx	0,00	0,00	0,00	185,60	0,00	185,60 D
6268806	Conservação e Reparação -	0,00	0,00	0,00	343,04	0,00	343,04 D
6268807	Limpeza, higiene e confort	200,00	0,00	200,00 D	3 032,79	0,00	3 032,79 D
6268808	Jornais, Revistas e Outro	20,70	0,00	20,70 D	312,00	0,00	312,00 D
6268809	Aquisições para o bar - l	26,17	0,00	26,17 D	265,63	0,00	265,63 D
6268811	Electricidade - Lx	117,39	0,00	117,39 D	1 543,62	0,00	1 543,62 D
6268812	Água - Lx	66,70	0,00	66,70 D	322,24	0,00	322,24 D
6268813	Encargos com Fotocopiador	84,12	0,00	84,12 D	1 047,88	0,00	1 047,88 D
6268814	rentas e Alugueres - Lx	85,75	0,00	85,75 D	1 028,40	0,00	1 028,40 D
63	GASTOS COM O PESSOAL	79 529,55	0,00	79 529,55 D	1 113 020,24	0,00	1 113 020,24 D
632	Remunerações do pessoal	65 763,69	0,00	65 763,69 D	895 690,12	0,00	895 690,12 D
6321	Remunerações do pessoal -	58 407,03	0,00	58 407,03 D	728 688,51	0,00	728 688,51 D
6323	Remunerações do pessoal -	1 773,34	0,00	1 773,34 D	122 481,20	0,00	122 481,20 D
6324	Remunerações do pessoa -	2 772,98	0,00	2 772,98 D	39 470,57	0,00	39 470,57 D
63244	Remunerações do pessoa -	580,55	0,00	580,55 D	8 762,89	0,00	8 762,89 D
63245	Remunerações do pessoa -	2 192,43	0,00	2 192,43 D	30 707,68	0,00	30 707,68 D
6326	Rem. do pessoal - ajudas	2 810,34	0,00	2 810,34 D	5 049,84	0,00	5 049,84 D
635	Encargos sobre remuneraçõ	12 842,92	0,00	12 842,92 D	181 942,57	0,00	181 942,57 D
6351	Segurança Social	12 838,71	0,00	12 838,71 D	181 892,65	0,00	181 892,65 D
6357	Encargos sobre Remuneraçõ	4,21	0,00	4,21 D	49,92	0,00	49,92 D
636	Seguros de acidentes no t	129,04	0,00	129,04 D	21 011,76	0,00	21 011,76 D
6361	Acidentes de Trabalho	0,00	0,00	0,00	4 644,92	0,00	4 644,92 D
6362	Seguro de Saúde	129,04	0,00	129,04 D	16 366,84	0,00	16 366,84 D
637	Gastos de acção social	34,16	0,00	34,16 D	949,88	0,00	949,88 D
6371	Serviços Clínicos	0,00	0,00	0,00	373,64	0,00	373,64 D
6372	Medicamentos	34,16	0,00	34,16 D	136,24	0,00	136,24 D
6373	Outros custos com a saúde	0,00	0,00	0,00	440,00	0,00	440,00 D
638	Outros gastos com o pesso	759,74	0,00	759,74 D	13 425,81	0,00	13 425,81 D
6381	Formação de Pessoal	0,00	0,00	0,00	4 295,50	0,00	4 295,50 D
6382	Encargos com alojamento	753,00	0,00	753,00 D	9 036,00	0,00	9 036,00 D
6385	custo com ticket de refei	6,74	0,00	6,74 D	94,41	0,00	94,41 D

Balancete Geral (Período [Dezembro - Dezembro] e Acumulado) - 2017

Valores em EUR

Data Contab. : 31-12-2017

Lançamento: <TODOS>

Conta	Descrição	Dezembro - Dezembro			Acumulado		
		Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E:	2 878,17	0,00	2 878,17 D	23 846,39	0,00	23 846,39 D
642	Activos fixos tangíveis	2 878,17	0,00	2 878,17 D	23 846,39	0,00	23 846,39 D
6421	Activos fixos tangíveis-p	2 878,17	0,00	2 878,17 D	23 846,39	0,00	23 846,39 D
64212	Deprec-edifícios outras c	537,19	0,00	537,19 D	6 446,28	0,00	6 446,28 D
642121	Deprec-edifícios outras c	537,19	0,00	537,19 D	6 446,28	0,00	6 446,28 D
64214	Deprec-equipamento de tra	625,00	0,00	625,00 D	7 500,00	0,00	7 500,00 D
642141	Vitória da Sede	625,00	0,00	625,00 D	7 500,00	0,00	7 500,00 D
64215	Deprec-equipamento adminl	183,21	0,00	183,21 D	2 198,86	0,00	2 198,86 D
642151	Equipamento da Sede	140,65	0,00	140,65 D	1 687,71	0,00	1 687,71 D
642152	Equipamento da Delegação	42,56	0,00	42,56 D	511,15	0,00	511,15 D
64217	Deprec-outros imob. corpó	1 532,77	0,00	1 532,77 D	7 701,25	0,00	7 701,25 D
642172	Rouparia e Outros	10,63	0,00	10,63 D	127,50	0,00	127,50 D
642173	Equipamento Informática	1 192,13	0,00	1 192,13 D	3 613,04	0,00	3 613,04 D
642174	Equipamento de Projectão	90,71	0,00	90,71 D	1 088,53	0,00	1 088,53 D
642175	Outras imobilizações	239,30	0,00	239,30 D	2 872,18	0,00	2 872,18 D
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	4 524,56	0,00	4 524,56 D	30 056,81	0,00	30 056,81 D
681	Impostos	0,00	0,00	0,00	218,92	0,00	218,92 D
688	Outros	4 524,56	0,00	4 524,56 D	79 837,89	0,00	79 837,89 D
6881	Correcções Relativas a pe	0,00	0,00	0,00	233,61	0,00	233,61 D
68817	Exercício de 2015	0,00	0,00	0,00	233,61	0,00	233,61 D
6883	Quotizações	4 524,56	0,00	4 524,56 D	69 682,68	0,00	69 682,68 D
68831	CCRE	4 524,56	0,00	4 524,56 D	69 982,68	0,00	69 982,68 D
68833	CGLU	0,00	0,00	0,00	8 700,00	0,00	8 700,00 D
6888	Outros não especificados	0,00	0,00	0,00	9 921,60	0,00	9 921,60 D
68881	Multas e Penalidades	0,00	0,00	0,00	790,29	0,00	790,29 D
688811	Multas Fiscais	0,00	0,00	0,00	50,28	0,00	50,28 D
688812	Multas Não Fiscais	0,00	0,00	0,00	740,01	0,00	740,01 D
68882	PRÉMIOS ATRIBUÍDOS	0,00	0,00	0,00	7 740,35	0,00	7 740,35 D
688821	PRÉMIO ANMP DE JORNALIS	0,00	0,00	0,00	7 740,35	0,00	7 740,35 D
68883	Outros	0,00	0,00	0,00	1 390,96	0,00	1 390,96 D
688831	Outros	0,00	0,00	0,00	1 390,96	0,00	1 390,96 D
69	GASTOS E PERDAS DE FINAN	157,21	0,00	157,21 D	2 184,70	0,00	2 184,70 D
691	JUROS SUPOSTADOS	0,71	0,00	0,71 D	10,50	0,00	10,50 D
69118	Outros Juros	0,71	0,00	0,71 D	10,50	0,00	10,50 D
698	Outros Gastos e Perdas de	156,50	0,00	156,50 D	2 174,20	0,00	2 174,20 D
6982	Serviços Bancários	156,50	0,00	156,50 D	2 174,20	0,00	2 174,20 D
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	3 000,00	48 500,00	45 500,00 C	547 632,06	2 181 813,80	1 634 181,74 C
721	Associadas	3 000,00	48 500,00	45 500,00 C	547 632,06	2 181 813,80	1 634 181,74 C
7211	Quotizações Anuais	0,00	0,00	0,00	544 132,06	2 047 313,80	1 503 181,74 C
7212	Inscrições em Congressos	3 000,00	48 500,00	45 500,00 C	3 500,00	134 500,00	131 000,00 C
78	OUTROS RENDIMENTOS E GA	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,02	132 000,02 C
781	Rendimentos Suplementares	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,00	132 000,00 C
7816	Outros Rendimentos suplem	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,00	132 000,00 C
78162	Patrocínios	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	132 000,00	132 000,00 C
781621	Patrocínios Congressos	0,00	15 000,00	15 000,00 C	0,00	127 500,00	127 500,00 C
781623	PATROCÍNIO PRÉMIO DE JOR	0,00	0,00	0,00	0,00	4 500,00	4 500,00 C
788	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02 C
7888	Outros não especificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02 C
81	Resultado Líquido do Perí	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
818	Resultado Líquido	0,00	0,00	0,00	39 020,77	39 020,77	0,00
	Soma Líquida	825 451,33	825 451,33	0,00	14 006 069,58	14 006 069,58	0,00



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

CONSELHO DIRECTIVO
DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES
à data de 31.12.17 | Coimbra

Manuel Machado Presidente	PCM Coimbra	Luís Dias	PCM Vendas Novas
Ríbau Esteves Vice-Presidente	PCM Aveiro	Paulo Fernandes	PCM Fundão
Isilda Gomes Vice-Presidente	PCM Portimão	José Guerreiro	PCM Odemira
Miguel Costa Gomes Vice-Presidente	PCM Barcelos	Luís Antunes	PCM Lousã
Almeida Henriques Vice-Presidente	PCM Viseu	Raúl Almeida	PCM Mira
Alfredo Monteiro Vice-Presidente	PAM Seixal	Joaquim Santos	PCM Seixal
Rui Santos Vogal	PCM Vila Real	Luís Correia	PCM Castelo Branco
Rogério Bacalhau Vogal	PCM Faro	Maria da Conceição Cabrita	PCM V. R. Santo António
Nuno Mocinha Vogal	PCM Elvas	Paulo Langrouva	PCM Figueira C^a Rodrigo
José Leonardo Silva Vogal	PCM Horta	Rui Marqueiro	PCM Mealhada
Paulo Batista Santos Vogal	PCM Batalha	Benjamim Pereira	PCM Esposende
Marco Martins Vogal	PCM Gondomar	José Eduardo Ferreira	PCM Moimenta da Beira
Pedro Folgado Vogal	PCM Alenquer	Hugo Martins	PCM Odivelas
José Manuel Boileiro Vogal	PCM Ponta Delgada	Luís Tadeu	PCM Gouveia
Pedro Ferreira Vogal	PCM Torres Novas	Carlos Bernardes	PCM Torres Vedras
Fernando Queiroga Vogal	PCM Boticas	Humberto Marques	PCM Óbidos
Alberto Mesquita Vogal	PCM Vila Franca de Xira	Nuno Canta	PCM Montijo



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

AV. MARIANO DE SOUSA, 52
3004-511 COIMBRA
TEL: 239 404 434
FAX: 239 701 760 / 862
E-MAIL: ANMP@ANMP.PT
Pessoa Colectiva de
Utilidade Pública
D. R. N.º SÉRIE N.º 276 DE 2011.85
NIF: 501 527 419

**RESUMO DOS MAPAS
DE RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA/DEPOSITOS À ORDEM**

CONTA Nº		
	8 1542130/001/001	465 755,58
	8 1542130/001/004	38 076,43
	255141652431	38 665,84
	9 1542130/001/011	19 255,33
	9 1542130/001/013	20 345,37
	2021055385930	21 734,73
	2021057735330	6 507,28
	TOTAL DOS SALDOS DO RAZÃO	608 340,58
	CHEQUES EM TRANSITO	8 338,31
	TOTAL DOS SALDOS BANCÁRIOS	<u>616 678,87</u>

Coimbra, 31 de Dezembro de 2017

O Secretário Geral

O Técnico de Contas

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 474 093,89	Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 338,31	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos não reconciliados a 2017-12-31						
01/10/2018	CHQ	25401623	22-FRD	2517	0,00	6,00
10/10/2017	CHQ	51566027	22-FRD	2167	0,00	1 161,23
28/11/2017	CHQ	51566069	22-FRD	3037	0,00	50,00
28/11/2017	CHQ	51566070	22-FRD	2987	0,00	165,00
19/12/2017	CHQ	51566082	22-FRD	2857	0,00	84,12
19/12/2017	CHQ	51566087	22-FRD	3103	0,00	105,00
19/12/2017	CHQ	51566088	22-FRD	2987	0,00	165,00
19/12/2017	CHQ	51566091	22-FRD	2217	0,00	275,83
19/12/2017	CHQ	51566086	22-FRD	3037	0,00	350,00
19/12/2017	CHQ	51566092	22-FRD	3080	0,00	390,25
19/12/2017	CHQ	51566083	22-FRD	2065	0,00	491,88
19/12/2017	CHQ	51566084	22-FRD	2695	0,00	504,00
19/12/2017	CHQ	51566080	22-FRD	3150	0,00	570,00
19/12/2017	CHQ	51566095	22-FRD	2508	0,00	1 437,00
19/12/2017	CHQ	51566101	22-FRD	3123	0,00	2 583,00
Total					0,00	8 338,31

Movimentos reconciliados

14/11/2017	CHQ	51566044	22-FRD	3138	0,00	66,00
14/11/2017	CHQ	51566058	22-FRD	1006	0,00	68,20
14/11/2017	CHQ	51566047	22-FRD	2065	0,00	491,88
14/11/2017	CHQ	51566061	22-FRD	1006	0,00	949,70
28/11/2017	CHQ	51566068	22-FRD	2049	0,00	96,00
28/11/2017	CHQ	51566074	22-FRD	2547	0,00	202,95
28/11/2017	CHQ	51566071	22-FRD	2217	0,00	393,91
28/11/2017	CHQ	51566066	22-FRD	2065	0,00	491,88
28/11/2017	CHQ	51566065	22-FRD	2862	0,00	642,06
28/11/2017	CHQ	51566076	22-FRD	1006	0,00	923,20
28/11/2017	CHQ	51566075	22-FRD	3012	0,00	1 040,00
28/11/2017	CHQ	51566073	22-FRD	3344	0,00	4 247,19
28/11/2017	CHQ	51566072	22-FRD	3309	0,00	6 150,00
01/12/2017	PTRF		22-FRD	3022	0,00	129,04
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0101	500,00	0,00
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0175	500,00	0,00
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0227	500,00	0,00
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0251	500,00	0,00
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0306	500,00	0,00
04/12/2017	CHQ	51566077		1006	0,00	3 400,41
04/12/2017	RTRF		21-RECEB	0004	500,00	0,00
04/12/2017	RTRF		21-RECEB	0035	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0011	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0029	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0032	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0036	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0047	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0083	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0129	500,00	0,00

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 474 099,89	Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 333,31	Movimentos de diferença: 0,00	Balançamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0259	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	4206	24 600,00	0,00
06/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	3087	0,00	4,50
06/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	9913	0,00	4,50
06/12/2017	PTRF		22-FRD	2035	0,00	40,61
06/12/2017	PTRF		2682-OCRED	9913	0,00	409,78
06/12/2017	PTRF		2682-OCRED	3087	0,00	4 675,75
06/12/2017	TDEP	29			17 504,95	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0002	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0120	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0143	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0157	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0165	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0168	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0213	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0288	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0295	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF		21-RECEB	0317	500,00	0,00
07/12/2017	TDEP	30			1 000,00	0,00
07/12/2017	RTRF			4148	12 300,00	0,00
07/12/2017	RTRF		26-RECEB	4191	15 375,00	0,00
08/12/2017	PTRF		22-FRD	2385	0,00	62,73
08/12/2017	PTRF		22-FRD	2385	0,00	754,01
11/12/2017	CHQ	51566078	11-CADXA	1008	0,00	9 871,60
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0003	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0006	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0012	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0054	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0070	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0071	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0088	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0104	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0155	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0173	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0190	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0192	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0206	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0222	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0229	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0267	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0274	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0298	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0195	4 227,72	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	4 756,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	4 756,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	4 761,95	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0140	4 815,78	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	4 815,78	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0037	500,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0106	500,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0239	500,00	0,00

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 474 093,89	Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 338,31	Movimentos de diferença: 0,00	Balançamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0302	500,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	4220	3 075,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0037	4 815,78	0,00
14/12/2017	PTRF		22-FRD	3104	0,00	59,01
14/12/2017	RTRF			0150	500,00	0,00
15/12/2017	PTRF		22-FRD	2600	0,00	300,60
15/12/2017	PTRF		22-FRD	2014	0,00	869,13
15/12/2017	PTRF		22-FRD	2973	0,00	1 129,47
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0087	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0186	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0194	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0226	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0245	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0271	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0285	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		26-RECEB	4459	12 300,00	0,00
18/12/2017	PTRF		22-FRD	2781	0,00	1 060,61
18/12/2017	RTRF		21-RECEB	0152	500,00	0,00
18/12/2017	RTRF		21-RECEB	0283	500,00	0,00
19/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	3087	0,00	4,50
19/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	3087	0,00	4,50
19/12/2017	PTRF			1008	0,00	146,45
19/12/2017	CHQ	51566090	22-FRD	3068	0,00	184,50
19/12/2017	CHQ	51566079	22-FRD	3146	0,00	293,97
19/12/2017	CHQ	51566099	24-IRS	2422	0,00	357,50
19/12/2017	CHQ	51566097	267-INDEPENDENT	4668	0,00	442,50
19/12/2017	CHQ	51566093	22-FRD	2068	0,00	583,00
19/12/2017	CHQ	51566089	22-FRD	2785	0,00	684,05
19/12/2017	CHQ	51566085	22-FRD	2049	0,00	689,00
19/12/2017	CHQ	51566100	22-FRD	3120	0,00	1 845,00
19/12/2017	CHQ	51566096	22-FRD	1006	0,00	2 556,10
19/12/2017	PTRF		2682-OCRED	3087	0,00	4 524,56
19/12/2017	PTRF		2682-OCRED	3087	0,00	4 675,75
19/12/2017	CHQ	51566102	22-FRD	3127	0,00	12 923,22
19/12/2017	CHQ	51566098		2421	0,00	29 073,28
19/12/2017	CHQ	51566084	22-FRD	2912	0,00	44 998,74
20/12/2017	DSB		DESP_BANCARIAS	4645	0,00	4,50
20/12/2017	PTRF		267-INDEPENDENT	4645	0,00	1 616,31
20/12/2017	PTRF		24-S.SOCIAL	2451	0,00	34 774,06
20/12/2017	TDEP	32			1 000,00	0,00
21/12/2017	RTRF			0021	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF			0215	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0019	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0085	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0137	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0151	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0154	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0156	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0257	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0298	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0320	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	4471	6 150,00	0,00

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 474 093,89	Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 338,31	Movimentos de diferença: 0,00	Balanceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
21/12/2017	TDEP	31			11 597,13	0,00
22/12/2017	RTRF		21-RECEB	0199	500,00	0,00
22/12/2017	RTRF		21-RECEB	0304	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0022	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0041	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0064	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0089	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0212	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0216	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0234	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0248	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0276	500,00	0,00
27/12/2017	PTRF		22-FRD	2476	0,00	441,52
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0058	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0109	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0123	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0138	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0145	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0149	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0210	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0235	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0261	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0279	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0281	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0211	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0127	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0133	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0197	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0209	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0263	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0291	4 815,78	0,00
31/12/2017	DSB		DESP. BANCARIAS	9913	0,00	4,50
31/12/2017	PTRF		22-FRD	FVD	0,00	4,50
31/12/2017	PTRF		22-FRD	FVD	0,00	125,00
31/12/2017	PTRF		22-FRD	4633	0,00	200,00
31/12/2017	PTRF		2682-OCRED	9913	0,00	356,76
31/12/2017	PTRF			3089	0,00	500,70
31/12/2017	PTRF			0021	0,00	713,53
31/12/2017	PTRF			0007	0,00	730,96
31/12/2017	PTRF			0050	0,00	849,32
31/12/2017	PTRF			0017	0,00	1 084,67
31/12/2017	PTRF			0006	0,00	1 140,06
31/12/2017	PTRF			0002	0,00	1 188,06
31/12/2017	PTRF			0029	0,00	1 253,05
31/12/2017	PTRF			0005	0,00	1 319,24
31/12/2017	PTRF			0051	0,00	1 514,85
31/12/2017	PTRF			0022	0,00	1 523,79
31/12/2017	PTRF			0053	0,00	1 552,44
31/12/2017	PTRF			0045	0,00	1 592,87
31/12/2017	PTRF			0020	0,00	1 596,40
31/12/2017	PTRF			0047	0,00	1 622,16
31/12/2017	PTRF			0037	0,00	1 660,99

Reconciliação bancária - 1201

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 474 093,89	Saldo Contabilístico: 465 755,58
Saldo não reconciliado: -8 338,31	Movimentos de diferença: 0,00	Balaceamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
31/12/2017	PTRF			0027	0,00	1 716,23
31/12/2017	PTRF			0038	0,00	1 822,68
31/12/2017	PTRF			0044	0,00	1 947,01
31/12/2017	PTRF			0012	0,00	2 179,71
31/12/2017	PTRF		22-FRD	2993	0,00	2 199,17
31/12/2017	PTRF			0013	0,00	2 219,48
31/12/2017	PTRF			0028	0,00	2 221,19
31/12/2017	PTRF			0023	0,00	2 269,68
31/12/2017	PTRF			0054	0,00	2 643,55
31/12/2017	PTRF			0043	0,00	3 498,84
31/12/2017	PTRF			0052	0,00	3 925,85
Total					191 186,27	220 535,38
Total Geral					191 186,27	228 873,69

Reconciliação bancária - 1204

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 38 076,43	Saldo Contabilístico: 38 076,43
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balançamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO 2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0028	500,00	0,00
05/12/2017	RTRF		21-RECEB	0179	500,00	0,00
07/12/2017	DEP			0116	500,00	0,00
07/12/2017	RTRF			0182	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0013	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0130	500,00	0,00
13/12/2017	RTRF		21-RECEB	0219	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0128	500,00	0,00
18/12/2017	RTRF		21-RECEB	0102	500,00	0,00
18/12/2017	RTRF		21-RECEB	0307	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0092	500,00	0,00
26/12/2017	RTRF		21-RECEB	0198	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0253	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0114	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0131	500,00	0,00
29/12/2017	RTRF		21-RECEB	0207	500,00	0,00
Total					8 000,00	0,00
Total Geral					8 000,00	0,00

Reconciliação bancária - 1208

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 36 685,84	Saldo Contabilístico: 36 685,84
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balançamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO 2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
27/01/2017	PTRF		22-FRD	FVD	0,00	172,20
03/03/2017	RTRF		21-RECEB	0177	5 931,01	0,00
27/06/2017	RTRF		21-RECEB	0277	4 258,16	0,00
Total					10 189,17	172,20
Total Geral					10 189,17	172,20

Reconciliação bancária - 1211

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 19 255,33	Saldo Contabilístico: 19 255,33
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balançamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO 2017		

DL Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
01/12/2017	RTRF		21-RECEB	0062	500,00	0,00
12/12/2017	RTRF		21-RECEB	0201	500,00	0,00
15/12/2017	RTRF		21-RECEB	0144	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF			0027	500,00	0,00
21/12/2017	RTRF		21-RECEB	0187	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0236	500,00	0,00
28/12/2017	RTRF		21-RECEB	0290	500,00	0,00
Total					3 500,00	0,00
Total Geral					3 500,00	0,00

Reconciliação bancária - 1212

Data de reconciliação: 2017-12-31	Saldo do Extrato: 21.734,73	Saldo Contabilístico: 21.734,73
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balancamento: 0,00
Observação: DEZEMBRO 2017		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
13/04/2017	RTRF		21-RECEB	0217	4.815,78	0,00
Total					4.815,78	0,00
Total Geral					4.815,78	0,00

Reconciliação bancária - 1213

Data de reconciliação: 2009-10-31	Saldo do Extrato: 20 345,37	Saldo Contabilístico: 20 345,37
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balancamento: 0,00
Observação: OUTUBRO2009		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
01/10/2009	JRC		63-IRC		0,00	1,37
01/10/2009	JRC		78-JUROS DO		6,87	0,00
Total					6,87	1,37
Total Geral					6,87	1,37

Reconciliação bancária - 1214

Data de reconciliação: 2015-2-28	Saldo do Extrato: 6 507,28	Saldo Contabilístico: 6 507,28
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balançamento: 0,00
Observação: FEVEREIRO/2015		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
01/01/2008	SLA				6 507,28	0,00
				Total	6 507,28	0,00
				Total Geral	6 507,28	0,00



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

AV. MARQUÊS E SOUSA, 52
3004-511 COIMBRA
TEL: 239 404 434
FAX: 239 701 750 / 862
E-MAIL: ANMP@ANMP.PT
Pessoa Colectiva de
Utilidade Pública
O. R. Nº 53/91E Nº 276 de 30.11.85
N.º: 501 627 413

RESUMO DOS MAPAS

DE

RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA/DEPÓSITOS A PRAZO

CONTA Nº 255141852620-110	60 000,00
255141852620-111	200 000,00
255141852620-112	900 000,00
TOTAL DOS SALDOS DO RAZÃO	1 160 000,00
TOTAL DOS SALDOS BANCÁRIOS	<u>1 160 000,00</u>

Coimbra, 31 de Dezembro de 2017

O Secretário Geral

O Técnico de Contas

Reconciliação bancária - 13149

Data de reconciliação: 2015-3-31	Saldo do Extrato: 60 000,00	Saldo Contabilístico: 60 000,00
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balancamento: 0,00
Observação: Março 2015		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
10/02/2014	APL				60 000,00	0,00
				Total	60 000,00	0,00
				Total Geral	60 000,00	0,00

Reconciliação bancária - 13195

Data de reconciliação: 2016-12-31	Saldo do Extrato: 200 000,00	Saldo Contabiliz. cor: 200 000,00
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balançamento: 0,00
Observação: Dezembro 2016		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Ent. dado	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
16/03/2016	AP1				200 000,00	0,00
				Total	200 000,00	0,00
				Total Geral	200 000,00	0,00

Reconciliação bancária - 13196

Data de reconciliação: 2016-12-31	Saldo do Extrato: 900 000,00	Saldo Contábil: ca: 900 000,00
Saldo não reconciliado: 0,00	Movimentos de diferença: 0,00	Balancamento: 0,00
Observação: Dezembro 2016		

Dt. Mov.	Documento	Movimento	Rubrica	Entidade	Débito	Crédito
Movimentos reconciliados						
16/03/2016	APL				900 000,00	0,00
				Total	900 000,00	0,00
				Total Geral	900 000,00	0,00



A.N.M.P.-ASSOC NAC MUNICIPIOS PORTUG
AV MARNOCO E SOUSA 52
3004-511 COIMBRA

NUC: 1542130

Contribuinte: 501627413

Posição em: 31-12-2017

Certidão

O Banco BPI, S.A., certifica para os devidos efeitos que nas contas abaixo mencionadas e em nome de A.N.M.P.-ASSOC NAC MUNICIPIOS PORTUG apresentava à data de 31-12-2017, o seguinte saldo:

Disponibilidades

DEPOSITOS A ORDEM-PORTUGAL

N.º Operação	Produto	Vencimento	Taxa	Saldo	Insuportamento
1542130001013	DEP. ORDEM SECTOR PUBLICO		0,00000%	20.345,37 EUR	0,00 EUR
1542130001011	DEP. ORDEM SECTOR PUBLICO		0,00000%	19.255,33 EUR	0,00 EUR
1542130001004	DEP. ORDEM SECTOR PUBLICO		0,00000%	38.076,43 EUR	0,00 EUR
1542130001001	DEP. ORDEM SECTOR PUBLICO		0,00000%	474.093,89 EUR	0,60 EUR



DECLARAÇÃO

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S. A., pessoa colectiva nº 500960046, com sede na Av. João XXI, 63 declara, a pedido ANMP, que a 31 de Dezembro de 2017 a Conta de Depósitos a Prazo apresentava um saldo de:

0255.141652.620-110 – 60.000€

0255.141652.620-111 – 200.000€

0255.141652.620-112 – 900.000€

Coimbra, 01 de Fevereiro de 2018

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS



----- CERTIDÃO DE SALDO E JUROS -----

Certifica-se que o saldo da conta de depósito à ordem nº 2021057735330
em nome de ASSOCIACAO N MUNICIPIOS PORTUGUESES
era em 31 de Dezembro de 2017 de 6.507,28 EUR.
Foram pagos juros em 2017, na importância de 0,00 EUR,
aos quais foi deduzido IRC no valor de 0,00 EUR.

2018-01-12

Declaração Processada por Computador



---- CERTIDÃO DE SALDO E JUROS ----

Certifica-se que o saldo da conta de depósito à ordem nº 2021055365930 em nome de ASSOCIAÇÃO N MUNICIPIOS PORTUGUESES era em 31 de Dezembro de 2017 de 21.734,73 EUR.
Foram pagos juros em 2017, na importância de 0,00 EUR,
aos quais foi deduzido IRC no valor de 0,00 EUR.

2018-01-12

Declaração Processada por Computador



---- CERTIDÃO DE SALDO E JUROS ----

Certifica-se que o saldo da conta de depósito à ordem n° 0255141652431
em nome de ASSOCIAÇÃO N MUNICIPIOS PORTUGUESES
era em 31 de Dezembro de 2017 de 36.665,84 EUR.
Foram pagos juros em 2017, na importância de 0,00 EUR,
aos quais foi deduzido IRC no valor de 0,00 EUR.

2018-01-12

Declaração Processada por Computador

Relatório e Contas

2017



60 ANOS

Idealização, Pesquisa e Coordenação por:

Adélia Antunes

Ana Duarte

Daniel Ribeiro

Gonçalo Gamboa

José Cláudio

Impressão / Encadernação:

Valente Artes Gráficas

Sérgio Fernandes Unipessoal, Lda.

Fotografia:

Rafael G. Antunes

Fotos do Palácio Nacional de Maíra, a quem prestamos os
nossos agradecimentos



CONVOCATÓRIA

Na qualidade de Presidente da Mesa de Assembleia Geral da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, CRL, e no cumprimento do que determinam os seus Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária da mesma CCAM para o dia 23 de março (Sexta-Feira), às 17H00 na Sede da Instituição, em Mafra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e Votação do Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, incluído o Parecer do Conselho Fiscal (Exercício de 2017);
2. Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação de Resultados;
3. Apreciação Geral sobre a administração e fiscalização da CCAM de Mafra;
4. Apreciação e Votação da Declaração do Conselho de Administração relativa à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM de Mafra;
5. Apreciação do relatório com os resultados da avaliação da implementação das políticas de remuneração praticadas na CCAM de Mafra.
6. Outros Assuntos de Interesse Colectivo.

Notas:

Nos termos do art. 25.º dos Estatutos, a Assembleia Geral reunirá, à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto.

Se não estiver presente número suficiente de associados, a Assembleia reunirá, com qualquer número, uma hora depois.

Mafra e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, aos 01 de março de 2018

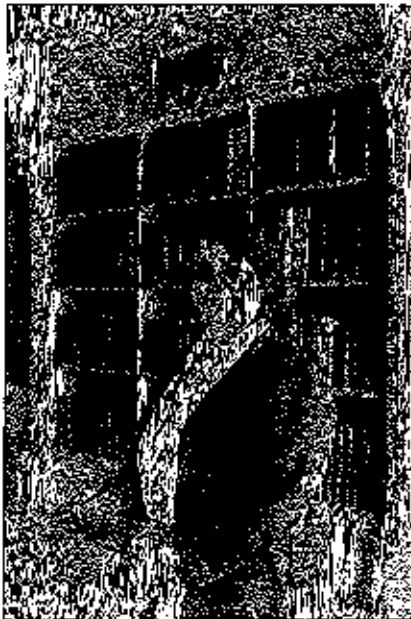
O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Jorge Humberto Moreira Simões, Dr.





Mensagem da Presidente



Ao longo da sua História, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra sempre prezou o seu contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Mafra.

Ficou claro, desde muito cedo, que este seria um aspeto incontornável da sua missão, forte estímulo para o seu contínuo crescimento e expansão com benefício direto para os seus sócios e clientes.

Neste momento em que o sistema financeiro Português vê afetada a sua credibilidade e apresenta fragilidades demonstradas desde a crise de 2008, tendo o ano de 2017 sido marcado pela continuação da reestruturação dos principais bancos portugueses como a CGD, o BCP, o BPI, o Novo Banco e o Banco Popular em alguns casos com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo acionista este papel ainda se toma mais primordial.

A perda de soberania nacional da maioria das instituições financeiras e a tendência para a concentração bancária e globalização, leva a um aumento da distância entre os centros de decisão e o sócio/cliente/investidor. As decisões estratégicas dos novos centros de decisão estão longe das preocupações e necessidades nacionais.

Neste contexto, a missão da Caixa de Crédito Agrícola de Mafra toma-se um fator essencial e distintivo da outra banca, pois o centro de decisão está próximo do sócio e cliente e no caso da nossa Caixa ainda mais próximo, pela independência do SICAM.

A nossa instituição é estratégica para os sócios, não ficando dependente de decisões transnacionais e o seu valor acrescentado promove diretamente o crescimento do concelho.

A nossa instituição reporta diretamente ao Banco de Portugal, nos moldes de reporte definidos atualmente pela EBA (European Banking Authority), no âmbito da União Bancária Europeia, estando o centro de decisão no nosso concelho. Não obstante as regras Europeias que cada vez mais, através da supervisão, vinculam as pequenas instituições ao mesmo tipo de mecanismos e de regras que os grandes bancos e retirem alternativas de gestão, a Caixa de Crédito Agrícola de Mafra tem vindo a demonstrar a sua resiliência e solidez sustentada.

Numa conjuntura de desafios para o setor bancário e incertezas para o crédito agrícola e de pressão para as 5 caixas independentes do sistema ingressarem para dentro do SICAM, os Conselhos de Administração decidiram encomendar um estudo à Business School da Universidade Católica do Porto (CEGEA). De acordo com uma ampla panóplia de indicadores o estudo conclui, que na última década estas CCAM têm exibido um desempenho económico e financeiro notável, exibindo padrões de resiliência em acentuado contraste com a deterioração da situação patrimonial e de exploração dos principais bancos de retalho.

As principais conclusões foram que individualmente e em conjunto, não obstante a sua pequena dimensão e com a atividade confinada territorialmente, desde 2007-2008, as CCAM independentes pontuam entre as Instituições de Crédito mais sólidas, eficientes e resilientes do sistema bancário nacional, operam sob modelos tradicionais de risco de negócios reduzidos e controlados, apresentam bons desempenhos financeiros, níveis de capitalização elevados, eficiência operacional, fidelização e confiança dos clientes. O estudo conclui ainda que os custos da entrada para o sistema são elevados, não tendo sido demonstrada qualquer vantagem na entrada para o SICAM.

Assim, garantindo os objetivos referidos e dados os baixos níveis históricos da Euribor, continuamos a política de segurança dos valores que nos são confiados e adaptamo-nos às circunstâncias da conjuntura, servindo os nossos sócios e clientes, garantindo o apoio necessário em condições equitativas, mantendo a solidez da Instituição.

Agradecemos a confiança, fidelidade e dedicação dos sócios, clientes e colaboradores, todos eles imprescindíveis para a sustentabilidade da nossa instituição.

Sabemos que um longo e prestigiante passado, cuja construção assentou em valores éticos, de rigor e de segurança é uma vantagem competitiva para enfrentar um futuro pleno de desafios

Congratulamo-nos pelo sexagésimo aniversário desta instituição no passado dia 4 de abril de 2017.

Temos a responsabilidade de proporcionar às gerações vindouras um futuro promissor.

Mafra, aos 06 de março de 2018

A Presidente do Conselho de Administração



INDICE



Conteúdo Geral

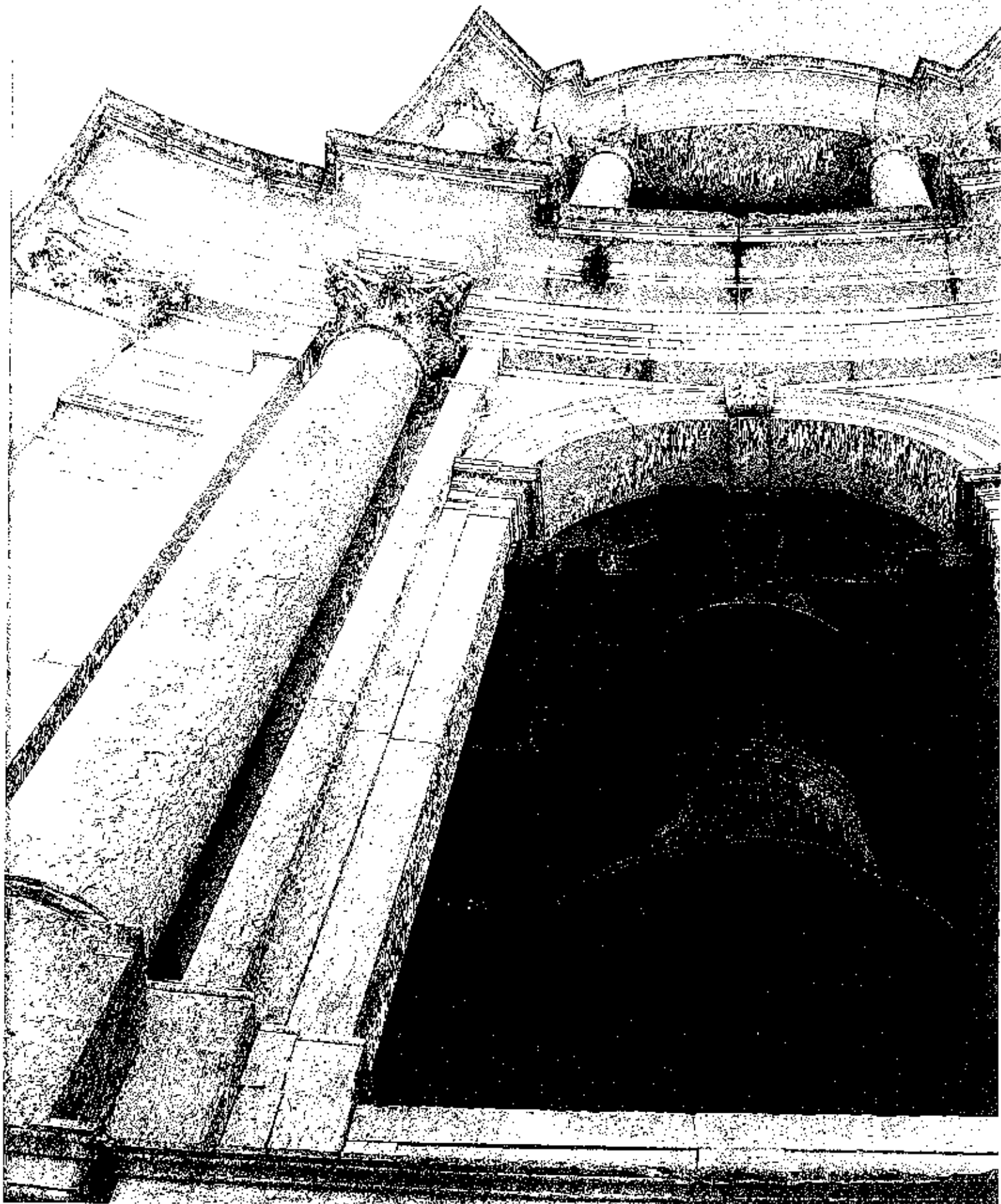
Relatório do Conselho de Administração

Notas Anexas às Demonstrações Financeiras

Informações Complementares

Relatório do Conselho de Administração

Informações Legais Gerais



ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente | Dr. Jorge Humberto Moreira Simões
Vice-Presidente | José Manuel Silva Gomes
Secretário | Rogério Bernardes Miranda

Conselho de Administração

Administradores Executivos:

Presidente | Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale
Vice-Presidente | Adélia Maria M. G. Rodrigues Antunes

Administradores Não Executivos:

Vice-Presidente | Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

Conselho de Administração Substituto

Hernâni José Gomes Rodrigues

Conselho Fiscal

Presidente | Dr. Mário Jorge Silvestre Neto
Secretário | Dr. Sérgio Nuno Dias Bento
Vogal | Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento

Conselho Fiscal Substituto

Dr. César Miguel Carvalho dos Santos

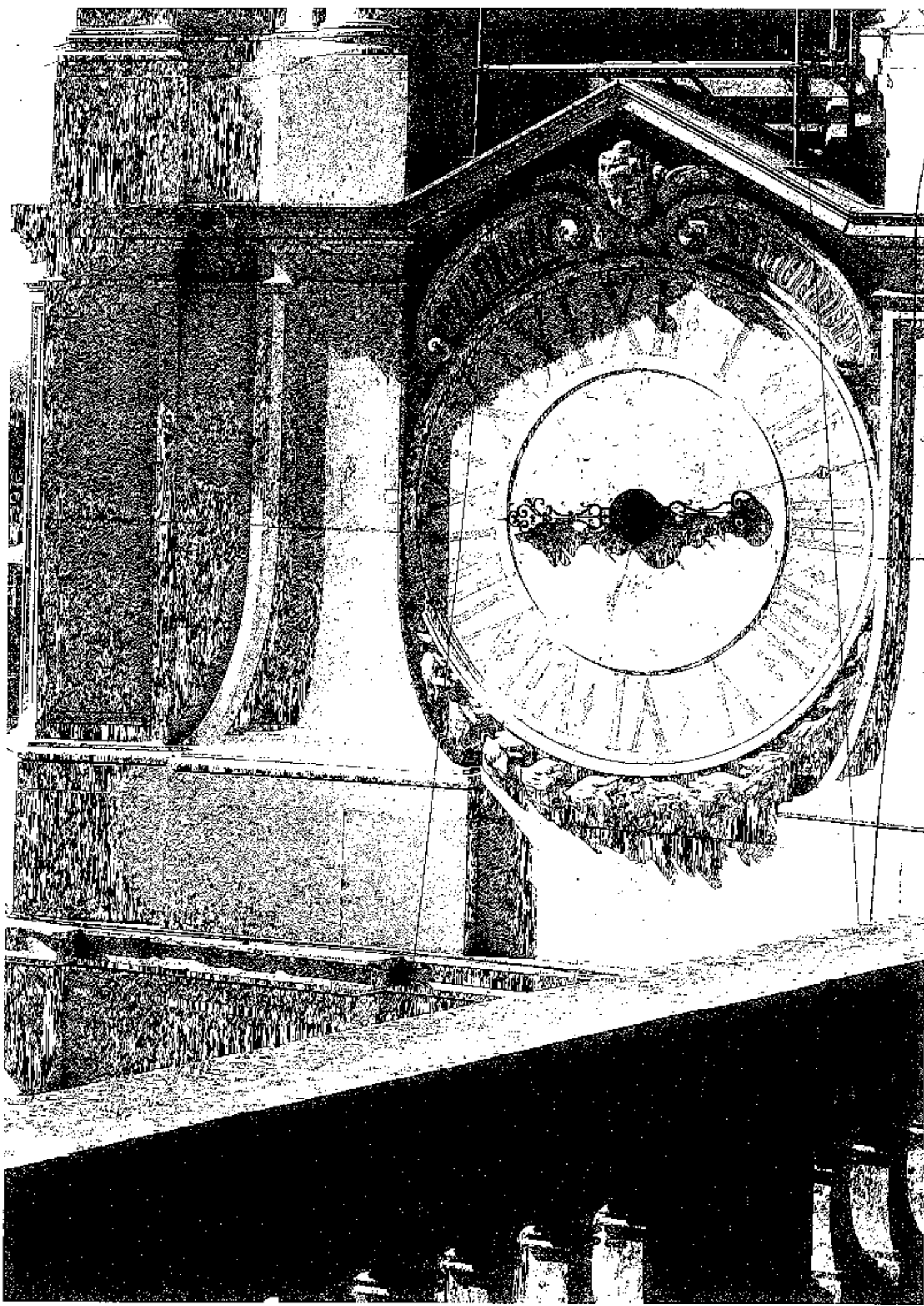
Revisor Oficial de Contas (Efectivo)

Oliveira, Reis & Associados, SROC, n.º 23
Dr. Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

Revisor Oficial de Contas (Suplente)

Dr. Fernando Marques Oliveira, ROC nº 207





RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2017

No cumprimento dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra CRL, o Conselho de Administração apresenta o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2017.

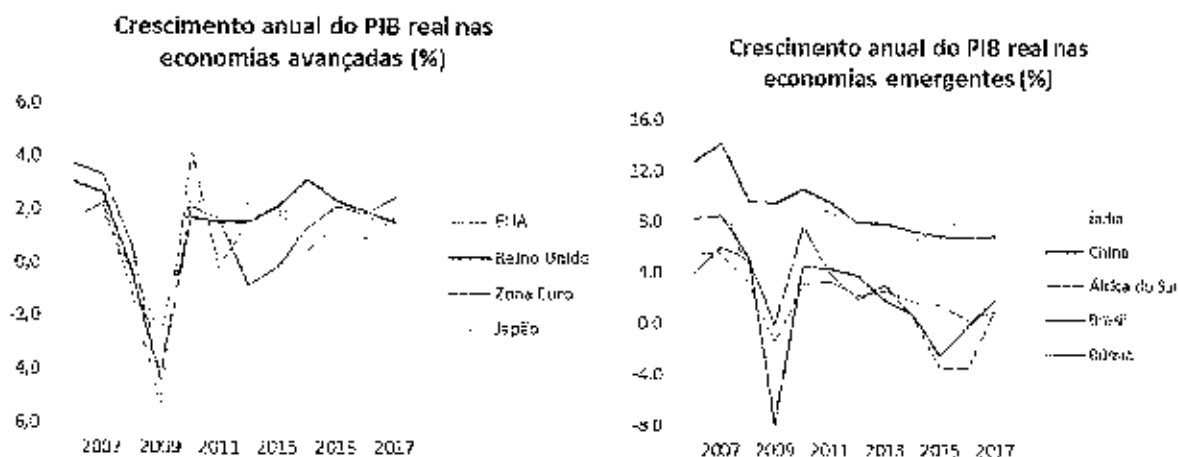
1 – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

A economia internacional registou um crescimento significativo em 2017 de 3%.

Para este crescimento tiveram grande contributo a retoma do comércio internacional, a influência das compras sucessivas dos bancos centrais das dívidas dos países desenvolvidos e a estabilização política.

No que toca ao crescimento dos preços nos países desenvolvidos, embora tenha havido aumentos ficaram aquém do esperado.

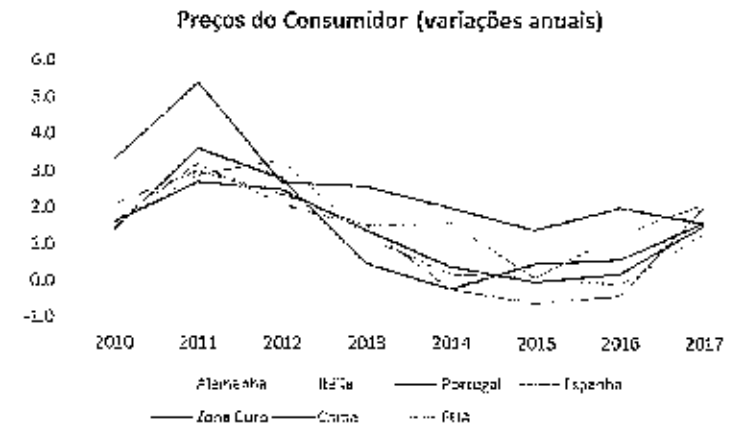


Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

A economia americana acabou o ano de 2017 com um crescimento forte na ordem dos 2,3% do PIB, devido ao efeito positivo do mercado de capitais, confiança dos consumidores e do emprego, indicadores que acabaram por atingir nalguns casos os melhores resultados desde sempre.

A taxa de desemprego ficou nos 4,1% perto do final do ano, sendo este o valor mais baixo em quase 17 anos.





Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

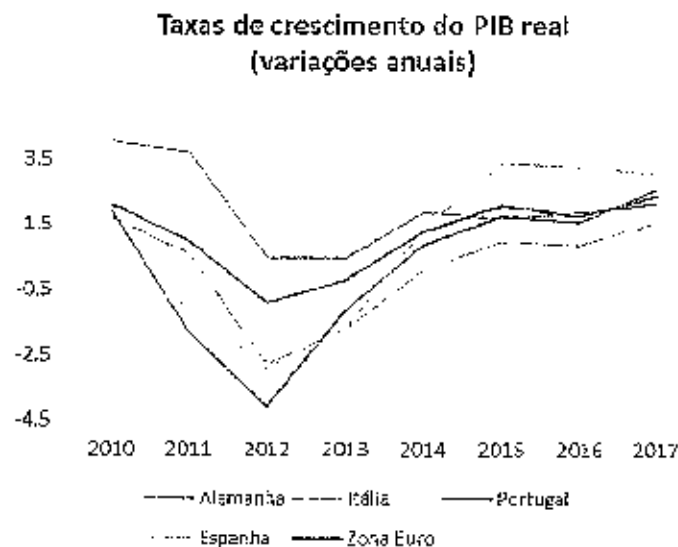
A inflação nos EUA subiu no final do ano para valores de 1,8% em termos homólogos, impulsionada pelo sector automóvel, imobiliário e de transportes.

A Reserva Federal Americana subiu a sua taxa de benchmark 3 vezes ao longo de 2017, estando esta atualmente no intervalo entre 1,25 e 1,50% e por isso bastante mais elevada que a da Europa.

Relativamente à Zona Euro, em 2017 a economia manteve-se sólida, sobretudo pelo forte contributo da influência das intervenções do BCE na compra da dívida, pelo baixo preço dos bens energéticos, recuperação da confiança entre os agentes económicos e redução dos riscos políticos.

Durante 2017, os contributos do aumento do consumo interno e a recuperação das exportações, assim como a minimização dos riscos políticos e o aumento da confiança dos empresários e consumidores na economia potenciaram o crescimento.

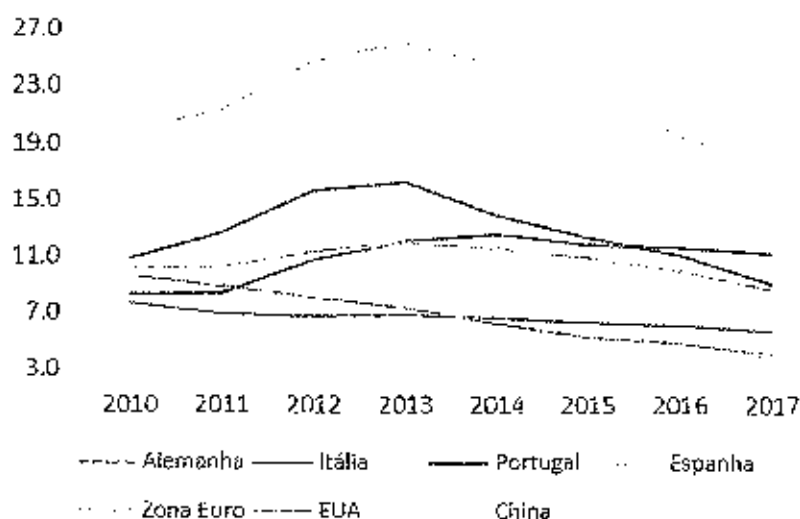
Os países da Zona Euro, no seu conjunto, cresceram ao maior ritmo dos últimos sete anos, ficando o crescimento real do PIB acima dos 2% na Área do Euro. O investimento de capital também apresentou um forte crescimento em resposta à manutenção das políticas acomodativas do Banco Central Europeu.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

A taxa de desemprego na Zona Euro apresentou o valor mais baixo desde 2009, atingindo o valor de 8,7%, no entanto o aumento do emprego não consubstanciou o aumento dos salários, tendo por isso o aumento do consumo sido apenas de 1,4% ficando aquém da meta esperada pelo BCE.

**Taxas de Desemprego
(% população total)**

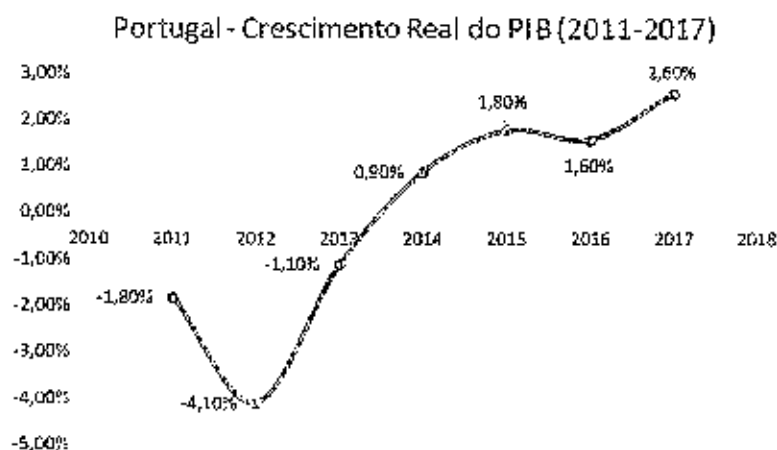


Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

O BCE decidiu manter as principais taxas diretoras inalteradas ao longo de todo o ano, em 0% no caso da taxa principal de refinanciamento, em -0,4% no caso da taxa dos depósitos, e em 0,25% no caso da taxa de cedência de fundos. Durante o ano 2017 o BCE cortou por duas vezes o montante de compras de ativos mensal, passando de 60 mil milhões de euros para 30 mil milhões de euros a partir de janeiro de 2018, ficando definido que este plano de compras ficaria constante até setembro de 2018.

ECONOMIA PORTUGUESA

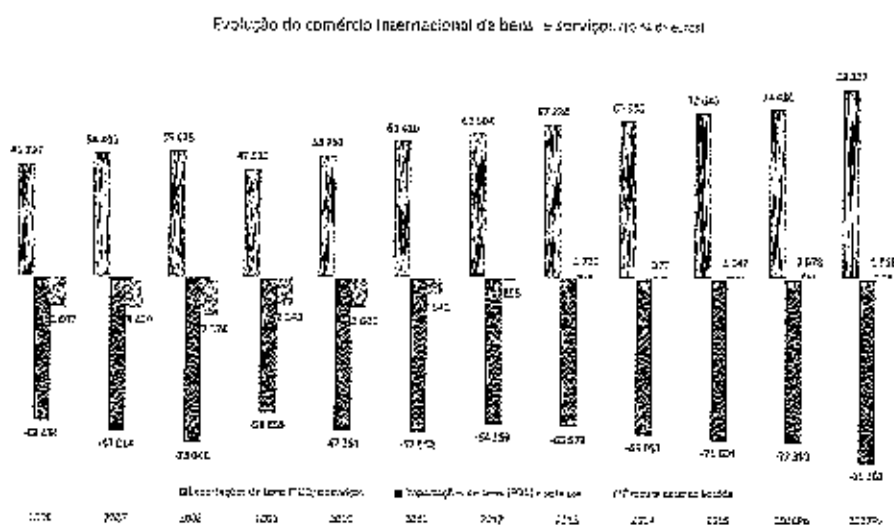
A economia portuguesa, em 2017, cresceu 2,6% (valor maior do que o conjunto dos países da Zona Euro, 2,40%, o que é raro e já não acontecia há 18 anos), beneficiando do conjunto do aumento da procura interna e pelo aumento das exportações dada a procura dos parceiros comerciais.



Fonte: Bloomberg, Janeiro 2018

Na procura interna, contribui o consumo privado consequência do aumento do emprego e do rendimento disponível, tendo registado um crescimento médio anual de 2,2%, assim como o investimento pelos baixos custos de financiamento e do fortalecimento da procura global aumentando a capacidade produtiva instalada. O investimento registou um crescimento médio anual de 8,4% sobretudo devido ao sector privado, contrariando a tendência do último ano.

O contributo da procura externa foi positivo, com as exportações nacionais a ficarem acima das importações. As exportações nacionais atingiram os 42% do Produto Interno Bruto em 2017 (que compara com 39,9% do PIB em 2016), um sinal da resiliência da economia nacional face a uma evolução na política monetária europeia.



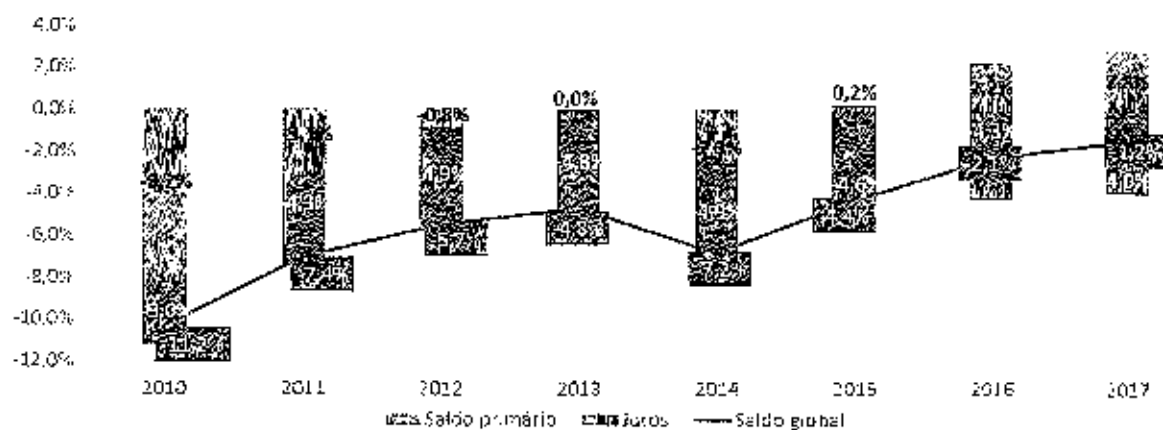
Fonte: IGE, Inquérito Nacional

A taxa de desemprego voltou a descer atingindo no fim do ano a taxa de 9,1% (uma das descidas mais acentuadas entre os países da Europa).

Os preços ao consumidor subiram ao longo do ano devido à evolução dos preços dos bens energéticos assim como devido ao dinamismo do Turismo, com consequência no aumento da taxa de inflação que atingiu 1,5% (1,2% se excluirmos energia e alimentação), tendo os preços dos transportes, restaurantes e hotéis crescido mais de 3% face ao mesmo período do ano anterior.

A yield das OT Portuguesas de 10 anos, face às Alemãs estreitaram as diferenças de valores de 3,56 % em 2016 para valores historicamente baixos de 1,59% em 2017.

Saldo orçamental do Estado Português: Saldo global e primário (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, Janeiro 2018

O défice do conjunto das Administrações Públicas fechou o ano de 2017 em 2.574 milhões de euros, o que se traduziu numa melhoria de 1.607 milhões de euros face a 2016. Apesar da redução do défice em contabilidade pública entre 2016 e 2017, o seu valor em termos brutos ficou 104 milhões de euros acima da meta traçada e ainda representa no fim de 2017 cerca de 1,2% do PIB.



SECTOR BANCÁRIO

O ano de 2017 foi marcado pela conclusão de vários processos de reestruturação significativa dos principais bancos portugueses como a CGD, o BCP, o Novo Banco, o BPI e a integração do Banco Popular Portugal no Santander Totta, em alguns casos com mudanças na gestão e nas estruturas de controlo acionista, bem como injeções de capital visando a recapitalização das Instituições.

O volume de depósitos aumentou 2,8% face a dezembro de 2016, impulsionado principalmente pelos depósitos das empresas, ao invés da concessão de crédito que registou um decréscimo de cerca de 2,8% no mesmo período, afectado não só pela contracção do crédito à habitação (-1,4%), mas também no sector empresarial (-5,5%). No caso do crédito a particulares, cerca de 3,8% encontrava-se vencido sobretudo devido aos créditos de outros fins. No caso do crédito a empresas embora tenha havido em média um decréscimo, alguns setores como a agricultura, as indústrias extrativas, alojamento e restauração e atividades imobiliárias tiveram aumentos respetivamente de 3%, 7,8%, 1,4% e 4,3%.

Ao nível dos desafios que se deparam à Banca, surgem as exigências cada vez maiores em matéria de requisitos de capital, alavancagem e liquidez, os quais não apresentam impactos significativos face aos rácios confortáveis que a CCAM de Mafra apresenta. No entanto existem outros desafios assinaláveis de que se destacam a necessidade de adaptação a novas exigências regulatórias (ex.: IFRS9, RGPD, Prevenção BC/FT), a melhoria da rentabilidade do negócio bancário no que respeita ao aumento da eficiência operacional e redução dos custos, gestão dos montantes de crédito não produtivo e a revisão dos modelos de negócio ajustados às novas exigências dos consumidores e acompanhando as novas tecnologias e o novo contexto do open banking.

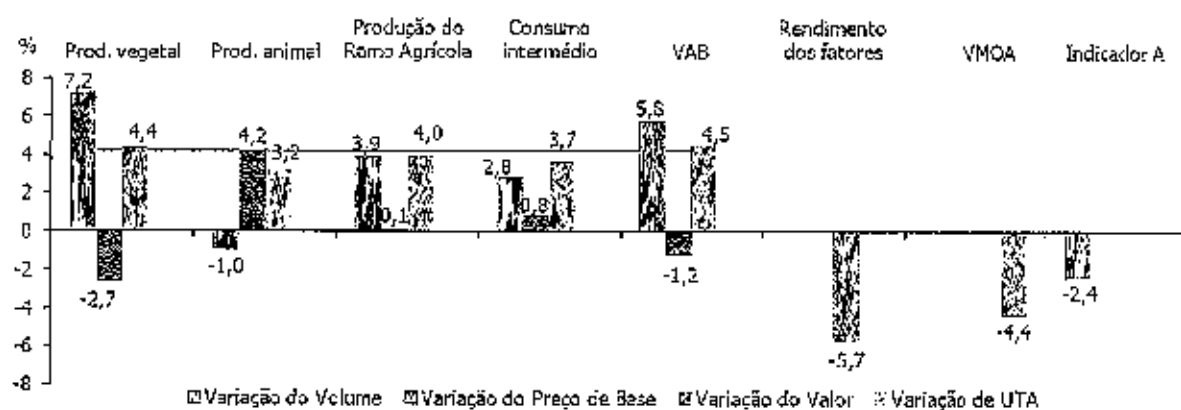
Também não é possível ignorar as alterações que se vivem a nível social, nomeadamente no acréscimo dos níveis de desvinculação dos clientes, com um aumento exponencial da concorrência e da necessidade de inovação tecnológica constante, fruto da procura de novos canais de comercialização e de comunicação.

Os factos acima descritos têm levado a uma inevitável reformulação no contacto com os clientes, originando a redução de agências na Banca em geral. Contudo, esta realidade não se adequa a esta CCAM, por força da localização das agências em pontos estratégicos do Concelho, ajustadas às necessidades e procura dos nossos associados e clientes.

SECTOR AGRÍCOLA

De acordo com a primeira estimativa das Contas Económicas da Agricultura (CEA) para 2017, publicadas pelo INE, o Rendimento da atividade agrícola, em termos reais, por unidade de trabalho ano (UTA), deverá registar um decréscimo de 2,4%, após um crescimento de 17,5% observado em 2016. Esta diminuição foi determinada pela expressiva redução dos Outros subsídios à produção (-25,4%), tendo o Valor acrescentado bruto (VAB) aumentado 4,5% (diminuição de 1,5% em 2016).

Para o aumento nominal do VAB (+4,5%) contribuiu a variação positiva da Produção do ramo agrícola (+4,0%) conjugada com uma variação positiva menos acentuada do Consumo intermédio (+3,7%). Em termos reais, perspetiva-se para o VAB um aumento de 5,8%.



A variação anual do Rendimento da Atividade Agrícola corresponde ao "Indicador A" (Variação anual, em %, do Rendimento dos Fatores, deflacionado, por Volume de Mão-de-Obra Agrícola Total).

Estima-se que a Produção do ramo agrícola apresente, em 2017, um acréscimo em termos nominais (+4,0%), para o qual concorre um aumento do volume (+3,9%) e uma estabilização dos preços base (+0,1%). A evolução dos preços no produtor (+0,6%) deverá ser atenuada por uma diminuição dos subsídios aos produtos (-16,0%).

A evolução nominal positiva prevista para a Produção vegetal (+4,4%) em 2017 resulta de um acréscimo em volume (+7,2%) e de uma redução dos preços de base (-2,7%). A produção de Vegetais e produtos hortícolas e de Frutos foi determinante no crescimento da Produção vegetal. No que respeita aos Frutos, perspetiva-se um acréscimo significativo em volume (+17,2%), consequência de uma maior produção de maçã, pera, pêssigo, kiwi, frutos de baga e amêndoa. Deverá registar-se uma redução dos preços em relação ao ano anterior (-1,4%), em resultado de uma descida generalizada para todos os frutos, com exceção da maçã.



Em relação à produção de Vinho, as estimativas apontam para um acréscimo nominal (+10,0%). As uvas entregues nas adegas encontravam-se, em geral, em boas condições sanitárias, bem amadurecidas e com elevados teores de açúcar. A vindima foi feita com tempo seco, pelo que são esperados vinhos de qualidade superior.

Estima-se que o Consumo intermédio (CI) aumente 3,7%, em termos nominais, em 2017, na sequência de acréscimos em volume (+2,8%) e preço (+0,8%). A variação nominal positiva é o resultado de um aumento generalizado dos produtos para CI particularmente da energia (+14,9%) e dos fertilizantes (11,9%). O consumo de Energia deverá apresentar aumentos em volume (+7,9%) e preço (+6,5%), comportamento determinado pelo consumo de gasóleo (crescimento de 11,9% em volume).

Segundo Avillez, da análise destes dados pode-se concluir que em 2017 os resultados económicos da agricultura portuguesas melhoraram significativamente em relação a 2016, apesar dos rendimentos do sector agrícola e dos produtores agrícolas se terem reduzido.

Com efeito, o produto agrícola bruto em volume, medido pelo valor acrescentado bruto no produtor a preços constantes, cresceu 7,1% em 2017 em relação a 2016, o que contrasta muito favoravelmente com a variação de -9,2% verificada no ano anterior, se bem que tenha sido inferior ao aumento verificado entre 2014 e 2015 (+9,2%).

Por outro lado, o produto agrícola medido pelo valor acrescentado bruto agrícola a preços no produtor correntes nominais, cresceu 6,4% em 2017 relativamente a 2016, o que tendo sido muito mais favorável do que o ocorrido no ano anterior (-1,4%) foi também mais positivo que o verificado entre 2014 e 2015 (+5,2%). O rendimento do sector agrícola nacional, medido pelo valor acrescentado a custo de fatores e a preços nominais, apresentou uma variação de -4,2% entre 2016 e 2017, bastante inferior à verificada no ano anterior (+12,6%). Este comportamento desfavorável do rendimento do sector agrícola português ficou a dever-se a uma quebra muito elevada (-26%) no valor dos pagamentos diretos aos produtores (PDP) recebidos no ano de 2017 pelos agricultores portugueses, o qual contrasta com o anormal aumento (+58%) verificado no ano anterior. Importa sublinhar que, apesar das grandes variações verificadas no valor dos PDP nos últimos anos, o rendimento do sector agrícola cresceu, em média, 3,1% ano no último triénio.

2 – ATIVIDADE FINANCEIRA E COMERCIAL DA CCAM DE MAFRA

O exercício de 2017 continuou a pautar-se por uma política de gestão rigorosa, clara, bem definida, transparente, segura e coerente.

A CCAM apresenta uma situação confortável, concretamente quanto ao rácio de *Core Tier 1* de 38,61%.

O rácio de transformação apresenta um valor de 37,05%, espelhando o não acompanhamento da concessão de crédito ao ritmo do aumento da captação de depósitos.

Os valores de balanço são demonstrativos de um historial de solidez e resiliência face às diversas crises económicas e financeiras que se têm feito sentir nas últimas décadas, com especial destaque para a de 2007/2008, da qual o país ainda se encontra a recuperar, e que foi mais uma demonstração da credibilidade que os associados e clientes da CCAM de Mafra depositam na gestão da Instituição, que ao longo dos anos tem garantido a segurança dos depositantes e sido merecedora da confiança destes.

No que se refere ao crédito total, verificou-se um aumento de 1,57%, correspondente a mais de € 937.000. De realçar que neste exercício verificou-se uma redução significativa do crédito em contencioso superior a 18%. Manteve-se ainda uma contenção de entradas de processos de crédito para cobrança judicial, resultado da ação direta e atempada junto dos associados/clientes, mutuários e fiadores, no sentido de ser encontrada uma solução que viabilize o cumprimento nomeadamente e sempre que se justifique aumento de prazo de reembolso e períodos, curtos, de carência de capital.

Relativamente ao crédito vivo, regista-se um aumento de cerca de € 2.400.000, que corresponde a um acréscimo de 4,6%. Congratulamo-nos com o aumento registado nesta CCAM face ao orçamentado.

Continuámos a atuar ativa e atentamente, adotando as soluções adequadas de forma a mantermos, tanto quanto possível, a carteira dos nossos associados e clientes.

A margem financeira cresceu cerca de 7,9%, fruto sobretudo das taxas de juros das aplicações nos ativos disponíveis para venda por reconversão a partir de depósitos a prazo noutras instituições. Assistiu-se também a uma quebra generalizada nas taxas passivas, fruto do alinhamento com o mercado.

Realçamos com agrado os resultados obtidos com o acréscimo nas captações de recursos, neste exercício de 2017, de 8,78% (superior a 12 M€), valor amplamente superior à média nacional de 2,8%. Este acréscimo é justificado essencialmente pela manutenção do clima de turbulência que envolveu algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional, bem como a divulgação de aumentos nos preços da concorrência.

Registamos também a concretização de vendas de ativos não financeiros disponíveis para venda e mais-valias em reversão de imparidades existentes, deduzindo custos de intermediação imobiliária, consubstanciando rendimentos superiores a € 512.000.

Congratulamo-nos com a demonstração da credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes.

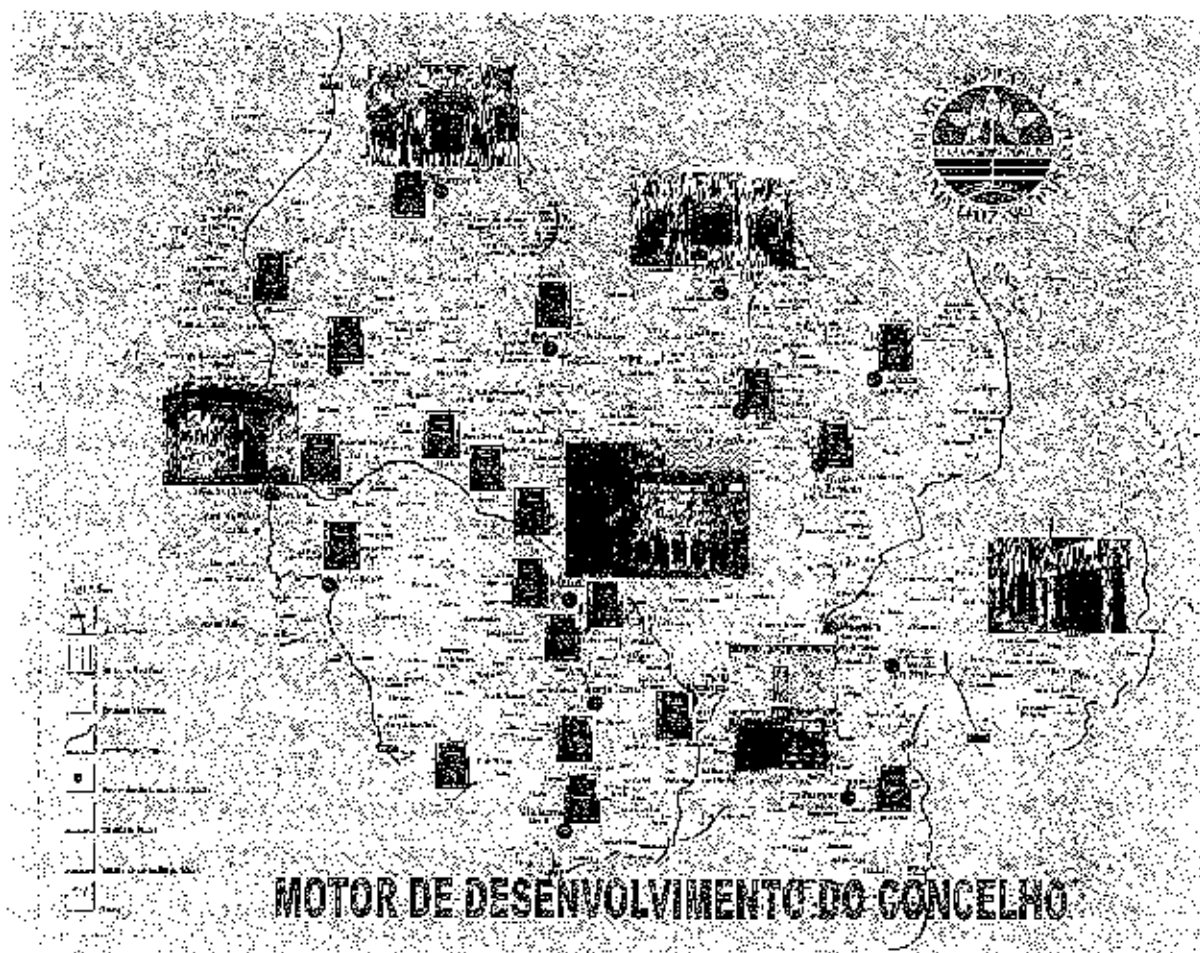


A área de ação e rede comercial da nossa Caixa de Crédito, atuando em 6 agências, acrescida de um serviço de prospeção comercial direto e com 27 máquinas ATM instaladas à data de 31 de Dezembro de 2017, circunscreve todo o concelho, permitindo-nos deste modo a afirmação de sermos "o Banco do Concelho".

Esta CCAM, que no seu papel de cooperativa, sempre apoiou o desenvolvimento agrícola, até pela sua inserção num concelho com raízes fortemente agrícolas, encontrando-se atenta ao crescimento e sustentabilidade de um sector económico indispensável para a recuperação económica do país.

Para além do sector primário, o nosso concelho apresenta uma grande diversidade de atividades.

2.1 - 60 Anos ao Serviço do Concelho



A Caixa Agrícola de Mafra regozija-se pelo seu 60º aniversário.

Constituída em 4 de abril de 1957, com a intenção de prestar apoio aos agricultores do Concelho, com base em princípios mutualistas e cooperativistas, a CCAM de Mafra tem efetuado um percurso com o sentido de dever cumprido. Para tanto, ao longo das suas seis décadas de existência, tem mantido uma actuação profícua e vantajosa no âmbito da sua atividade.

Salienta-se neste percurso:

- na década de 80 a aprovação do primeiro Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, consagrando às Caixas o estatuto de Instituições Especiais de Crédito, bem como a extinção da tutela administrativa da Caixa Geral de Depósitos, com supervisão direta pelo Banco de Portugal. A CCAM de Mafra passou a exercer a nossa atividade em instalações próprias, mandadas construir de raiz a partir de 1985 e adaptadas ao exercício da atividade bancária;
- na década de 90 a legislação permitiu o alargamento às diversas atividades bancárias;
- em 2003 saímos por vontade própria do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), não batendo com a porta nem quebrando pontes, não deixámos de ser uma Caixa Agrícola, mantendo com as nossas congéneres e Caixa Central uma relação cordial.

Atualmente temos 6 agências instaladas na área geográfica do Concelho (Mafra, Azueira, Encarnação, Póvoa da Galega, Malveira e Ericeira) e 35 funcionários, bem como 27 máquinas ATM, o que nos permite fazer a cobertura integral da área onde desenvolvemos a nossa atividade e garantir a proximidade que nos é peculiar com a comunidade.

Não descuramos a aposta na inovação tecnológica, bem como a formação dos recursos humanos.

Pautamo-nos por uma gestão rigorosa, profissional e transparente, do que resulta a solidez da Instituição, bem como a confiança que nos é merecida pelos nossos associados e clientes.

Cumpre-nos homenagear os Fundadores, Elementos Dirigentes e restantes Órgãos Sociais, Associados, Clientes e Trabalhadores do passado e do presente.

2.2 - Atividade Económica no Concelho de Mafra

O concelho de Mafra mantém uma diversidade de atividades, do que resulta um equilíbrio económico sustentado pelo aumento populacional, essencialmente nas zonas urbanas, com um crescimento na ordem de 7% face aos Censos de 2011, ultrapassando a barreira dos 82.500 residentes. Relevamos a taxa de desemprego do Concelho, na ordem de 5%, que é a mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa.

Nos vários sectores económicos, continuamos a salientar o Terciário "Comércio por grosso e retalho" e "serviços administrativos e de apoio", concretamente o "Turismo", cuja potencialidade abrange todo o concelho, com especial relevo para o Convento/Palácio Nacional de Mafra, incluindo na sua envolvente a Tapada Nacional de Mafra. A par, destaca-se o "surf" em toda a costa oceânica do Concelho (única reserva mundial da Europa), e bem assim a gastronomia.

Não podemos deixar de referenciar a importância do sector Primário, destacando-se a produção da "pera rocha", "morangos", "limão", "vinha", "hortícolas" e de "leite", seguindo-se-lhe o sector Secundário destacando-se a "panificação", já com marca registada; o "vinho", com a recuperação de uma casta única, na freguesia de Cheleiros, a indústria transformadora de carnes e a cerâmica.





A CCAM de Mafra continuará a apoiar os vários sectores, mantendo diversas parcerias e protocolos, nomeadamente com o Grupo de Acção Local (GAL) "A2S – Associação Para o Desenvolvimento Sustentável da Região Sabeia e com o Município de Mafra, neste último caso nos projetos "Mafra Business Factory", "Ericeira Business Factory" e "Mafra reQualifica".

No âmbito dos Protocolos, destaca-se ainda a manutenção das Linhas de Crédito existentes com as Cooperativas do Concelho, em vigor há mais de uma década.

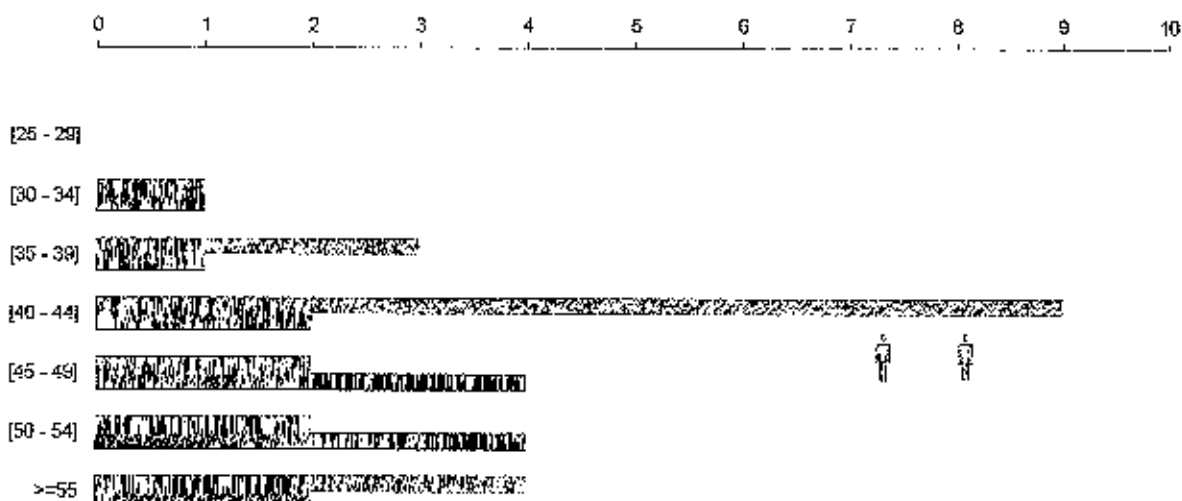
Com estas parcerias, reforçamos a nossa intervenção e posição como parceiro privilegiado no fornecimento de instrumentos financeiros necessários à concretização de projetos globais, nas zonas rurais e centros urbanos.

3 – RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são um dos principais ativos de qualquer instituição, o que se confirma na nossa Caixa de Crédito, por esse facto são alvo de uma permanente atenção ao nível da formação e do desenvolvimento profissional com vista ao bom desempenho. Para tal aposta-se na formação adequada, de modo a constituírem-se equipas técnicas e comerciais bem preparadas, disponíveis, dedicadas e orientadas para o bom funcionamento da Instituição.

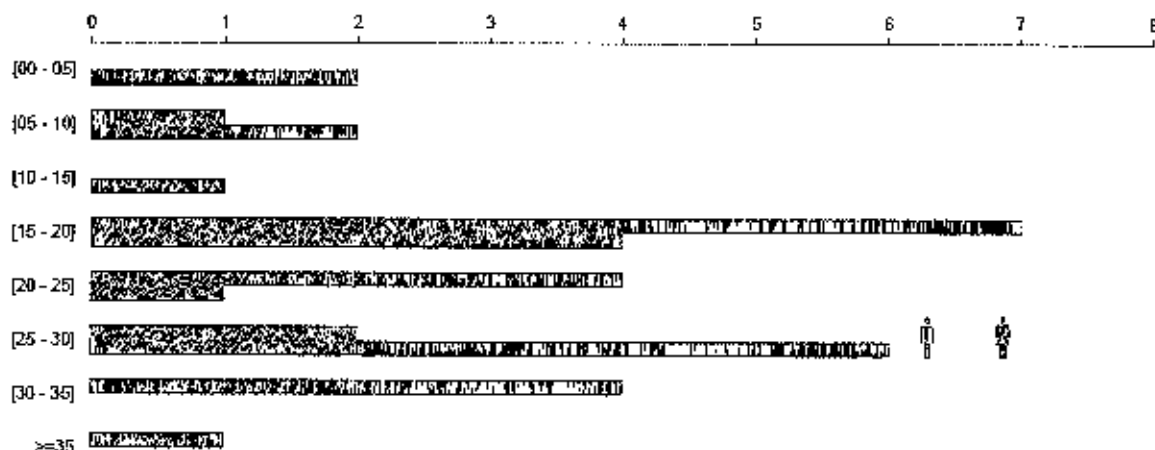
O quadro de pessoal é composto por 35 elementos administrativos, prevalecendo os elementos femininos que representam 60%.

A média etária situa-se nos 46 anos, sendo que é no escalão [40 – 44] onde se encontra o maior número (11) de colaboradores.



Antiguidade

A antiguidade nesta Caixa de Crédito é em média de 21 anos, o que revela uma experiência relevante dos Recursos Humanos, sendo que é no escalão [15 – 20] onde se encontra o maior número de colaboradores.



4 – AÇÃO SOCIAL

Atenta à realidade do Concelho, a CCAM Mafra apoia de forma significativa a comunidade onde está inserida. A instituição tenta permanentemente dar resposta às solicitações de que é alvo, sendo diversa a natureza das entidades e os objetivos dos pedidos de apoio. No entanto, podemos afirmar que o apoio à comunidade se centra em quatro grandes áreas de ação: Idosos, Juventude, Cultura/Ambiente e Coletividades.

De forma resumida, cada área de acção abrange o seguinte tipo de organização:

- Idosos – nesta área são apoiadas, quer por solicitação quer por protocolo, as Misericórdias do concelho (Mafra, Ericeira e Venda do Pinheiro), na vertente dos seus Centros de Dia, e as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários e Associações de Socorros, através de protocolo para o transporte de idosos aos diversos serviços de saúde;
- Juventude – marcadamente, este apoio incide sobre os diversos agrupamentos escolares do concelho, bem como às suas associações de pais e encarregados de educação, e a tipos diversos de organizações tais como agrupamentos de escuteiros, escolas musicais e escalões de formação de clubes desportivos do concelho;
- Cultura/Ambiente – nesta área, são apoiados dois dos espaços mais emblemáticos do concelho, com projecção nacional – o Palácio Nacional de Mafra e a Tapada Nacional de Mafra. Por outro lado, são directamente apoiadas publicações literárias que incidem sobre o património cultural, natural e edificado do concelho e sobre a sua história. De forma mais ocasional, mas com grande impacto, são apoiados alguns projectos de reconstrução e restauro de edifícios marcantes (p.e. capelas e igrejas) e de obras de arte;

- Colectividades – a CCAM Mafra apoia inúmeras colectividades do concelho na persecução dos seus objectivos. Desde grupos corais, bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, clubes desportivos, associações recreativas e culturais, comissões de festas, etc. Dada a sua diversidade e número, é esta a área de acção a que fica adstrito um maior montante global de donativos.

Salientamos que estes donativos podem ser de natureza material ou financeira, em função das solicitações apresentadas, mas sendo na sua esmagadora maioria de natureza financeira.

Consideramos significativo o retorno que a CCAM Mafra devolve à comunidade onde está inserida. A demonstração da importância destes apoios está bem patente na percentagem do resultado líquido que a Instituição destina a esta ação social que, nos últimos dez anos tem rondado os 20%.

Salientamos que neste exercício que marcou o 60º aniversário desta Caixa, foi entendido proceder a um reforço da política de mecenato, considerando tratar-se de apoios essenciais ao bem comum, ajudando a superar algumas necessidades de primeira linha.

Dos projetos apoiados, um dos que relevamos e consideramos ser mais distintivo é o apoio proporcionado à Terceira Idade, através das várias instituições, nomeadamente os Centros de Noite, realidade onde o concelho de Mafra foi pioneiro. Estas ações têm como base o apoio merecido a uma faixa etária que por vezes não vê reconhecido o esforço desenvolvido durante toda a vida ativa, complementando em diversas situações as dificuldades sentidas pelas próprias famílias em proporcionar condições condignas.

Outro projeto que consideramos ser distintivo relativamente aos restantes, e um dos que mais vincadamente pode ser considerado um apoio “com os olhos postos no futuro” é o pagamento integral do salário de uma Técnica em Psicologia que presta apoio à comunidade escolar, mais concretamente na Escola Básica de Mafra (2º e 3º ciclos de escolaridade), coadjuvando e apoiando as crianças e os adolescentes, monitorizando comportamentos e prevenindo o seu agravamento, avaliando e encaminhando o seu percurso escolar e futuro profissional e colaborando no levantamento das necessidades para a implementação de curso de formação e/ou de transição para a vida ativa em caso de sério risco de insucesso ou abandono escolar.

Este projeto é complementado com um programa de estágios profissionais, celebrado essencialmente com as Escolas Secundárias do Concelho e até já com algumas Universidades e Institutos Superiores de referência, com alunos residentes na área de atuação da CCAM de Mafra. Estes estágios têm uma duração média de 3 meses, integrando os jovens na estrutura funcional da instituição, com a possibilidade de

inserção em diversas unidades de estrutura, visando um conhecimento transversal da atividade da IC e uma experiência bastante completa e integrativa, sendo para muitos o primeiro contacto com o mercado de trabalho. Sem qualquer obrigatoriedade, aos estagiários é atribuído um subsídio com um montante igual à remuneração mínima mensal legalmente estabelecida e é privilegiada uma integração direcionada para a área de formação do jovem e que se traduza numa motivação e mais-valia futura na sua carreira profissional.

5 - VISÃO, MISSÃO E VALORES

Visão - Instituição financeira cooperativa de âmbito regional, criando valor aos associados, aos clientes e à região.

Missão - Somos o motor de desenvolvimento do concelho, através de relações de proximidade com os associados e clientes, respondendo aos seus projetos financeiros, de acordo com os princípios que nos norteiam.

Valores

- solidez;
- confiança;
- honestidade;
- responsabilidade;
- rigor;
- transparência e profissionalismo.



6 – ESTUDO EFETUADO PARA AS CCAM NÃO INTEGRANTES DO SICAM

Numa conjuntura que se revela desafiadora para o sector bancário e com algumas incertezas no que concerne ao futuro do Crédito Agrícola em Portugal, acrescendo o facto de a CCAM de Mafra ser uma das Caixas não integrantes do SICAM (juntamente com as congéneres do Bombarral, Chamusca, Leiria e Torres Vedras), foi entendido pelo conjunto dos Conselhos de Administração, a contratação de um estudo à Business School da Universidade Católica do Porto (CEGEA – Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada), cujos objetivos principais foram a caracterização das CCAM independentes, individualmente e em conjunto, na ótica da performance económica e financeira revelada na fase subsequente à ignição em 2007-2008 da grande crise financeira internacional, à luz de um elenco alargado de indicadores de desempenho, nomeadamente económico-financeiros.

Da análise deste estudo podem retirar-se as seguintes conclusões:

- As CCAM independentes pontuam entre as instituições mais sólidas, eficientes e resilientes do sistema bancário nacional, não obstante a sua (muito) pequena dimensão e a circunstância de a sua atividade se confinar a âmbitos territoriais delimitados nos termos da lei.
- A atividade destas Instituições de crédito agrícola mútuo é inteiramente consentânea com a afirmação de instituições sólidas, robustamente capitalizadas, dotadas de níveis adequados de liquidez, altamente eficientes, operando sob níveis de risco de negócio reduzidos e controlados.
- Estas Instituições apresentam bons desempenhos financeiros, níveis de capitalização muito elevados e eficiência operacional assentes num modelo de negócio tradicional e de baixo moderado em que a fidelidade dos clientes é essencial e deixa transparecer a confiança de que estas CCAM são merecedoras por parte das populações nos meios em que desenvolvem as suas atividades.
- Com base numa ampla bateria de indicadores – abarcando atributos como a dimensão e escala de operação, a estrutura do Balanço, proveitos e custos, a composição do produto bancário, a rentabilidade, a intensidade de exposição a riscos de negócio, a solvabilidade, a eficiência e a produtividade, na última década estas CCAM têm exibido um desempenho económico e financeiro notável, exibindo padrões de resiliência em acentuado contraste com a deterioração da situação patrimonial e de exploração dos principais operadores da banca de retalho.

No que concerne especificamente à CCAM de Mafra, poder-se-á acrescentar, para além das conclusões comuns às cinco Caixas, que é uma Instituição com um elevado nível de resiliência face à envolvente adversa dos últimos anos, tendo registado resultados positivos há mais de três décadas, ano após ano, o que viabilizou a acumulação de uma sólida base de fundos próprios e um elevado rácio de capital regulatório, quase triplicando o nível de capitalização médio no sistema bancário nacional, com um bom desempenho económico-financeiro ao nível da eficiência e produtividade operacional, com uma cobertura integral em toda a zona geográfica do concelho.

7 – GESTÃO DE RISCOS

A unidade de estrutura de Gestão de Risco e Análise do Reporte Prudencial manteve no decurso de 2017 a função de definição de processos que assegurem apropriada compreensão da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à atividade da CCAM de Mafra, de forma a permitir uma implementação adequada da estratégia e do cumprimento dos objetivos delineados pela Instituição, e tendo por base as “best practices” emanadas pelas entidades reguladoras e de supervisão. Este é um processo transversal e integrado na Instituição, agindo preventivamente nas situações que possam colocar em causa a situação financeira da instituição, criando e melhorando controlos e ferramentas eficazes para acompanhar, monitorizar, avaliar e controlar os riscos materialmente mais relevantes.

No seguimento da política de gestão de riscos exigida pelo Banco de Portugal, o exercício de 2017 foi marcado pela transição para as regras contabilísticas em NIC’s, sendo que a continuidade dos reportes ao órgão de supervisão tornou-se mais exigente e com novos tipos de envios.

Este órgão colaborou com a da elaboração dos seguintes relatórios/normativos:

Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno – A existência de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz assume uma importância fulcral na estabilidade e segurança das Instituições e consequentemente do próprio sistema financeiro, garantindo um efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que as Instituições se encontram sujeitas e uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas. Assim, é elaborado anualmente um Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno vigente na Instituição.

Relatório de ICAAP – O cálculo do ICAAP (*Internal Capital Adequacy Assessment Process*), constitui não apenas uma obrigação regulamentar, mas também um importante instrumento de gestão de risco que permite avaliar e determinar o nível de capital interno subjacente ao perfil de risco a que se encontra exposta a instituição.

Relatório da Disciplina de Mercado – Este relatório anual de divulgação pública de informação, é obrigatório e de possibilidade de consulta *online* no sítio da internet. Apresenta um detalhe exaustivo sobre a solvabilidade da instituição, assim como das suas políticas e práticas de gestão, de acordo com o Regulamento (EU) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013.

Relatório de Branqueamento de Capitais – Em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, procura-se minimizar eficazmente possíveis ocorrências, bem como os impactos que delas podem advir. O modelo de gestão de risco implementado na CCAM de Mafra nesta matéria assenta primordialmente no conhecimento dos seus clientes (*Know Your Customer*), fundamentado na relação de proximidade que a caracteriza e que se traduz numa expectativa sobre o seu comportamento

futuro, tendo em consideração o tipo de cliente e a relação de negócio existente, pelo que desvios ao perfil conhecido do cliente são encarados como fatores de risco. Nesta matéria destaca-se a publicação de nova legislação (Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto), resultante da transposição de uma Diretiva da União Europeia e que reforça os deveres das Instituições de Crédito na prevenção deste tipo de crime.

Relatório sobre Stress Tests – Embora se mantenha a obrigatoriedade de realização de *Stress Tests* de acordo com a Instrução n.º 4/2011, que divulga as orientações para a realização de análises de sensibilidade, o Banco de Portugal isentou esta CCAM através da Carta Circular n.º CC/2017/00000900-G de 03/02/2017. Não obstante esta não desvincula a CCAM de Mafra dos demais deveres a que estão sujeitas relativamente ao desenvolvimento de testes de esforço como ferramenta essencial de gestão de risco e planeamento de capital, verifica-se que os níveis de solvabilidade e liquidez são adequados, e que a instituição tem capacidade para absorver o impacto de acontecimentos adversos.

Relatório sobre Imparidade da Carteira de Crédito - O relatório sobre a imparidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra tem por objetivo a obtenção de um grau de segurança aceitável de que as metodologias de cálculo de imparidade implementadas permitem uma avaliação do risco associado à carteira de crédito e uma quantificação das respetivas perdas incorridas, conforme previsto na Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal. Nesta matéria é também relevante a Carta-Circular n.º 2/14/DSPDR que procede à sistematização e divulgação dos critérios de referência, bem como dos princípios que suportam a avaliação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal que utilizam metodologias de cálculo de imparidade, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" (IAS 39), para avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas. Importa relevar que o exercício de 2017 foi marcado pela reestruturação do modelo de cálculo de imparidade face à adoção da IAS 39 e que o exercício de 2018 trará a transição para a IFRS9, o que se traduz num enorme esforço de adaptação para a Instituição.

Plano de Recuperação – O Plano de Recuperação, de acordo com o definido no Aviso n.º 3/2015 do Banco de Portugal, visa identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas em cenários de desequilíbrios de Capital e/ou Liquidez, de forma a garantir que as Instituições de Crédito estão em condições de reagir de forma mais célere, mas também mais estruturada, em situações de dificuldades financeiras. A CCAM de Mafra foi considerada pelo Banco de Portugal uma Instituição com obrigações de reporte simplificadas nesta matéria (efetuado a cada 2 anos).

Na sequência da elaboração destes relatórios, e com base no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) implementado, temos plena consciência que os riscos são fatores inerentes à atividade, pelo que continuamos atentos e desportos, atuando com rigor, profissionalismo, disponibilidade e dinamismo, de forma a garantir aos nossos associados e clientes a segurança dos valores que nos confiam.

Assim, os riscos materialmente relevantes para a instituição, são os que passamos a descrever:

RISCO DE CRÉDITO

Este risco corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

O Risco de crédito, pela relevância material de que se reveste, é o principal risco subjacente à atividade Bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A estratégia da CCAM de Mafra fundamenta-se no acompanhamento da sua carteira de clientes, atendendo à limitação geográfica associada ao seu objeto social. As principais linhas de negócio encontram-se relacionadas com o desenvolvimento do mundo rural, com créditos aos agricultores incluindo o seu bem-estar social, o crédito à habitação, créditos a PME e créditos de natureza individual, utilizando-se para o efeito os produtos disponíveis no mercado. O controlo das operações fundamenta-se num detalhado conhecimento das mesmas por parte do Conselho de Administração da CCAM de Mafra.

Sendo o risco de crédito um dos materialmente mais relevantes na atividade da CCAM de Mafra, e um dos que consome mais capital interno, encontra-se devidamente implementada uma política de concessão de crédito assente em critérios conservadores e rigorosos.

Algumas das principais técnicas utilizadas na mitigação do risco de crédito são as Garantias Reais (cauções-depósitos em numerário efetuados junto da Instituição, hipotecas de bens imóveis), reforço da taxa de provisionamento do Crédito Vencido e a diversificação setorial da carteira de Crédito.

RISCO DE MERCADO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias.

O controlo dos riscos de mercados enquadra-se no âmbito do exercício da atividade da Instituição e do cumprimento das regras e exigências aplicáveis.

Este risco resulta da conjugação de vários riscos, incluindo o risco de crédito, de taxa de juro, de liquidez, operacional e de "compliance", aos quais acrescem os impactos provocados pelas oscilações das variáveis macroeconómicas e o comportamento da concorrência.

Acompanhamos a evolução destes fatores de uma forma periódica, tempestiva e adequada à definição das suas políticas, procurando minimizar os riscos de mercado, nomeadamente, no mercado específico onde atuamos e de onde provêm a maioria dos clientes que servimos, quer ao nível do crédito, quer ao nível da

captação de recursos. Acompanhamos e avaliamos as tendências de mercado, mantendo, contudo, uma política própria, adequada ao mercado, à nossa estrutura e aos meios de que dispomos.

RISCO DE TAXA DE JURO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

Em concreto, a CCAM de Mafra pretende identificar e analisar atempadamente os impactos que a taxa de juro pode vir a sofrer no caso de um choque *standard*, medindo e controlando os riscos a que a Instituição está ou poderá vir a estar exposta, e em conformidade, afetar recursos e capital interno para a cobertura adequada desses riscos.

RISCO DE ESTRATÉGIA

Este risco encontra-se inerente aos demais tipos de risco, p.e. risco mercado, taxa de juro, de crédito, e em linha de conta com os objetivos delineados pelo Conselho de Administração para a CCAM de Mafra e, para tal, os objetivos da Instituição passam pelo cumprimento integral do que é proposto, tendo como base as regras/normas existentes.

A CCAM de Mafra assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e proximidade do cliente.

A atividade da Instituição encontra-se essencialmente assente na intermediação financeira através da captação de recursos dos associados e clientes e posterior aplicação dos mesmos, complementada através da comercialização de seguros e de fundos. Estas operações são efetuadas através da CA Seguros, CA Vida e Caixa Central, assumindo a CCAM de Mafra um papel de intermediário nas mesmas.

O crescimento sustentado da atividade é acompanhado por políticas de reforço continuado, com enfoque nos níveis de eficiência da Instituição e pela manutenção de uma rigorosa disciplina de capital.

A mitigação deste risco é efetuada através dos seguintes procedimentos:

- Clarificação das competências de cada funcionário;
- O cumprimento das normas internas;
- Utilização do conhecimento profundo do meio em que é desenvolvida a atividade/operações;
- A Formação profissional e Auto Formação.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO

A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma instituição de crédito se encontra sujeita. Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade.

O risco de concentração é um dos tipos de risco a que a CCAM de Mafra se encontra exposta, nomeadamente em três vertentes:

Geográfica - Decorrente do RJCAM, o âmbito de ação da CCAM de Mafra encontra-se limitado geograficamente, pelo que o risco de concentração (vertente zona geográfica) assume alguma relevância na determinação do risco total.

Sectorial - Esta vertente do risco de concentração consiste na exposição significativa a grupos de contrapartes de um determinado sector de atividade.

O risco de concentração por sector de atividade é desde logo limitado pelas disposições constantes no RJCAM, uma vez que estas restringem o limite de concessão para operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27º (fins não agrícolas) estabelecendo o limite de 35% do valor do respetivo ativo líquido, pelo que, fora dos fins agrícolas, a CCAM de Mafra encontra-se limitada na atividade de concessão de crédito.

Grandes riscos - Entende-se por "grupo de clientes ligados entre si" duas ou mais pessoas singulares ou coletivas que constituam uma única entidade do ponto de vista do risco assumido, por estarem de tal forma ligadas que, na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, a outra ou todas as outras terão, provavelmente, dificuldades em cumprir as suas obrigações.

O Limite de exposições a riscos, perante um cliente ou grupo de clientes ligados entre si não pode ser superior a 25% dos fundos próprios, assim como, o limite de exposições perante Instituições não pode exceder o estipulado no Aviso nº 9/2014 do Banco de Portugal.

RISCO OPERACIONAL

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas. O Risco Operacional é gerido no âmbito do desenvolvimento regular da atividade, quer através da definição de normas, procedimentos, segregação de funções, delegação de competências, quer dos respetivos controlos operacionais implementados.

7 – INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃO SOCIAIS

A política de remunerações que vigorou durante o exercício de 2017 resulta da reunião da Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015 a ser observada durante o mandato de 2016/2018, onde consta a composição das remunerações dos órgãos de Administração e de Fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

Relativamente aos deveres de informação quantitativa descritas no art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, sobre a Política de Remunerações, o quadro anexo representa os valores discriminados, dos órgãos de Administração e Fiscalização, no seu montante bruto anual das remunerações auferidas.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2016/2017

	Rendimento Bruto Anual	
	2017	2016
Conselho de Administração		
<i><u>Administradores Executivos</u></i>		
Presidente	€ 90 451,05	€ 94 361,05
Vice- Presidente	€ 149 632,63	€ 148 418,83
<i><u>Administrador Não Executivo</u></i>		
Vice- Presidente	€ 46 492,92	€ 45 961,58
Conselho Fiscal		
Presidente	€ 12 348,77	€ 14 704,80
Secretário	€ 2 717,37	€ 3 294,94
Vogal	€ 2 717,37	€ 2 995,40

A remuneração do Conselho fiscal, tendo em atenção a natureza da função deste órgão, consiste numa contrapartida de montante fixo por presença, sem quaisquer acréscimos ou outras prestações.

Não existem remunerações variáveis com base em eventuais lucros da CCAM de Mafra.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisão de contas, e no ano de 2017 foram pagos os montantes descritos na Nota 38, do anexo às Demonstrações Financeiras.

O montante da remuneração variável devida, resulta do desempenho individual dos colaboradores, é de € 66.000, e será distribuída pelos colaboradores em 2018, tendo em conta o seu desempenho durante o ano de 2017.

Não se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.



8 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS E COLABORADORES

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do art. 16.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal, é prestada a seguinte informação:

- Os colaboradores entendidos de acordo com o art. 2.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal, auferem de uma remuneração fixa paga 14 vezes por ano, de acordo com as condições dispostas no ACTV do Crédito Agrícola;
- De acordo com as funções em que o nível de responsabilidade e exigência de disponibilidade assim o justifique é atribuída uma hora de isenção de horário de trabalho;
- Atendendo ao disposto no n.º 3 do art. 17.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal, são três os colaboradores abrangidos pelo art. 13.º, isto é, que desempenham funções de controlo previstas no Aviso n.º 5/2008 do Banco de Portugal, que auferiram a remuneração global bruta de € 153.982,74.
- As remunerações totais dos restantes 32 colaboradores durante o exercício de 2017, foram de €979.692,10.

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO RELATIVA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO E DEMAIS DIRIGENTES DA CAIXA DE CREDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA CRL

O número 4 do artigo 115.º-C do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras impõe que o Conselho de Administração submeta anualmente à aprovação da Assembleia Geral a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização.

Por sua vez a Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, prevê que anualmente o órgão de administração das entidades de interesse público, como é o caso da nossa Caixa, submeta à aprovação da assembleia geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização.

Nos termos da lei e dos estatutos, a remuneração dos titulares dos órgãos sociais da Caixa só pode ser deliberada pela assembleia geral, não sendo exequível nem apropriada a existência de uma comissão de remunerações face à pequena dimensão, à natureza cooperativa e à pouca complexidade da atividade da instituição.

Não é aplicável à Caixa o disposto no artigo 7º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, porquanto não reúne nenhum dos critérios do seu nº1.

Assim, a política de remuneração, quanto aos órgãos de administração e fiscalização, é aprovada exclusivamente pela Assembleia Geral, e a dos restantes colaboradores é aprovada exclusivamente pelo Conselho de Administração.

Sem prejuízo do disposto no artigo 14º do Aviso nº 10/2011, cabe exclusivamente à assembleia geral a aprovação e avaliação da política de remuneração dos seus órgãos sociais.

No caso da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL, a remuneração dos membros dos órgãos sociais da Caixa, incluindo a dos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização, foi fixada na reunião da Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015 a ser observada durante o mandato de 2016/2018, não se prevendo qualquer indemnização em caso de destituição por justa causa nem benefícios discricionários de pensão.

Face à pequena dimensão, natureza cooperativa e pouca complexidade da instituição, não é exequível nem apropriado que os colaboradores a que se refere o nº 2 do artigo 1º do Aviso nº 10/2011 recebam qualquer remuneração adicional (fixa ou variável) além da que recebem como colaboradores da Caixa.

Nenhum titular dos órgãos de administração e de fiscalização da Caixa recebe remuneração variável.

Quanto ao Revisor Oficial de Contas a sua remuneração é a fixada no contrato de acordo com as práticas de mercado.

Nos termos e para os efeitos do número 1 do artigo 16º do Aviso nº 10/2011, declara-se que:

- a) A política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização é definida pela Assembleia Geral, sem a intervenção de quaisquer consultores externos, cabendo à mesma revê-la periodicamente, pelo menos uma vez por ano, em sede da sua aprovação nos termos do nº 4 do artigo 115º-C do RGICSF.
- b) Não é contemplada a atribuição de qualquer remuneração variável.
- c) Dada a natureza e dimensão da Caixa, a inexistência de remuneração variável, o valor das remunerações pagas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e o facto de não ser uma sociedade anónima lhe ser impossível pagar qualquer remuneração sobre a forma de acções ou instrumentos financeiros nos termos do nº 3º do artigo 115º-E do RGICSF, não é diferido o pagamento de qualquer parte da remuneração.



- d) A política de remuneração é propícia ao alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração, com os interesses a longo prazo da Caixa e igualmente consentânea com o

desincentivo de uma assunção excessiva de riscos, na medida em que preconiza a atribuição de uma remuneração de valor moderado compatível com as tradições e com a natureza específica desta Caixa e das Caixas Agrícolas em geral.

- e) Atenta a natureza cooperativa da Caixa, o desempenho dos titulares dos órgãos de administração e de fiscalização é, em primeira linha, avaliado pelos associados em sede de Assembleia Geral, *maxime* em sede de eleições para os órgãos sociais, não podendo estes manter-se em funções contra a vontade dos associados, refletindo tal avaliação não só o desempenho económico da Caixa, mas também outros critérios diretamente relacionados com a referida natureza cooperativa, incluído a qualidade da relação estabelecida entre a administração e os associados e da informação prestada a estes sobre o andamento dos negócios sociais.

Mais se declara nos termos do nº 2 do artigo 16º do Aviso nº 10/2011:

- a) Uma vez que a remuneração dos administradores não inclui uma componente variável são inaplicáveis as alíneas b), c) d), e) f) g) h) e i) do nº do artigo 16º do Aviso nº 10/2011.
- b) No exercício de 2017 não foram pagas nem se mostram devidas compensações a membros do Conselho de Administração devido à cessação das suas funções.
- c) A Caixa não celebrou com os membros do Conselho de Administração qualquer contrato que lhes confira direito a compensações ou indemnizações em caso de destituição, incluindo pagamentos relacionados com a duração de um período de pré-aviso ou cláusula de não concorrência, pelo que o direito a tais compensações ou indemnizações se rege exclusivamente pelas normas legais aplicáveis, sendo desnecessários os instrumentos jurídicos a que alude o artigo 10º do Aviso nº 10/2011. Também não vigora na Caixa qualquer regime especial relativo a pagamentos relacionados com a cessação antecipada de funções, pelo que é igualmente inaplicável o nº 11 do artigo 115º-E do RGICSF.
- d) A Caixa não se encontra em relação de grupo com qualquer sociedade pelo que os membros do Conselho de Administração não auferiram, nem poderiam auferir, qualquer remuneração paga por sociedades em relação de domínio ou de grupo.

- e) Não vigoram na Caixa quaisquer regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada.
- f) Não existem outros benefícios não pecuniários que possam ser considerados como remuneração.
- g) Os membros do Conselho de Administração não utilizam qualquer seguro de remuneração ou responsabilidade, ou qualquer outro mecanismo de cobertura de risco tendente a atenuar os efeitos de alinhamento pelo risco inerente às suas modalidades de remuneração.

Mafra, 1 de Março 2018

O Conselho de Administração,

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge



RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REMUNERAÇÃO NA CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA

Introdução

A política de remunerações da Caixa de Crédito Agrícola de Mútuos Mafra (adiante designada por Caixa ou CCAM de Mafra), segue o disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal, tendo sido aprovada em Assembleia Geral, na data de 11 de dezembro de 2015, a Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM de Mafra.

O presente relatório enquadra-se nas obrigações legais e regulamentares previstas no n.º 6 do artigo 115.º - C do RGCISSF que dita a necessidade de anualmente submeter a política de remunerações a uma análise interna e independente.

Responsabilidades

Nesse sentido, em concordância com as disposições legais, por ausência de uma Comissão de Remunerações (nos termos do disposto no n.º 6 do referido artigo 115.º - C do RGCISSF) e na sequência de solicitação do Conselho de Administração, procedeu o Conselho Fiscal à análise interna da política de remuneração, tendo como objetivo a verificação do cumprimento das políticas e procedimentos da remuneração adotados.

Âmbito

A análise efetuada, com referência ao exercício de 2017, pressupõe a avaliação da Política de Remunerações e a sua implementação, em especial sobre o respetivo efeito na gestão do risco de capital e de liquidez da Caixa. Esta análise tem por base a Declaração sobre Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes aprovada em Assembleia Geral, para o ano de 2017.

O processo de avaliação da Política de Remunerações considerou, numa primeira abordagem, a análise da Declaração sobre Política de Remuneração aprovada em Assembleia Geral, no sentido de identificar se a mesma inclui informação que sustente de forma suficiente e adequada a correspondente proposta, tendo em consideração, designadamente, os objetivos, a estrutura e dimensão da Caixa, a natureza das funções, bem como as práticas do mercado.

No contexto da aplicação da Política de Remunerações foram efetuados procedimentos de análise sobre o processo de aprovação, processamento e registo contabilístico das remunerações dos Órgãos Sociais e demais Dirigentes, com vista a verificação do cumprimento da respetiva política de remuneração e a identificação de eventuais desvios e respetiva justificação.

Conclusões

A política de remuneração aprovada e em vigor no período a que se reporta este relatório não é suscetível de induzir distorções ao nível dos diferentes tipos de risco e considera-se adequada à prossecução dos objetivos relacionados com a boa gestão de riscos.

A estrutura de remunerações não incentiva a assunção excessiva e imprudente de riscos e é compatível com os interesses a longo prazo da Caixa, revelando-se consentânea com a gestão segura e prudente.

Não se observam deficiências estruturais e/ou organizacionais que se possam traduzir risco para a Caixa, quer ao nível financeiro, quer no âmbito das normas, legislação e regulamentação em vigor.

Face ao exposto, e atendendo ao princípio da proporcionalidade, a Política de Remuneração mostra-se adequada à dimensão, ao âmbito da atividade da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, bem como à natureza e aos riscos do negócio da Caixa.

Mafra, 9 de março de 2018

O Conselho Fiscal

Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

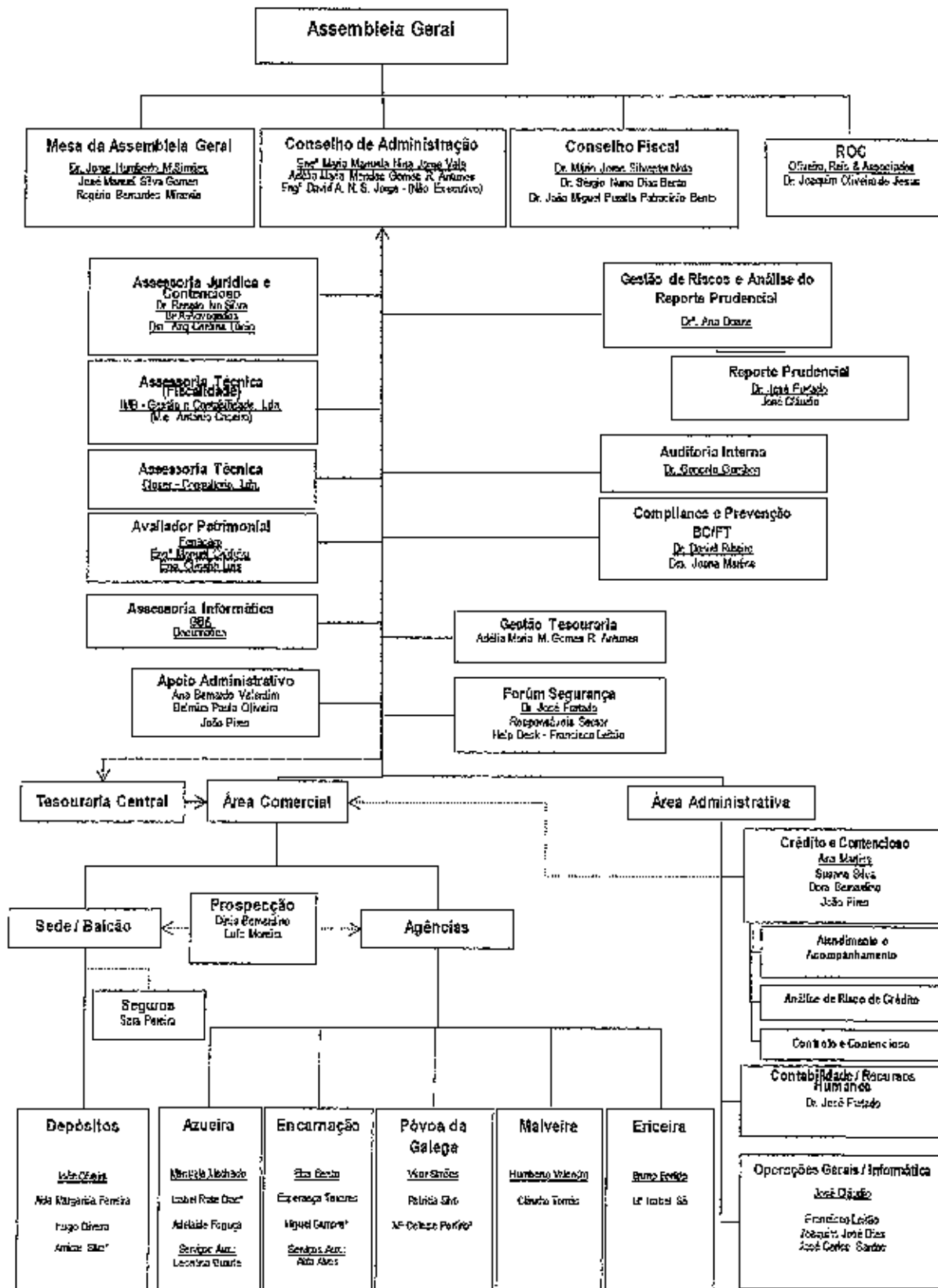
Dr. Sérgio Nuno Dias Bento – Secretário

Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento – Vogal



9 – ORGANOGRAMA DA CCA^M DE MAFRA

ORGANOGRAMA

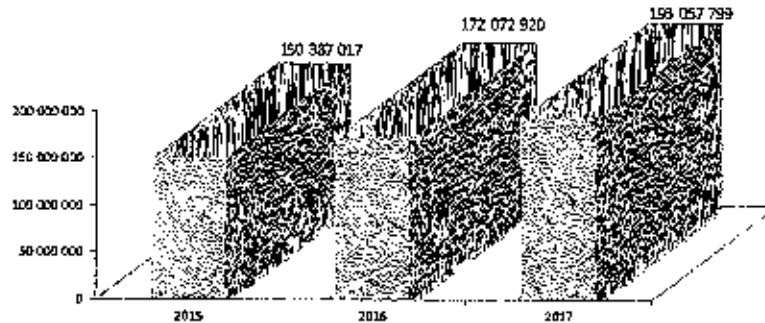


* Elemento com funções rotativas, podendo em qualquer momento ser transferido(a) para qualquer outra localização dentro dos Postos (bracket para efeitos de referência na cláusula 3ª do ACTV da CCA^M).

ANÁLISE DE GESTÃO

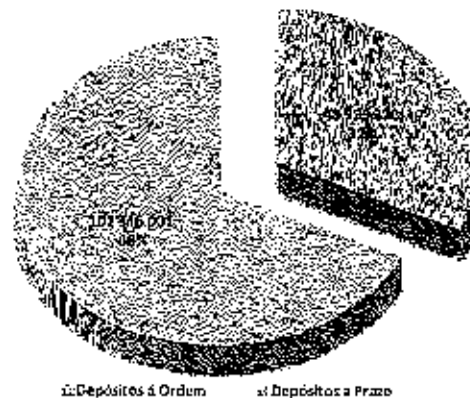
ATIVO LÍQUIDO

O ativo líquido da CCAM de Mafra é em 31 de Dezembro de 2017 de € 193.057.799, sendo que em 31 de Dezembro de 2016 era de € 172.072.920, verificando-se um aumento de 12,2% face ao exercício anterior.

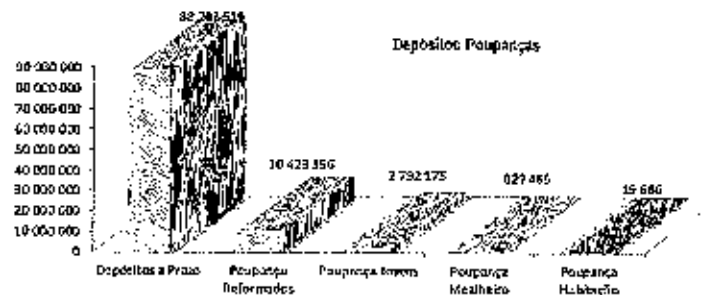


RECURSOS ALHEIOS

No ano de 2017 atingimos junto dos nossos clientes o montante de captações de € 150.945.221, observando-se um aumento de 8,79% face ao ano anterior. Nos Depósitos à Ordem ocorreu um aumento de 23,27% e nos Depósitos a Prazo de 3,04%.



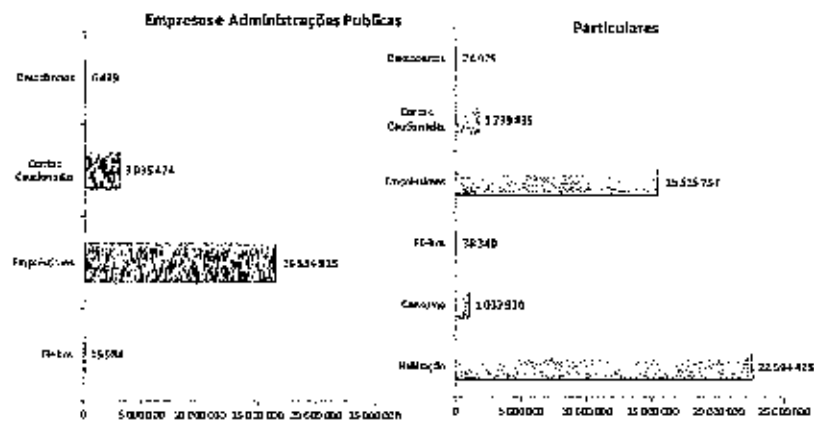
O montante de € 48.599.220 é referente aos Depósitos à Ordem e o montante de € 102.346.001 referente aos Depósitos a Prazo e a Depósitos de Poupanças, sendo que estes se decompõem da seguinte forma:



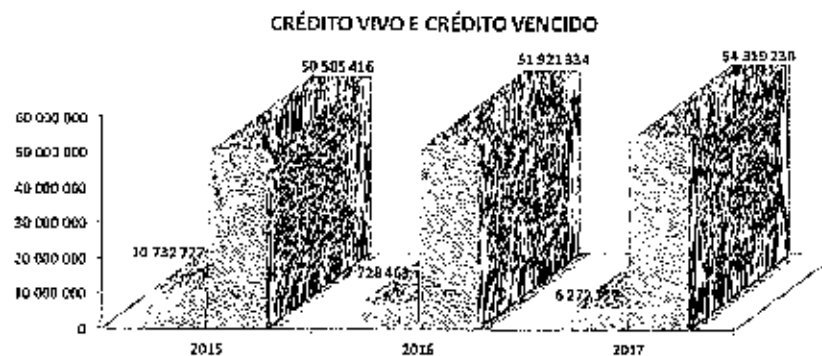


CRÉDITO CONCEDIDO

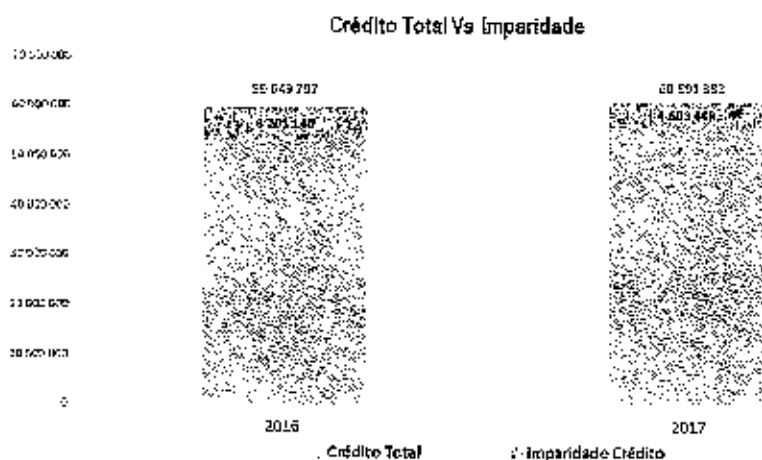
O Crédito Total sobre Clientes em 31 de Dezembro de 2017 cifra-se em € 60.591.382, tendo-se verificado um aumento de € 941.585, que se traduz num crescimento de 1,58% face ao ano anterior.



O Crédito Vencido decresceu face a 2016 em 18,84%, e o crédito vivo aumentou face a 2016 em 4,62%.

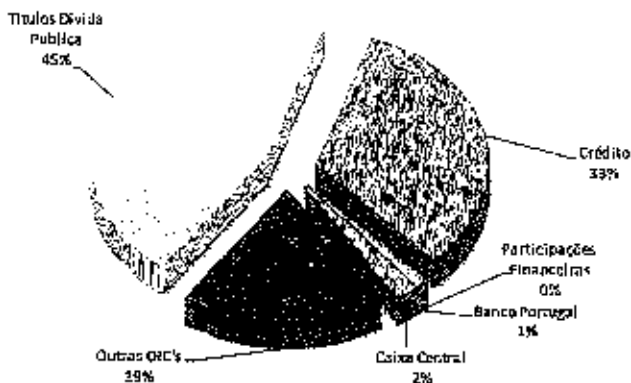


O valor das imparidades para crédito total para 2017 é de € 4.603.449, de acordo com o estipulado na carta circular n.º 2/2014 do Banco de Portugal, tendo tido um decréscimo 25,76% face a 2016.



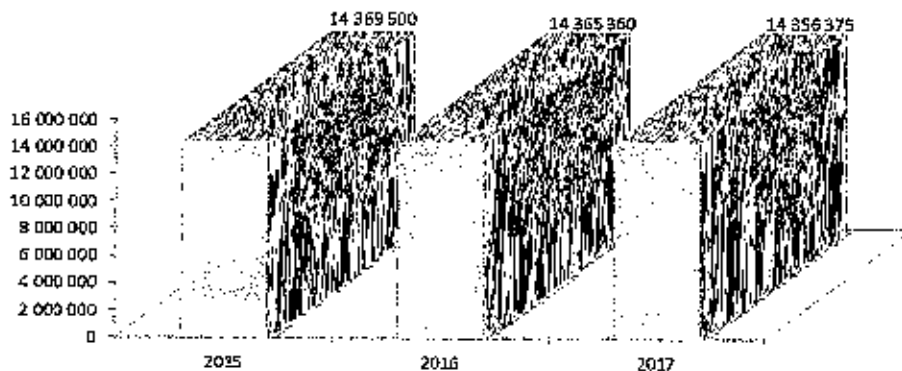
APLICAÇÕES

As Aplicações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra no ano de 2017 atingiram o montante de € 184.930.824.



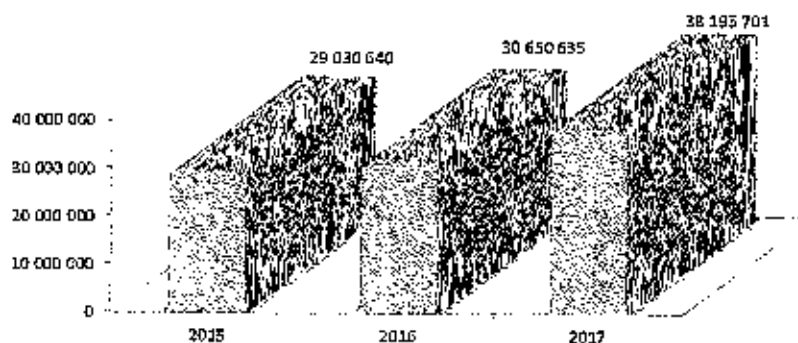
CAPITAL SUBSCRITO

O Capital subscrito da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2017, atingiu o montante de € 14.356.375.



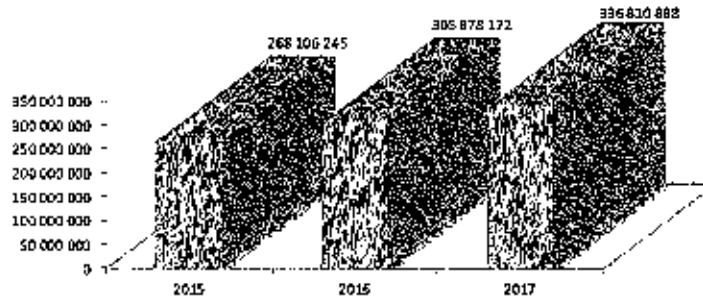
CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra apresenta um montante em 31 de Dezembro de 2017 de € 38.195.701, tendo-se verificado um aumento de € 7.545.066 face a Dezembro de 2016. Este aumento deve-se ao montante do Resultado do Exercício, e o aumento das reservas de reavaliação do justo valor.



VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Maфра atingiu em 2017 o montante de € 336.810.888, representando um decréscimo de 18,11% face a 2016 de conforme detalhe no quadro seguinte.

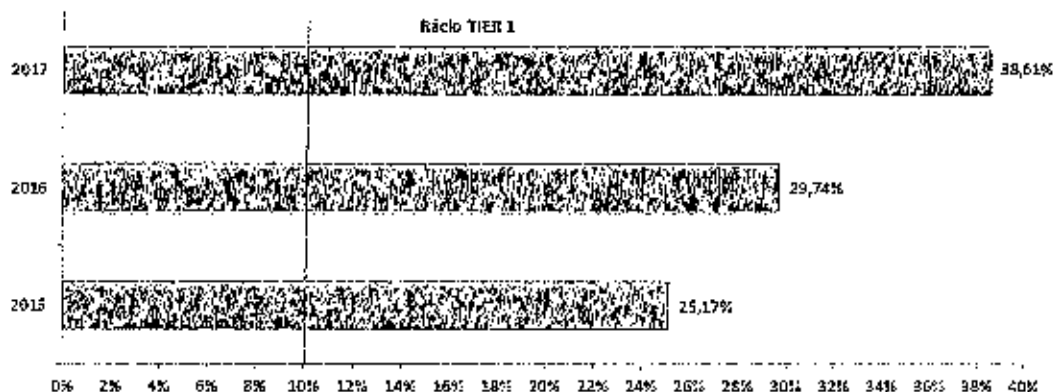


Variações do Volume de Negócios

	2017-2016	2016-2015	2017-2015
Ativos despendidos em Títulos Emitidos/Públicos	21.393.871	18.394.579	7.309.493
Recursos do Cliente	15.920.837	16.965.859	9.100.006
Créditos Vagos	2.393.923	1.337.530	-4.290.094
Créditos Vencidos	-1.456.311	-3.004.264	2.487.345
Depósitos de Cliente	-3.611.334	3.628.904	-3.749.068
Ativos disponíveis para Venda	-3.708.670	449.319	-747.177
Total	30.932.716	37.771.926	10.106.376

SITUAÇÃO FINANCEIRA

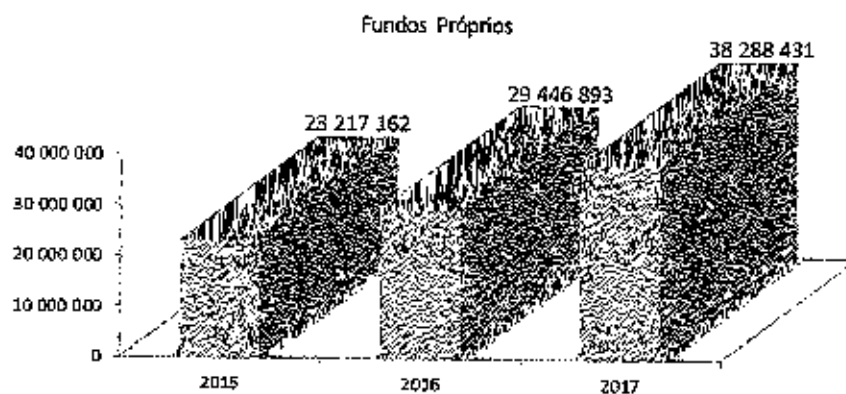
	2017	2016	2015
Fundos Próprios de Base	38.288.431	29.446.893	23.217.162
Rácio TIER 1	38,61%	29,74%	25,17%



O aumento no Rácio Core Tier 1 resulta em grande medida do efeito do Resultado do Exercício. Salienta-se ainda a aplicação das disposições transitórias previstas no Aviso nº 6/2013 do BdP, que determinou uma alteração no seu cálculo face aos anos anteriores, permitindo a aplicação faseada dos requisitos prudenciais instituídos pelo Regulamento EU nº 575/2013.

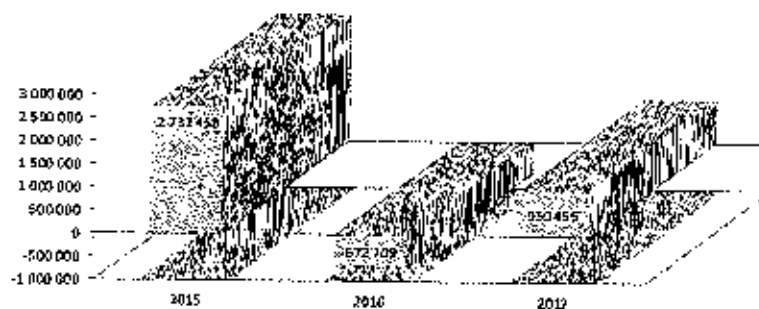
FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2017, atingiram o montante de € 38.288.431 tendo aumentado € 8.841.538 face a 2016.



CASH FLOW

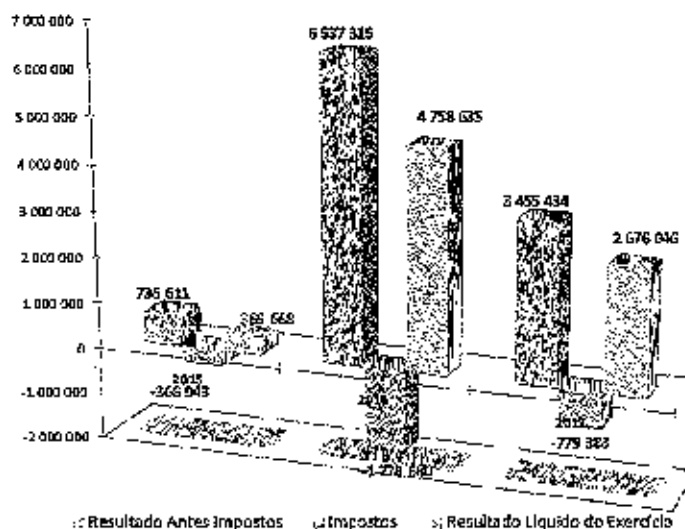
O "cash flow" cifrou-se em 31 de Dezembro de 2017 no montante de € 950.455.



Cash Flow			
Resultado Líquido	2 676 046	4 758 635	369 668
Amortizações Exercício	421 501	379 435	374 537
Variações Provisões	-2 147 092	-5 810 779	1 988 253
	950 455	-672 709	2 732 458

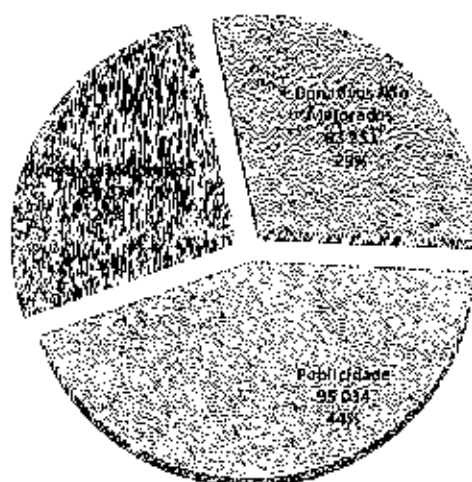
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do exercício atingiu € 2.676.046. Este Resultado é proveniente do Resultado antes de Imposto no montante de € 3.455.434, deduzido do montante € 779.388 referente a impostos, sendo € 568.689 correspondente ao IRC de 2017 e € 59.721 correspondente à Derrama e Derrama Estadual e o montante dos impostos diferidos é de € 150.977.



DONATIVOS / AÇÃO SOCIAL / PUBLICIDADE

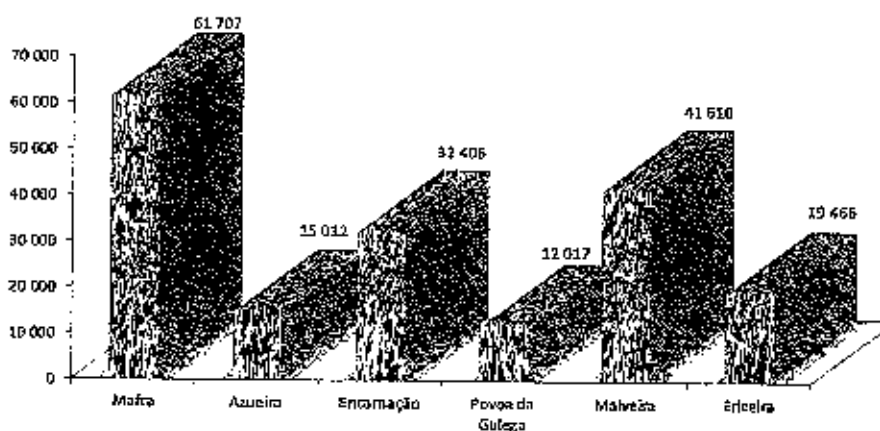
Em 2017, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra despendeu a título de donativos e publicidade a quantia de € 217.359, sendo que € 59.074 foram donativos majorados para efeitos fiscais. O seu leque de atuação centra-se no apoio às crianças e jovens sobretudo em material didático e nos lares de apoio aos idosos.



INTERMEDIÇÃO DE SEGUROS

CA SEGUROS

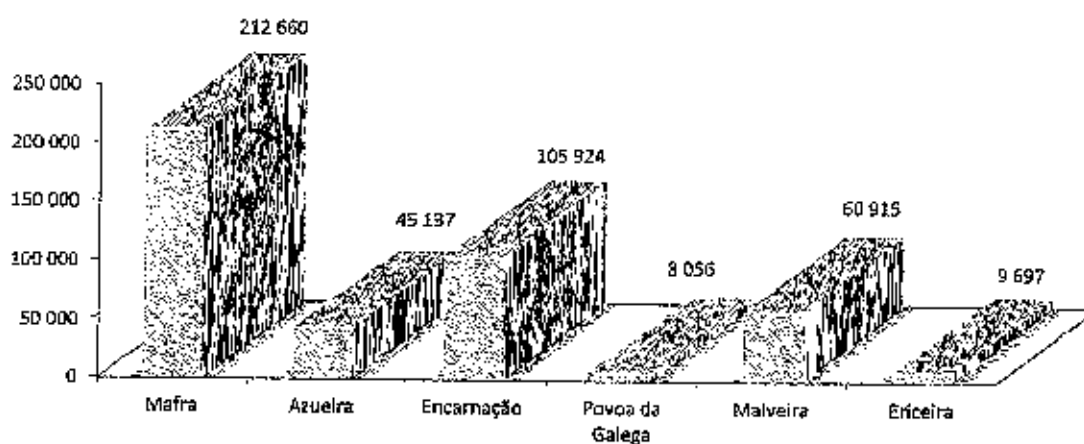
A CCAM de Mafra concretizou 117,50% dos objetivos propostos pela Companhia referentes à produção nova, num montante de € 182.218, conforme gráfico detalhado abaixo, atingindo-se no global, um montante de € 1.149.551 de prémios comerciais.



CA VIDA

Em função das alterações implementadas pela Companhia, nomeadamente no que respeita à redução sistemática da rendibilidade e ainda à não renovação de alguns dos produtos de capitalização, os resultados obtidos ficaram muito aquém dos objetivos que nos propuseram.

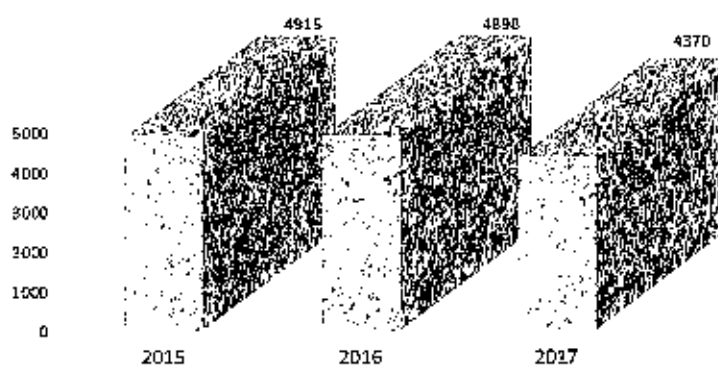
De tal facto resultou um aumento dos recursos em Depósitos a Prazo.



Movimentação / Situação dos sócios – 2017

Sócios Existentes em 31/12/2016	4.898
Sócios Admitidos em 2017	0
Sócios demitidos a seu pedido	- 16
Sócios excluídos ao abrigo artº 14 dos Estatutos	- 3
Sócios falecidos *	- 509
Total Sócios em 31/12/2017	4.370

* - foi efetuada uma atualização à base de dados dos sócios durante o ano de 2017.



INDICADORES

Situação em 31 de Dezembro de 2017

	2017	2016	2015	2014
Ativo Líquido	193 057 799	172 072 920	20 984 879	12,20%
Obrigações e Outros Títulos Rendimento Fixo	83 825 055	65 117 820	18 707 235	28,73%
Recurso de Clientes e Outras OICs	150 945 222	138 751 999	12 193 223	8,79%
Capitais Próprios	38 195 701	30 650 635	7 545 066	21,62%
Aplicações em Instituições de Crédito	37 681 444	34 998 470	2 682 974	7,67%
Créditos a Clientes Líquido de Provisões	55 987 933	53 448 658	2 539 275	4,75%
Participações Financeiras	386 964	376 134	10 830	2,88%

	2017	2016	2015	2014
Margem Financeira	4 756 764,00	4 407 744,00	349 020,00	7,9%
Produto Bancário	5 046 744,00	4 444 060,00	602 684,00	13,6%
Cash Flow *	960 455,00	- 672 709,49	1 623 164,49	241,3%
Resultado Antes Imposto	3 455 434,00	6 537 315,00	- 3 081 981,00	-47,1%
Imposto S/ Lucros				
Correntes	628 411,00	169 435,00	458 976,00	270,9%
Diferidos	150 977,00	1 609 245,00	- 1 458 260,00	-90,6%
Resultado Líquido do Exercício	2 676 046,00	4 758 635,00	- 2 082 589,00	-43,8%

* -Resultado Líquido + Amortizações Exercício + Variação provisões

Cash Flow	2017	2016	2015	2014
Resultado Líquido	2 676 046	4 758 635	- 2 082 589	-43,8%
Amortizações Exercício	421 501	379 435	42 066	11,1%
Variações Imparidades	-2 147 092	-5 810 779	-3 663 687	63,0%
	950 455	-672 709		

	2017	2016	2015	2014
Rácio Tier 1	38,61%	29,74%	8,9%	29,8%
Crédito e Juros Vencidos/ Crédito Total	10,35%	12,98%	-2,6%	-20,1%
Crédito Vivo Líquido de Imparidade / Crédito Total	87,12%	82,39%	4,7%	5,7%
Crédito e Juros Vencidos Líquido de Imparidade / Crédito Total	5,28%	7,22%	-1,9%	-26,8%
Nº Funcionários	35	34		
Nº Agências	6	6		





ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO DA CCAM DE MAFRA

1 - ESTRUTURA DE CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever e realizar integralmente na data de admissão, em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital da CCAM de Mafra corresponde a € 14.356.375, dividido em:

a) Capital por conversão de reservas: € 13.925.465;

b) Capital realizado em dinheiro: € 430.910, este montante encontra-se disperso por 4.370 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM de Mafra.

2 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DOS TÍTULOS DE CAPITAL, TAIS COMO CLAUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE CAPITAL;

Os títulos de capital da CCAM de Mafra só são transmissíveis a outros associados se o Conselho de Administração o autorizar, conforme o descrito no nº 3 do art. 9º dos Estatutos da CCAM de Mafra.

3 - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DA CCAM DE MAFRA;

Não existem participações qualificadas.

4 - IDENTIFICAÇÃO DE DETENTORES DO CAPITAL TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS;

Não existem direitos especiais atribuídos a detentores de títulos de capital.

5 - MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES;

Não existe nenhum mecanismo de controlo, nem um eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital.

6 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PORCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL;

Conforme disposto no art. 27º dos Estatutos da CCAM de Mafra, cada associado dispõe de um voto, qualquer que seja a sua participação no capital social.

7 - ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA CCAM DE MAFRA E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL OU DE DIREITOS DE VOTO;

Não existem acordos parassociais e as restrições em matéria de transmissão de títulos de capital, são as referidas acima.

8 - REGRAS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CCAM

A Administração da CCAM de Mafra é estruturada segundo as modalidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, tendo optado por Conselho de Administração (composto por 3 (Três) elementos) eleito na Assembleia Geral de 11 de Dezembro de 2015.

A alteração dos estatutos da CCAM de Mafra está prevista nos artigos 23º e 24º dos Estatutos desta.

9 - PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral, a composição e as competências do órgão de Administração da CCAM de Mafra são as previstas no CSC para as sociedades anónimas, com as devidas adaptações e considerando ainda o estipulado no RJCAM e nos Estatutos da CCAM de Mafra.

10 - ACORDOS SIGNIFICATIVOS DE QUE A CCAM SEJA PARTE E QUE ENTREM EM VIGOR, SEJAM ALTERADOS OU CESSEM EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO DA CCAM, BEM COMO OS EFEITOS RESPECTIVOS, SALVO SE, PELA SUA NATUREZA, A DIVULGAÇÃO DOS MESMOS FOR SERIAMENTE PREJUDICIAL PARA A CCAM, EXCETO SE A CCAM FOR ESPECIFICAMENTE OBRIGADA A DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES POR FORÇA DE OUTROS IMPERATIVOS LEGAIS:

Não aplicável.

11 - ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU TRABALHADORES QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE PEDIDO DE DEMISSÃO DO TRABALHADOR, DESPÉDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO:

Não aplicável.

12 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA CCAM RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O sistema de Controlo Interno implementado na CCAM de Mafra abrange todas as áreas funcionais da Instituição, baseando-se primordialmente na interação das várias unidades de estrutura, nomeadamente o Conselho de Administração, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Compliance, cujas competências e funções estão devidamente identificadas no Relatório de Controlo Interno que foi remetido ao Banco de Portugal em Junho de 2017, com referência ao período de 1 de Junho de 2016 a 31 de Maio de 2017.

Para a elaboração do referido relatório foram presentes os relatórios de Gestão de Riscos, de Auditoria Interna, de Compliance e de Segurança, os quais são elementos cruciais, associados à divulgação de informação financeira.

O processo de divulgação de informação financeira assenta no respeito pelas exigências da entidade de supervisão (BdP), quer quanto a prazos quer quanto à qualidade da informação financeira. Periodicamente são remetidos os



reportes à entidade de supervisão, no período de encerramento do exercício são preparadas as demonstrações financeiras e os documentos de prestação de contas e disponibilizados nas instalações da CCAM de Mafra e no sítio da Internet.

13- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM SE ENCONTRE SUJEITA POR FORÇA DE DISPOSIÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA;

Não aplicável.

14- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM VOLUNTARIAMENTE SE SUJEITE, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA.

Não aplicável.

15- LOCAL ONDE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS AO PÚBLICO OS TEXTOS DOS CÓDIGOS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AOS QUAIS A CCAM DE MAFRA SE ENCONTRE SUJEITA NOS TERMOS DOS PONTOS ANTERIORES;

Não obstante a CCAM de Mafra não ter acolhido nenhum código de governo das sociedades, respeita, neste contexto, alguns normativos, designadamente:

- Estatutos da CCAM de Mafra, disponíveis nas instalações da CCAM de Mafra;
- Disciplina de Mercado, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra;
- Código de Conduta, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra.

16 - COMPOSIÇÃO E DESCRIÇÃO DO MODO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CCAM, BEM COMO DAS COMISSÕES QUE SEJAM CRIADAS NO SEU SEIO.

Os órgãos sociais da CCAM de Mafra incluem:

- i) o órgão de Administração, o Conselho de Administração (composto por um mínimo de 3 (Três) elementos), reunindo com frequência Bissemanal e emitindo ata correspondente;
- ii) os órgãos de Fiscalização, o Conselho Fiscal (composto por 3 (Três) elementos), reunindo com periodicidade mínima trimestral e com um mínimo de doze reuniões anuais e emite atas correspondentes e o Revisor Oficial de Contas (ROC ou SROC), que efetua os trabalhos conducentes à emissão da Certificação Legal das Contas da CCAM de Mafra.

17 - O RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO NÃO PODE CONTER REMISSÕES, EXCETO PARA O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO.

Não foram feitas quaisquer remissões.

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de € 2.676.046 tenha a seguinte aplicação:

Reserva Legal i)	€	535 209
Resultados Transitados	€	10 609
Reserva Especial Para Reinvestimento	€	50 000
<small>(Decreto-Lei N.º 102/2014, de 31 de Outubro)</small>		
Reserva Alteração NIC - NCA ii)	€	286 196
Reserva Form. E. Cooperativa iii)	€	26 760
Reserva para Mutualismo iv)	€	26 760
Reserva Especial v)	€	1 740 512
TOTAL		2 676 046

i) – conforme art. 33º alínea a) dos Estatutos da CCAM de Mafra e art. 88º do Código Cooperativo;

ii) – conforme art. 4º do Aviso N.º 5/2015 do Banco de Portugal;

iii) – conforme art. 33º alínea d) dos Estatutos da CCAM de Mafra e art. 70º do Código Cooperativo;

iv) – conforme art. 33º alínea b) dos Estatutos da CCAM de Mafra;

v) – conforme art. 33º alínea e) dos Estatutos da CCAM de Mafra.

Após aprovação pela Assembleia Geral da proposta de aplicação do Resultado, os Capitais Próprios da Caixa Agrícola de Mafra passam a apresentar a seguinte situação:

Capital	€	14 356 735
Reserva Legal	€	10 921 289
Reserva de Reavaliação	€	7 314 749
Reserva Especial	€	6 187 492
Reserva Especial Para Reinvestimento	€	479 450
Reserva Alteração NIC - NCA		286 196
Reserva Form. E. Cooperativa	€	30 252
Reserva para Mutualismo	€	30 252
TOTAL		39 606 414



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Continuámos a honrar o compromisso de uma gestão rigorosa, profissional, atenta e cuidada, garantindo em absoluto a segurança dos valores que nos foram confiados.

Mantivemos a aposta na formação e tecnologia, mantendo a dinamização da nossa atividade e do grupo profissional.

Mais uma vez foi demonstrada a credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes, num clima de turbulência que envolve algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional.

Atentos à realidade do concelho, que continua a merecer-nos a atenção devida, exercemos com alguma prodigalidade o Mecenato sociocultural, como já descrito, contudo mantivemos uma análise profícua, de forma a mantermos a abrangência no universo de um aumento significativo de solicitações. Respondemos às mesmas de forma mais rigorosa e seletiva, definindo prioridades.

Aos associados, clientes e a todas as Entidades com que nos relacionámos, prestamos o nosso reconhecimento pela confiança que lhes merecemos, aos Órgãos Sociais desta Instituição agradecemos pela colaboração prestada e aos colaboradores realçamos o empenho e dedicação demonstrados, fatores relevantes para os resultados obtidos.

Manifestamos um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Ferreira Dias, Presidente da Direção e Conselho de Administração desta CCAM por um período superior a três décadas, a quem prestamos a digna homenagem e especial reconhecimento pela participação ativa e de grande relevo e a quem se deve, em grande parte, o crescimento e a credibilidade atingida por esta Instituição, *"reconhecidamente um histórico protagonista do Crédito Agrícola"*, também tendo sido membro integrante de várias entidades do Crédito Agrícola.

Um voto de pesar aos restantes associados e clientes falecidos.

Conscientes de ter honrado os compromissos assumidos, apresenta o Conselho de Administração à Assembleia Geral o presente Relatório e Contas do Exercício de 2017, solicitando a sua aprovação.

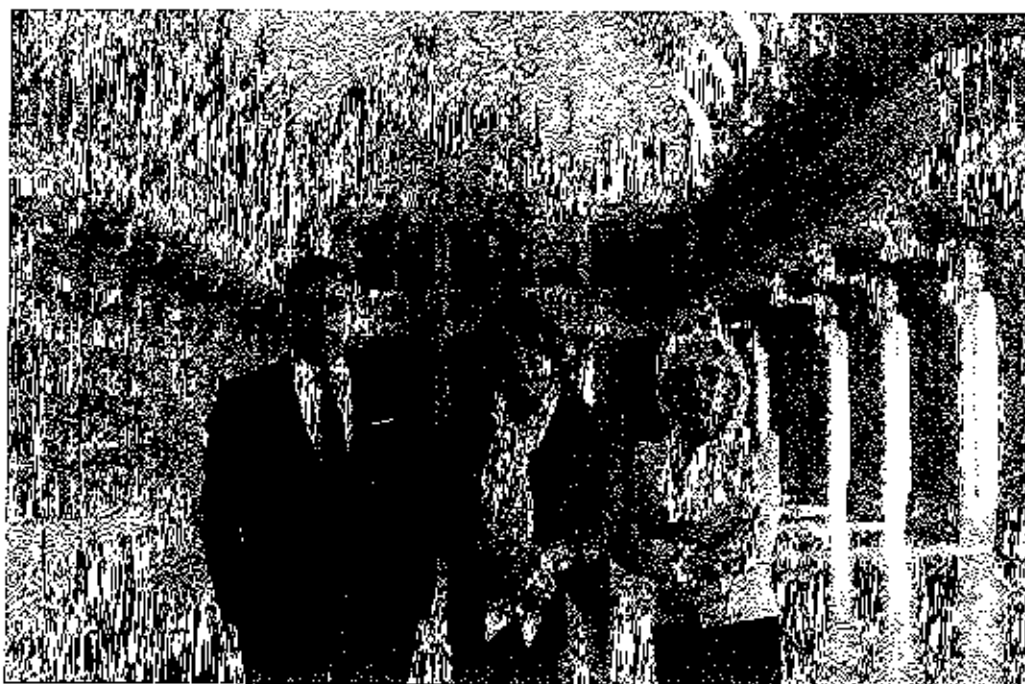
Mafra, aos 06 de março de 2018

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge







NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.
Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Individuais

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NCA's

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra (adiante designada por CCAM) foi constituída em 4 de Abril de 1957, é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados (nos termos do n.º 2 do art.º 28.º do RJCAM) e para a concessão de crédito para fins não agrícolas (nos termos do n.º 6 do art.º 36.º-A do RJCAM), nos limites e condições previstos no Aviso n.º 6/99 e na Instrução n.º 31/1999, do Banco de Portugal.

Volvidos mais de 20 anos sobre a aprovação do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, e pela experiência entretanto adquirida, bem como a evolução do sistema financeiro e, em particular, das caixas de crédito agrícola mútuo, era já manifesta a necessidade de uma revisão, pelo que no decurso do exercício de 2009, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho.

Este Diploma visa adaptar o modelo de governação das caixas de crédito agrícola às estruturas previstas no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral que caracterizam o modelo cooperativo, ao mesmo tempo que autoriza um alargamento da respetiva base de associados, e da realização de operações de crédito com não associados ou com finalidades de âmbito não agrícola.

**NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS****A) Bases de Apresentação**

Para períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário ("PCSB") e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, em consequência, para as matérias reguladas no Aviso n.º 1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

Com a publicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, foram revogados os Avisos do Banco de Portugal n.º 3/ 1995 e n.º 1/2005 que regulamentavam a constituição de provisões por parte das instituições de crédito e das sociedades financeiras, com as seguintes finalidades:

- i) risco específico de crédito,
- ii) riscos gerais de crédito,
- iii) encargos com pensões de reforma e sobrevivência,
- iv) menos-valias de títulos e imobilizações financeiras,
- v) menos-valias de outras aplicações e
- vi) risco país.

Foi solicitado por esta CCAM de Mafra um prazo de implementação desta nova obrigação, ao abrigo do n.º 3 do Aviso n.º 5/2015, até 31 de Dezembro de 2016, o qual foi concedido pelo Banco de Portugal, pelo que até àquela data, as demonstrações financeiras foram efetuadas de acordo com as normas de contabilidade anteriormente aplicáveis (NCA).

A entrada em vigor do referido Aviso n.º 5/2015 que no caso da CCAM de Mafra foi em 1 de janeiro de 2017, impôs aos Bancos a necessidade de elaborarem as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) substituindo as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

Com a alteração resultante da revogação das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) e a preparação, a partir de 1 de janeiro de 2017, das demonstrações financeiras de acordo com as Normas internacionais de Contabilidade (NIC), em conformidade com o previsto no IFRS 1, as demonstrações financeiras do exercício de 2016, apresentadas para efeitos comparativos, foram igualmente elaboradas em conformidade com as NIC.

Esta alteração teve especial impacto ao nível da reclassificação das provisões para riscos gerais de crédito que em NCA se encontravam contabilizadas no passivo na rubrica de "Provisões" para a rubrica do ativo de "Imparidade".

Conforme referido, no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 20 de dezembro, do Banco de Portugal, as

demonstrações financeiras da CCAM de Mafra passaram a ser preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("NIC"), em 01 de Janeiro de 2017.

As Normas Internacionais de Contabilidade traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor. Os somatórios apresentados nas demonstrações financeiras e respetivas notas poderão apresentar pequenas divergências resultantes de arredondamento à unidade.

IFRS Divulgações - Novas normas a 1 de janeiro de 2017

A - Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2017:

Normas

IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações'. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos'.

Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IAS 16 e IAS 41 (alteração), 'Agricultura: plantas que produzem ativos biológicos consumíveis.'

Esta alteração define o conceito de uma planta que produz ativos biológicos consumíveis, e retira este tipo de ativos do âmbito da aplicação da IAS 41- Agricultura para o âmbito da IAS 16 -Ativos tangíveis, com o consequente impacto na mensuração. Contudo, os ativos biológicos produzidos por estas plantas, mantêm-se no âmbito da IAS 41- Agricultura.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos -Contribuições dos empregados'.

A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.



IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas'.

Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar'.

Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma "Entidade de Investimento" se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento".

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta'.

Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 - concentrações de atividades empresariais.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

Melhorias às normas 2010 -2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

Melhorias às normas 2012 -2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos:

IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

A adoção desta norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

3 - Normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou:

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros'

(a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente:

- (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros;
- (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada);
- (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

A CCAM de Mafra encontra-se a finalizar o apuramento do impacto da adoção desta norma, sendo previsível um acréscimo do montante de imparidades em cerca de € 12.000,00 tendo em conta as alterações de critérios de acordo com a IFRS 9 e a Carta-Circular do Banco de Portugal n.º CC/2018/00000006 de 2018/01/24.

IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes'

(a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018)

Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas".

Não é expectável que a adoção desta norma venha a ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da CCAM de Mafra.

As reconciliações entre as principais rubricas das demonstrações financeiras do exercício de 2016 efetuadas em base NCA e as efetuadas tendo por base as NIC, decorrentes da aplicação do Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2015, apresenta-se como segue:

a) Reconciliação entre o balanço em 31 de Dezembro de 2016 NIC e NCA

	NIC		NCA	
	31/12/2016	Aplicações	31/12/2016	
	Valor líquido		Valor líquido	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2 578 613	0	2 578 613	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	628 746	0	628 746	
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	48	0	48	
Ativos financeiros disponíveis para venda	65 493 954	0	65 493 954	
Aplicações em Instituições de Crédito	34 998 470	0	34 998 470	
Crédito a Clientes	53 448 658	107 519	53 556 177	
Ativos não correntes detidos para venda	5 617 057	0	5 617 057	
Outros ativos tangíveis	6 386 000	0	6 386 000	
Ativos Intangíveis	19 352	0	19 352	
Investimentos em filiais, asso e empreendimentos conjuntos	1 250	0	1 250	
Ativos por impostos correntes	544 601	0	544 601	
Activos por impostos diferidos	1 865 311	0	1 865 311	
Outros Ativos	490 860	0	490 860	
Total do Ativo	172 072 920	107 519	172 180 440	
Rubricas Extrapatrimoniais				
Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	802 961	0	802 961	
Dos quais:		0		
[Garantias e Avals]	802 961	0	802 961	
[Outros]		0		
Compromissos Irrevogáveis	6 399 050	0	6 399 050	

	NIC		NCA	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	3 631 302	0	3 631 302	
Recursos de clientes e outros empréstimos	135 120 696	0	135 120 696	
Provisões	64 572	393 715	458 287	
Passivos por impostos diferidos	611 886	0	611 886	
Outros passivos	1 993 828	0	1 993 828	
Total do Passivo	141 422 285	393 715	141 816 000	
Capital				
Capital	14 365 360	0	14 365 360	
Reservas de reavaliação	729 587	0	729 587	
Outras reservas e resultados transitados	10 797 054	0	10 797 054	
Resultado do exercício	4 758 635	-286 196	4 472 439	
Total dos Capitais Próprios	30 650 635	-286 196	30 364 440	
Total do Passivo e dos Capitais Próprios	172 072 920	107 520	172 180 440	

b) Reconciliação entre a Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2016 NIC e NCA

Demonstração de Resultados Individuais Comparativos do Exercício 2016 NCA e 2016 NIC

	NIC		NCA	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Juros e rendimentos similares	4 926 258	-84 034	5 010 292	
Juros e encargos similares	518 513	0	518 513	
Margem Financeira	4 407 744	-84 034	4 491 778	
Rendimentos de instrumentos de capital	55 977	0	55 977	
Rendimentos de serviços e comissões	1 178 541	84 034	1 094 507	
Encargos com serviços e comissões	-613 125	0	-613 125	
Comissões Líquidas	565 416	28 057	537 359	
Resultados de alienação de outros ativos	12 783	0	12 783	
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	-141 401	0	-141 401	
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	1 924	0	1 924	
Resultados em Operações Financeiras	-126 694	0	-126 694	
Outros resultados de exploração	-458 384	0	-458 384	
Rendimentos e Encargos Operacionais	-458 384	0	-458 384	
Produto Bancário	4 444 060	0	4 444 060	
Custos com pessoal	-1 945 375	0	-1 945 375	
Gastos gerais administrativos	-1 392 714	0	-1 392 714	
Amortizações do exercício	-379 435	0	-379 435	
Custos de Esfutura	-3 717 525	0	-3 717 525	
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	4 741 238	286 196	4 455 043	
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	1 069 541	0	1 069 541	
Resultado Antes de Impostos	6 537 315	286 196	6 251 119	
Impostos		0		
Correntes	169 435	0	169 435	
Diferidos	1 609 245	0	1 609 245	
Resultado Após Impostos	4 758 635	286 196	4 472 439	
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		0		
Resultado Líquido do Exercício	4 758 635	286 196	4 472 439	

As demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2016 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras a 2017, com os referidos ajustes conforme detalhe acima, sendo que no Balanço o ajustamento respeita à introdução do Aviso 5/2005 do BdP, no que se refere à constituição de Imparidades o que originou um acréscimo nas Reservas do valor excedente face às provisões constituídas, de acordo com Aviso nº 5 do BdP artº 4 nº 1 "...As entidades que registem ajustamentos positivos no capital próprio, com referência ao início do primeiro exercício em que preparam as suas demonstrações financeiras nos termos do disposto no artigo 2.º deste Aviso, devem proceder à sua retenção, como forma de reforço dos respetivos fundos próprios....".

Na Demonstração de Resultados o impacto reflete-se no apuramento da margem financeira para o qual apenas contribui os juros recebidos/pagos.

Pelo que passamos a apresentar as Demonstrações reajustadas às NIC.



	Notas	31-12-2017		Reexpresso 31/12/2016	
		Valor antes de Imparidade, provisões e amortizações	Imparidade, provisões e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	11	3 673 690	0	3 673 690	2 578 613
Disponibilidades em outras instituições de crédito	12	1 225 080	0	1 225 080	628 746
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	13	208	0	208	48
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	85 129 248	917 229	84 212 019	65 493 954
Aplicações em instituições de Crédito	15	37 681 444	0	37 681 444	34 998 470
Crédito a Clientes	16	60 591 382	4 609 449	55 981 933	53 448 658
Ativos não correntes detidos para venda	17	3 625 327	1 145 249	2 480 078	5 617 057
Outros ativos tangíveis	18	12 122 852	5 948 157	6 174 695	6 386 000
Ativos Intangíveis investimentos em filias, associadas e empreendimentos controlados	19	265 416	257 729	7 686	19 352
Ativos por impostos correntes	36	1 250	0	1 250	1 250
Ativos por impostos diferidos	33	0	0	0	544 604
Outros Ativos	21	1 244 557	0	1 244 557	1 065 311
Total do Ativo		369 150	0	369 150	490 880
Rubricas Extrapatrimoniais				183 067 799	172 072 920
Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	29			732 252	802 961
Dos quais:					
[Garantias e Avals]	28			732 252	802 961
[Outros]					
Compromissos Irrevogáveis	29			6 130 054	6 399 050



Reexpresso

	Notas	31/12/17	31/12/2016
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	22	18 508	3 631 302
Recursos de clientes e outros empréstimos	23	150 926 714	135 120 696
Provisões	24	34 147	64 572
Passivos por impostos correntes	36	543 699	0
Passivos por impostos diferidos	33	1 833 234	611 806
Outros passivos	26	1 505 897	1 993 828
Total do Passivo		154 862 098	141 422 285
Capital			
Capital	26	14 358 375	14 365 360
Reservas de reavaliação	27	5 596 983	729 587
Outras reservas e resultados transitados	28	15 568 297	10 797 054
Resultado do exercício		2 678 040	4 758 835
Total dos Capitais Próprios		38 195 701	30 650 635
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		193 057 799	172 072 920

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Dr.^a Ana Sofia Reis DuarteEng.^a Maria Manuela Nina Jorge Vato

Adélia Maria Mendes Gomes R. Antunes

Eng.^o David Alexandre Neves Silva Jorge


Demonstração de Resultados Individuais Para o Exercício de 2017 e 2016

	Notas	31-12-2017	31-12-2016 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	2	4 925 422	4 926 258
Juros e encargos similares	2	168 658	518 513
Margem Financeira	2	4 756 764	4 407 744
Rendimentos de instrumentos de capital	3	43 439	55 977
Rendimentos de serviços e comissões	4	1 117 228	1 178 541
Encargos com serviços e comissões	4	-747 040	-613 125
Comissões Líquidas		370 188	565 416
Resultados de alienação de outros activos	5	55 247	12 783
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda (líquido)	6	46 807	-141 401
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	7	1 446	1 924
Resultados em Operações Financeiras		103 500	-126 694
Outros resultados de exploração	8	-227 146	-458 384
Rendimentos e Encargos Operacionais		-227 146	-458 384
Produto Bancário		5 046 744	4 444 060
Custos com pessoal	9	-1 945 057	-1 945 375
Gastos gerais administrativos	10	-1 371 846	-1 392 714
Amorizações do exercício		-421 501	-379 435
Custos de Estrutura		-3 738 403	-3 717 525
Provisões líquidas de reposições e anulações	30	30 424	
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	31	1 597 692	4 741 238
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	32	518 976	1 069 541
Resultado Antes de Impostos		3 455 434	6 537 315
Impostos			
Correntes	36	628 411	169 435
Diferidos	33	150 977	1 609 245
Resultado Após Impostos		2 676 046	4 758 635
Do qual: Resultado após Impostos de operações descontinuadas			
Resultado Líquido do Exercício		2 676 046	4 758 635

Contabilista Certificado

Dr.^a Ana Sofia Reis Duarte

O Conselho de Administração

Eng.^a Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria Mendes Gomes R. Antunes

Eng.^o David Alexandre Neves Silva Jorge



Demonstração de Fluxos de Caixa (Contas Individuais)
31 de Dezembro de 2017

	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de juros e comissões	6 042 649	6 104 799
Pagamento de Juros e Comissões	-915 698	-1 131 639
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-3 316 902	-3 338 069
Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimento	-628 411	-169 435
Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à actividade	-225 700	-458 459
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		
(Aumentos) / Diminuições de activos operacionais		
Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos	160	48
Ativos disponíveis para venda	12 195 562	17 582 325
Aplicações em instituições de Crédito	2 662 974	3 831 693
Crédito a clientes	2 539 276	-1 837 192
Ativos não correntes detidos para venda	-3 711 100	278 218
Outros Ativos	-1 135 184	1 994 229
(Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais		
Recursos de outras instituições de Crédito	-3 812 795	3 630 364
Recursos de clientes e outros empréstimos	15 806 017	16 810 831
Outros passivos	1 277 913	992 415
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variação de ativos tangíveis e intangíveis	198 429	445 361
Recebimento de dividendos	-43 439	-55 977
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Diminuição de capital	-8 985	-4 140
Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes	1 691 411	190 041
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	3 207 359	3 017 317

CONTABILISTA CERTIFICADO

Era Ana Sofia Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Maruza Nino Jorge

Adelina Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves da Silva Jorge





Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra
 DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 Dezembro DE 2017
 (Montantes expressos em Euros)



	31 de Dezembro de 2016	31 de Dezembro de 2015	31 de Dezembro de 2014	31 de Dezembro de 2013	31 de Dezembro de 2012	31 de Dezembro de 2011	31 de Dezembro de 2010	
Saldo em 1.º de Janeiro de 2017 - Resto de 2016	20.030.640	20.030.640	20.030.640	20.030.640	20.030.640	20.030.640	20.030.640	
Reserva para Impostos	-	-	-	341.359	28.309	369.663	-369.668	0
Reserva para Impostos - 1.000	1.000	-	-	-	-	-	-	1.000
Reserva para Impostos - 5.140	-5.140	-	-	-	-	-	-	-5.140
Reserva para Impostos - 3.055.490	-	-3.055.490	-	-	-	-	-	-3.055.490
Reserva para Impostos - 54.536	-	-54.536	-	-	-	-	-	-54.536
Reserva para Impostos - 95.115	-	-	-	-	-95.115	-35.110	-	-95.115
Reserva para Impostos - 10.641	-	-	-	-	10.641	10.641	-	10.641
Saldo em 31 de Dezembro de 2016 - Resto de 2015	14.305.360	0	729.567	10.271.624	24.674	10.797.054	4.758.635	30.650.635
Reserva para Impostos	-	-	-	4.417.955	24.476	4.672.439	4.753.635	-
Reserva para Impostos - 8.985	-8.985	-	-	-	-	-	-	-8.985
Reserva para Impostos - 6.665.784	-	-6.665.784	-	-	-	-	-	-6.665.784
Reserva para Impostos - 1.798.387	-	-1.798.387	-	-	-	-	-	-1.798.387
Reserva para Impostos - 10.609	-	-	-	-	10.609	10.609	-	10.609
Reserva para Impostos - 285.196	-	-	-	-	285.196	285.196	-	285.196
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	38.196.701	0	5.269.983	15.200.474	296.205	15.706.298	2.676.046	38.196.701



Contabilista Certificado
 Dra. Ana Sofia Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 Eng.ª Maria Manuela Ni no Jorge
 Adélia Mota Mendes Gomes Rodrigues Arturês
 Eng.º David Alexandra Neves da Silva Jorge

C) Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

C.1 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da CCAM de Mafra ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

C.2 - CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito).

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A CCAM de Mafra classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

A CCAM de Mafra procede ao abate de créditos ao ativo (write-offs) de acordo com o definido no normativo desta CCAM sobre a Imparidade. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito por liquidação dos mesmos.



Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM de Mafra, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações registados em resultados ao longo da sua vida.

C.3 - IMPARIDADE PARA CRÉDITO

"As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB - "International Accounting Standards Board" têm como propósito:

- (i) desenvolver normas contabilísticas com elevada qualidade, compreensíveis e suscetíveis de serem impostas, que exijam informação transparente e comparável nas Demonstrações Financeiras, para ajudar os participantes nos mercados de capitais e outros utilizadores na tomada de decisões económicas;
- (ii) promover a utilização rigorosa das normas; e
- (iii) fazer convergir as normas locais com as IAS/IFRS.

A imparidade encontra-se regulamentada na IAS 39 - "Reconhecimento e Mensuração de Ativos Financeiros", a qual define o custo amortizado de um ativo financeiro (por exemplo, crédito a clientes) como a quantia pela qual este é mensurado no reconhecimento inicial,

- (i) menos os reembolsos de capital,
- (ii) mais ou menos a amortização cumulativa - usando o método da taxa de juro efetiva -, de qualquer diferença entre o montante original e o valor a receber na maturidade, e
- (iii) subtraído ainda de qualquer redução de imparidade ou incobrabilidade.

Especificamente, a IAS 39 detalha os seguintes conceitos:

- Perda por imparidade;
- Identificação e definição de indícios (coletivos e individuais);

A imparidade preconiza o apuramento das perdas incorridas à data de balanço para os ativos financeiros, baseando-se na definição de metodologias de cálculo próprias, ajustadas aos dados históricos e às características do portfólio de cada instituição financeira. Pelo menos em cada data do reporte financeiro,

deve-se avaliar a existência de evidência objetiva de que um ativo financeiro (ou um grupo de ativos) se encontra em imparidade.

A Caixa avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores Externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

O processo de cálculo de imparidade de crédito descrito de seguida reflete os princípios gerais definidos pela IAS 39, e, complementarmente, pelas orientações dispostas pelo Banco de Portugal na Carta circular n.º 2/2014, tendo a metodologia adotada pela CCAM de Mafra, na definição do modelo interno de cálculo de imparidade para a carteira de crédito, por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade;
3. Cálculo da perda por imparidade.

As exposições a clientes são subdivididas em três grupos: créditos sem imparidade, créditos com indícios de imparidade e créditos em default (incumprimento), sendo os fatores que os distinguem, a evidência de indício de imparidade ou de default.

Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo:

- imparidade individual e imparidade coletiva, de acordo com as regras do normativo Interno da CCAM de Mafra.

C.4 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Participações em outras empresas, que não sejam filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que:

- (i) a CCAM de Mafra tem intenção de manter por tempo indeterminado,
- (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial, ou
- (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.



Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

- (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e
- (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

C.5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados

- (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e
- (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

C.6 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

C.7 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

De acordo com o Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas depreciações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	3 a 8
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

C.8 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

C.9 – APLICAÇÕES POR RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como imparidade por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias apenas são reconhecidas em resultados do exercício, no momento da alienação do mesmo.



C.10 – RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base numa taxa de juro que reflete as perdas por imparidade.

C.11- RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

C.11.1 – FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútua* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efetuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Coletivo de Trabalho Vertical das *Instituições de Crédito Agrícola Mútua (ACTV)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACTV, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A insuficiência ou excesso de dotação do Fundo de Pensões face às responsabilidades assumidas para com os funcionários da CCAM, encontra-se, consoante a respetiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Ativos.

Na sequência da adoção das normas internacionais de Contabilidade, nomeadamente passando o IAS 19 a regular os aspetos contabilístico, relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, os pressupostos atuariais, no que se refere à tábua de mortalidade e taxa de desconto, foram alterados.

O acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da tábua de mortalidade bem como as responsabilidades com o SAMS decorrentes da introdução da IAS 19, ficaram obrigadas a ter de refletir as alterações às IAS 19 durante 2013.

C.11.2 – PRÉMIOS DE ANTIQUIDADE

No termos do ACTV a CCAM de Maíra assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no ativo que completem os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

A CCAM apresenta no seu balanço as responsabilidades máximas relativas aos prémios de antiguidade estimadas, tendo por base o histórico de permanência do seu quadro de pessoal, que a 31 de Dezembro de 2017 ascendiam ao montante de € 182.928 (€ 178.941 em 2016, € 177.882 em 2015, € 175.486 em 2014, € 158.692 em 2013, € 174.629 em 2012 e € 175.603 em 2011)

De acordo com a Carta Circular nº 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006 a CCAM reconheceu o acréscimo no exercício daquelas responsabilidades.

C.12 -PROVISÕES

Esta rubrica inclui as provisões/imparidades constituídas para fazer face riscos específicos, nomeadamente, garantias prestadas e Linhas de crédito Irrevogáveis.

O seu reconhecimento efetua-se de acordo com a carta circular do Banco de Portugal n.º 2/2014 e sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, e que seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

C.13- IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor para 2017, a taxa geral de IRC em vigor é de 21%, enquanto a taxa de derrama municipal é de 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual passando a vigorar desde 2014 as seguintes taxas:

- (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares,
- (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares, e
- (iii) 7% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2017, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 25,5 % (2016:22,5%; 2015: 21%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM de Mafra durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda suscetíveis de revisão; no entanto, a CCAM de Mafra entende que eventuais correções não terão efeito significativo face à Demonstrações Financeiras apresentadas.

C.14 – CAPITAL

Nos termos do art. 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000 para CCAM fora do SICAM). Está previsto ainda um capital mínimo (i.e. até 1998.12.31 € 249, após 1998.12.31 € 498, após 16.06.2009 € 500) a subscrever em títulos de capital por cada associado.

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

C.15 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Na sequência da exoneração do *Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM)* a CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*. Este foi constituído em Novembro de 1994 com o objetivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

A CCAM suportou em 2004 uma contribuição inicial de € 50.000, reconhecida como custo do exercício, anualmente é devida uma contribuição para aquele fundo.

Em 2017, a taxa contributiva de base aplicável foi de 0,0001%, fixada pela instrução do Banco de Portugal nº 21/2015, ajustada pelo fator multiplicativo estabelecido nos nºs 5 e 5-A do Aviso nº 11/94, a respetiva contribuição foi de €132, conforme indicado no quadro seguinte:

Anos	Limite Compromisso Irrevogável	Taxa Contributiva	Taxa Efetiva da CCAM	Contribuição da CCAM	Compromisso Irrevogável
2006	15%	0,030%	0,024%	24 398 €	- €
2007	15%	0,030%	0,024%	26 766 €	- €
2008	10%	0,030%	0,024%	27 562 €	2 756 €
2009	10%	0,030%	0,024%	27 572 €	2 757 €
2010	10%	0,030%	0,024%	28 430 €	2 843 €
2011	10%	0,030%	0,024%	28 824 €	- €
2012	10%	0,030%	0,024%	26 698 €	
2013	10%	0,030%	0,024%	25 358 €	
2014	0%	0,030%	0,024%	25 444 €	
2015	0%	0,005%	0,004%	4 218 €	
2016	0%	0,0001%	0,0001%	84 €	
2017	0%	0,0001%	0,0001%	132 €	

Em 31 de Dezembro de 2017, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor as seguintes Obrigações do Tesouro:

Valor do Contrato de Compromisso	Código do Título no Mercado (ISIN)	Descrição	Nº Título	Data Vencimento	último Valor / Valor Balanço	Identificação do Mercado	Outros Depósitos	Valor Total
2 757,00 €	PTOTEMOED027	OT Junho 2019	3 500	14/jun/19	3 746 €	MTS	91 €	3 837 €
28 152,44 €	PTOTEYOED007	OT Abril 2021	105 500	15/abr/21	118 899 €	MTS	2 893 €	121 792 €
2 843,00 €	PTOTEYOED007	OT Abril 2021	5 000	15/abr/21	5 635 €	MTS	137 €	5 772 €
2 756,00 €	PTOTE5OED007	OT Abril 2037	3 500	15/abr/37	4 176 €	MTS	102 €	4 278 €
TOTAL								135 680 €

C.15 A1 - FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de

intervenção corretiva, administração provisória e resolução. Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

A CCAM suportou em 2013 uma contribuição inicial de € 5.000, reconhecida como custo do exercício.

Em 2017 a CCAM de Mafra contribuiu para este fundo com o montante de € 3.683,98 (€ 1.883,56 em 2016, €1.174 em 2015).

C.15 B1 - FUNDO ÚNICO DE RESOLUÇÃO

No âmbito da criação da União Bancária Europeia, e surgindo com um dos seus 3 pilares, o Mecanismo Único de Resolução terá como função decidir a forma como um banco em dificuldades será intervencionado, recuperado ou liquidado. Para tal, terá que ser dotado de fundos suficientes para atribuir confiança e credibilidade à União Bancária e para reforçar o carácter de independência do sector bancário face aos poderes políticos, aos Estados e aos seus contribuintes, vigorando já em Portugal, contribuições das IC para o efeito. Assim, a CCAM contribuiu em 2017 com o montante de € 1.000 (€1.000 em 2016, €1.000 em 2015).

C.16 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações ativas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

C.17 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2017 divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

C.18 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce direta ou indiretamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.

Durante o exercício de 2017, a CCAM de Mafra participou no aumento do capital da Crédito Agrícola Vida, tendo adquirido 2.166 ações.

**NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA**

O valor desta rubrica é composto por:

		Reexpresso
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em Bancos Centrais		141
Juros de disponibilidades e aplicações em Outras Instituições Crédito	122.025	198.377
Juros de Crédito a Clientes	2.392.122	2.479.651
Juros de Ativos Financeiros disponíveis para Venda	2.394.570	2.230.646
Outros Juros e Rendimentos Similares	16.706	17.443
	<u>4.926.422</u>	<u>4.926.258</u>
Juros e Encargos Similares		
Juros de encargos em Bancos Centrais	62	47
Juros de Recursos de Outras Instituições de Crédito	745	7.789
Juros de Recursos de Clientes	167.851	510.698
	<u>168.658</u>	<u>518.513</u>

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Rendimentos de Instrumentos de Capital	49.439	56.877
--	--------	--------

NOTA 4 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

		Reexpresso
Rendimentos de Serviços e Comissões		
Por operações sobre Instrumentos Financeiros	190.102	84.034
Por serviços prestados		
Ca Seguros	250.833	299.620
Ca Vida	58.442	79.070
Outros Serviços Prestados	59.085	212.150
Outros Projeitos de Serviços e Comissões		
Caixa Central	37	42
Sibs	553.179	498.909
Unicre	3.837	3.031
Outros Ativos	1.712	1.695
Encargos com Serviços e Comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	-293.655	-293.091
Por operações realizadas por terceiros	-338.892	-235.557
Outras Comissões Pagas	-138.492	-84.476

Esta rubrica contempla as comissões recebidas da companhia seguradora a qual se encontra mais detalhada na Nota 35.

NOTA 5 – RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

2017			2016		
Resultado de Alienação de Outros Activos					
Ganhos em Ativos Não Financeiros					
Ativos Não Correntes Delidos para Venda		240 401		79 282	
Outros Ativos Tangíveis		103		8 501	
Perdas em Ativos Não Financeiros					
Ativos Não Correntes Delidos para Venda		-185 756		-75 000	
		55 748		12 783	

		2017	2016
Edifício Comercial	2	€ 165 000	€ 241 500
Habituação	34	€ 3 150 356	€ 3 602 000
Terreno Rustico	4	€ 503 000	€ 30 000
		€ 3 818 356	€ 3 873 500

Durante o Ano de 2017 esta CCAM de Mafra, procedeu à venda de 40 imóveis tendo realizado o montante final de mais valias de cerca de €55.144, face ao valor de aquisição, esta variação também pode ser analisada na Nota 17.

NOTA 6 – RESULTADOS DE ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2017			2016		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
Instrumentos de Dívida						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública	85 555	38 748	46 807	78 937	220 338	-141 401
			46 807			-141 401

Os proveitos e custos ocorridos nesta rubrica decorrem das operações de compra e venda de títulos que ocorreram durante o presente exercício.

NOTA 7 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	2017			2016		
	Rendimentos	Gastos	Total	Rendimentos	Gastos	Total
Reavaliação Cambial	1 876	430	1 446	3 234	1 310	1 924

**NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO**

O valor desta rubrica é composto por:

OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO		
Outros Proveitos Operacionais		
Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais	419.963	173.192
	419.963	173.192
Outros Custos Operacionais		
Impostos Diretos e Indiretos	36.460	51.600
Quotizações e Donativos	125.551	142.243
Contribuições para o FGD e FR	4.816	2.968
Outros Encargos e Gastos Operacionais:		
Falha na Gestão e Execução de Procedimentos	351.803	291.304
Desastros e Outros Sinistros	-	1.532
Outros Encargos	128.480	141.829
	647.109	631.576

NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

CUSTOS COM O PESSOAL		
Vencimentos e Salários		
Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização	303.872	307.435
Remuneração Empregados	1.232.122	1.200.209
Encargos Sociais Obrigatórios		
Segurança Social	309.033	337.687
SAMS	64.606	62.750
Fundo Garantia Compensação Trabalho	7	4
Fundo Pensões	-49	5.495
Outros Encargos Obrigatórios	33.878	30.067
Outros Custos com o Pessoal		
Outros Encargos	788	1.529

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

Serviços Especializados		
<u>Outros Serviços Especializados</u>		
STBS	279 470	242 075
Consultores e Auditores Externos	97 768	74 683
Transporte de Valores	52 133	43 974
Avaliadores Externos	47 429	40 791
Informática	119 316	117 681
Judiciais Contenciosos e Notariado	35 661	145 303
Avenças e Honorários	26 545	16 090
Limpeza	25 615	24 645
Banco de Dados	6 820	3 826
Mão de Obra Eventual	1 031	897
Segurança e Vigilância	355	66
Comunicações	130 946	128 663
Publicidade e Edição de Publicações	95 034	73 575
Outros Serviços de Terceiros	88 044	96 923
Conservação e Reparação	85 922	90 913
Água, Energia e Combustíveis	85 502	102 340
Material de Consumo Corrente	57 174	76 258
Seguros	29 327	33 922
Rendas e Alugueres	27 099	27 085
Deslocações Estadas e Representação	24 794	24 909
Formação Pessoal	16 466	3 615
Outros Fornecimentos de Terceiros	16 465	10 025
Transportes	15 511	11 522
Publicações	3 711	401
Material de Higiene e Limpeza	3 708	2 532

NOTA 11 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Caixa	2 316 129	1 358 249
Depósitos à Ordem em Bancos Centrais		
Banco de Portugal	1 357 561	1 240 364

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

**NOTA 12 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO**

O valor desta rubrica é composto por:

Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País		2017	2016
Depósitos à ordem		1 225 060	628 746

NOTA 13 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

Outros Ativos Financeiros Ao Justo Valor Através de Resultados		2017	2016
Títulos			
Instrumentos de Capital			
Fundo de Compensação do Trabalho		208	48

NOTA 14 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros disponíveis para venda da CCAM de Mafra, que são registados ao justo valor e incluem Obrigações do Tesouro Portuguesa sendo 94% de Dívida Portuguesa e 6% de Dívida Italiana, como forma de diversificação.

A maturidade da carteira até 1 ano tem representatividade de 18 % sendo os restantes 82% da carteira, com diversos prazos de vencimento, conforme quadro seguinte de maturidades.

Maturidade da carteira	Montante	Carteira	Montante	Carteira
Até 1 Ano	14 858 499	18%	12 823 461	20%
1 Ano a 2 Anos	5 090 782	6%	1 111 549	2%
2 Anos a 5 Anos	17 120 195	20%	10 298 227	16%
Mais de 5 Anos	46 755 578	56%	40 884 582	63%
Total	83 825 054	100%	65 117 820	100%

Durante o exercício de 2017 houve a preocupação de reduzir a exposição a maturidades de longo prazo, por forma a reduzir o Risco de Taxa de Juro, conforme se pode verificar pela análise do quadro acima (mais de 5 anos passou de 63% para 56%).

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

31/12/2017

	31/12/2017		Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
	Historia	Valor Mercado	Caridos	Positiva		
Instrumentos de Dívida						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública		82 371 315	1 453 739	7 103 711	256 138	83 828 054
Instrumentos de Capital						
Participações Financeiras						
Ações	63 501				4 946	68 584
Outras	1 240 692				912 282	328 410
	1 304 193	82 371 315	1 453 739	7 103 711	256 136	84 212 018

As reservas de justo valor positivas estão relacionadas com os aumentos das cotações dos títulos de dívida pública face a 2016, esta variação positiva justifica-se com a ação do BCE no mercado obrigacionista e com a melhoria da percepção que os investidores tiveram sobre o comportamento e Economia Portuguesa. Esta valorização é potencial e volátil, e apenas se materializaria em resultados em caso de venda.

31/12/2016

	31/12/2016		Reserva de Justo Valor		Imparidade	Valor Balanço
	Historia	Valor Mercado	Caridos	Positiva		
Instrumentos de Dívida						
De Dívida Pública						
Títulos de Dívida Pública		63 719 867	1 397 952	2 090 399	2 310 368	65 117 019
Instrumentos de Capital						
Participações Financeiras						
Ações	52 671					52 671
Outras	1 240 692				917 228	323 464
	1 293 363	63 719 867	1 397 952	2 090 399	2 310 366	65 433 611

NOTA 15 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

31/12/2017			31/12/2016		
Aplicações em Instituições de Crédito no País					
Depósitos		37 657 599			34 870 863
Juros e Rendimentos Similares					
Juros de Aplicações em Instituições de Crédito		23 844			27 507

Os nossos Depósitos apresentam-se diversificados por 7 OIC's, tendo em linha de conta os limites do Banco de Portugal de 40 % dos Fundos Próprios, apresentando-se desagregado pelos seguintes prazos

Prazo	31/12/2017	31/12/2016
até 3 meses	2 140 707	9 156 718
de 3 a 6 meses	15 379 996	10 003 156
de 6 a 12 meses	1 000 867	



NOTA 16 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Credito Interno + Juros		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeitos		
Empresas	15 984	23 142
Empréstimos		
Empresas	13 592 056	9 341 692
Administrações Públicas	79 609	79 606
Créditos em Conta Corrente		
Empresas	3 035 474	2 960 986
Descobertos em Depósitos a Ordem		
Empresas	6 439	6 816
Particulares		
Habilitação	22 453 539	22 800 615
Consumo	986 713	883 029
Outras Finalidades		
Desconto e Outros Créditos Titulados Por Efeito		
Empréstimos	12 666 363	14 252 633
Créditos em Conta Corrente	1 739 835	1 544 782
Descobertos em Depósitos a Ordem	24 923	27 544
	54 319 230	51 921 334
Credito e Juros Vencidos		
Empresas e Administrações Públicas		
Capital		
Empréstimos		
Empresas	2 863 260	3 515 642
Juros		
Empréstimos		
Empresas	4 237	6 856
Particulares		
Habilitação		
Capital	440 836	745 684
Juros	17 048	13 526
Consumo		
Capital	66 216	54 311
Juros	595	672
Outras Finalidades		
Capital		
	2 858 494	3 263 635
Juros		
	20 417	28 138
	6 272 152	7 728 463

Os montantes de Imparidades apuradas são as referidas no seguinte mapa:

		Reexpresso
Imparidades		
Crédito a Clientes		
Empresas		
<i>Análise Individual</i>	578 651	328 793
<i>Análise Colectiva</i>	177 940	434 681
Particulares		
<i>Análise Individual</i>		
Habitacao	267 805	95 796
Consumo	0	0
Outras Finalidades	175 813	138 080
<i>Análise Colectiva</i>		
Habitacao	219 554	991 595
Consumo	5 589	35 784
Outras Finalidades	168 938	759 025
	1 532 188	2 778 623
Crédito e Juros Vencidos		
Empresas e Administraçoes Públicas		
Empresas		
<i>Análise Individual</i>	1 371 786	1 475 626
<i>Análise Colectiva</i>	318 005	248 645
Particulares		
<i>Análise Individual</i>		
Habitacao	663	98 377
Consumo	0	0
Outras Finalidades	54 293	111 586
<i>Análise Colectiva</i>		
Habitacao	183 690	223 253
Consumo	8 799	3 678
Outras Finalidades	1 134 035	1 261 353
	3 071 261	3 422 517
Imparidade Total		

		Reexpresso
Crédito a Clientes	60 691 382	59 649 797
Crédito Interno e Juros	54 319 230	51 921 334
Crédito e Juros Vencidos	6 272 152	7 728 463
Imparidades	4 603 449	6 201 140
Crédito Interno e Juros	1 532 188	2 778 623
Crédito e Juros Vencidos	3 071 261	3 422 517
Crédito Interno e Juros Líquido	52 787 042	49 142 711
Crédito e Juros Vencidos Líquido	3 200 891	4 305 946

Os movimentos ocorridos nas Imparidades para crédito foram os seguintes:

		Reexpresso
Saldo Inicial	6 201 140	6 760 101
Dotações	2 851 492	627 666
Utilizações	0	0
Transferências	0	0
Reversões	4 448 184	1 186 647
Saldo Final	4 650 249	8 574 414

NOTA 17 – ATIVOS NÃO CORRENTES DEVIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

Ativos Não Correntes Devidos para Venda		
Imóveis	3 555 158	7 211 113
Outros Ativos Tangíveis	70 169	70 168
	3 625 327	7 281 281
Imparidade Ativos Não Correntes Devidos para Venda		
Imparidade	1 145 249	1 664 225
	1 145 249	1 664 225

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades nesta rubrica:

Saldo Inicial	1 664 225	2 748 767
Dotações	77 130	872 456
Utilizações	0	15 000
Transferências	0	0
Reversões	596 106	1 911 998
Saldo Final	1 267 461	2 548 221

Esta nota reflete as vendas dos Ativos não Correntes Devidos para Venda durante o Exercício de 2017, conforme detalhado na Nota 5.

NOTA 18 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Imóveis		
De Serviço Próprio	8 855 273	8 655 273
Equipamento		
Mobiliário e Material	339 188	340 781
Máquinas e Ferramentas	575 184	552 271
Equipamento Informático	1 408 942	1 513 952
Instalações Interiores	254 407	254 407
Material Transporte	295 176	229 724
Equipamento Segurança	448 931	418 342
Outro Equipamento	90 861	90 851
Outros Ativos Tangíveis em Curso		
Outros Ativos Tangíveis		
Diversos	11 223	11 223
Património Artístico	43 668	17 165

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo Líquido a 31-Dez-2016	5 802 423	555 199	28 378	6 386 000
Compras		172 102	26 533	198 635
Abais / Vendas		103		103
Amorizações do Exercício	173 625	236 212	0	409 837
Transferências				0
Saldo Líquido a 31-Dez-2017	6 076 048	791 507	28 378	6 895 933

NOTA 19 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

Outros Ativos Intangíveis		
Sistema de Tratamento Automático de Dados	249 428	250 769
Outros Ativos Intangíveis	15 890	15 990



O movimento desta rubrica foi o seguinte:

Saldo Líquido a 31-Dez-2016	19 269	63	19 362
Compras			0
Abates / Vendas			
Amortizações do Exercício	11 664	0	11 664
Transferências			
Saldo Líquido a 31-Dez-2017			7 688

NOTA 20 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Investimentos em Empreendimentos conjuntos		
Agrimutua - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mutuo, F.C.R.L	1 250	1 250
Saldo Líquido	1 250	1 250

NOTA 2f – OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Devedores e Outras Aplicações		
Sector Público Administrativo	88 030	88 030
Outros Devedores Diversos	188 111	240 225
Outros Activos		
Ouro Metais Preciosos, Numismática e Moeda	107 684	125 897
Despesas com Encargos Diferidos		
Outras Despesas com Encargo Diferido	10 221	11 727
Outras Contas de Regularização		
Outras Contas de Regularização	0	12 835
Responsabilidades com pensões e Out. Benefícios		
Responsabilidades Totais	-24 859	12 176
Saldo Líquido	1 250	1 250

NOTA 22 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Recursos de Instituições de Crédito no País		
Depósitos		
Depósitos à Ordem	18 508	28 842
Depósitos a Prazo	0	3 601 460

NOTA 23 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

Depósitos de Residentes		
Do Sector Público Administrativo		
Depósitos à Ordem	748 478	612 586
Depósitos a Prazo	498 415	513 905
De Outros Residentes		
Depósitos à Ordem	47 885 853	38 777 030
Depósitos a Prazo	87 785 104	82 221 100
Depósitos de Poupança		
Poupança Reformado	10 423 158	10 023 048
Poupança Outros	3 839 328	2 967 664
Outros Recursos de Clientes		
Cheques e Ordens a Pagar	146 382	6 383

Esta rubrica inclui os saldos dos recursos de clientes e os respetivos juros mensualizados até à data.

NOTA 24 – PROVISÕES/IMPARIDADES

O valor desta rubrica é composto por:

Saldo Inicial a 31-Dez-2016 - Reexpresso	12 418	52 154	64 572
Dotações	8 457	47 487	55 944
Utilizações	0	0	0
Transferências	0	0	0
Reversões	15 616	70 752	86 368

Esta rubrica inclui Provisões/Imparidades para Garantias Prestadas e Linhas de Crédito Irrevogáveis de acordo com o estipulado pelo Banco de Portugal na carta circular nº 2/2014.

NOTA 25 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	31-12-2017	31-12-2016
Credores e Outros Recursos		
Setor Público Administrativo	89 385	88 587
Cobrança por Conta de Terceiros	4 513	4 113
Contribuições para Outros Sistemas Saúde	5 067	5 775
Credores Diversos	187 827	184 700
Receitas Com Rendimento Diferidos		
Proveitos Diferidos	1 933	2 090
Encargos a Pagar		
Por Gastos com Pessoal	238 120	232 380
Prémios de Antiguidade	182 928	178 941
Outros Encargos a Pagar	73 132	120 277
Outras Contas de Regularização		
Outras Contas de Regularização	724 190	1 190 956
	504 997	1 893 929

NOTA 26 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

	31-12-2017	31-12-2016
Saldo em 31-Dez-2016	13 925 465	439 895
Incorporação de reservas		0
Emissão/Reestituição de títulos de capital	-8 905	-8 985
Saldo em 31-Dez-2017	5 016 560	430 910

Em 31 de Dezembro de 2017, o capital da CCAM de Mafra encontra-se disperso por 4.370 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM.

NOTA 27 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	31-12-2017	31-12-2016	31-12-2015	31-12-2014	31-12-2013	31-12-2012
Saldo Final a 31-Dez-2016	211 967	360 091	184 170	-76 794	50 153	729 687
Cancelações	7 878 465	0	8 666	-1 221 340	0	6 885 783
Frutações	-1 242 867	-10 608	-75 144	-469 778	0	-1 798 387
Transferências						0
	6 847 575	349 483	117 692	-1 767 920	50 153	5 816 083

As reservas de reavaliação do Justo valor são movimentadas de acordo com o que se encontra estipulado no §55 alínea b) da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, sendo calculados os impostos diferidos respeitantes aos montantes inscritos nestas reservas de reavaliação, conforme o estipulado na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento.

Os movimentos na rubrica Reservas de Reavaliação respeitam à flutuação do justo valor (ganhos e perdas) dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, nomeadamente os Títulos de Dívida Pública mencionados na Nota 13.

Estas flutuações devem ser registadas nesta rubrica até que os respetivos ativos financeiros sejam desreconhecidos, altura em que são reconhecidos nos lucros ou prejuízos do exercício.

NOTA 28 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Saldo Final a 31-Dez-2016	9 491 692	968 603	354 460	6 983	-24 474		10 797 054
Constituições	894 488	3 478 477	75 000		24 474	286 196	4 758 635
Actuações					10 609		10 609
Transferências							0
	10 386 080	4 446 980	429 460	6 983	10 609	286 196	15 566 298

NOTA 29 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuais		2017	2016
Empresas		616 301	406 093
Administrações Públicas			
Particulares		215 952	316 868
Compromissos de Crédito Irrevogáveis			
Compromissos perante Terceiros			
Empresas		3 936 545	3 873 698
Administrações Públicas			
Particulares		2 157 001	2 488 844
Responsabilidades a prazo de contribuições para o FGD		36 508	36 508
Linhas de Crédito Revogáveis		10 846 147	10 926 859
Garantias Recebidas			
Empresas		4 119 951	3 298 095
Administrações Públicas			
Particulares		1 906 421	2 050 953
Responsabilidades por prestação de Serviços			
Cobrança de Valores		0	579

**NOTA 30 – PROVISÕES/IMPARIIDADES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES**

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

		Reexpresso
		2017
		2016
Dotações	65 944	16 241
Utilizações	0	0
Reversões	86 368	16 241
Saldo Final	80 924	0

NOTA 31 – CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADO AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

		Reexpresso
		2017
		2016
Dotações	2 851 492	3 438 526
Utilizações	0	0
Reversões	4 449 184	8 179 769
Saldo Final	1 597 662	2 457 996

NOTA 32 – IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

	Outros Ativos	
	2017	Reexpresso 2016
Dotações	77 130	872 456
Utilizações	0	0
Reversões	596 106	1 941 996
Saldo Final	673 236	1 030 456

NOTA 33 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NIC's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativos por impostos diferidos				
Provisões/Imparidades tributadas a deduzir em períodos futuros	907 756	1 059 629	0	1 867 243
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	65 315	535 082	0	0
Outros	271 487	270 590	151 874	739 544
Passivos por impostos diferidos				
Reservas de Reavaliações	21 788	22 743	0	0
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1 811 448	589 143	0	224 759
Provisões/Imparidades tributadas a deduzir em períodos futuros	0	0	897	762 783
Impacto total dos impostos diferidos	1 045 996	1 865 144	1 049 771	2 853 789

NOTA 34 – INFORMAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE RESPONSABILIDADES DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

As Instituições do Crédito Agrícola Mútuo passaram a partir de janeiro de 2007 a adotar as normas internacionais de contabilidade, nomeadamente o IAS 19 passou a regular todos os aspetos contabilísticos relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência.

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiados através do fundo de pensões.

De acordo com a cláusula 116ª do acordo coletivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para o SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões totais de reforma e sobrevivência, previstas no ACT independentemente das pensões recebidas de regimes de Segurança Social.

Os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Coletivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ICAM).

Porém, de acordo com o Aviso nº 12/2001 com as alterações introduzidas designadamente pelos avisos nº4/2005, nº 12/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização decorrente da transição para as normas internacionais de contabilidade pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2014.

Adicionalmente o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer decorrente da alteração da tábua de mortalidade bem como das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, pode ser reconhecido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2013 foram publicados o Decreto-Lei nº 167-E/2013 e a Portaria nº 378-G/2013, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2014, que vieram alterar a forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da Segurança Social, tendo como referência a evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Assim foi fixada para 2014 e 2015 a idade normal de reforma de 66 anos, para 2016 a idade de 66 anos e 2 meses e futuramente a idade normal de reforma varia de acordo com a evolução da esperança média de vida aos 65 anos, verificada entre o 2º e 3º ano anteriores ao ano de início da pensão de velhice, na proporção de dois terços. Para 2018, foi fixada a idade normal de reforma aos 66 anos e 4 meses.

Adicionalmente, o Decreto-lei nº 167-E/2013 introduziu outras alterações no cálculo da pensão do regime geral da Segurança Social, designadamente a não aplicação do fator de sustentabilidade às pensões estatutárias dos beneficiários que passem à situação de pensionistas de velhice na idade normal de acesso à pensão ou em idade superior. O acima referido Decreto-Lei veio ainda alterar a fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade através da alteração do ano de referência inicial da esperança média de vida aos 65 anos, do ano de 2006 para o ano 2000, passando a aplicar-se sobre o valor da pensão estatutária da Segurança Social dos beneficiários que acedam à pensão antes da idade normal de reforma.

Em 2017 foi publicado o Decreto-Lei n.º 126-B/2017, de 6 de outubro, que veio determinar que na data de convolução da pensão de invalidez em pensão de velhice não é aplicável o fator de sustentabilidade.

O estudo atuarial que seguidamente se apresenta assenta em pressupostos considerados adequados para este esquema de reformas, enquadrados nos princípios estabelecidos na *International Accounting Standard (IAS) 19*.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

POPULAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
População em idade de acesso à pensão de velhice		
Número de Participantes	38	370
Idade Média	47,2	45,9
Antiguidade Média na Banca	21,9	21,5
Salário Médio Anual	32 546 €	35 705 €
População em idade superior à idade normal de reforma		
Número de Participantes	13	13
Idade Média	71,8	70,8
Pensão Média Anual a Cargo do Fundo	1 502 €	1 306 €

- i) - Relativamente ao Relatório Atuarial do Fundo de Pensões, aguarda-se a inclusão de um elemento já reformado.

MÉTODOS, PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES USADOS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL

PRESSUPOSTOS FINANCEIROS		
Taxa de crescimento salarial futura	1,40%	1,40%
Taxa de Desconto	ii)	ii)
Taxa de crescimento das Pensões	1,00%	1,00%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - nº 2 artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - nº 1 artº 27 do Decreto Lei 187/2007	1,40%	1,40%
PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de Reforma	de acordo com o Decreto Lei 157-E/2013	de acordo com o Decreto Lei 167-E/2013

ii) Quanto ao pressuposto da taxa de desconto foi utilizado o seguinte:

- Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial inferior a 55 anos: 2,30% (2,70% em 2015; 3,25% 2014)
- Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial igual ou superior a 55 anos: 2,10% (2,30% em 2015; 2,75% 2014)
- Para os pré-reformados, reformados e pensionistas: 1,75% (2,00% em 2015; 2,25% 2014)

RESPONSABILIDADES COM TRABALHADORES NO ATIVO

Em 31 de Dezembro de 2017 o valor atual das responsabilidades com pensões de reformas e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais).

RESPONSABILIDADES COM REFORMADOS

Relativamente às pensões em pagamento aos atuais reformados, os valores das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com SAMS, são os que seguidamente se apresentam:

<u>Valor atual das responsabilidades totais</u>	<u>512.426 €</u>
---	------------------

RESPONSABILIDADES COM O PAGAMENTO DE PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

De acordo com a cláusula 127ª do acordo coletivo de trabalho (ACT) do Crédito Agrícola Mútuo, os trabalhadores têm direito, após o cumprimento de algumas condições definidas na referida cláusula, a um prémio de antiguidade.

O valor atual das responsabilidades com prémios de antiguidade futuros é apresentado no quadro que se segue (com referência a 31 de Dezembro de 2017):

Valor actual das Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2017	
Por Serviços Passados	182.929 €
Por Serviços Futuros	92.563 €



Em 31 de Dezembro de 2017, o valor do Património do Fundo de Pensões referente à quota-parte da CCAM era de €1.009.595 (em 2016 €945.769, em 2015 €931.292, em 2014 € 938.089, em 2013 era de € 866.890, em 2012 era de € 836.366 e em 2011 era de € 787.342), assim e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento da quota-parte desta Instituição era o seguinte:

	2017	2016	2015
Nível de Financiamento Global	97,5%	101,3%	106,9%
Nível de Financiamento Aviso 12/2001	100,0%	103,9%	114,2%

NOTA 35 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Mafra está inscrita na Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com as Seguradoras do Grupo Crédito Agrícola, designadamente, a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, SA (CA Seguros), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida e com a Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA (CA Vida), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida e Fundos de Pensões.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efetua a venda de contratos de seguros e de adesões a Fundos de Pensões, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros e pela colocação de adesões em Fundos de Pensões as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões (ver nota 4). Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um ativo no Balanço, na rubrica de Outros Ativos.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros auferidas pela CCAM nos últimos 3 anos (valores em euros):

	Seguradora	2017	2016	2015	
Ramos Não Vida	CA Seguros	206 343	299 620	250 833	81,1%
Ramo Vida	CA Vida	84 574	78 245	55 747	18,0%
Fundos de Pensões	CA Vida	847	825	2 695	0,9%
Total		291 764	378 690	309 275	

A CCAM não efetua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pela CCAM.

NOTA 36 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2017 o imposto sobre lucros e a correspondente derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC), apurando-se o montante de € 628.411 conforme detalhe da modelo 22:

Imposto Corrente sobre os Lucros

		Reexpresso
Resultado Líquido do Período	2 676 046	4 750 635
Variações Patrimoniais positivas não reflectidas no resultado		36 115
Variações Patrimoniais negativas não reflectidas no resultado		
Tota	2 676 046	4 786 750
Depreciação e amortizações não aceites	25 714	25 871
Provisões/Impedidos: não dedutíveis	2 416 214	4 251 082
IRC	628 411	169 435
Impostos Diferidos	151 874	2 596 797
Donativos não previstos ou além dos limites legais	63 251	65 926
Outros	151 984	188 946
Tota	3 769 254	10 570 393
Reversão de provisões/Impedidos tributadas		
Impostos Diferidos	697	887 542
Mais Valor Contabilístico	1 304	8 509
Benefícios Fiscais	17 815	27 722
Tota	19 816	27 722
Lucro Tributável	2 656 230	10 542 671
Prejuízo Fiscal		
Lucro Fiscal	2 327 148	427 211
Imposto à taxa normal (15.000. x 17,00%)	2.550	2.550
Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 21,00%)	485 551	86 554
Deduções		
Benefícios Fiscais	6 000	7 500
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico	20,97%	20,86%
Retenções na Fonte	1 421	1 086
Pagamentos por conta + Pagamentos Adicionais por Conta	63 517	712 950
Imposto a Pagar	69 948	814 536
Derrama	34 807	8 408
Derrama Estadual	24 814	0
IRC de períodos anteriores	0	0
Tributações Autônomas	85 715	81 413
IRC a pagar		
IRC a receber		
Excesso / Inadquirência de Estimativa de Imposto	0	0
Imposto a Pagar	69 948	814 536

**NOTA 37– INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

De acordo com o previsto no artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

a) Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as referidas nas Notas 16, 17, 14, 27. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 21 e 26, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos, no entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;

b) O total de honorários faturados até dezembro de 2017, sujeitos a IVA à taxa legal em vigor, pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de:

-€ 21.000, relativamente à revisão legal das contas anuais; e

-€ 4.275, referentes a serviços de garantia e fiabilidade.



**INFORMAÇÃO
CARTA-CIRCULAR
Nº2/2014/DSPDR**

A partir de 1 de janeiro de 2017, as demonstrações financeiras passaram a ser preparadas com as Normas internacionais de Contabilidade (NIC).

A IFRS 7 determina que as instituições divulguem, no seu relatório e contas, informação que apoie os utilizadores das demonstrações financeiras a avaliar a natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros a que a instituição se encontra exposta e a forma como estes riscos são geridos.

As instituições devem promover uma maior divulgação da informação sobre a qualidade dos ativos e a gestão do risco de crédito, sendo que as divulgações financeiras devem refletir as alterações na natureza dos riscos que as instituições enfrentam.

A informação a apresentar deve ser clara, objetiva e transparente, permitindo aos principais utilizadores da informação um melhor conhecimento do perfil de risco da instituição. Neste contexto, para efeitos de divulgação de contas, as instituições deverão incluir, entre outras que considerem relevantes, as seguintes informações:

Divulgações qualitativas:

- a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração).

O risco de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

É o risco com maior relevância material ao nível da alocação do capital interno da Instituição, pelo que o processo de aprovação de crédito encontra-se devidamente documentado no normativo interno da Instituição. A CCAM de Mafra utiliza uma diversidade de políticas e práticas mitigadoras deste tipo de risco, nomeadamente a obtenção de garantias colaterais aquando da concessão de crédito (com primazia para as garantias reais).

Também relativamente às técnicas de mitigação deste risco, efetuam-se Testes de Esforço sobre a carteira de crédito da CCAM de Mafra, simulando o aumento significativo do comportamento do incumprimento na carteira da CCAM de Mafra, aumentando a vulnerabilidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra a ocorrências externas.

O risco de concentração decorre da concessão de créditos às mesmas contrapartes, a grupos de contrapartes ligadas entre si e a contrapartes que operam no mesmo sector económico ou na mesma região geográfica ou relativamente à mesma atividade ou mercadoria, ou ainda a aplicação de técnicas de redução do risco de crédito e, nomeadamente, do risco associado a grandes riscos indiretos.

Fruto da natureza da Instituição, o risco de concentração geográfica é aquele que representa uma maior relevância material para a CCAM de Mafra. Algumas das técnicas de mitigação deste risco passam pela diversificação da carteira de crédito por diferentes sectores de atividade, apesar das limitações legais impostas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e pela dispersão das aplicações da CCAM de Mafra no



mercado, tendo sempre em atenção os limites estabelecidos no ofício do Banco de Portugal n.º 2192/13/DSPSD, ou seja, 60% dos fundos próprios desta Instituição.

b) Política de *Write-Off* de créditos.

Após terem sido tomadas pela CCAM de Maфра todas as diligências de recuperação razoáveis e já não seja expectável qualquer recuperação, com a autorização do Conselho de Administração, o crédito é abatido contabilisticamente ao ativo (*write-off*) e registado em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades.

Considera-se que um crédito reúne as condições para ser proposto o seu *write-off* ao Conselho de Administração sempre que os seguintes fatores se verifiquem simultaneamente:

- O crédito encontra-se em incumprimento, evidenciando pelo menos uma prestação com uma mora superior a 3 anos;
- Não existe qualquer garantia real associada;
- Não é conhecida a existência de património significativo (do cliente ou dos garantes) que possa ser usada para o reembolso o crédito; e
- Não se verificaram pagamentos significativos (de capital ou de juros) nos últimos 2 anos.

Periodicamente, o Conselho de Administração da CCAM procederá a uma análise dos créditos que satisfaçam as condições anteriormente referidas de forma a tomar uma decisão sobre os *write-offs* a efetuar.

c) Política de reversão de imparidade.

A política de reversão de imparidade apoia-se na quantificação dos indícios e evolução dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade. Até 31 de dezembro de 2016 os efeitos resultantes do cálculo não eram objeto de registo contabilístico, sendo os mesmos reportados apenas no âmbito da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal. Após 1 de janeiro de 2017 os valores resultantes do cálculo da imparidade da carteira de crédito passaram a ter impacto contabilístico; desta forma, o valor das imparidades apresentou variações entre períodos. Na análise individual estas variações resultam da observação casuística aplicada a cada contrato pertencentes às entidades sujeitas à análise trimestral; na análise colectiva estas variações resultam essencialmente da evolução mensal dos parâmetros (LGD, PD) que são utilizados para o referido cálculo.

d) Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável).

Não aplicável, uma vez que a CCAM de Maфра não utiliza este tipo de solução.

- e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos.

Nesta matéria é relevante identificar e distinguir as reestruturações efetuadas em casos de dificuldades financeiras, sendo as mesmas objeto de classificação distinta na aplicação de gestão bancária. Neste âmbito, as reestruturações efetuadas a mutuários que sejam pessoas individuais são-no de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro.

Aos mutuários que sejam pessoas coletivas são propostas soluções semelhantes às propostas aos mutuários individuais, designadamente:

- renegociação das condições do crédito através da concessão de um período de carência de capital, conforme necessidades demonstradas pelo cliente;
- renegociação das condições do crédito através da prorrogação do prazo do mesmo, considerando nomeadamente a idade do cliente bancário e o prazo inicial do crédito.
- concessão de um empréstimo adicional autónomo destinado a suportar temporariamente o pagamento das prestações do crédito.

O risco mais relevante para os mutuários a quem foram aplicadas medidas de reestruturação, e uma vez que estes se podem encontrar em cenários de dificuldades financeiras, é a probabilidade de voltarem a incumprir as suas obrigações. Os controlos implementados decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PARI/PERSI), sobre o qual existe um reporte de periodicidade mensal ao Banco de Portugal e que serve de base a um processo de monitorização dos processos de crédito abrangidos.

- f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais.

Os colaterais são avaliados por avaliador imobiliário externo, de acordo com os métodos por estes aplicados e respeitando o disposto no Aviso nº 5/2006 do Banco de Portugal, devidamente identificado no normativo interno da Instituição.

São também respeitados os prazos de reavaliação dos imóveis dispostos no Regulamento (UE) n.º 575/2013, designadamente:

- uma vez de três em três anos para os bens imóveis destinados à habitação e,
- uma vez por ano para os bens imóveis para fins comerciais;
- são efetuadas verificações mais frequentes no caso de as condições de mercado estarem sujeitas a alterações significativas;
- a verificação do valor do bem imóvel é documentada de forma clara e rigorosa contendo a descrição dos critérios e da periodicidade de revisão;
- para efeitos da verificação do valor de bens imóveis, a instituição recorre a índices/métodos estatísticos considerados adequados.



O valor dos imóveis considerados para efeitos de colateral, e em casos onde a recuperação do crédito ocorra via execução judicial do colateral imobiliário, é ajustado à atual conjuntura, através da aplicação de *haircuts*.

- g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade.

O cálculo das imparidades é efetuado através de duas análises distintas: coletiva e individual. Para que o modelo de imparidade se mantenha adequado e atualizado face ao contexto da sua atividade, a CCAM de Mafra efetua com periodicidade trimestral (ou menor em caso de alterações substanciais relativas aos mutuários que integrem a amostra) a revisão de imparidade aos clientes de análise individual e mensalmente aos de análise coletiva.

Ao nível da análise individual, a imparidade é apurada em função da capacidade de reembolso do devedor, ou dos colaterais que dispõe a garantir as operações de crédito, aplicando-se os critérios de referência constantes da Carta Circular nº 2/2014/DSP do Banco de Portugal.

No que se refere à análise coletiva da carteira de crédito, esta é feita através da utilização dos parâmetros PD e LGD, calculados numa base anual e calibrados para cada segmento considerado, assumindo pressupostos conservadores, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, para estimativas futuras.

- h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos.

Os segmentos a utilizar na análise de imparidade coletiva levam em consideração dois níveis de segmentação:

- Tipo de Cliente (Particular vs Empresa)
- Tipo de Garantia associada (Pessoal vs Real)

A introdução de uma maior granularidade ao nível da segmentação da carteira seria conducente a segmentos com um número muito reduzido de ocorrências e onde, conseqüentemente, a calibração dos parâmetros do modelo (PD e LGD) não seria possível com o rigor desejado.

Contudo, de acordo com o instruído na Carta Circular nº 2/2014 do Banco de Portugal, foram também considerados segmentos específicos para clientes com indícios de dificuldades financeiras e clientes com créditos reestruturados ou com créditos curados / em período de quarentena (12 meses).

Análise individual de imparidade

Nesta análise importa concluir pela existência ou não de eventos de perda e que dará lugar a uma quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato.

Os mutuários que incluam a amostra obtida são analisados através de uma ficha que contém os critérios para a determinação dos intervalos de imparidade previstos na Carta-Circular nº 2/2014. São ainda considerados critérios adicionais relacionados com a categorização quanto ao nível de imparidade, nomeadamente os *ratings* interno e externo, litígios jurídicos, penhoras de depósitos bancários, execução de garantias bancárias, entre outros indícios de dificuldades financeiras.

Este modelo prevê três formas de recuperação do crédito:

- a) pela análise dos fluxos de caixa gerados pela atividade do devedor;
- b) pela análise dos fluxos de caixa do projeto (imobiliário);
- c) pela execução do colateral.

Formas de recuperação

a) Pela análise dos fluxos de caixa gerados pela atividade do devedor

A recuperabilidade da dívida depende da capacidade de reembolso do devedor, considerando os fluxos de caixa gerados pelo seu negócio ou provenientes de outras entidades do grupo de clientes ligados entre si em que o devedor está inserido, desde que formalmente documentado o compromisso destas entidades, assumirem as responsabilidades do devedor.

Nos casos em que não existir informação que permita aferir sobre a existência de fluxos de caixa para o cumprimento do serviço da dívida, são aplicados os critérios definidos na tabela qualitativa constante do Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014 e tidos em consideração eventuais colaterais.

No caso concreto das entidades particulares, e uma vez que o Anexo II da referida Carta-Circular se encontra mais dirigido para a análise de pessoas coletivas, é adotado um critério mais conservador que o disposto naquele diploma regulamentar, pelo que verificando-se a observação de duas condições (condições 1 a 4), será atribuído ao mutuário o nível médio do intervalo de imparidade correspondente.

Caso se verifique a condição anterior para mais do que um intervalo de imparidade, deverá aplicar-se o mais conservador, conforme disposto no ponto (ii) do Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014.

b) Fluxos de caixa do projeto (imobiliário)

A recuperabilidade da dívida depende diretamente dos fluxos de caixa gerados por um projeto imobiliário específico. Neste cenário a determinação do valor recuperável deve ter por base a avaliação do projeto (efetuada por avaliador qualificado independente), tendo em consideração o seguinte:

- (i) O valor de avaliação do ativo (no seu estado atual) deverá ser o "Provável Valor de Transação" (PVT);
- (ii) Caso a avaliação do projeto tenha por base o método comparativo ou o método do custo, deverão ser considerados fatores de desconto temporal no apuramento do valor presente dos fluxos de caixa estimados, de acordo com os seguintes cenários de referência, exceto nos casos em que as instituições possuam dados devidamente verificáveis que justifiquem a aplicação de outros prazos:
 - Mínimo de 4 anos para projetos em desenvolvimento (grau de acabamento <50%) ou ainda não iniciados (incluindo terrenos);
 - Mínimo de 3 anos para projetos em desenvolvimento (grau de acabamento > 50%) ou já concluídos.
- (iii) Caso a avaliação do projeto tenha por base o método do rendimento ou método residual, e os pressupostos utilizados sejam considerados aceitáveis (de acordo com o estipulado na secção 1.3.2), não é necessário aplicar qualquer fator de desconto temporal;
- (iv) Caso a avaliação do projeto seja considerada desadequada (de acordo com o estipulado na secção 1.3.2):
 - a) Por via da antiguidade: Deverão considerar-se os descontos definidos no Anexo III da Carta-Circular nº 2/2014;
 - b) Por desadequação de pressupostos: Deverá proceder-se a uma nova avaliação, adequada à situação atual e/ou prevista para o ativo.

No caso da recuperação da dívida estar suportada complementarmente em outros fluxos gerados pela entidade, para essa componente deverão ser aplicados os critérios definidos na alínea a) "Fluxos de caixa do negócio" acima.

No caso da recuperabilidade da dívida depender da alienação (por parte do mutuário) de outros colaterais, nomeadamente carteira de títulos e/ou participações sociais, a determinação do valor recuperável deve ter em conta o presumível valor da transação, deduzido de eventuais custos de venda ou manutenção, descontado pelo período remanescente até à data prevista para o recebimento dos correspondentes fluxos de caixa.

c) Pela execução do colateral

c.1) se colateral for garantia real

A estimativa do valor de recuperação é aplicável no caso em que o devedor apresente indícios de imparidade (inferior ao intervalo "G" previsto no Anexo II da Carta-Circular nº 2/2014).

A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da dívida do mutuário (tendo como referência o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro do contrato – taxa de desconto) e a avaliação do imóvel, podendo este valor ser afetado pelos *haircuts*, caso a última avaliação do imóvel tenha sido realizada há mais de um ano. A este montante são ainda acrescidos os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

c.2) se colateral for garantia pessoal

Estas garantias não são consideradas no cálculo de apuramento da imparidade, pelo que a imparidade calculada para este tipo de colateral é, no mínimo, igual ao montante total da dívida.

c.3) se colateral for sem Garantia

A imparidade calculada para este tipo de colateral é, no mínimo, igual ao montante total da dívida.

Os mutuários sujeitos a análise individual em que não forem identificados indícios de imparidade, ou não foi quantificada imparidade são posteriormente incorporados na análise coletiva.

Análise coletiva de imparidade

A abordagem implementada assenta num modelo de avaliação e quantificação de risco através da observação de histórico de comportamentos de incumprimentos na carteira de crédito em segmentos definidos, distintos e homogêneos, que permitam a extrapolação do seu comportamento.

Neste caso, tratando-se de uma abordagem estrutural a aferição do incumprimento é efetuada com base na observação do número de incumprimentos com uma série histórica de 5 anos para o cálculo da PD. Por sua vez, a série histórica usada para eventos de recuperação compreende 7 anos, usando com referência a data de resolução dos contratos, para o cálculo da LGD

Esta abordagem encontra-se alinhada com as diretrizes constantes nos regulamentos aplicáveis, nomeadamente as International Financial Reporting Standards (IFRS), a Norma IAS 39 e a Carta-Circular nº 2/2014/DSP do Banco de Portugal.

Este cálculo é efetuado de acordo com o disposto no ponto n).

i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito.

Para a identificação e agregação da carteira com indícios de imparidade, serão considerados os indícios identificados na Carta-Circular nº 2/2014 do Banco de Portugal:

- Cliente com pelo menos 1 crédito com atrasos no pagamento superior a 30 dias;
- Cliente com pelo menos 1 crédito em contencioso;
- Cliente com pelo menos 1 crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente ou perspectiva/pedido de reestruturação;
- Cliente com pelo menos 1 crédito no sistema bancário em situação de incumprimento, capital e juros abatidos/anulados ou contencioso, de acordo com a informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal;
- Cliente com notação de *rating* correspondente ao quartil mais gravoso da escala de rating interno;
- Cliente com deterioração de notação de *rating* superior a 30% da escala de rating interno;
- Cliente com cheques devolvidos e/ou inibição de uso de cheques;
- Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável nos casos em que o crédito está associado a um projeto imobiliário específico);
- Clientes com efeitos protestados / não cobrados;
- Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;

j) Indicação dos limites definidos para análise individual.

A amostra de mutuários a quem é efetuada para análise individual é selecionada de forma a garantir o maior número de observações entre a aplicação de três critérios:

- 1 - mutuários que individualmente representem $\geq 0,5\%$ do total da carteira;
- 2 - créditos que perfaçam cumulativamente um mínimo de 20% da exposição total da carteira de entre os maiores mutuários;
- 3 - Créditos com montante até 10% do Produto Bancário da CCAM de Mafra.

✓ é considerado como exposição total, para efeitos de seleção da amostra da carteira, a soma de crédito vencido e vincendo com os respetivos juros contabilizados;

- ✓ a existência de imparidade numa entidade da amostra que esteja incluída num grupo (grupo económico ou grupo de mutuários correlacionados a nível societário ou a nível das garantias hipotecárias) implica a análise de eventual imparidade em outras entidades pertencentes ao mesmo grupo.
 - ✓ a amostra individual é gerada automaticamente pelo sistema produzindo um ficheiro com a listagem das entidades que cumprem os requisitos anteriores.
- l) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento.

Os procedimentos instituídos relativamente a mutuários particulares em incumprimento decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PAR/PERSI).

Inserido neste regime é também monitorizado o grau de risco interno, nomeadamente a existência de indícios de dificuldades financeiras, que podem justificar a necessidade e/ou pertinência de medidas de reestruturação ainda anteriores ao efetivo incumprimento.

Para os mutuários que sejam pessoas coletivas é efetuado o mesmo tipo de acompanhamento.

- l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente.

De acordo com o modelo, um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está em imparidade se for identificada evidência objetiva de que ocorreu um evento que originou uma perda por imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "acontecimento de perda") e se esse acontecimento (ou acontecimentos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser fiavelmente estimado. O valor da perda deverá ser determinado como a diferença entre o valor de balanço e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados incluídos no cálculo dizem respeito aos montantes contratuais dos créditos, ajustados por eventuais valores que a CCAM espera não recuperar e pelo prazo temporal em que é expectável que os mesmos se venham a concretizar. A forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no que concerne à avaliação individual e coletiva caracteriza-se como a seguir se descreve.

Na exposição objeto de análise individual importa concluir pela existência ou não de eventos de perda, os quais darão lugar à quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato. A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da dívida do mutuário (utilizando o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro original do contrato – taxa de desconto) e a avaliação do imóvel, sendo este valor afetado pelos *haircuts*

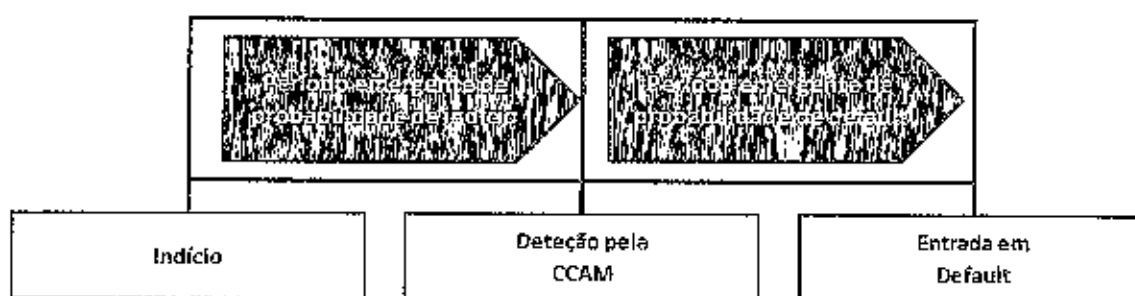
previstos na Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, em função da data da última avaliação do imóvel. A este montante ainda são acrescidos os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

No caso da avaliação coletiva de imparidade, o cálculo da estimativa de cash-flows futuros tem por base a exposição para a qual não foi apurada imparidade em base individual, considerando a PD e a LGD, sendo excluídas do apuramento destes parâmetros, as exposições avaliadas em base individual. O cálculo da LGD incorpora um fator de atualização dos cash-flow recuperados, em função dos custos de recuperação e período estimado de recuperação, determinando o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e confencioso, permitindo analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão do Crédito vencido.

- m) Descrição do (s) período (s) emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação.

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a CCAM tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

- **Período emergente de probabilidade de indicio** – tempo que decorre entre a ocorrência de um indicio e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.
- **Período emergente de probabilidade de default condicionada à existência de indícios de imparidade** – tempo que decorre entre a deteção de um indicio de imparidade e a entrada em *default*. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.



- n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura.

O modelo implementado tem por objetivo a quantificação do custo associado ao risco de crédito, estimando para tal os parâmetros do risco de crédito PD (Probability of Default; Probabilidade de Incumprimento) e LGD (Loss given default; Perda económica, percentual, no incumprimento).

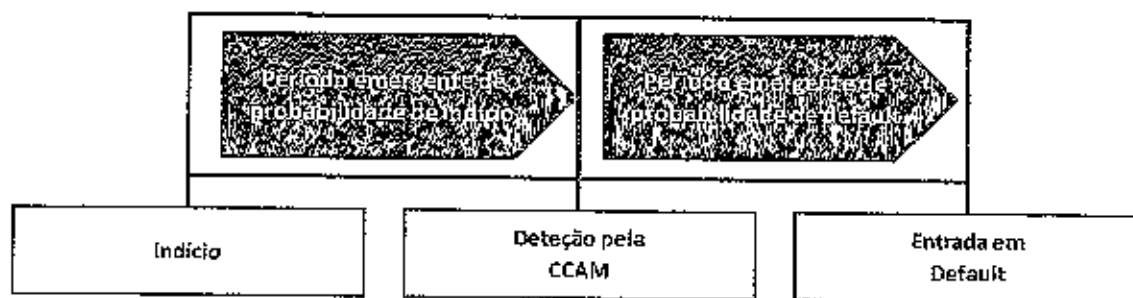
O modelo de imparidade coletiva assenta nos seguintes parâmetros:

Período Emergente

O período emergente representa o horizonte temporal que medeia entre o evento que origina a perda e a CCAM tomar conhecimento do mesmo. O período emergente encontra-se desagregado em:

Período emergente de probabilidade de indício – tempo que decorre entre a ocorrência de um indício e a sua deteção pela Caixa. A utilização deste período é aplicável à carteira sem indícios de imparidade. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.

Período emergente de probabilidade de default condicionada à existência de indícios de imparidade – tempo que decorre entre a deteção de um indício de imparidade e a entrada em default. A utilização deste período é aplicável à carteira com indícios de imparidade detetados. Este período será de 12 meses, aplicável a todos os segmentos.



Probabilidades de Indício e Default

O indício de imparidade é um evento de perda que pela sua natureza aumenta o risco de incumprimento da operação / Cliente. Estes podem ser internos, quando detetados nos sistemas operacionais da CCAM, ou externos quando obtidos / comunicadas por entidades exteriores à Caixa.

As probabilidades de indício e default são atualizadas mensalmente.

Probabilidade de indício (PI)

A PI consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que durante o Período emergente de PI apresentaram algum indício de imparidade.

Para a identificação e agregação da carteira com indícios de imparidade, serão considerados os indícios identificados na Carta-Circular:

- Cliente com pelo menos 1 crédito com atrasos no pagamento superior a 30 dias;
- Cliente com pelo menos 1 crédito em contencioso;
- Cliente com pelo menos 1 crédito reestruturado por dificuldades financeiras do cliente ou perspetiva/pedido de reestruturação;



- Cliente com pelo menos 1 crédito no sistema bancário em situação de incumprimento, capital e juros abatidos/anulados ou contencioso, de acordo com a informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal;
- Cliente com notação de *rating* correspondente ao quartil mais gravoso da escala de rating interno;
- Cliente com deterioração de notação de *rating* superior a 30% da escala de rating interno;
- Cliente com cheques devolvidos e/ou inibição de uso de cheques;
- Crédito com decréscimo material do valor da garantia real (superior a 20%), quando tal resulte num LTV superior a 80% (aplicável nos casos em que o crédito está associado a um projeto imobiliário específico);
- Clientes com efeitos protestados / não cobrados;
- Cliente com expectativa de insolvência ou objeto de Programas Especiais de Recuperação;
- Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- Outros fatores que indiciem a deterioração da capacidade de cumprir com o serviço da dívida (v.g. a inexistência de um mercado ativo para os bens subjacentes ao financiamento, redução significativa do volume de negócios e/ou perda de um cliente relevante (para empresas), situações de desemprego (particulares) ou outros fatores conforme constante na Instrução nº 32/2013 do Banco de Portugal).

Se o cliente ou grupo financeiro apresentar um valor de exposição em *default* abaixo de 20%, as suas operações associadas serão consideradas como apresentando indícios de imparidade.

O valor da PI por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após t (base), passaram a ter indícios de imparidade, condicionadas ao facto de estarem sem indícios em t , sobre o número de operações sem indícios de imparidade em t , tendo por base os dados históricos da Caixa (5 anos) e uma frequência mensal.

PD (Probability of *Default*, Probabilidade de Incumprimento)

A determinação da PD fundamenta-se na observação do número de incumprimentos ocorridos na carteira de crédito ao longo do período em análise (definido contendo 5 anos de histórico). O processo da sua quantificação envolve as seguintes fases:

- Determinação do número de incumprimentos ocorrido no período em análise e da frequência da sua ocorrência e cálculo das probabilidades incondicionadas de incumprimento em função das frequências observadas, por comparação com o número de contratos ativos em cada período;
- A determinação da PD assenta no princípio de invariância da carteira atual pelo horizonte temporal considerado (um ano) e na viabilidade da extrapolação do comportamento observado na série histórica

considerada através da seleção de um período temporal de análise que contém unicamente um ciclo económico, de acordo com o definido nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e a Norma IAS 39.

- A média das frequências de incumprimento observadas na série temporal analisada é então definida como PD. Para cada segmento considerado é definida uma PD distinta, através da separação das suas séries temporais.

Probabilidade de *Default* Condicionada à existência de indícios de imparidade (PDC)

A PDC consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam com indícios de imparidade, e que entraram em *default* durante o período emergente de PDC.

Para a identificação e agregação da carteira em *default*, nos termos da Carta-circular, será considerado como crédito com incumprimento (em *default*):

- Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ou
- Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.
- A renovação, refinanciamento, renegociação ou reestruturação de uma operação de crédito não deverá interromper a contagem do número de dias em atraso, exceto no caso de o devedor liquidar os juros vencidos sem recorrer a novo financiamento para esse propósito, direta ou indiretamente.

Adicionalmente, são considerados os seguintes critérios de contaminação de eventos de *default* verificados ao nível dos contratos:

- Toda a exposição do devedor será considerada em incumprimento, sempre que as exposições vencidas há mais de 90 dias excedam 20% do total da exposição do devedor;
- Se o total das exposições em *default* representar mais de 20% do total da exposição de um determinado grupo financeiro, as restantes operações são objeto de contaminação passando a ser consideradas como estando em *default*.

O valor da PDC por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após "t" (base), entram em *default*, condicionadas ao facto de estarem com indícios em "t", sobre o número de operações com indícios de imparidade em "t", tendo por base os dados históricos da CCAM (5 anos) e uma frequência mensal.

Probabilidade de *Default* Direta (PDD)

A PDD consiste numa estimativa do número de operações que a determinado momento se encontravam sem indícios de imparidade, mas que entraram em *default* durante o período emergente de PI.

O valor da PDD por segmento é dado pelo número de operações que em algum dos 12 meses após “t” (base), entraram em *default*, condicionadas ao facto de estarem sem indícios de imparidade em “t”, sobre o número de operações sem indícios de imparidade em “t”, tendo por base os dados históricos da CCAM (5 anos) e uma frequência mensal.

O cliente / Operação deixam de ser classificados como estando em incumprimento quando não se verifique qualquer critério de ativação de incumprimento e tenham sido liquidados todos os juros vencidos.

LGD (*Loss given default*; Perda económica, percentual, no incumprimento)

Este parâmetro determina o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e contencioso, permitindo analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão o Crédito vencido, sendo determinado da seguinte forma:

$$LGD = 1 - \left(\frac{D}{\frac{(1 + TxM)^{Pr}}{B}} \right)$$

A - Exposição na data de referência do cálculo relativa aos créditos para os quais foi detetado incumprimento

B - Exposição no momento do incumprimento

C - Valor recuperado à data de referência dos créditos entrados em incumprimento, é entendido como um valor atual, que visa estimar a atualização do valor recuperado para a data do incumprimento, através do desconto do período estimado de recuperação.

Desta forma:

C = D / (1 + tx.juro média carteira) ^ Período estimado de recuperação

D = Valor recuperado = (B - A)

TxM = Taxa de Juro Média de Contratos considerados para a LGD

Pr = Período estimado de recuperação

A análise coletiva é efetuada de acordo com a seguinte fórmula:

$$IMPARIDADE_{colectiva} = MD * PD * LGD$$

A LGD consiste numa estimativa de perda dado o *default* de um contrato, tendo por base a informação histórica da Caixa (5 anos, sendo aumentado em mais 1 ano todos os anos até atingir 7 anos) considerando todos os contratos que entraram em incumprimento durante o período em análise.

O processo de recuperação considera-se concluído quando o incumprimento é sanado (seja por via do pagamento dos montantes em atraso, seja por via da recuperação e alienação do colateral associado) ou quando, após terem sido tomadas pela Caixa todas as diligências de recuperação razoáveis, já não forem esperadas quaisquer recuperações adicionais.

Contratos com processo de recuperação concluído

Deverão ser identificados todos os contratos cuja conclusão do processo de recuperação tenha ocorrido dentro do período de análise anteriormente referido. Para esses contratos, deverão ser apuradas as recuperações efetivamente verificadas entre o momento da entrada em *default* e a data da conclusão do processo de recuperação.

Para esse efeito deverá ser considerado:

- Identificação do mês em que o contrato entrou pela primeira vez em *default*.
- Identificação das recuperações efetivamente verificadas relacionadas com cada contrato, ocorridas entre o mês de entrada em *default* e a data de referência. Na identificação das recuperações deverá ser levado em consideração:
 - Abates do crédito ao ativo (*write-offs*) e estornos posteriores desses *write-offs*;
 - Quantias efetivamente recuperadas com a alienação dos ativos recebidos em garantia;
 - Perda na sequência do direito ao recebimento ter expirado, total ou parcialmente (por exemplo, devido a um perdão da dívida, insolvência decretada por um tribunal, etc.);
 - Quantias recuperadas (de capital e de juros) após a entrada em incumprimento (através do devedor ou através de um garante);
 - Quantias em dívida que à data de referência já não se encontrem em situação de incumprimento.

Contratos sem processo de recuperação concluído

Para os contratos que entraram em incumprimento durante o período de análise mas cujo processo de recuperação ainda não se encontra concluído à data de referência não são os mesmos considerados no cálculo da LGD.

Créditos garantidos por colateral

Para créditos garantidos por colateral deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar através da obtenção e posterior alienação do colateral à data de referência.

Para isso, é necessário determinar o justo valor do colateral, deduzido dos custos estimados necessários para proceder à sua alienação.

O justo valor deverá ser determinado com base em avaliações elaboradas por avaliadores independentes registrados na CMVM aplicando-se, quando necessário, as taxas previstas na Tabela de Descontos do Anexo III à Carta-circular 2/2014/DSP. Serão aplicados Haircuts sempre que a avaliação do imóvel tenha sido realizada há mais de seis meses, aplicando as seguintes taxas de desvalorização:

Período de avaliação	Desconto	
	Até 6 meses	Mais de 6 meses
Inferior a 6 meses	Não aplicável	Não aplicável
6 meses	5%	5%
Entre 7 meses e 1 ano	10%	10%
Entre 1 e 2 anos	15%	20%
Entre 2 e 3 anos	25%	35%
Mais de 3 anos	50%	60%

(*) Os valores de desconto acima apresentados são referentes ao final do período indicado. Para períodos intermediários deverão ser aplicados descontos de forma proporcional.

Sobre esse montante deverá ser ainda considerada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa com as alienações dos colaterais recuperados.

Para tal, deverá ser comparado o montante atribuído a cada colateral na data em que o mesmo foi recuperado e a quantia obtida com a venda efetiva desse mesmo colateral. Se o período que decorreu entre a data de recuperação e a data da venda for significativo, a quantia obtida com a venda do colateral

deverá ser atualizada para a data da recuperação, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores.

Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Nos casos em que o colateral já foi recuperado pela Caixa mas, à data de referência ainda permanece em carteira, deverão ainda assim ser aplicadas, com as necessárias adaptações, os procedimentos evidenciados anteriormente.

Créditos garantidos por aval (garantia pessoal)

Para os créditos garantidos por aval (garantia pessoal), deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar com recurso ao garante, à data de referência.

Para esse efeito, deverá ser determinada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa nos casos em que o garante se substituiu ao devedor para o cumprimento das suas responsabilidades.

Assim, deverá ser comparado o montante em dívida na data em que a mesma foi assumida pelo garante (voluntariamente ou com recurso a tribunal), com os reembolsos de capital e juros efetuados pelo garante após essa data. Cada um desses reembolsos deverá ser atualizado para a data em que o garante assumiu a responsabilidade pelo crédito, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores. Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Apenas deverão ser consideradas neste apuramento as situações em que o processo de recuperação através do fiador já foi concluído (independentemente de ter sido ou não possível de recuperar todo o crédito).

Créditos sem garantia

Para os créditos sem garantia deverá ser estimada a quantia que se espera recuperar do próprio mutuário, à data de referência.

Para esse efeito, deverá ser determinada a percentagem média de perda histórica incorrida pela Caixa nos créditos que se encontram nesta situação.

Assim, deverá ser comparado o montante em dívida na data em que o crédito entrou em incumprimento, com os reembolsos de capital e juros efetuados pelo mutuário após essa data. Caso esse reembolso ocorra com recurso a execução ou dação de património deverão ser aplicados os procedimentos descritos para os créditos com colateral. Cada um dos reembolsos deverá ser atualizado para a data do incumprimento, considerando a taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).



Este apuramento deverá ser efetuado, dentro do possível, para todas as ocorrências, não existindo qualquer limitação temporal.

A percentagem média de perda histórica corresponde à média ponderada de cada uma das percentagens de perda determinadas da forma referida nos parágrafos anteriores. Se a percentagem média de perda histórica for positiva (ganho), deverá ser considerada como zero.

Apenas deverão ser consideradas neste apuramento as situações em que o processo de recuperação já foi concluído (independentemente de ter sido ou não possível de recuperar todo o crédito).

Cálculo das perdas (todos os contratos)

Para determinar o montante da perda efetivamente incorrida, esta deverá corresponder à diferença entre a quantia escriturada à data da entrada em incumprimento e a estimativa das quantias efetivamente recuperadas (determinadas nas formas descritas anteriormente), descontadas individualmente para a data do incumprimento, à taxa de juro original do contrato (taxa de juro/spread em vigor antes do evento de *default*).

Nos casos de reestruturações por dificuldades financeiras que tenham implicado reduções de taxa de juro que estejam relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, a perda efetivamente incorrida deverá corresponder à diferença entre a quantia escriturada à data da reestruturação e as recuperações calculadas de acordo com os parâmetros anteriores.

Deverão ser também considerados na perda os custos efetivamente incorridos, relacionados com a recuperação do crédito, tais como, por exemplo:

- Custas com advogados, tribunais ou outros diretamente relacionados com a recuperação do crédito;
- Custos com a alienação dos ativos recebidos em garantia (p.e. comissão da agência imobiliária).

O valor da LGD de um contrato é dado pelo montante da perda efetivamente incorrida determinado da forma anteriormente descrita sobre o montante escriturado à data do evento de *default*.

O valor da LGD de cada segmento é dado pela média das LGD dos contratos enquadráveis nesse segmento, ponderada pelos saldos dos contratos.

As LGD são atualizadas de forma mensal, sendo que pressupostos utilizados para estimar a imparidade, são testados de forma a calibrar os pressupostos adotados, de forma a minimizar as diferenças entre as perdas estimadas e as perdas efetivamente incorridas (*Back-testing*).

Os valores apurados com referência a 31/12/2017 são os seguintes:

Exposição Individual analisada no âmbito do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito

Data de referência - 31-12-2017		Em €
(1)	Conta 14 - Crédito a Clientes	€ 11 127 450
(2)	Conta 15 - Crédito e Juros Vencidos	€ 2 238 734
(3)	Conta 3304 - Rendimentos a receber de juros e créditos a clientes	€ 18 701
(4)	Conta 53 - Receitas com rendimento diferido associadas a operações de crédito	€ 182
(5)	Conta 900 - Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	€ 18 488
(6)	Conta 9203 - Linhas de Crédito Irrevogáveis	€ 1 147 500
(7)	Exposição Colectiva - (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	€ 14 550 670
Ajustamentos		
(8)	Análise Individual que transita para Colectiva	€ 6 412 434
(9)	Exposição Individual Total - (7)+(8)	€ 8 138 236
(10)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito Interno	€ 982 188
(11)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito e Juros Vencidos	€ 1 426 742
(12)	Imparidade Garantias Prestadas Base Individual (extrapatrimoniais)	€ -
(13)	Imparidade Linhas Crédito Irrevogáveis Base Individual (extrapatrimoniais)	€ 9 666
(14)	Imparidade Base Individual Total - Σ (1:6)	€ 2 398 576

Exposição Colectiva analisada no âmbito do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito

Data de referência - 31-12-2017		Em €
(1)	Conta 14 - Crédito a Clientes	€ 43 113 183
(2)	Conta 15 - Crédito e Juros Vencidos	€ 4 033 418
(3)	Conta 3304 - Rendimentos a receber de juros e créditos a clientes	€ 80 601
(4)	Conta 53 - Receitas com rendimento diferido associadas a operações de crédito	€ 523
(5)	Conta 900 - Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	€ 713 784
(6)	Conta 9203 - Linhas de Crédito Irrevogáveis	€ 4 946 046
(7)	Exposição Colectiva - (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	€ 52 866 510
Ajustamentos		
(8)	Análise Individual que transitou para Colectiva	€ 6 412 434
(9)	Exposição Colectiva Total - (7)+(8)	€ 59 278 943
(10)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito Interno	€ 570 020
(11)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito e Juros Vencidos	€ 1 644 519
(12)	Imparidade Garantias Prestadas Base Colectiva (extrapatrimoniais)	€ 5 258
(13)	Imparidade Linhas Crédito Irrevogáveis Base Colectiva (extrapatrimoniais)	€ 19 222
(14)	Imparidade Colectiva TOTAL - (10)+(11)+(12)+(13)	€ 2 239 020

**Exposição global analisada no âmbito do processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito**

Data de referência - 31-12-2017		Em €
(1)	Conta 14 - Crédito a Clientes	€ 54 240 833
(2)	Conta 15 - Crédito e Juros Vencidos	€ 6 272 152
(3)	Conta 3304 - Rendimentos a receber de juros e créditos a clientes	€ 79 302
(4)	Conta 53 - Receitas com rendimento diferido associadas a operações de crédito	€ 706
(5)	Exposição apresentada no Balanço - (1) + (2) + (3) + (4)	€ 60 591 382
Ajustamentos		
(6)	Conta 900 - Garantias Prestadas e outros passivos eventuais	€ 732 252
(7)	Conta 9203 - Linhas de Crédito Irevogáveis	€ 6 093 546
(8)	Exposição global analisada	€ 67 417 180

Processo de quantificação da imparidade da carteira de crédito

Data de referência - 31-12-2017		Em €
(1)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito Interno	€ 962 168
(2)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito Interno	€ 570 020
(3)	Imparidade calculada em base Individual - Crédito e Juros Vencidos	€ 1 426 742
(4)	Imparidade calculada em Base Colectiva - Crédito e Juros Vencidos	€ 1 644 519
Imparidade Crédito - (1) - (4)		€ 4 603 449
(5)	Imparidade Garantias Prestadas Base Individual (extrapatrimoniais)	€ -
(6)	Imparidade Garantias Prestadas Base Colectiva (extrapatrimoniais)	€ 5 258
(7)	Imparidade Linhas Crédito Irevogáveis Base Individual (extrapatrimoniais)	€ 9 666
(8)	Imparidade Linhas Crédito Irevogáveis Base Colectiva (extrapatrimoniais)	€ 19 222
(9)	Imparidade Extrapatrimoniais - (5) - (8)	€ 34 147
Imparidade TOTAL		€ 4 637 595

- a) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos.

O modelo de imparidade foi sujeito a alterações em vários pressupostos, pelo que até à presente data ainda não foram realizadas análises de sensibilidade ao mesmo.

Divulgações quantitativas:

As divulgações quantitativas apresentadas correspondem a dados do processo de quantificação de imparidade, conforme previsto no âmbito da Instrução nº 5/13 do BdP.

Estas divulgações tomam como referência os quadros apresentados no Anexo da Carta Circular nº 02/14 do Banco de Portugal entretanto revogada pela CC/2018/00000006 de 24/01/2018. Tais quadros são indicativos, tendo sido adaptados à realidade da Instituição e de acordo com o estipulado na carta CC/2018/00000006 do Banco de Portugal..

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento.

a.1)

Exposições 31/12/2017		
Finalidades:	Exposições totais	Imparidade total
-Empresas	18 984 673 €	1 381 553 €
- Construção e CRE	6 489 056 €	1 156 929 €
- Habitação	22 820 464 €	611 916 €
- Consumo	1 017 272 €	11 125 €
- Outras	18 105 715 €	1 441 926 €

Exposições 31/12/2016		
Finalidades:	Exposições totais	Imparidade total
-Empresas	17 202 592 €	1 367 646 €
- Construção e CRE	4 562 001 €	1 218 998 €
- Habitação	23 614 824 €	1 409 563 €
- Consumo	913 065 €	10 980 €
- Outras	20 522 816 €	2 258 525 €

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção.

Ano de produção	Carteira de crédito por segmento														
	Empresas	Construção e CRE	Habitación	Consumo	Outras	Total	Empresas	Construção e CRE	Habitación	Consumo	Outras	Total	Imparidade total	Imparidade por segmento	
2004 e anteriores	76	1 356 549 €	123 725 €	4	29 034 €	14	120	4 330 270 €	81 076 €	2	14 515 €	1 023 €	3,29	1 961 820 €	358 347 €
2005	0	360 034 €	2 760 €	2	89 912 €	605 €	27	1 621 594 €	158 865 €				-9	473 254 €	41 002 €
2006	29	711 291 €	20 238 €				57	2 252 674 €	178 581 €	7	1 284 €	170 €	39	1 326 525 €	218 490 €
2007	22	716 135 €	16 098 €				20	1 167 045 €	11 115 €	2	6 514 €	837 €	53	1 095 537 €	184 901 €
2008	26	1 041 055 €	11 639 €	3	52 006 €	1 419 €	23	1 878 105 €	13 620 €				40	942 029 €	139 400 €
2009	31	1 536 049 €	112 016 €				30	1 890 923 €	24 385 €	1	6 278 €	114 €	76	1 338 094 €	144 045 €
2010	26	2 262 545 €	480 971 €	4	600 546 €	350 748 €	29	1 065 305 €	20 576 €	1	32 005 €	170 €	46	1 355 070 €	107 114 €
2011	37	1 286 805 €	108 837 €	2	245 060 €	125 370 €	20	1 291 925 €	47 653 €	6	51 222 €	3 244 €	70	1 854 573 €	144 374 €
2012	37	656 496 €	25 049 €	7	928 053 €	565 596 €	12	754 430 €	6 947 €	5	24 226 €	77 €	61	1 705 447 €	145 081 €
2013	25	820 837 €	17 225 €	2	2 372 €	7 242 €	5	457 509 €	9 160 €	8	26 137 €	560 €	65	700 074 €	57 252 €
2014	34	385 250 €	6 939 €	4	12 089 €	53 €	10	263 070 €	4 180 €	20	52 928 €	103 €	65	1 120 747 €	72 363 €
2015	54	1 525 120 €	12 464 €	3	38 043 €	261 €	13	687 740 €	6 879 €	12	152 023 €	1 067 €	80	1 021 380 €	22 326 €
2016	49	2 845 286 €	17 252 €	7	933 434 €	8 070 €	21	1 509 547 €	14 056 €	55	221 705 €	1 009 €	84	1 213 830 €	39 444 €
2017	89	4 128 347 €	25 675 €	10	2 775 038 €	105 187 €	20	2 008 091 €	45 795 €	76	667 920 €	277 €	104	7 054 158 €	55 214 €



c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector (CAE a dois dígitos) e geografia.

c.1) por segmento

31/12/2017												
Finalidades	Empresarial		Comércio Exterior		Industrial		Construção		Outras		Total	
	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade
Avaliação												
Individual	1.977.842 €	971.521 €	4.359.268 €	1.014.995 €	1.053.140 €	208.668 €			1.179.338 €	194.427 €	8.569.588 €	2.388.910 €
Coletiva	17.006.830 €	430.031 €	2.129.788 €	142.535 €	21.767.324 €	403.348 €	1.017.272 €	11.125 €	10.926.377 €	1.247.500 €	58.847.592 €	2.214.539 €

31/12/2016												
Finalidades	Empresarial		Comércio Exterior		Industrial		Construção		Outras		Total	
	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade
Avaliação												
Individual	2.816.782 €	754.901 €	2.735.613 €	1.118.028 €	1.781.297 €	194.173 €	0 €		1.337.147 €	181.240 €	8.673.039 €	2.248.349 €
Coletiva	14.393.810 €	612.745 €	1.826.189 €	100.970 €	21.833.528 €	1.215.390 €	913.065 €	10.980 €	19.185.669 €	2.077.277 €	58.142.262 €	4.017.362 €

c.2) por sector de atividade

Sector Atividade	Comércio Exterior		Industrial		Empresarial		Outras		Total	
	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade
31/12/2017										
Avaliação										
Individual	1.234.250 €	881.165 €			981.903 €	563.931 €	6.353.435 €	943.814 €	8.569.588 €	2.388.910 €
Coletiva	4.274.652 €	256.907 €	3.731.415 €	277.717 €	13.670.699 €	637.265 €	37.170.825 €	1.022.649 €	58.847.592 €	2.214.539 €

Sector Atividade	Comércio Exterior		Industrial		Empresarial		Outras		Total	
	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade
31/12/2016										
Avaliação										
Individual	1.569.343 €	780.919 €	383.641 €	1.301 €	541.343 €	499.326 €	6.178.707 €	966.803 €	8.673.039 €	2.248.349 €
Coletiva	3.874.395 €	383.643 €	3.798.487 €	388.001 €	13.843.323 €	1.143.865 €	36.626.052 €	2.101.857 €	58.142.262 €	4.017.362 €

c.3) por geografia

31/12/2017	Portugal		Total	
	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade
Avaliação				
Individual	8 569 588 €	2 388 910 €	8 569 588 €	2 388 910 €
Colectiva	58 847 592 €	2 214 539 €	58 847 592 €	2 214 539 €
Total	67 417 180 €	4 603 449 €	67 417 180 €	4 603 449 €

31/12/2016	Portugal		Total	
	Exposições	Imparidade	Exposições	Imparidade
Avaliação				
Individual	8 673 039 €	2 248 349 €	8 673 039 €	2 248 349 €
Colectiva	58 142 262 €	4 017 362 €	58 142 262 €	4 017 362 €
Total	66 815 301 €	6 265 711 €	66 815 301 €	6 265 711 €

d) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos de Corporate, Construção e Commercial Real Estate (CRE) e Habitação.

31/12/2017	Finalidades	Segmento: Carteira de crédito					
		Construção CRE			Habitação		
		Quantidade	Valor	Imparidade	Quantidade	Valor	Imparidade
<0,5 ME	27	€ 4 227 282		372	€ 49 336 540		
>=0,5 ME e <1 ME	3	€ 1 865 560		1	€ 850 000		
>=1 ME e <5 ME	1	€ 1 825 000					
>=5 ME e <10 ME							
>=10 ME e <20 ME							
>=20 ME e <50 ME							
>=50 ME							

* Exemplo: Acções, obrigações, depósitos, bens materiais
(Para efeitos de preenchimento deste quadro, considerar a PVT como justo valor)

31/12/2016	Finalidades	Segmento: Carteira de crédito					
		Construção CRE			Habitação		
		Quantidade	Valor	Imparidade	Quantidade	Valor	Imparidade
<0,5 ME	32	€ 3 941 496	2	€ 110 709	382	€ 47 848 612	
>=0,5 ME e <1 ME	2	€ 1 440 560		2	€ 1 182 891		
>=1 ME e <5 ME							
>=5 ME e <10 ME							
>=10 ME e <20 ME							
>=20 ME e <50 ME							
>=50 ME							

* Exemplo: Acções, obrigações, depósitos, bens materiais
(Para efeitos de preenchimento deste quadro, considerar a PVT como justo valor)

e) Rácio LTV dos segmentos de Corporate, Construção, CRE e Habitação.

Finalidades:	2017		2016		2017	2016	
	Empresas	Montante	Empresas	Montante			
Carteira de Retalho							
Empresas							
Sem colateral associado	n.a	€ 7 134 952	€	541 342	n.a	€ 3 766 531	€ 591 451
< 60%	100	€ 5 102 811	€	199 522	85	€ 3 806 800	€ 313 941
≥ 60% e < 80%	22	€ 1 352 084	€	36 081	34	€ 2 437 138	€ 164 551
≥ 80% e < 100%	25	€ 3 212 121	€	133 307	25	€ 2 227 990	€ 208 486
≥ 100%	28	€ 2 182 705	€	471 301	22	€ 1 123 164	€ 89 208
Construção e CRE							
Sem colateral associado	n.a	€ 294 639	€	16 833	n.a	€ 282 337	€ 13 475
< 60%	18	€ 851 921	€	44 952	14	€ 394 849	€ 12 627
≥ 60% e < 80%	6	€ 1 849 653	€	198 875	2	€ 359 791	€ 68 806
≥ 80% e < 100%	2	€ 338 158	€	2 926	15	€ 1 557 050	€ 340 560
≥ 100%	5	€ 3 214 691	€	892 343	3	€ 1 376 522	€ 783 530
Habitação							
Sem colateral associado	n.a	€ 252 826	€	15 434	n.a	€ 326 633	€ 37 483
< 60%	258	€ 11 568 876	€	1 718 555	247	€ 10 429 964	€ 461 372
≥ 60% e < 80%	39	€ 3 345 373	€	44 047	55	€ 5 150 433	€ 149 618
≥ 80% e < 100%	53	€ 4 415 727	€	205 649	55	€ 4 663 332	€ 432 906
≥ 100%	23	€ 2 716 662	€	174 931	27	€ 2 989 462	€ 328 182
Consumo		€ -				€ -	
Sem colateral associado	n.a	€ 1 017 272	€	11 125		€ 913 065	€ 10 980
Outros							
Sem colateral associado	n.a	€ 4 606 014	€	227 216	n.a	€ 2 922 272	€ 254 743
< 60%	281	€ 7 595 970	€	344 032	308	€ 7 982 098	€ 599 284
≥ 60% e < 80%	49	€ 2 039 506	€	99 172	57	€ 2 319 387	€ 357 509
≥ 80% e < 100%	29	€ 1 314 155	€	167 271	46	€ 2 298 663	€ 373 893
≥ 100%	43	€ 2 550 070	€	604 235	38	€ 2 372 826	€ 672 097

f) Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação em execução, por tipo de ativo e por antiguidade.

	Justo valor		Valor líquido contabilístico	
	Número de Imóveis	Valor	Número de Imóveis	Valor
Terreno				
Urbano	4	646 000 €	5	756 258 €
Rural	7	54 135 €	13	182 831 €
Edifícios em desenvolvimento				
Comerciais				
Habitação				
Outros				
Edifícios construídos				
Comerciais	2	47 812 €	6	541 003 €
Habitação	11	767 588 €	44	3 731 671 €
Outros				
Outros	12	1 267 965 €	9	434 044 €

Tipo de desenvolvimento / Tipo de ativo	Antiguidade				Total
	< 1 ano	1 a 5 anos	5 a 25 anos	> 25 anos	
Terreno					
Urbano		300 000 €		126 258 €	426 258 €
Rural		28 200 €	10 500 €	10 435 €	49 135 €
Edifícios em desenvolvimento					
Comerciais					
Habitação					
Outros					
Edifícios construídos					
Comerciais				49 856 €	49 856 €
Habitação		558 050 €		174 544 €	732 594 €
Outros					0 €
Outros	80 370 €	356 000 €	374 400 €	422 465 €	1 233 235 €

(Para efeitos de preenchimento deste quadro considerar o valor líquido contabilístico dos ativos)

g) Distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos.

31/12/2017									
Carteira de Crédito									
Finalidades:									
- Empresas		€ 239 459	€ 9 156 683	€ 8 977 753	€ 2 495 007	€ 2 525 518	€ 1 489 895	€ 200 358	
- Construção e CRE		€ 358	€ 323 372	€ 3 376 352	€ 500 465	€ 1 795 516	€ 482 992		
- Habitação		€ 540 270	€ 5 692 660	€ 9 963 314	€ 2 863 886	€ 2 647 309	€ 950 944	€ 162 080	
- Consumo		€ 6 024	€ 202 741	€ 598 794	€ 80 237	€ 74 407	€ 30 277	€ 24 793	
- Outras		€ 361 630	€ 3 248 130	€ 6 357 453	€ 3 022 152	€ 2 456 084	€ 2 130 620	€ 529 640	

31/12/2016									
Carteira de Crédito									
Finalidades:									
- Empresas		€ 264 459	€ 3 176 706	€ 3 379 639	€ 2 451 859	€ 1 867 229	€ 889 396	€ 216 417	
- Construção e CRE			€ 1 069 848	€ 967 826	€ 400 326	€ 2 466 167	€ 274 069		
- Habitação		€ 273 453	€ 5 794 934	€ 11 104 420	€ 4 015 606	€ 1 643 410	€ 743 970	€ 162 080	
- Consumo		€ 19 032	€ 700 359	€ 408 485	€ 173 172	€ 67 768	€ 38 920	€ 24 793	
- Outras		€ 303 307	€ 4 445 808	€ 6 613 431	€ 3 389 784	€ 3 014 099	€ 2 575 232	€ 477 979	

h) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento.

Segmento	Modelo de Imparidade			
	Imparidade	Provisão	Provisão	Provisão
Colectivamente				
Particulares com Garantia Hipotecária	1,449%	7,565%	26,163%	51,417%
Particulares com Garantia Não Hipotecária	1,449%	7,565%	26,163%	13,251%
Particulares sem Garantia	1,449%	7,565%	26,163%	13,252%
Empresas com Garantia Hipotecária	1,847%	7,565%	26,163%	51,417%
Empresas com Garantia Não Hipotecária	1,847%	7,565%	26,163%	13,251%
Empresas sem Garantia	1,847%	7,565%	26,163%	13,252%



PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Introdução

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL (adiante designada por CCAM ou Instituição), o Conselho Fiscal apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora da CCAM no exercício de 2017 e emite o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do referido exercício.

Responsabilidades

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação e manutenção dum sistema de controlo interno no sentido de garantir a eficiente condução da atividade na base da aderência às políticas de gestão em cumprimento da lei, normas e regulamentos, internos e das Autoridades de Supervisão, são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal incumbe a responsabilidade de examinar os registos contabilísticos das operações bem como as respetivas Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, em conformidade com as disposições legais, estatutárias, normativas e regulamentares em vigor, e expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras baseada no exame realizado.

Âmbito

No exercício de 2017, e no âmbito do desempenho das nossas atribuições e competências, acompanhámos a atividade da CCAM através de reuniões de trabalho com o Conselho de Administração e com os serviços, da participação nas reuniões alargadas, da informação regularmente disponibilizada e de outra diretamente solicitada aos serviços, tendo realizado várias reuniões periódicas.

Tomamos conhecimento dos trabalhos desenvolvidos e conclusões obtidas pelos Revisores Oficiais de Contas, no âmbito das suas funções, relativamente à auditoria das Demonstrações Financeiras de 2017, informações obtidas em reuniões de trabalho e através do Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização, que nos foi dirigido por esta entidade, em 9 de março de 2018, em cumprimento do disposto no artigo 24.º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro.





Comprovámos o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, apreciámos a adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a respetiva divulgação e examinámos o Relatório de Gestão (Relatório do Conselho de Administração) e as Demonstrações Financeiras do exercício, que compreendem o Balanço (que evidencia um ativo líquido de 193 057 799 euros e um total do capital próprio de 38 195 701 euros, incluindo um resultado do exercício de 2 676 046 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo (Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras).

Ao terminar gostaríamos de expressar o nosso agradecimento pelo excelente, oportuno e continuado apoio que recebemos por parte do Conselho de Administração, dos Serviços e do Revisor Oficial de Contas.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2017.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

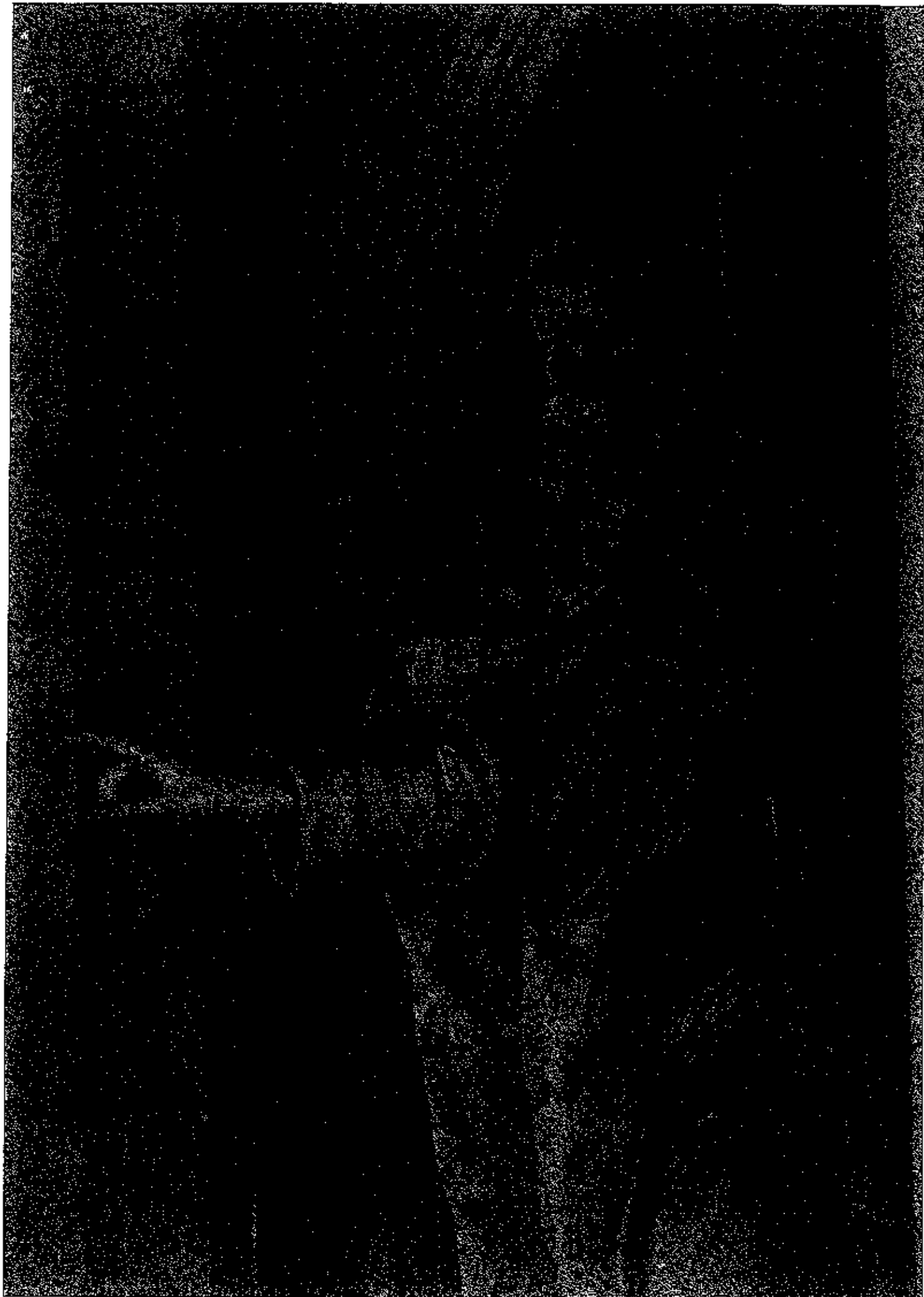
Mafra, 9 de março de 2018

O Conselho Fiscal

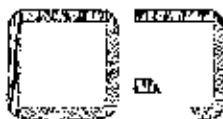
Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

Dr. Sérgio Nuno Dias Bento – Secretário

Dr. João Miguel Perzila Patrocínio Bento - Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC. LDA.

REVISTA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA
JOSÉ PEDRO OLIVEIRA, REIS, ASSOCIADOS,
SROC. LDA. - ENTIDADE
CÓDIGO EMPRESARIAL 50422100
MÉDIA ANUAL DE 2017
MÁRIA BALBUENA DE ALMEIDA
OUTUBRO 2018 Nº 100

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 193.057.799 euros e um total de capital próprio de 38.195.701 euros, incluindo um resultado líquido de 2.676.046 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento Integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASE

No exercício de 2017 a Entidade alterou o seu referencial contabilístico aplicável, passando das Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, conforme divulgado nas notas 1 e 28 das notas anexas às

1 de 6

Instituto CRIOC, Lda
Número de Registo nº 20161981
Código de Registo nº 11000
N.º de Matrícula N.º C 0026229F
Comunidade do Registo Comercial de Lisboa

SEDE - HEAD OFFICE
Avenida Galvão Pinto, 600/65, 1.º 5.º
D.º Alto, Funchal 9102
1070-051 Lisboa, Portugal
T: +351 217 271 197 - F: +351 217 273 126
www.oliveira-reis.com

DELEGACIÃO CENTRAL - CENTRAL BRANCH
Avenida 22 de Maio nº 24, 1.º andar
2070-076 Lisboa, Portugal
T: +351 214 922 175 - F: +351 214 071 170

DELEGACIÃO NOROCCIDENTAL - NORTH BRANCH
Centro Empresarial Casilho
Av. de França, 256, 1.º andar
4090-276 Faro, Portugal
T: +351 289 371 152





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

demonstrações financeiras. No processo de transição das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) para as IFRS, a Empresa seguiu os requisitos previstos na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relação Financeira. Consequentemente, a informação financeira de 2016, anteriormente apresentada de acordo com as NCA, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as IFRS.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

As matérias relevantes de auditoria consideradas foram:

- (i) A carteira de crédito (rubrica "Crédito a Clientes", notas C.2 e 16 das notas anexas às demonstrações financeiras), tendo em atenção que a concessão de crédito é o negócio principal da Entidade, com o risco de crédito inerente e, sabendo que as dificuldades dos devedores podem levar a incumprimentos, com impacto na redução dos valores a receber e recurso à execução das garantias existentes, o risco de distorção material relaciona-se diretamente com o julgamento das estimativas utilizadas para a constituição de imparidades;

Para mitigar os riscos de distorção nesta área de crédito e validar o nível de imparidades constituídas foram efetuados diversos procedimentos de auditoria, em base de amostragem, que incluíram levantamentos de controlo interno, testes sobre a existência e a mensuração dos créditos e juros respetivos, a reconciliação da carteira de crédito com a contabilidade, teste ao nível de imparidades reconhecidas e ao processo de cálculo da imparidade;

- (ii) os Ativos por impostos diferidos (rubrica "Ativos por impostos diferidos", nota 33 das notas anexas às demonstrações financeiras), são reconhecidos em função de diferenças temporárias entre a ótica contabilística e a fiscal, a parte significativa da base de cálculo apura-se na determinação de imparidades não aceites do "Crédito a clientes" e outras estimativas, que envolvem julgamentos diversos, e em que o risco de distorção material se relaciona com esse apuramento da base de cálculo e a expectativa de recuperabilidade, ao que acresce algum risco operacional inerente, dado que a sua determinação é substancialmente manual;

Para mitigar este risco foram feitos procedimentos de auditoria que incluíram testes e recálculos da base



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

de apuramento, bem como a análise da estimativa do imposto sobre o rendimento, e tido em consideração a recuperabilidade ocorrida em períodos anteriores. O montante de Ativos por impostos diferidos reconhecidos encontra-se adequadamente suportado e a recuperabilidade destes ativos, no caso, operada com a reversão de provisões não aceites, afigura-se nos razoavelmente exatável;

- (iii) os Ativos não correntes detidos para venda (rubrica "Ativos não correntes detidos para venda, nota 17 das notas anexas às demonstrações financeiras), por norma resultantes da execução de garantias nos casos de incumprimento do devedor, área em que o risco de distorção material resulta de existirem julgamentos diversos nas estimativas e avaliações, e de ocorrerem vendas com impactos em ganhos ou perdas. Para mitigar este risco foi analisada a lista de patrimónios detidos, os normativos internos existentes quanto às avaliações (incluindo a independência e qualificação dos avaliadores envolvidos) e ao reconhecimento contabilístico, os suportes dos movimentos mais significativos ocorridos no exercício, e avaliado o montante da imparidade reconhecida, que se considerou adequado.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo um ponto no relatório sobre "Estrutura e práticas de governo societário, e declaração da política de remuneração", nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



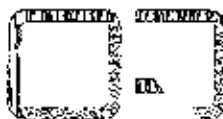
OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITÓRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC. LDA.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da Informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor. A informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de associados realizada em 28 de novembro de 2009 para um mandato compreendido entre 2010 e 2012.





OLIVEIRA, REIS
& ASSOCIADOS,
SROC, LDA.

- Fomos eleitos na assembleia geral de associados realizada em 8 de dezembro de 2012 para um segundo mandato compreendido entre 2013 e 2015.
- Fomos eleitos na assembleia geral de associados realizada em 11 de dezembro de 2015 para um terceiro mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 9 de março de 2018.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 9 de março de 2018

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056

Sede / Mafra. Telef. 261.811.195 • Fax 261.814.832
e-mail: mafra@ccammafra.pt
Web: www.ccammafra.pt

Azueira – Telef. 261.961.104 • Fax 261.961.394
e-mail: azueira@ccammafra.pt

Encarnação – Telef. 261.855.120 • Fax 261.856.252
e-mail: encarnacao@ccammafra.pt

Póvoa da Galega – Telef. 219.750.042 • Fax 219.750.279
e-mail: povoa.galega@ccammafra.pt

Malveira – Telef. 219.661.597 • Fax 219.661.608
e-mail: malveira@ccammafra.pt

Enceira - Telef. 261.866.903 • Fax 261.866.905
e-mail: enceira@ccammafra.pt